UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em História Econômica

DANIEL HENRIQUE DINIZ BARBOSA

**Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais
(1903-1969)**

SÃO PAULO
2012

DANIEL HENRIQUE DINIZ BARBOSA

**Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais
(1903-1969)**

Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção de título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Profº Drº. Nelson H. Nozoe

SÃO PAULO
2012

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e Pensamento Desenvolvimentista em Minas Gerais* (1903-1969). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências – Área de Concentração: História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para **Clara**, minha
querida mãe, e **Elaine**,
minha doce esposa.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida por pequeno, mas determinante, período que cobriu parte da realização deste trabalho.

Agradeço ao Professor Nelson H. Nozoe por ter me recebido como orientando, por ter acompanhado sempre atenciosamente este trabalho, pela precisão e agilidade em me responder sempre que lhe submeti alguma demanda e, sobretudo, pela maneira absolutamente suave com que participou de todo o processo. Além disso, pela precisão, objetividade e acuidade com que tratou os problemas deste trabalho ao longo de sua realização. Serei sempre muito grato.

Também agradeço às generosas e apuradas contribuições dos professores Julio Manuel Pires e Flávio Azevedo Marques Saes que, como integrantes da banca de avaliação do Exame de Qualificação em que submeti relatório desta pesquisa, trouxeram questões decisivas para melhor apreensão do objeto deste trabalho e das questões centrais a ele atinentes. Não poderia deixar de agradecer, também nesse sentido, ao Professor Pedro Cezar Dutra da Fonseca que, em atitude de extrema generosidade, remeteu por e-mail uma série de observações acerca de artigo baseado no projeto em se originou este texto.

Agradecendo aos professores desta Casa, aproveito para agradecer aos servidores da Universidade de São Paulo, especialmente aos que se dedicam à Secretaria da Pós-Graduação em História.

Agradeço à Pós-Graduação em História Econômica por ter acolhido este trabalho, bem como sou imensamente grato à Universidade de São Paulo por tudo o que disponibilizou ao longo dos últimos quase cinco anos, possibilitando a realização desta pesquisa, além do fato de ser instituição pública de primeira linha, o que, por si só, me obriga a agradecer à população paulista pela oportunidade de cursar este doutoramento.

Agradeço imensamente ao Professor e amigo Marcelo Magalhães Godoy, que me incentivou imensamente a formular o projeto de pesquisa a partir do qual se

construiu este trabalho discutindo vários de seus pontos, e com quem tive o prazer de trabalhar ao longo de projeto dedicado à reconstrução da história da produção do *Diagnóstico da Economia Mineira*, documento também analisado nesta tese. Agradeço a ele, também, pelo acesso à documentação compilada ao longo do projeto, muito importante para a realização deste trabalho.

Agradeço também especialmente à amiga Lidiany Silva Barbosa, pois além da amizade fraternal dedicada ao longo de tantos anos, emprestou durante esse período imensa colaboração discutindo aspectos pouco claros do trabalho, de minhas observações e dos problemas que surgiram pelo tempo da realização da tese. Também ao Moacir Castro Maia, pela leitura e, sobretudo, pelo apoio sempre desmedido e atencioso, em tudo.

Aos queridos amigos que muito ajudaram na realização deste trabalho, muito obrigado. Sob risco de alguma omissão, cito especialmente: Mannuella Luz de Oliveira Valinhas e Isabel Cristina Leite, pelo carinho, lealdade e por serem, sempre, amigas responsáveis por felizes momentos de minha vida nos últimos anos; Alessandra e Raphael Freitas Santos, pela alegria do convívio e por dividirem comigo as angústias naturais de um processo como este que se encerra; Cláudia Chaves e Rogério Barbosa, determinantes no apoio e na amizade, Paulo Gracino Júnior, por ser amigo de todas as horas e para todas as coisas, mesmo; Fabrício Costa Oliveira, cuja delicadeza só não é maior que a generosidade; Paula Habbib, pela torcida sempre animada e atenta; Ronaldo Galvão e Rejane Moliterno, pela fraternidade de uma amizade cúmplice e suave; Louise Gomes e Lilian Gomes, por serem em tudo como minhas irmãs e Márcia Santos por, acima de tudo, ter me guiado originalmente pelo caminho da História. Alguns diretamente envolvidos em alguma etapa de produção do trabalho, outros sem nenhuma participação objetiva, alguns ao longo de todo o tempo, outros apenas em partes, mas todos – e cada um a sua maneira – importantes na amizade, no carinho e no apoio, sempre.

Em nome dos amigos Guilherme Maciel e Julice Rezende, agradeço a todos os amigos e colegas de trabalho do Instituto Federal de Minas Gerais. Foram todos, técnicos e professores, importantes no processo de realização desta tese – especialmente por, quando necessário, compreenderem minha ausência e me auxiliarem nas atividades

que, por ventura, não pude dar conta. Em nome de Henrique Cunha Viana, agradeço aos meus alunos que foram, ao longo do processo, motivo de renovação pessoal e profissional. A ele, inclusive, agradeço por me auxiliar no processo final de normatização deste texto.

Sou também muito agradecido aos meus sogros, os sempre gentis e cuidadosos Ivonete e Anício, por me receberem em casa em Mariana todas as semanas, quando de minhas aulas em Ouro Preto e aos meus cunhados Elisângela e Ricardo, Érica e Wagner, agradeço pelo convívio harmonioso e feliz ao longo desse período.

Agradeço também aos meus pais, Antonio Carlos e Clara, pelo apoio e carinho sempre renovados. À minha avó, Nilda, pela dedicação absoluta, aos meus irmãos Rafael e Luciana, pela felicidade de partilharmos uma família com a lhanza dos que se amam, e aos meus cunhados Kátia e David, pela presença sempre carinhosa em nossa família.

Em nome de meu querido tio Nelson e do Gilson Ferraz, que além do carinho e cuidado, desde sempre, ainda me receberam em casa em todas as ocasiões que precisei estar em São Paulo por conta do doutoramento, agradeço aos meus tios e tias.

Agradeço também às crianças: Pedro Ivan (já quase não mais criança...), Maria Luíza, Antonia, Fernando e Lucas. Eles nem imaginam, mas são fontes inesgotáveis de alegria e destinos privilegiados de meu afeto.

Por fim, mas principalmente, agradeço à Elaine Chaves, minha amada e delicada esposa, ponto absoluto de meu equilíbrio e fonte da minha felicidade mais genuína.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RESUMO

Este trabalho se propõe a abordar a construção de um conjunto de estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais a partir, especialmente, do início do século XX e sobretudo da atuação de uma elite tecnoburocrata que, originalmente, foi composta pelos engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto e, posteriormente, por engenheiros formados principalmente pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e, por fim, pelos economistas graduados pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da mesma universidade. Procura, neste sentido, discutir a possibilidade de ter surgido, em Minas, agenda dedicada ao planejamento da economia e à intervenção por parte do poder público já desde o princípio do século XX. Nela, elementos como a modernização agrícola, a diversificação produtiva, o ensino técnico e profissionalizante, a exploração mineral e a implantação da grande siderurgia forjaram uma consciência regional que percebia, no Estado, seu formulador, organizador e financiador primordial e, notadamente no corpo técnico, seu mais perfeito executor. O trabalho também procura abordar como essa consciência regional se constrói na oposição estabelecida com países ou regiões desenvolvidas, pautando as estratégias regionais sempre por constante e reafirmada avaliação de atraso relativo da economia mineira. Discorre sobre os mecanismos de mobilização desta agenda, por meio da análise de planos regionais de desenvolvimento que se sucedem entre as décadas de 1930 e 1960, bem como sobre as estratégias estabelecidas pelo corpo técnico encetam transformações no percurso da construção política do desenvolvimento econômico regional. Aborda, por conseguinte, as próprias nervuras deste corpo técnico, tentando percebê-lo em suas contradições e, sobretudo, nas articulações institucionais que sustentam suas atuações e suas leituras sobre o desenvolvimento regional. Para tanto, baseia o trabalho em pesquisa bibliográfica atinente ao tema estudado e no aparato documental compilado e analisado – referências apresentadas ao final deste volume.

Palavras – Chave: desenvolvimentismo – Minas Gerais – corpo técnico – engenheiros – economistas – planejamento econômico

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. *Technical bureaucracy and developmentalist thought in Minas Gerais (1903-1969)*. Doctoral Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ABSTRACT

This work discusses the construction of a set of strategies focused on economic development of the state of Minas Gerais, especially after the start of the 20th century, and above all, the work of a techno-bureaucratic elite that was originally composed of engineers with degrees from Escola de Minas de Ouro Preto (Ouro Preto School of Mines), and later, of engineers mainly from the Engineering School at Universidade Federal de Minas Gerais, and finally, of economists with degrees from the Business Management and Accounting College of that same university. The work examines the possibility that an agenda dedicated to economic planning and to government intervention since the beginning of the 20th century may have arisen in Minas. In it, elements like agricultural modernization, diversification of production, technical and professional teaching, mineral exploration and the implementation of a major steelmaking industry forged a regional consciousness that saw, in the State, its primary formulator, organizer and financier, and notably in its technical corps, its most perfect executor. This study also examines how this regional awareness is built in the opposition established with developed counties or regions, guiding regional strategies by a constant and reaffirmed evaluation of the relative backwardness of the economy in Minas. It discusses the mechanisms for mobilization of this agenda, through the analysis of successive regional development plans between the 1930s and 1960s, and how the strategies established by the technical corps inaugurating transformations into the path of political construction of the regional economic development. Finally, it examines the very nerves of this technical corps, attempting to see their contradictions, and above, all, their institutional articulations that serve as the basis for their activity and their reading on regional development. To achieve this, the work is based on bibliographic research of the topic studied and on the documents compiled and analyzed, with references presented at the end of this volume.

Key words: developmentalism – Minas Gerais – technical corps – engineers – economists – economic planning

Lista de Quadros e Tabelas

Tabela 1 – Distribuição espacial da produção industrial de regiões e estados selecionados.....	114
Tabela 2 – Minas Gerais, 1940 – Características gerais da participação de alguns ramos na estrutura industrial.....	116
Tabela 3 – Participação dos grandes estabelecimentos (mais de 250 operários) na produção industrial mineira – total e por ramos.....	117
Quadro 1 - Governadores e Interventores de Minas Gerais – 1933/1971.....	118
Quadro 2 - Sumário do Volume I do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção	149
Gráfico I - Publicação de artigos sobre siderurgia e energia elétrica na Revista Mineira de Engenharia entre 1938 e 1954	155
Quadro 3 – Sumário dos volumes do Plano de Eletrificação de Minas Gerais	161
Quadro 4 – Sumário do Diagnóstico da Economia Mineira.....	188
Quadro 5 – Organograma da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho a partir da reforma de 1935.....	230
Quadro 6 – Organograma da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho a partir da reforma de 1943.....	235

Lista de Siglas

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACM – Associação Comercial de Minas
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIC – Congresso Agrícola, Industrial e Comercial
CAMIG – Companhia de Abastecimento de Minas Gerais
CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CBE – Companhia Brasileira de Engenharia
CEARD – Cia. de Eletrificação do Alto do Rio Doce
CEARG – Cia de Eletricidade do Alto Rio Grande
CEEA – Conselho Estadual de Economia e Administração
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEMRD – Cia. de Eletrificação do Médio Rio Doce
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CEPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CFCE – Conselho Federal do Comércio Exterior
CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai
CODEMIG – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COMAG – Companhia Mineira de Águas e Esgotos
CREA-MG – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
DAP – Departamento de Análises de Projetos do BDMG
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público
DEM – Diagnóstico da Economia Mineira
DEP – Departamento de Estudos e Planejamento do BDMG
DER – Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais
DNC – Departamento Nacional do Café
EEBH – Escola de Engenharia de Belo Horizonte
EMOP – Escola de Minas de Ouro Preto
FACE – Faculdade de Ciências Econômicas
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FPPMG – Fala do Presidente de Província de Minas Gerais
FRIMISA – Frigorífico Minas Gerais S.A.
GEI – Grupo Executivo da Indústria
ILPES - Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica
INDI – Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais
ITI – Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais
METAMIG - Metais de Minas Gerais S.A

MPEMG – Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais
PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social
PREFP - Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção
PRM – Partido Republicano Mineiro
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RME – Revista Mineira de Engenharia
RPPMG – Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais
SAICT – Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho
SARSA – Serviço de Aproveitamento do Rio Santo Antônio
SINDECON – Sindicato dos Economistas de Minas Gerais
SMA – Sociedade Mineira de Agricultura
SME – Sociedade Mineira de Engenharia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
SVOP – Secretaria de Viação e Obras Públicas
UDN – União Democrática Nacional
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UMG – Universidade de Minas Gerais
UREMG - Universidade Rural de Minas Gerais
USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

Introdução	14
Parte I – Elementos formativos do <i>desenvolvimentismo mineiro</i>	42
Capítulo 1 – A Escola de Minas de Ouro Preto e a “Geração Gorceix”: destaque para metalurgia e siderurgia na redefinição das elites regionais	45
Capítulo 2 – O republicanismo de João Pinheiro e sua geração: da fundação da república, da construção da nova Capital, da influência do pensamento positivista em Minas	60
Capítulo 3 - O I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903: a fundação efetiva de Belo Horizonte e de uma agenda proto-desenvolvimentista	72
Capítulo 4 – O Governo João Pinheiro: a construção de uma atuação proto-desenvolvimentista em nível estadual	80
Capítulo 5 – O caso Itabira Iron e as dificuldades de afirmação do discurso proto-desenvolvimentista mineiro	96
Parte II – <i>Um trabalho de pioneiros</i> : os documentos dedicados ao planejamento da economia de Minas Gerais	107
Capítulo 6 – Contextos político e econômico dos Planos de desenvolvimento regional	112
Capítulo 7 – Parecer “Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro”	129
Capítulo 8 – “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”	143
Capítulo 9 – “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”	160
Capítulo 10 – Binômio Energia e Transportes	175
Capítulo 11 – Diagnóstico da Economia Mineira	182
Parte III - Da construção dos espaços de atuação da elite tecnoburocrática mineira e os marcos de sua disputa	196
Capítulo 12 – Da construção da elite tecnoburocrática mineira	198

Capítulo 13 - Da inserção do corpo técnico mineiro às esferas públicas de atuação: A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT) entre 1933 e 1950 e a época do engenheiro	219
Capítulo 14 - Da inserção do corpo técnico mineiro às esferas públicas de atuação: Secretarias, Conselhos de Desenvolvimento e <i>Migs</i> e a época dos economistas	251
Capítulo 15 – Das disputas pela dianteira do processo decisório do desenvolvimento da economia regional.....	280
Considerações finais	300
Fontes documentais	303
Bibliografia.....	305

Introdução

Este trabalho se propõe a abordar a construção de uma agenda dedicada à intervenção e ao planejamento do desenvolvimento econômico de Minas Gerais no período entre 1903 e 1969, privilegiando a observação das políticas públicas devotadas ao que se consagrou regionalmente como superação do atraso relativo da economia mineira e, especialmente, dos agentes que engendraram esta agenda e sua emergência no seio do poder público regional. Mais especificamente, pretende reconstruir os principais eventos dedicados à formatação institucional e discursiva do corpo técnico mineiro relacionado à recuperação econômica regional, que não obstante distem no tempo serão aqui tomados como detentores de um mesmo fio condutor. Pretende também analisar o papel desse corpo técnico regional na condução desses eventos e na demarcação de suas prioridades.

Surgida das questões construídas em trabalho anteriormente realizado (Barbosa, 2005), esta pesquisa parte da hipótese, portanto, de que houve um prematuro instrumento de política pública dedicado ao planejamento por parte do governo estadual que, gradativamente, ganhou relevo e destaque regionalmente estando diretamente relacionado às dificuldades do setor agrícola (seja o voltado à exportação, seja o disperso, diversificado e, para Minas, essencial setor não exportador)¹ e de consolidação da industrialização² mineira e, por conseguinte, do amadurecimento do capitalismo no Brasil (processo que tendeu a produzir desequilíbrios econômicos regionais que, no limite, exigiu medidas de planejamento voltadas ao desenvolvimento material e à constituição de determinado arcabouço institucional).

Este trabalho possui um marco temporal que vai de 1903 a 1969, conquanto não deixe de abordar pré-condições e desdobramentos do período investigado. Este marco é determinado, a princípio, pela realização do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte em 1903 sob a presidência de João Pinheiro da Silva, que denota primeira experiência vertical de sistematização do problema econômico em Minas por parte do poder público, intentando organizá-lo por meio de algum nível de diagnose e intervenção. Conclui-se em 1969, quando se lança em janeiro o documento *Diagnóstico da Economia Mineira*, consagração do modelo mineiro de estudos técnicos dedicados ao planejamento e período em que se percebe esgotamento do modelo, levando à reformulação da agenda desenvolvimentista em Minas por meio de reconfiguração das agências regionais de desenvolvimento (caso da fundação do INDI³ por meio da articulação BDMG/CEMIG) e de acordos dessas mesmas agências com órgãos externos de planejamento econômico (caso do acordo

¹ Sobre a importância de ambos os setores e suas especificidades na construção da economia mineira da primeira metade do século XX, ver especialmente Martins Filho (2009).

² Conceito aqui compreendido como um processo de transição *irreversível*, de um sistema econômico-social de base não-industrial para outro, industrial. Representa, portanto, mais que a criação de um conjunto de indústrias; antes, equivale a um conjunto articulado de mudanças profundas nas forças econômicas e sociais que, enfim, conduzem à industrialização que depende, no limite, de um conjunto de condições históricas específicas para se efetivar (Cohn, 1977: 283,284). Para Cano (2002: 77), “o termo industrialização significa o resultado de um processo de acumulação de capital através do qual a economia passa a contar com bases especificamente capitalistas de produção, isto é, que produz não somente os meios de reprodução da força de trabalho, mas também produz os meios de produção necessários à reprodução de seu sistema produtivo.”

³ Instituto de Desenvolvimento Industrial, criado em 1968 em acordo estabelecido entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

BDMG/ILPES⁴/CEPAL). Para efeito de análise, esta tese propõe a divisão deste recorte proposto em três etapas: a primeira entre 1903 e 1933, a segunda entre 1933 e 1951 e a terceira entre 1951 e 1969.

Na primeira etapa, o quadro de crise econômica provocada sobretudo pelos problemas decorrentes da crise da cafeicultura iniciada em 1897 leva à mobilização dos setores econômicos e políticos tradicionais, sob apoio de emergente categoria profissional do engenheiro, a se articular no entorno do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial (I CAIC) de Minas Gerais, realizado em 1903 em Belo Horizonte. Tendo sido presidido por João Pinheiro, e organizado sob os cuidados do governador Francisco Sales, o evento marcou definitivamente a fundação da nova capital mineira como tentativa de polarização da economia estadual, essencialmente desarticulada em favor de polos externos de atração. Além disso, destacou agenda baseada na intervenção do poder público nos trâmites econômicos, permitindo também a emergência da categoria profissional do engenheiro e da instituição de formação dessa categoria profissional em Minas, a Escola de Minas de Ouro Preto, como espaço de formatação e divulgação tanto do discurso científico como, especialmente, do discurso dedicado à defesa de política minero-siderúrgica para a industrialização mineira. A articulação entre essa emergente categoria profissional e os grupos conservadores e tradicionais, ao lado da importância da instituição e do pensamento de seu fundador, Claude Gorceix, para a avaliação do quadro econômico coevo somados à importância que a figura de João Pinheiro (ex-aluno da instituição, conquanto não concluinte do curso de engenharia) assumiu dentre as elites regionais, todos elementos definitivos a partir do I CAIC, marcam posição relevante na história de Minas no período, fundando os rudimentos do que, posteriormente, se configuraria em uma agenda desenvolvimentista com características mais apropriadas ao contexto mineiro. Concomitantemente, denota os traços essenciais da atuação da máquina pública mineira, notadamente na primeira década do século XX, bem como tangencia o início do processo de inserção do corpo técnico na esfera pública regional, sobretudo demarcando as características e a pauta de suas atuações – elementos trabalhados na primeira parte desta tese.

4 Instituto Latinoamericano y del Caribe de planificación económica y social, criado em 1962 como instrumento da Comisión Económica para América Latina (CEPAL) para o planejamento econômico e social da região latino-americana. De acordo com as informações à época veiculadas pela imprensa mineira, este acordo seria o primeiro em que o Instituto auxiliaria diretamente uma região específica dentro de um país.

Nessa primeira etapa, e por meio da agenda emergente do I CAIC, constrói-se a defesa de uma política de diversificação da produção agrícola e de modernização dessa produção, por meio de apoio do poder público, desenvolvimento científico e tecnológico, pessoal tecnicamente competente e planejamento do desenvolvimento econômico, termos citados em documentos do período pelos atores aqui em destaque, bem como estrutura-se aquilo que o evento de 1903 concluiria ser uma *política mineral arrojada*. É também o período em que se constrói o debate no entorno da implantação da grande siderurgia em Minas, e em que se estrutura a questão em termos de exploração e exportação do minério de ferro ou consolidação de uma indústria siderúrgica regional, refinando muitos dos argumentos que, na década de 1930, circunscreveriam os marcos do problema.

Na segunda etapa, o modelo de desenvolvimento regional pautado pela articulação entre necessidade de desenvolvimento industrial e importância do fortalecimento do setor agropecuário, com peso significativo para a defesa do projeto siderúrgico regional e para a resolução do problema energético do estado, ganha destaque, sobretudo se considerado o peso da categoria profissional do engenheiro na dianteira decisória do processo de desenvolvimento regional.

Neste período, encontram-se o Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro”, publicado em 1938 pela Revista Mineira de Engenharia (e que consideraremos neste trabalho como um projeto de desenvolvimento econômico regional, não obstante estruturado em paralelo ao poder público); o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, apresentado em 1947 pela Secretaria de Agricultura do Governo de Milton Campos (e de onde surgiu a “Taxa de Recuperação Econômica” que seria, até final da década de 1960, primordial para os investimentos mineiros em infra-estrutura) e; o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, entregue pela Secretaria de Viação e Obras Públicas em 1950 como parte da estratégia estadual de solução para o problema de carência de energia elétrica que desse suporte à grande industrialização no estado

Este segundo período também deve ser caracterizado, institucionalmente, pela emergência da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT) principalmente, e pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP) tangencialmente,

como etapa fundamental no processo de organização da gestão do desenvolvimento regional, tornando-se aquilo que Clélio Campolina Diniz (1981) considerou por “*embrião da tecnocracia mineira*”. Estes foram espaços institucionalmente voltados para a proposição de projetos para o desenvolvimento econômico regional, em que se consolidou um perfil técnico voltado para tal agenda, amplamente determinado pelo engenheiro (primeiramente graduado pela Escola de Minas de Ouro Preto e, em um segundo momento, pela Escola de Engenharia da UFMG). A trajetória dessas secretarias de Estado, neste período, é reveladora da própria disputa política no entorno da dianteira decisória do processo de desenvolvimento regional. A princípio, juntas, sob o governo de Valadares e a influência de Israel Pinheiro à frente da SAICT. No Governo Milton Campos, separadas, sendo a SAICT o braço da UDN⁵ no desenvolvimento econômico mineiro e a SVOP o braço do PSD⁶ no mesmo processo (atuando, inclusive, em velada disputa), não obstante Campos tenha sido um dos principais nomes da UDN regional e nacionalmente.

Os elementos centrais desta segunda etapa, por conseguinte, são a consolidação definitiva da agenda interventora e planificadora do poder público (com influência gradativamente majorada das questões pertinentes à industrialização do estado) somada a um processo minudente de construção institucional que grau a grau buscou esvaziar os espaços de articulação da pauta desenvolvimentista regional da influência política direta em favor da atuação propriamente técnica.

Na terceira etapa, a partir de 1951, a emergência de Juscelino Kubitschek de Oliveira ao governo estadual, vencendo o candidato da UDN, Gabriel Passos, implica reorientação política importante no governo, bem como representa novo processo na dinâmica econômica regional. Assim, é marca de sua gestão o “Binômio Energia e Transportes”, conjunto de metas nessas respectivas áreas do governo estadual, sobretudo no que tange à energia, amplamente baseado no Plano de Eletrificação de Minas Gerais. O Binômio será determinante, no período, especialmente por propiciar a

⁵ União Democrática Nacional, partido político que congregava a oposição ao regime varguista baseada em discurso político liberal e constitucionalista, cujos principais expoentes em Minas foram o então governador Milton Campos, Pedro Aleixo e Afonso Arinos.

⁶ Partido Social Democrático, partido político de apoio à herança varguista, conquanto relativamente afastado do trabalhismo em sua essência, que teve por principais expoentes em Minas o ex-interventor Benedito Valadares e o ex-prefeito de Belo Horizonte e, então, futuro governador de Minas, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

articulação das elites tecnoburocráticas de Minas no entorno das agências da administração indireta, CEMIG e DER, na medida em que consagrava um modelo regional de planejamento setorial.

O esvaziamento da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, a partir de sua gestão, portanto, e o crescimento das agências da administração indireta (CEMIG, DER) na dianteira decisória do planejamento da industrialização no Estado, ao lado do lento mas efetivo abandono da agenda de desenvolvimento pautada pela lógica do sistema econômico completo em favor de uma especialização regional no quadro do desenvolvimento industrial brasileiro, em divisão do trabalho em que São Paulo tornou-se central, representam marco definitivo de ruptura com o período anterior.

Além disso, e como consequência, a emergência de JK ao plano federal impõe início de processo de inflexão política na realidade mineira, sob fraca e relativamente desorganizada gestão de Bias Fortes. A derrota do PSD nas eleições estaduais de 1960 leva ao governo Magalhães Pinto, banqueiro ligado à UDN. Em sua gestão, expressivas medidas são tomadas no sentido de se promover o desenvolvimento da economia regional. Talvez a mais significativa seja a fundação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em 1962, como órgão voltado sobretudo à articulação de um modelo mineiro de desenvolvimento e ao seu financiamento. Suas dificuldades iniciais de capitalização não diminuem a importância de ao menos duas medidas diretamente relacionadas à sua fundação: o início das Jornadas do Desenvolvimento⁷ e a constituição do DEP (Departamento de Estudos e Planejamento).⁸

No tocante ao governo do estado, propriamente, medida de grande importância na gestão de Magalhães Pinto também foi a reforma administrativa e a organização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Emerge nesse período a discussão sobre a

⁷ Ciclos de palestras promovidas pelo BDMG pelo interior do estado de Minas Gerais com intuito de promover o crédito oferecido pela instituição e formar mentalidade supostamente empreendedora nas elites regionais – notadamente no tocante a modelos de financiamento e de elaboração de projetos econômicos.

⁸ Órgão diretamente responsável pela elaboração de pesquisas e ensaios sobre a realidade econômica regional, significativamente ocupado por economistas formados pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da UFMG – inclusive com grande trânsito com a discussão cepalina sobre o subdesenvolvimento (ainda teoria muito fortemente aceita nos escritos de boa parte desses economistas em questão).

racionalização do serviço público e inicia-se processo de discussão acerca do modelo de coleta pública praticado em Minas – que acabaria, no governo seguinte, de Israel Pinheiro, levando à reformulação da Secretaria das Finanças. O período encerra-se, já sob governo de Israel Pinheiro, com a transformação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico em Conselho Estadual de Desenvolvimento, com um setor específico para o Planejamento, concedendo-se pela primeira vez espaço destinado para tal preocupação, e com a publicação do *Diagnóstico da Economia Mineira*, documento síntese de um período, seja por sua qualidade técnica e verticalidade no enfrentamento das questões de política econômica regional seja por que, ao cabo, representou esgotamento mesmo do modelo vigente na medida em que, a partir de 1971, segundo Luiz Aureliano de Andrade (1980), assumia-se com o I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social nova faceta nos programas de desenvolvimento regional dedicada ao modelo compreensivo de planejamento.

Assim, os elementos centrais dessa terceira etapa são a inevitabilidade da racionalização do serviço público e da institucionalização das agências voltadas ao desenvolvimento regional, as disputas estabelecidas no seio do BDMG entre as categorias profissionais de engenheiro e economista pela dianteira decisória do processo de desenvolvimento econômico regional, o fim da Taxa de Recuperação Econômica (eliminada quando da reforma tributária de fins dos anos 1960) e a formulação de um diagnóstico do quadro coevo que, antes de promover propostas de intervenção, representou tanto o primeiro grande estudo da possível nova era dos economistas dentro da elite técnica mineira quanto o último trabalho voltado ao planejamento global da economia regional – embora plenamente influenciado pela disputa entre grupos que compreendiam o desenvolvimento harmônico entre economia e aspectos sociais e aqueles que percebiam o desenvolvimento estritamente em sua faceta econômica – embate que, com o Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, de 1971, ganhou força (Muinhos, 1990).

A elite tecnoburocrática é, nesse sentido, elemento central na observação que este estudo propõe apresentar. Em primeiro lugar, é importante tornar claro o motivo da opção, neste trabalho, por termos como corpo técnico, elite técnica ou, de forma mais utilizada, elite tecnoburocrática, em detrimento do termo tecnocracia. De acordo com Martins (1974), *tecnocracia* foi conceito surgido originalmente no século XIX, em

consequência do processo de secularização característico da emergência do capitalismo e de suas instituições; não obstante seja termo que possui utilização variável ao longo do tempo, até ao menos o fim da Segunda Guerra Mundial quando, então, tornou-se de uso mais frequente e passou-se a dedicar maior atenção às suas possibilidades.

Em linhas gerais, de acordo com Fisichella (1986), o conceito de tecnocracia é absolutamente ambíguo, na medida em que i) aborda grupos diversos, distintos e por vezes contraditórios no conjunto social; ii) existe uma incapacidade de delimitar histórica e precisamente a ocorrência do fenômeno (sendo apresentados, pelos estudiosos, traços de tecnocracia em inúmeras sociedades e períodos os mais remotos); iii) oscila entre explicações que apresentam técnicos como consultores de prestígio, seja do poder público seja do mundo privado, até aquelas que percebem a tecnocracia como um elemento dotado de poder quase absoluto, em substituição sobretudo ao político – dada especialmente sua característica racionalizante e matematicamente precisa e; iv) pela incapacidade de precisar o enquadramento social do corpo tecnocrático, uma vez que *“Eles são vistos, ora como uma categoria profissional, ora como um grupo social, ora como uma nova classe social”* (p.1233).

Não obstante ambíguo é possível, ainda de acordo com Fisichella, estabelecer alguns predicados determinantes, notadamente naquilo que diz respeito à diferenciação entre o técnico e o tecnocrata. Em linhas gerais, um tecnocrata é, a princípio, um técnico mas, diferentemente deste, é essencialmente mais generalista, menos específico, uma vez que

Por técnico se entende normalmente um especialista, ou seja, um ator social dotado de competência num determinado setor da experiência coletiva e que executa seu papel segundo um programa de eficiência. Ao contrário do técnico – eis a diferença de fundo –, o tecnocrata não é um especialista. (...) enquanto o técnico se qualifica como um perito do particular, o tecnocrata é definido como um perito do geral. Se o primeiro é um especialista, o segundo é um perito em ideias gerais, caracterizado por uma polivalência de funções por um conhecimento global das variáveis da ação (Idem: 1234).

De um modo geral, portanto, o tecnocrata seria o responsável pela emergência do conhecimento técnico, avalizado, racional e científico ao cerne da tomada de decisões, seja especificamente na grande corporação capitalista (naquilo que Galbraith, 1982, considerou por tecnoestrutura) ou mesmo no poder público, sobretudo quando ao

Estado cabem funções de empresário e ao tecnocrata as funções de empresário em nome da máquina pública.

Por outro lado, cumpre ressaltar o problema da contradição entre o tecnocrata e o político, na medida em que o “*fenômeno tecnocrático compreende, por sua vez, uma ideologia tecnocrática com a qual é necessário contar*” (idem: 1236). E essa ideologia, além da predominância da competência e da eficiência, seria definida pela “*concepção da política como reino da incompetência, da corrupção e do particularismo*” que representaria, por fim, a desilusão mesmo com a política em seu sentido liberal clássico e, por fim, delimitaria a própria profissionalização do *decision-making*. A tecnocracia emergiria, então, como centro de um processo de organização, racionalização e estruturação dos espaços públicos e privados ao seu alcance e, no que tange aos primeiros, corresponderia mesmo ao enfraquecimento de seus representantes políticos, em tese menos racionais e eficientes.

É preciso, ainda, perceber que essa tecnocracia não necessariamente se confundiria obrigatoriamente com a burocracia do estado moderno, de acordo com Martins (1974). Para o autor, a burocracia é administrativamente competente e eficiente, além de politicamente forte e atuante, variando de caso a caso, mas o que a define é, sobretudo, sua íntima relação com a construção das relações de poder estabelecidas no seu entorno e a capacidade de articulação racional da organização da máquina sob sua responsabilidade ao passo que o tecnocrata – ou tecnólogo, como o considera o autor – é um produtor de conhecimento técnico-científico altamente competente e, nas sociedades, corporações e estados modernos, imprescindível, conquanto sem a verticalidade da burocracia. Nestes termos, segundo ainda o autor, aos tecnólogos até seria possível assumir o papel da burocracia, não obstante tornando-se uma burocracia mais bem informada e tecnicamente eficiente, apenas. Uma tecnocracia, nesse sentido, seria compreendida como força autônoma na luta estabelecida no plano capitalista, cuja natureza do poder decorreria do *saber* em detrimento de um fundamento material – o que, para o autor, não seria possível.

Para os marcos deste trabalho, nesse sentido, optamos por considerar tanto a categoria profissional do engenheiro como a categoria profissional do economista como uma elite tecnoburocrática, notadamente por considerarmos historicamente inválida a pressuposição de um corpo técnico tendente a se sobrepor, racional, pragmática e

absolutamente, ao mundo público, à política e às ingerências e contrastes do plano material ou do plano político, elementos muito comumente associados à ideia de tecnocracia. Antes, consideramos que os grupos com os quais trabalhamos neste texto são frutos do meio público, debatem e embatem em torno de políticas, projetos e perspectivas que são, por definição, paradoxais. O eixo deste trabalho, por sinal, é justamente a percepção das contradições internas à elite técnica mineira, no sentido de que a percebe intra e externamente como elemento político, para o qual a principal arma é, justamente, o discurso técnico. Ou seja, o discurso técnico pensado como elemento de debate político, pautado pelo diálogo, pela disputa de espaço público e pela construção de inserção na máquina do Estado – mesmo que, em determinados momentos em que o regime político se fechava em ditaduras, o diálogo e o confronto se estabelecessem essencialmente no campo intra-elite, evidentemente. O termo tecnoburocracia, nesse sentido, não é diferente de tecnocracia, não obstante não seja estigmatizado como este. Muitos autores, inclusive, ao conceituar tecnocracia apresentam o primeiro como sinônimo do segundo. Mas, justamente por fugir do estigma é que se procura sublinhar, com a escolha de tecnoburocracia, portanto, que i) não se pretende aqui, de forma alguma, compreender a elite técnica mineira como grupo que se pretendia autônomo, acima ou em vias de superar a elite política e/ou a elite econômica regional, pelo contrário e; ii) a utilização do termo será aqui empregada para tratar de grupo muito específico: o setor de formação técnica e tecnológica que passa, progressivamente de forma mais forte e organizada a partir de determinado momento histórico, a compor parcela crescente de uma burocracia cuja formação tradicional era o bacharelado em Direito.

Assim que também se apresenta relevante uma breve nota sobre as elites mineiras, primordialmente para situarmos com clareza nesta introdução – apesar de supormos que isso se desenvolve no corpo dos capítulos subseqüentes – de qual grupo especificamente estamos tratando neste trabalho. Segundo Dulci (1999), as elites mineiras poderiam ser divididas, desde o princípio do século XX, a partir de duas chaves distintas. No plano econômico, encontrar-se-ia a elite agrária (dividida entre setor agro-exportador e setor de produção diversificada para consumo interno) e uma emergente elite empresarial urbana que, com o correr do período, concentrou-se, sobretudo, nos ramos minero-siderúrgicos, conforme abordaremos adiante. No plano social, dispunha-se uma elite política tradicional, baseando seu poder em relações

clientelistas, coronelismo, por meio de lutas de famílias e por vezes o uso da força (Martins Filho, 2009) e, a partir do período em tela, uma também emergente elite técnica, conquanto muito residual a princípio mas que, assim como a elite empresarial urbana, foi capaz de se consolidar no médio prazo, notadamente nas empresas minero-siderúrgicas e no poder público, principalmente. Essas chaves podem também ser pensadas em dois eixos diferentes: setores políticos e agrícolas como elite tradicional e setores urbano-industrial e técnico como elite moderna (Dulci, 1999: 107).

Longe de entrar aqui no longo e caloroso debate sobre o perfil dessa elite e, notadamente, sobre o papel exercido por ela tanto no arranjo político da República Velha,⁹ especificamente com a elite cafeicultora paulista, como na própria composição material da economia mineira no período em tela, interessa-nos compreender como um grupo específico – o corpo técnico –, essencialmente baseado no discurso sobre o moderno, a indústria, o fomento e o planejamento do desenvolvimento regional, emerge justamente em quadro de tão profunda influência de grupos políticos e econômicos tradicionais. Parece-nos válida, nesse sentido, a hipótese de Dulci (1999), para quem há um acordo de interesses variados no entorno do projeto de modernização da economia regional, caracterizado não pela contradição de projetos mas, ao contrário, pela justaposição de objetivos. Assim que, ainda segundo o autor, estas elites regionais teriam criado mecanismo de transformação econômica sem, contudo, estabelecer rupturas no bojo da condução política ou mesmo inflexão no processo social. No que tange às elites tradicionais, Dulci (1999) aponta a convergência política no entorno primeiramente do PRM, posteriormente na divisão entre PSD e UDN que, ao cabo, convergiam no plano social e econômico – não obstante distassem profundamente no plano político. No que concerne ao empresariado, o autor ressalta a emergência de grupos técnicos transitando da órbita estatal para a privada, com ligações objetivas com as elites tradicionais. Já no concernente à elite técnica, ele sublinha estas relações com a elite tradicional (ou sendo um técnico de procedência de famílias políticas tradicionais ou por casamento).

Embora concordemos com Dulci (1999) no geral, supomos que a avaliação acerca da elite técnica carece de qualificação. Realmente, em uma sociedade em que houve pouca mobilidade social no período deste trabalho, parece correto mesmo afirmar

⁹ Ver Resende (1982); Mata Machado (1987); Martins Filho (2009); Viscardi (2001), dentre outros.

que o corpo técnico tenha se constituído, justamente, por meio de excertos da elite tradicional, correspondendo àquilo que Barbosa (1993) considerou por uma diferenciação de formação da elite, valendo-se do discurso técnico como marca do diferencial em detrimento do bacharel em Direito ou dos eclesiásticos. E isso notadamente a partir do início do século XX quando, segundo Dutra (1989), lentamente configurava-se no entorno dessas elites um arremedo de discurso burguês, pautado pela defesa da industrialização, embora não apenas por ele.

Personagens como Pandiá Calógeras, João Pinheiro, Costa Senna, dentre outros, ou representavam famílias tradicionais ou haviam se casado, como Pinheiro, com filha de cafeicultor. Além disso, e o caso de Pinheiro é relevante conforme abordaremos no corpo deste trabalho, possuir o conhecimento técnico configurava grande diferencial, mas a formação no Direito ainda era determinante para compor a elite política. Na medida, contudo, que esse processo amadureceu, paulatinamente se pode perceber um leve descolamento da elite técnica desse padrão. Este é o caso, por exemplo, de Américo Renné Giannetti, bem como de um grupo majorado de engenheiros e economistas, já ao final do período. Assim, não obstante Lucas Lopes tenha laços com a tradicional família mineira pelo lado materno, é impossível dizer o mesmo da maioria da equipe de engenheiros ligados à CEMIG a partir de sua fundação – sendo que, aliás, dos mais proeminentes a maioria nem era nascida em Minas ou possuía qualquer laço de casamento ou assemelhado. Compreendemos essa elite tecnoburocrática mineira, portanto, como grupo que, não obstante se articulasse plenamente com os demais grupos formativos da elite econômica regional e com a elite política tradicional, valia-se de sua qualificação técnica como elemento distintivo e determinante no processo político em que se projetava socialmente. É relevante a posição de Lucas Lopes, nesse sentido, quando argumenta sobre o mecanismo de defesa dos pressupostos de seu grupo no embate constituído no espaço do poder público em prol, especifica mas não exclusivamente, da política energética. Assim que ele afirma, por exemplo, que

Só foi possível convencer os políticos mineiros, Juscelino e os demais, de que tínhamos um programa importante na mão porque eles olhavam para os cinco volumes do Plano de Eletrificação e não sabiam como contraditar. (...) De certa forma, reunimos um exagero de informações com a preocupação de liquidar debates inócuos, sempre freqüentes nos clubes de engenharia e associações de classe. De modo que, se eles não quisessem fazer o que propúnhamos, diríamos: “está muito bem, então tragam cinco volumes iguais a estes, que poderemos debater”. (Lopes, 1991: 115)

A postura de Lopes, no entanto, não era inédita. Se forem observados os engenheiros atrelados à campanha pela implantação da grande siderurgia em Minas, na década de 1930, poder-se-á notar a presença desse mesmo tipo de argumento, primordialmente em relação à elite política e, sobretudo, contrastando o diferencial do argumento em detrimento dos grupos empresariais urbanos. O mesmo se pode perceber em relação ao economista na década de 1960 e seu argumento em favor da ciência econômica como chave de suplantação do problema material mineiro – todos assuntos devidamente abordados nos capítulos deste trabalho. Desse modo que, conquanto essa elite tecnoburocrática possa se relacionar aos quadros das elites políticas tradicionais, dos setores economicamente tradicionais ou modernos, ela consegue definir um espaço específico de atuação. Isso que a permite, notadamente a partir dos anos 1950, grau a grau desvincular-se da estrutura econômica e vincular-se progressivamente mais à estrutura acadêmica e intelectual. O perfil dos economistas da fase final deste trabalho, notadamente no entorno do BDMG e de carreiras públicas entre a universidade e órgãos técnicos governamentais, com pequena atividade no mundo privado, parece indicar a consolidação dessa tendência.

Este estudo procura dedicar-se, nesse sentido, à reconstrução histórica de período de absoluta relevância para a história de Minas Gerais, procurando abordá-la a partir da importância assumida por esta elite tecnoburocrática mineira especialmente articulada ao debate estabelecido acerca das características fomentadas em processos de industrialização em regiões periféricas, para as quais alguma intervenção política e determinado grau de organização e atuação diretiva se tornam primordiais.

Pensar a transição de uma economia em sua fase primário-exportadora para uma fase de industrialização avançada pressupõe, em princípio, considerar que, conforme aponta Bendix (1994), inexistiu um quadro claro e definido que oporia “Sociedades Tradicionais” e “Sociedades Modernas” como variantes isoladas. Esse paradigma evolucionista clássico, ao explicar a transição, definir-se-ia pela construção de uma sucessão de etapas a serem enfrentadas pelas sociedades tradicionais que, em linhas gerais, assemelhar-se-iam às aquelas vencidas pelo caso ideal originário, o inglês. Para a abordagem clássica, portanto, tradição e modernidade se definiriam por uma lógica “antes-e-depois”, em que a generalização das experiências originais se imprimisse sempre nas sociedades tradicionais. Bendix (1994), contudo, ao propor uma crítica à

visão clássica, enfatizará a necessidade de se observar a pertinência dos fatores internos e específicos a cada sociedade quando de sua transição de uma fase rural e tradicional para uma fase moderna, guardando à persistência de traços tradicionais importante papel na definição do escopo característico do processo de transição vivenciado por cada sociedade. Assim, diferentemente da visão clássica, a transição da tradição para a modernidade não se definiria, necessariamente, pela superação de um conjunto de etapas invariáveis surgidas como reflexo dos casos clássicos de industrialização. Antes, a transição assumiria perspectiva própria em cada caso específico.

É na crítica ao modelo clássico, por exemplo, que pode ser inserido o esforço por se constituir uma leitura mais específica dos casos latino-americanos de transição entre suas economias primário-exportadoras para dinâmicas industriais avançadas a partir, principalmente, da reordenação do capitalismo mundial, pós-1929. A crítica estabelecida nesses países, em especial a partir das formulações teóricas da CEPAL, dirigia-se às possibilidades limitadas da teoria liberal clássica de se promover o desenvolvimento industrial em países cujas economias prescindiam de uma estrutura efetiva de produção industrial e de acúmulo endógeno suficientemente capaz de, por meio da estrutura mesma do mercado, promover o desenvolvimento industrial avançado.

O conceito de subdesenvolvimento então formulado pressupunha a ideia de um pequeno acúmulo interno da riqueza produzida, aliado a uma situação atávica e delicada de dependência em relação ao centro do capitalismo mundial, requerendo, portanto, estratégias alternativas ao modelo clássico e vislumbrando o desenvolvimento pleno do potencial industrial destas economias.

Evidentemente, esse subdesenvolvimento engendraria, na busca de sua superação, a formulação de um conjunto teórico e prático que, ao cabo, se expressaria tanto no papel desempenhado pelos agentes internos a cada realidade, bem como em suas relações estabelecidas com os sistemas econômicos avançados. Segundo Martins (1971:44-5),

A história das nações neste século [XX], notadamente a partir da Segunda Guerra Mundial, é sobretudo a história das relações de dependência dos sistemas periféricos aos sistemas centrais e da luta para superá-la. Entender a situação do subdesenvolvimento e a tipicidade histórica dos países nela inseridos é entender o jogo das respostas adaptativas resultantes dessa interação.

É na perspectiva de se suplantarem o subdesenvolvimento econômico, gerando mecanismos característicos às realidades em situação de dependência, que a discussão acerca dos rumos da industrialização nos países latino-americanos passou, a partir da década de 1930, a enfatizar os arranjos internos, suas possibilidades e limites, como meios plausíveis de se elaborar uma alternativa industrializante em que, por exemplo, a ação do poder público, pelo planejamento e o investimento estatal, ocupassem espaço privilegiado – conquanto não exclusivo. É fato, também, que o advento da teoria keynesiana trouxe uma contribuição capital ao problema, não obstante uma longa tradição de intervenção econômica e organização diretiva dos ditames econômicos pudesse ser observada nos países latino-americanos gerando possível caldo de cultura a ser assimilado sobretudo por Raul Prebisch, com o advento da CEPAL.¹⁰ Segundo sugere Bielschowsky (1989:12), o pensamento heterodoxo formulado em oposição ao liberalismo clássico, no que concerne à teoria do subdesenvolvimento, diferencia-se do modelo elaborado por Keynes, entretanto, na medida em que

(...) a heterodoxia relativa à alocação de recursos em países subdesenvolvidos não significava apoio à intervenção do Estado para uso adequado de poupança ociosa, como no caso keynesiano, e sim a existência de protecionismo, planejamento e outras medidas governamentais como meios de industrializar e maximizar a renda a partir de poupanças escassas.

Uma perspectiva principal, portanto, nesse encaminhamento representou a importância assumida pelo Estado, enquanto agente propulsor, no campo econômico, da dinamização essencial do processo produtivo, como um formulador e um investidor privilegiado do desenvolvimento econômico. E um dos modos de atuação desse Estado, portanto, especialmente nos casos de regiões em situação de atraso relativo, será o de promover o desenvolvimento econômico a partir daquilo que Moore Jr (1976) considerou como *modernização conservadora*. Nessa perspectiva, o processo de industrialização perpassa uma relação adaptativa entre os setores mais tradicionais e uma perspectiva desenvolvimentista que, embora aparentemente sejam paradoxais, confluem no interesse pelo desenvolvimento econômico – não obstante em boa parte das vezes gerado em ambiente politicamente autoritário.

Nessa perspectiva, o Estado não apenas congrega os interesses variados dos grupos tradicionais, como também filtra as particularidades destas intenções, encetando

¹⁰ A este respeito, ver percutiente análise de Fonseca (2000), especialmente relevância da influência do Positivismo e de List na formação do pensamento econômico latino-americano.

um rumo efetivo para o processo. Emerge, então, a importância do corpo burocrático que não apenas consubstancia a estrutura estatal, aquilo que Draibe (1985) considera como uma *ossatura material do Estado*, como ainda demarcará as vias pragmáticas de atuação da esfera pública.

Nesse sentido, mostra-se bastante significativo o fato de que, no caso brasileiro, duas das três correntes definidas por Bielschowsky (1995) como desenvolvimentistas tenham ligação direta com o setor público, conformando uma burocracia apta a propor e efetivar o desenvolvimentismo brasileiro. Mas a consolidação da burocracia não implica, necessariamente, a conformação do pensamento desenvolvimentista, em que pese lhe seja elemento importante. Antes, o conceito de desenvolvimentismo implica a elaboração de uma proposta de ação concernente ao rumo a se seguir no processo de suplantação do subdesenvolvimento.

Por desenvolvimentismo compreende-se, seguindo a conceituação proposta por Bielschowsky (1995), uma ideologia de transformação da sociedade brasileira, emergente após 1930, que se define por um projeto econômico centrado na industrialização integral como forma de suplantação do subdesenvolvimento brasileiro; com amplo apoio do Estado, principalmente no planejamento dessa empresa (considerada a ineficiência do mercado em organizá-la por sua dinâmica própria naquele momento específico). Além disso, um conjunto de ideais que, ao garantir ao Estado centralidade, forjasse a possibilidade de que o poder público, quando necessário, não apenas planificasse, mas, também, participasse do arranjo econômico, captando e alocando recursos até mesmo na produção, quando a iniciativa privada se mostrasse insuficiente.¹¹

¹¹ É preciso qualificar essa conceituação de Bielschowsky, entretanto, à luz do que sustenta Dutra da Fonseca (2004) que, no que tange sobretudo à anterioridade do modelo na América Latina, notadamente no que se refere a relevância do positivismo como elemento que pode ter, desde o final do século XIX, sido determinante na germinação do desenvolvimentismo no Brasil. Para o autor, a dificuldade de precisar o exato momento em que se assume como desenvolvimentista a atuação de determinado governo é questão relevante no que concerne ao estudo do tema, especialmente por ser conceito que articula processos correlatos (notadamente: defesa da industrialização e do intervencionismo – fomentando ou mesmo planejando efetivamente, nacionalismo), somente podendo ser compreendido como fruto dessa articulação. É neste núcleo de variáveis que o autor insere positivismo, de sorte que “*Neste ideário, o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc. Torna-se um fim em si mesmo (...)*” (Fonseca, 1994: 03).

O conceito de desenvolvimentismo, portanto, pressupõe a importância da ideia de planejamento, principalmente estatal, como uma peça-chave. Segundo Lafer (1975:17), “*A técnica do planejamento consiste em assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção de forma a atingir certos objetivos básicos*”. Para Celso Lafer (2002), muito embora a ideia de planejamento do setor econômico pautar-se pela atuação técnica, na definição dos objetivos básicos a serem alcançados, ela também requererá uma boa dose de injunção política. Nesse sentido, ao pensar o planejamento, torna-se premente compreendê-lo a partir de três fases distintas, quais sejam, a decisão de planejar, o plano em si e a implementação do plano, sendo, segundo esse autor, as duas primeiras fases eminentemente políticas e a última uma fase propriamente técnica.

A problemática do planejamento estatal da economia, por certo, não configurou uma especificidade brasileira. Antes, fez parte de um amplo debate no bojo do pensamento econômico mundial, essencialmente, a partir de 1930, configurando-se em ao menos duas perspectivas centrais: o perfil do planejamento em uma economia capitalista e seu contorno em uma economia socialista (Lafer, 1975). Em um contexto capitalista, de acordo com Mendes (1978), os elementos que historicamente levaram o Estado a intervir no ambiente econômico por meio de ação planejadora variam, podendo ser compreendidos a partir de três eixos: i) características do sistema econômico e político; ii) grau de evolução e complexidade da administração pública e; iii) circunstâncias econômicas e políticas conjunturais.

Segundo Kaplan (1982: 84),

Toda política que expressa uma estratégia de conservantismos, de mero crescimento ou de desenvolvimento, manifesta-se através de níveis e etapas de ação do Estado, que vão desde o simples intervencionismo, passando pelo dirigismo, até as possíveis variantes do planejamento.

Ainda de acordo com o autor, enquanto o intervencionismo caracteriza-se pela ingerência assistemática do Estado, agindo não sobre as causas mas sobre as consequências do processo sócio-econômico, o dirigismo é mais sistemático e organizador, podendo articular-se em política econômica unificada, conquanto não engendre transformação estrutural relevante no quadro econômico. Ambos diferem, na essência, do planejamento que, para Kaplan (1982: 84) “(...) constitui uma intervenção

deliberada, baseada no conhecimento racional mínimo do processo sócio-econômico e de suas leis (...)”.

Nesse sentido, e estritamente sob a perspectiva técnica, pode-se definir “planejamento”, de acordo com Muinhos (1991: 46),

(...) como um conjunto de critérios de tomada de decisões que enfatiza a escolha de objetivos explícitos e determina os meios mais apropriados para a sua consecução a fim de que as decisões tomadas possam ser adequadas aos anseios da população.

Tecnicamente, portanto, a natureza do planejamento pode ser considerada sob algumas variáveis, ainda de acordo com o autor. Em se tratando i) de alocação de recursos escassos para propósitos e objetivos múltiplos, tem-se o caso típico do planejamento econômico propriamente dito; ii) da escolha de um caminho ótimo para a obtenção de um objetivo específico como uma questão meramente de eficiência, o planejamento seria técnico; iii) de problema de disposição de certas estruturas e elementos sobre o território, o planejamento é espacial; iv) da modificação das relações de poder entre os diferentes setores ou grupos sociais, define-se o planejamento político e; v) de problema que visa aos aspectos ecológicos, tem-se o planejamento ambiental.

Para Kaplan (1982: 85), algumas características definem a agenda do planejamento, dentre elas i) a capacidade de controlar de maneira consciente e integrada um projeto de futuro que articule “*um complexo de meios, mecanismos e processos sociais*” com “*sujeitos, agentes, estruturas, comportamentos e movimentos que constituem a sociedade*”; ii) a eleição de subgrupos dentre o todo que serão beneficiados por sua agenda em detrimento dos demais; iii) a priorização de determinados tipos de progresso, escolhendo polos ou focos de formação e incremento de produtos, em detrimento dos restantes; iv) a desqualificação de ações pontuais dos grupos envolvidos, em favor de uma orientação geral; v) a constituição de autoridade apta a julgar os interesses e demandas pontuais, notadamente, quando conflitivos, consolidando normas para os interesses e demandas; vi) a formulação de estratégia concebida como corpo orgânico de decisões gerador de programa minimamente preciso capaz de balizar atuação de órgãos públicos de intervenção e planejamento; vii) determinação de estratégia que deve consolidar-se como conjunto também orgânico de meios a serem constituídos e objetivos a serem alcançados gerando atribuições, tarefas e indicadores a

serem conferidos e; viii) configuração de sua natureza parcial e flexível ou total e imperativa.

Assim que, também na avaliação de Muinhos (1991: 46), deve-se ressaltar o caráter notadamente político do planejamento, sobretudo determinado pelo peso das influências exercidas pelos grupos sociais na dinâmica de sustentação do Estado. Segundo Manos (1986),

O planejamento é uma atitude essencialmente política, destinada a dar direção e coerência a um concreto processo social, baseado no exercício de poder dos grupos sociais. Buscando assegurar o nível requerido de coordenação das ações encaminhadas, o planejamento tenta lograr a maior aproximação possível ao cumprimento dos principais objetivos do processo político vigente (Manos *apud* Muinhos, 1989, p. 46).

Também Kaplan (1982: 85-6) defenderá que o planejamento

Representa um conjunto de atos que configura um processo singular dentro de outro processo mais geral, o das decisões de poder político. A atividade planejadora do Estado, sua formulação e execução pressupõem e exigem uma decisão política permanente.

Mas, quem pode afirmar que um tecnoburocrata não pode ser, ao mesmo tempo, um representante político – mesmo quando se apresenta apenas como técnico? Em outros termos, como compreender o papel exercido por determinados atores, em processos específicos, que se articulam entre categorias profissionais, classes sociais e grupos políticos diferentes, funcionando tanto como *consciência reflexiva* do processo como ponte entre os grupos divergentes? Uma das hipóteses que norteiam este trabalho, inclusive, baseia-se justamente nessa possibilidade: técnica e política, em muitos casos, são absolutamente convergentes, podendo mesmo ser esferas articuladas por um mesmo grupo no entorno do poder público, visando a alcançar algum resultado pontual.

Dadas as características capitais do processo de industrialização brasileiro, ocorrido de forma notadamente heterogênea – o que implicou que seus resultados fossem distribuídos também heterogeneamente entre os estados – forjou-se a necessidade, então, de uma política de planejamento voltada para a regularização das possíveis distorções no escopo do quadro econômico brasileiro. Apresentava-se a necessidade, portanto, de reenquadramento do desenvolvimento econômico brasileiro de sorte a atender àquelas regiões não integradas ao surto de industrialização promovido especialmente nas regiões centrais. Tratava-se de qualificar o desenvolvimento regional,

ou o subdesenvolvimento ou não desenvolvimento das regiões não industrializadas no país, independentemente de suas divisões essencialmente políticas.

Segundo Boisier (1989), planejamento regional, nesse sentido, é distinto de planejamento estadual.

O fato de se planejar a nível subnacional (estadual) não é condição suficiente para originar uma atividade de planejamento regional propriamente dito. Por exemplo, planejar o comportamento das variáveis agregadas a nível de uma região (produto, renda, emprego, investimento) e escolher objetivos é simplesmente fazer planejamento econômico global em escala geográfica reduzida, porém não representa uma prática de planejamento regional (Boisier, p. 619 IN Haddad, 1989, p. 51)

Assim que, para Boisier, o planejamento regional implica demandar recursos e esforços para equacionar problemas locais decorrentes de macro-políticas econômicas e a ativação de setores sociais regionais. Para o autor, inclusive, crescimento econômico pode ocorrer sem desenvolvimento, uma vez que são elementos distintos. Enquanto o crescimento econômico se percebe pelo aumento da produção da riqueza, o desenvolvimento possui características distintas e específicas, quais sejam i) da participação relativa da região no uso dos recursos nacionais; ii) do grau de afetamento em cada região dos efeitos (regionais) implícitos ou indiretos das políticas macroeconômicas nacionais e setoriais, constituindo-se importante papel do planejamento regional verificar o impacto destas políticas em cada região (se este for negativo, deve ser feita a negociação do esquema de discriminação regional das políticas ou o estabelecimento de medidas compensatórias como, por exemplo, o uso mais efetivo da política fiscal); iii) do desenvolvimento da capacidade de organização social da região.

Realizadas estas considerações, define-se que uma região, como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo. Mais ainda, contextualizando esta definição com o conceito de urbano – lócus da produção diversificada e integrada do capitalismo –, pode-se definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor de integração com os primeiros (LIMA & SIMÕES, 2009, p. 6,7)

Dessa maneira que determinada região, de acordo com Lemos (1988), deve ser compreendida notadamente pela dinâmica regional que resume, ou seja, pelo processo de determinação da renda urbana que é a expressão e causa do movimento do capital no espaço, segundo Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, François Perroux, Jacques

Boudeville e Douglass C. North. Para estes autores, segundo Lemos (1988), tendo sido estabelecidas as vantagens e desvantagens comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se determinados movimentos migratórios do capital, que denotarão maior ou menor fôlego no processo de acumulação de uma região gerando, assim, uma dinâmica regional específica.

Nesse sentido, François Perroux produz, na década de 1950, crítica da visão coeva que ligava espaços econômicos e humanos, gerando recomendações imprecisas de políticas econômicas. O autor – uma das principais referências para os economistas mineiros na década de 1960 – propunha, então, que espaços econômicos dependiam, estritamente, dos fenômenos econômicos observados. Assim, o *espaço econômico* transcende o espaço físico concreto; antes, ele é representado por suas dinâmicas internas e externas, sendo mesmo que o espaço econômico nacional transcende a própria barreira geográfica do país.

Estabelecido o conceito de espaço econômico, Perroux passa a análise do processo de crescimento, que seria irregular: “o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia

No caso de Minas foi necessária, inclusive, a criação da região, tendo em vista que representava espaço historicamente delimitado pelo arranjo político, mas com eixos econômicos externos (Wirth, 1982). Seu planejamento, nesse sentido, também visava à definitiva consolidação do escopo regional de fato, no desenvolvimento do capital e na política republicana, conforme inclusive é muito claramente explicitado desde a construção de Belo Horizonte e reiteradamente defendido em cada plano econômico mineiro a partir de 1930 tendo a capital, Belo Horizonte, como cerne do desenvolvimento regional – fundando, então, a região para além do estado politicamente determinado.

Pensar planejamento regional, portanto, pressupõe compreender movimento de reorganização da dinâmica do capital em âmbito específico, determinado pela capacidade de interação e integração de seus interesses particulares em detrimento do restante do mundo, gerando política peculiar de promoção do crescimento material e, se possível, do desenvolvimento econômico.

Há os dilemas do planejamento, contudo. Para Mendes (1978), por exemplo, o planejamento é constantemente inibido por fatores como falta de pessoal técnico

capacitado, precariedade e escassez de dados estatísticos e deficiências técnicas no planejamento existente. Este também será o argumento de Caiden e Wildavsky, para quem o planejamento falha especialmente nos países subdesenvolvidos notadamente por que, além da carência de recursos, há carência de mão de obra especializada, dados úteis e capacidade governamental para a mobilização de recursos existentes.

Era, portanto, no intuito de organizar minimamente um conjunto de dados e uma lógica de intervenção no âmbito econômico que se vislumbrava não apenas a criação da CEPAL mas, inclusive, dos setores dedicados ao planejamento nos governos latino-americanos. Assim, será então, conforme já se procurou salientar, a partir do diagnóstico da situação de dependência e subdesenvolvimento que, no caso brasileiro, a problemática do planejamento estatal será incrementada pelo debate acerca da intervenção direta do capital público e dos limites a serem impostos pelo Estado ao capital estrangeiro.

Se a situação de dependência – que para a análise da CEPAL definia-se estruturalmente – e de subdesenvolvimento são questões caras à formulação de um conceito de desenvolvimentismo, no caso brasileiro, o que caracterizaria um desenvolvimentismo em uma região em situação de atraso relativo ao centro dinâmico da economia nacional? Em outros termos, como é possível compreender as estratégias nacionais desenvolvimentistas se for considerada uma economia nacional heterogênea em que, de um modo geral, podem ser observados níveis diferenciados de transição para uma economia industrial, notadamente com regiões menos articuladas e centrais que outras?

Na observação de um caso específico em que se denota uma situação de atraso relativo em relação ao centro do desenvolvimento industrial brasileiro, mas em melhor posição se comparado ao conjunto dos estados do Norte e do Nordeste brasileiro, o que se propõe é investigar, também, como uma relação de dependência estruturada regionalmente pode impulsionar a definição de um modelo alternativo ao geral. Ao se considerar o conceito de desenvolvimentismo, por exemplo, em que a chave para a suplantação da dependência se define pela industrialização, como se pode compreender por desenvolvimentismo mineiro uma estratégia que, ao longo de seis décadas, aparentemente se dividiu entre tentativas industrializantes e, também, de recuperação agrícola?

Acreditamos que houve, em Minas, a construção de um fio condutor proto-desenvolvimentista que, desde o princípio do século XX (mais especificamente a partir do I CAIC de 1903), foi articulado pelas elites políticas e econômicas tradicionais em conjunto com os grupos emergentes, especialmente com a categoria profissional do engenheiro que via, no processo de modernização da economia mineira, meio de inserção política e econômica, e na industrialização especialmente pautada pela siderurgia, possibilidade de ocupar o centro decisório do processo. Mas, além disso, que percebia no Estado e na sua capacidade de intervenção na arena econômica, sobretudo se amparado por conhecimento tecnicamente orientado, o caminho mais bem articulado para prover Minas Gerais de desenvolvimento econômico em superação de um *atraso* que fora, ao longo das sete décadas as quais se dedica este estudo, consciente e sistematicamente reiterado como força aglutinadora e definidora do projeto comum.

Nossa hipótese central, nesse sentido, é a da existência de um corpo técnico amplamente articulado em torno da percepção de que a superação do *atraso relativo* da economia mineira deveria ser construída essencialmente pela via da interferência da máquina pública, sustentando esse fio condutor ao longo das décadas por meio, em um primeiro momento, de demarcação de espaço político e inserção na esfera pública para, a partir daí, sustentá-lo por meio da formulação de projetos de intervenção progressivamente mais sofisticados que tanto reafirmavam o discurso do atraso da economia mineira como reforçavam o corpo técnico como elemento determinante para sua superação. Mas, sobretudo, nossa hipótese é a de que este corpo técnico possuía contradições internas suficientemente fortes para reordenar as perspectivas econômicas regionais em alguns momentos decisivos, na medida em que se consagrava como grupo fundamental no arranjo econômico e na arena pública.

Os trabalhos que discutem o processo de modernização da economia mineira ao longo do período aqui recortado, e com o qual dialogaremos ao longo deste texto, concordam quase que unanimemente com a hipótese de que houve um projeto comum, e de que ele decorre do princípio do século XX. As contradições entre esses estudos residem, contudo, nos papéis desempenhados pelo Estado e pelo empresariado no projeto comum das elites mineiras. Para alguns destes estudos, o poder público é o centro determinante do processo de desenvolvimento econômico por meio, sobretudo, de uma forte e organizada tecnocracia mineira. Para outros, o núcleo do processo é

determinado pelo empresariado (não obstante não se diminua a força do poder público que, em Minas, seria mesmo expandido em relação aos demais exemplos similares). E há abordagens que apontam para a importância de um tecno-empresariado, em uma aproximação com o conceito de anéis burocráticos de Fernando Henrique Cardoso, em que se ajuntariam interesses do estado e do capital privado por meio da atuação do corpo técnico. Todos eles apontam para a pertinência do corpo técnico mineiro no processo e percebem, em dado momento, que há aquilo que um desses trabalhos apropriadamente considerou por *transferência da dianteira decisória do processo* de planejamento da economia regional. Escapa a todos eles, no entanto, o que esta tese procura sublinhar como hipótese central: esta transferência da dianteira decisória do processo ocorreu mais que uma vez, ela marca etapas da própria consolidação do corpo técnico mineiro e relaciona-se com o próprio processo de formação profissional desse corpo técnico, ela não se produz sem fissuras e contradições relevantes, ela repercute diferenças determinantes de formação desse corpo técnico (vinculadas à influência das instituições de formação desses grupos) e, por fim, e essencialmente, ela interfere decisiva, conquanto não exclusivamente, nos rumos dessa economia mineira em transformação, na medida exata de sua importância tanto no poder público como no setor empresarial.

Nesse sentido que escapa, muitas vezes, aos trabalhos dedicados ao tema, essa nuance importante. Esse corpo técnico, formado primeiramente pelo engenheiro de minas de Ouro Preto, depois pelo engenheiro civil e elétrico da UFMG e por fim pelo economista da FACE, transitou sim pelo mundo público e pela esfera privada, atuou tanto no Estado como na empresa, e pode sim ser considerado como um tecno-empresariado. Mas tão importante quanto perceber esse trânsito, nos parece observar as estratégias construídas pelas duas categorias profissionais em questão para ampliarem seus poderes de influência e como isso se refletiu no arranjo da máquina pública, espaço determinante de atuação desse grupo, refletindo, por fim, na própria dinâmica do processo de desenvolvimento econômico regional.

Para tanto, este trabalho trabalha com três eixos, distintos e complementares, que norteiam a construção de cada uma das três partes que compõem esta tese. O primeiro eixo relaciona-se ao momento de fundação desse fio condutor proto-desenvolvimentista, destacando-se o papel da Escola de Minas de Ouro Preto como fator determinante na

orientação do corpo técnico emergente e de João Pinheiro como força de sistematização, no mundo público, dessa corrente. O segundo eixo corresponde à influência que esse fio condutor terá na construção de um discurso pautado pela eminência do atraso relativo da economia regional, da decadência e do empobrecimento mineiro e da necessidade de superá-lo por meio notadamente do planejamento e da intervenção do poder público, especialmente definidos pela orientação predominantemente técnica. O terceiro e último eixo está determinado pelas estratégias de ocupação da máquina pública, pela consolidação da arena específica de atuação essencialmente técnica no intuito de efetivar os projetos comuns e, por fim, no papel da disputa intra-elite técnica como elemento de redefinição da agenda econômica regional.

Para abordar o processo resumido brevemente nas linhas anteriores, dividir-se-á este trabalho em três partes e em quinze capítulos. A primeira parte, relativa ao primeiro eixo acima abordado, discorre sobre a relevância da Escola de Minas de Ouro Preto na formação da categoria profissional do engenheiro em Minas Gerais e na construção de uma burocracia adepta do planejamento e do dirigismo econômico (Capítulo I), a importância especialmente do governo de João Pinheiro da Silva e do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 como *lugares de memória* do desenvolvimento econômico e da tecnoburocracia mineira (Capítulos II; III e IV) e a disputa no entorno da empresa *Itabira Iron Ore Co.* como exemplo de atuação deste corpo técnico engajado (Capítulo V).

A segunda parte faz um sumário dos governos estaduais entre 1933 e 1969, apresentando as principais características econômicas e políticas de cada período, buscando apresentar as principais diferenças mas, sobretudo, sugerir as semelhanças estruturais que revelam, no limite, um pouco mais do grande acordo intra-elite mineira na busca da organização do desenvolvimento econômico regional (Capítulo VI). Também procura reconstruir a história dos documentos dedicados ao planejamento econômico regional, apresentando aqueles que configuram um mesmo fio condutor que articula e reúne as fases distintas da história regional no período em tela, abordando como se filiam ao lugar de memória representado por João Pinheiro e pelo I CAIC e como constroem suas argumentações essencialmente pautadas pela crença no quadro de espoliação de Minas pelos estados e regiões vizinhas, e pelo atraso relativo e inexorável da economia mineira (Capítulos VII; VIII; IX; X e XI).

A terceira e última parte se propõe a observar com atenção os mecanismos de

consolidação da elite tecno-burocrática regional, abordando conceitualmente a categoria em evidência e reconstruindo historicamente sua formação (Capítulo XII), a contribuição de suas instituições de formação na formulação de seus mecanismos de atuação no meio público, notadamente no que tange ao processo de planejamento e intervenção da economia mineira, além de buscar também observar os mecanismos de construção institucional da política de planejamento, reconstruindo o percurso político e legislativo de alguns órgãos e secretarias essenciais ao processo abordado (Capítulo XIII) e observar sua disputa pela dianteira do processo decisório de direção do desenvolvimento regional como mecanismo determinante do processo em destaque (Capítulo XIV).

Cabe, por fim, um relato sobre o trabalho com as fontes documentais que embasam este trabalho. Colimadas ao longo de todo o processo, representam conjunto heterogêneo e diversificado de documentos, que se encontram arrolados ao final desse volume e sobre os quais, no geral, apresentam-se alguns comentários.

Na primeira parte deste trabalho, dedicada aos fundamentos do projeto regional de avaliação, planejamento e intervenção no quadro econômico regional, notadamente relacionado ao papel da Escola de Minas no processo, foram fundamentais os Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais, as Falas à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e, na república, as Mensagens de Presidente do Estado de Minas Gerais. Delas foi possível depreender o encaminhamento oficial das políticas regionais, o quadro apresentado e registrado pela força política do momento e perceber os temas e perspectivas que se preferia sublinhar em detrimento de outros, além de apresentarem dados gerais sobre o crescimento econômico, notícia sobre andamento de obras, execução de orçamento e afins, embora sejam, ao longo de todo o período, documentos oficiais e laudatórios da ação do governante de turno, de forma que se não compromete integralmente sua validade para acompanhar os processos, impõe cuidado em seu trato. Também foram úteis os documentos publicados por Claude Gorceix, desde a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Reproduzidos pela Revista da Escola de Minas ou nas próprias Mensagens e Falas do Executivo ao Legislativo, são peças relevantes para a compreensão do papel do professor tanto na instituição como na economia mineira do período, permitindo também perceber o nível de relação estabelecido com parte da elite política regional e sua capacidade de pautá-la.

Na segunda parte deste texto, os principais documentos foram os planos de

desenvolvimento econômico apresentados ao longo dos capítulos, e neles criticados. Cumpre ressaltar que, dado o interesse deste estudo em perceber o discurso desenvolvimentista regional e sua articulação por meio do corpo tecnoburocrático mineiro, estes documentos foram avaliados sobretudo pela força do discurso que pretendiam impor como interpretação ideal e decisiva do quadro econômico coevo, não obstante as contradições dos grupos proponentes. Eles nos serviram, principalmente, como eixos por meio dos quais conseguimos perceber a formação do argumento do corpo técnico regional em favor da intervenção e do planejamento econômico em situação que se desenhava, documento após documento, de forma progressivamente mais difícil. Se eles nos permitem perceber essa construção, são incapazes de nos falar sobre a efetivação de suas propostas. Isso foi possível tangencialmente na terceira parte deste trabalho, mas também pelos próprios documentos – notadamente pelo último deles, o Diagnóstico da Economia Mineira, que elaborou justamente uma reflexão sobre os dados econômicos regionais, inclusive sob a perspectiva da incapacidade, das tentativas anteriores, de alcançar êxito nos processos em que influíram.

Por fim, na terceira parte da tese, os documentos estão relacionados à formatação da elite técnica regional e suas relações com outros grupos da elite mineira, além dos próprios marcos de sua disputa interna. Foram relevantes as Mensagens do Governador de Minas Gerais à Assembléia Legislativa, de Benedito Valadares a Israel Pinheiro (cuja validade e limite são os mesmos das Mensagens de Presidente de Província, anteriormente relatado); as revistas de associações de classe e de categoria, por permitirem dimensionar o foco e a grandeza dos problemas recortados pelos grupos em questão, bem como para perceber seus discursos e construção argumentativa; o conjunto de leis, decretos e decretos-lei que, a partir do governo do Estado, foram utilizadas para normatizar o espaço de inserção do corpo técnico à máquina pública (documento importante por permitir aquilatar o crescimento dessa normatização e dessa emergência, conquanto limitado para observar seus resultados práticos e sua real aplicação e efetivação); os discursos oficiais de várias personagens tratadas no trabalho, que permitem perceber o tom, o tema e o cerne das preocupações do grupo em tela, não obstante escondam bastidores importantes do processo, evidentemente; matérias de jornais que, identificados mais com um ou outro grupo, conforme se procurou apontar quando possível, tendiam a repercutir boa parte das disputas em questão, não obstante sempre cumprindo agenda de interesses do grupo ao qual se filiava. Ao cabo, teve

grande importância o conjunto de entrevistas que, por meio da metodologia da História Oral, se produziu ao longo do tempo com personagens relevantes do processo em tela, notadamente entrevistas realizadas no âmbito da história da CEMIG, do BDMG, pelo CPDOC/FGV, ou mesmo algumas que realizamos no âmbito de projeto ligado à reconstrução histórica do Diagnóstico da Economia Mineira, filiado ao CEDEPLAR/UFMG e coordenado pelo professor Marcelo Magalhães Godoy, do qual participamos como colaboradores. Mesmo não diretamente explicitamente citadas, estas entrevistas foram determinantes por permitirem esclarecimento sobre questões pontuais e, notadamente, para tentar alcançar, mesmo que tangencialmente, a ambiência política e econômica do período em tela.

Parte I – Elementos formativos do *desenvolvimentismo mineiro*¹²

A existência de um elemento mobilizador da elite mineira no entorno de um projeto regional de desenvolvimento econômico, visando a suplantar situação interpretada como de atraso relativo, é noção bastante difundida entre os trabalhos que se dedicam à observação tanto da construção econômica regional, e notadamente de seu pensamento, como do edifício político que sustenta a mineiridade. De acordo com essa perspectiva, desde o início do século XX um conjunto de fatores econômicos, políticos e culturais teriam sido mobilizados, de forma difusa conquanto eficiente, especialmente pelas *classes conservadoras* de Minas, procurando engendrar percepção de que se poderia arregimentar estratégia pactuada para a suplantação do atraso econômico, pensada politicamente, e tendo o poder público como principal fiador e articulador dessa prática.

¹² Cumpre esclarecer que, ao longo do texto, na medida em que se citarem as mensagens remetidas pelo poder executivo mineiro ao legislativo de Minas Gerais, optar-se-á pela utilização de sigla, abreviando a leitura. Considerando-se que até 1891 essas mensagens se dividiam em Relatórios e Falas e que a partir de 1892 são chamadas de Mensagens, e que serão utilizados excertos destes três tipos de documento, a citação será feita da seguinte forma (sempre antecédida do autor e seguida do ano do documento): RPPMG (Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais); FPPMG (Fala do Presidente de Província de Minas Gerais) e; MPEMG (Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais).

Minas Gerais teria, nesse sentido, configurada a situação de desequilíbrio regional que se estabelece sobretudo a partir da consolidação da industrialização no Brasil, enfrentado perda de substância econômica que, no limite, a colocava em delicada situação material e política quando do advento republicano. Ao cabo, essa situação pontual teria iniciado amplo processo, politicamente acordado, dedicado ao desenvolvimento econômico regional. Seria uma espécie de *desenvolvimentismo mineiro*, tomando por correta a definição de Otávio Soares Dulci (1999), que defende ter havido, em Minas, esforço de suplantação de quadro econômico recessivo por meio de pacto entre as elites políticas, econômicas e técnicas determinado pela premência de um poder público que assumiu, regionalmente, o papel de organizador e fomentador da arena econômica, com meta minimamente estabelecida no sentido do recobrimento da economia regional.

Não obstante se considere a necessidade de se manter cuidado em qualificar por *desenvolvimentismo* uma política econômica fundada na passagem do século XIX para o século XX sem um claro e articulado discurso industrializante (o que se pretende abordado na discussão apresentada na introdução deste trabalho), parece válido interpretar a agenda emergente em Minas Gerais no período por meio dessa chave explicativa. Há, no período em tela, alguns elementos que se conjugam essencialmente configurados no entorno de três grandes eixos.

O primeiro, a ideia da modernização produtiva. Originalmente vinculada à questão agrícola – mas nunca exclusivamente a ela –, a noção da modernização (compreendida coetaneamente pelo grupo aqui em evidência como introdução de conhecimentos técnicos e maquinário tecnologicamente avançado na produção) permeou de forma capital o pensamento emergente em Minas no período. O apuro técnico, o desenvolvimento de novo e moderno maquinário bem como de novas tecnologias de produção, além da estruturação e organização de seu ensino e difusão, são elementos constantes nos debates sobre a produção agrícola, mas também sobre a extração mineral, sobre os transportes voltados ao sistema produtivo ou mesmo à implantação da grande siderurgia. Em segundo lugar, a ideia de defesa do interesse nacional ou regional, sempre em relação a uma suposta espoliação estrangeira. Especialmente no tocante à questão minero-siderúrgica, este foi tema que mobilizou de forma vertical o debate econômico regional. E, por fim, e articulando todos os demais

eixos, o papel do Estado como ponto de convergência e intervenção, como elemento de equilíbrio e atuação no arranjo econômico regional, configurado como determinante por que percebido como agente externo, imparcial, tecnicamente orientado.

É em nome dessa agenda que surgem, desde 1903 e do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, as avaliações que regionalmente abordam os *programas administrativos* dedicados ao *fomento econômico do Estado* e que tratam de seu *desenvolvimento econômico*.¹³ Mas é esta mesma agenda que está, desde o último quartel do século XIX, sendo gestada por meio sobretudo de uma elite técnica ligada, institucional e intelectualmente, à Escola de Minas de Ouro Preto.

A hipótese que estrutura o fio condutor desta primeira parte desta tese é, portanto, a de que houve um *desenvolvimentismo mineiro* originado no período, que preferimos classificar por *proto-desenvolvimentismo* (por ser ainda elemento em formação, não acabado). Este *proto-desenvolvimentismo* mineiro caracteriza-se pelo empenho na modernização produtiva, na defesa dos interesses nacionais (ou regionais) em relação a uma suposta espoliação proveniente de forças externas e pelo papel ampliado do Estado, como articulador, planejador e financiador dessa agenda. Mas, sobretudo, que sua origem está íntima e determinantemente relacionada ao pensamento econômico construído pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP).

Para tanto, esta primeira parte apresenta uma breve história da Escola, ressaltando a importância de seu primeiro diretor Claude Gorceix, e aborda a contribuição do pensamento *emopiano* sob três perspectivas históricas distintas conquanto complementares: a realização do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, a gestão de João Pinheiro da Silva na presidência de Minas Gerais (1906-1908) e a disputa do governo mineiro de Arthur Bernardes contra a instalação da empresa inglesa *Itabira Iron Ore. Co. Ltda.*

¹³ Expressões comumente utilizadas nos documentos da época.

Capítulo 1 – A Escola de Minas de Ouro Preto e a “Geração Gorceix”: destaque para metalurgia e siderurgia na redefinição das elites regionais

Marcada sensivelmente pela crise da produção aurífera do final do século XVIII, responsável por profunda inflexão econômica, pareceria mesmo imprudente a região de Minas Gerais prescindir de esforço no sentido de reorganizar sua estrutura mineradora. Assim que, quando da Assembléia Provincial Legislativa de Minas Gerais de 1832, um dos projetos aprovados tenha sido, justamente, o de fundação de uma escola de ensino e pesquisa de mineralogia que, no limite, capacitasse a região à produção de estudos que pudessem auxiliar na recomposição de sua estrutura econômica (Carvalho, 2002; Menezes, 2005).

Conquanto materialmente a província mineira tivesse passado por reestruturação aparentemente bem sucedida, sobretudo por meio do que Libby (1988) considerou por um processo de acomodação evolutiva, a inversão produtiva quase obrigatória, elevando a central uma produção agrícola antes tangencial e determinando simplórias forjas de ferro e pequenas unidades têxteis como eixos de produção de riqueza regional, acabou por engendrar processo de ruralização de espaço nascido essencialmente urbano (Paula, 2000) – característica sempre presente nas regiões originalmente fundadas no entorno da mineração. Tamanha transformação, ao cabo, possibilitou a consolidação de um imaginário de atraso que, se não era efetivo, contrastaria a população mineira não apenas no período, bem como em muitas outras épocas, forjando uma percepção de insucesso sempre requerida como élan aglutinador da elite regional (Arruda, 1989: 156). Em uma sociedade constituída no fausto da mineração do ouro, urbana e (como possível, então) cosmopolita, tanto a ruralização como a inversão produtiva registravam indelevelmente a decadência e sua superação deveria passar, necessariamente, pela recomposição do apogeu minerador.¹⁴

Efetivamente, entretanto, muito pouco se realizou nesse sentido. Diferentemente da prática norte-americana, que percebia no estudo do subsolo grande oportunidade econômica, levando inclusive as elites agrícolas a financiarem estudos mineralógicos

¹⁴ Deve-se lembrar da importância de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, que já em princípios do século XIX percebia no incentivo à mineralogia a possível salvação econômica de Minas Gerais (Carvalho, 2002).

em suas terras (Freitas, 2002), em Minas Gerais foram relativamente débeis os esforços internos para a concretização de uma escola de engenharia mineralógica¹⁵ – não obstante o período imperial brasileiro seja permeado por importantes experiências geológicas, como no caso do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro.¹⁶ Antes, foi externa à Província a ideia de constituição de um centro de estudos mineralógicos em Minas Gerais.

Partiu, nesse sentido, de D. Pedro II que, por meio da expedição Thayer – que desembarcara no Brasil em 1865 trazendo os geólogos Louis Agassiz e Charles F. Hartt – sensibilizou-se definitivamente com a relevância dos estudos geológicos (Freitas, 2002). Nesse sentido, providenciou a criação da Comissão Geológica do Império, para a qual contratou Charles Hartt que, em 1870, regressara ao Brasil desta vez com a expedição Morgan. Em paralelo, em viagem à França, contatou Auguste Daubrée em busca de um profissional apto a produzir uma carta geológica e mineralógica do Brasil e

¹⁵ Costa (2006) argumenta que havia sim, sobretudo a partir da tentativa de racionalização do Gabinete Rio Branco, uma postura dedicada ao desenvolvimento minero-siderúrgico que, no limite, tendia à fundação de uma instituição voltada para o setor. Esta também é a hipótese de Menezes (2005) que, em trabalho minudente acerca do estudo da geologia na Escola de Minas de Ouro Preto, afirma que “*Era quase senso comum entre as elites letradas brasileiras da época – após o desenvolvimento material decorrente das entradas de capital das exportações de café – a incorporação e a valorização da ciência.*” (2005:30). Adiante, o autor salienta, sequencialmente, que “*No caso específico das elites mineiras era mais forte o valor atribuído ao progresso por meio do conhecimento, para dinamizar as minas e centenas de fábricas de ferro(...). O caminho traçado por Henry Gorceix achava-se ajustado ao clamor dos políticos da Província de Minas Gerais*” (Menezes: 2005, 49). A observação aos jornais do período, em que alguns representantes das elites políticas mineiras defendem tal ideia pode, contudo, eclipsar a verdadeira natureza do processo. Neste trabalho, tende-se a aceitar como mais bem colocada a interpretação de Carvalho (2002) sobre a EMOP nascer e ser mantida sobretudo como ato de vontade particular de Pedro II que de qualquer outro interesse que, conquanto existisse, não era determinante. Isso por dois motivos, a saber: i) No mesmo período, a Comissão Geológica do Império ficou à míngua sendo encerrada melancolicamente conforme sugere Freitas (2002) e; ii) considerando-se como verdadeira a hipótese de que “*O caminho traçado por Henry Gorceix achava-se ajustado ao clamor dos políticos da Província de Minas Gerais*”, conforme salienta Menezes (2005: 49), por qual motivo Gorceix justificaria de forma sistemática e repetida os investimentos solicitados à presidência da província – conforme o próprio Menezes (2005:103) salienta – como tentativas de “*aproximar-se da elite política provincial*” ou como “*justificativas usadas para convencer os políticos mineiros a apoiar esse propósito*”? Sublinha-se aqui, portanto, a existência de interesses locais na fundação de uma instituição de ensino e pesquisa de mineralogia no período em tela conforme sustentado por Menezes (2005), mas que esse não foi o fator determinante, o sendo o efetivo apoio de Pedro II e sua especial relação de amizade com Gorceix, conforme abordado por Carvalho (2002). Senão, por qual motivo Gorceix escreveria, em 1880, ao presidente da província de Minas Gerais ressaltando que “*A escola com efeito, que só tinha um protetor [D. Pedro II], que jamais faltou-lhe, era atacada por quase todos, via sua existência ameaçada, como que sujeita ao vai-vem da sorte, quer pela administração, quer por uma ou outra das duas câmaras (...)*”? (Gorceix, FPPMG, 1880:14).

¹⁶ Sobre a criação do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, responsável por administrar a coleção Werner, consultar Carvalho (2002:34) e acerca dos gabinetes científicos no Império cabe uma consulta a Figueiroa (1997), Lopes (1995) e Sá & Domingues (1996).

a estruturar o ensino de tal matéria no Império. Daubrée lhe indicou, então, Claude Henri Gorceix.¹⁷

Ex-aluno de Louis Pasteur, e já tendo consolidado reconhecida reputação científica, Gorceix – nascido em 1842 em família humilde, e órfão de pai desde 1845 – fora aluno dos principais centros de estudos franceses do período, sempre mantido por bolsa integralmente custeada pelo governo francês. Inseria-se, portanto, na tradição francesa de formação de quadros técnicos voltados para a mineralogia que, de acordo com Menezes (2005), remontava ao princípio do século XIX com as experiências sobretudo da Escola de Minas de Paris. Desembarcando no Brasil no mesmo 1875 em que começava, sobretudo por carência de investimentos, a se dissolver a Comissão Geológica do Império, comandada por Hartt, Gorceix contou com apoio e amizade de Pedro II que, ao observar a avaliação apresentada na proposta por ele preparada – que sugeria a urgência do estabelecimento de uma instituição de pesquisa e ensino de engenharia mineralógica na cidade mineira de Ouro Preto, considerados seus predicados eminentemente naturais e suas possibilidades de recobrimento do fausto anteriormente alcançado¹⁸ – concordou de imediato. Surgia, assim, a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), em 1876, legalizada pelo mesmo decreto aprovado em 1832 que, por sinal, jamais saíra do papel até então.

O ensino de engenharia no Brasil, como nas demais áreas, remontava aos desdobramentos da chegada da Corte Portuguesa em 1808 à sua colônia americana. Por meio da Academia Real Militar, era atividade dedicada às necessidades estritamente militares, sendo apenas a partir de 1858 que, com a transformação da Academia em Escola Central, se acrescentaria formação de engenharia civil. A primeira escola de engenharia essencialmente civil foi, portanto, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, proveniente de mais uma alteração na Escola Central, em 1874, e que passava a ser a

¹⁷ O contrato, assinado em 28 de março de 1874 na Legação Imperial do Brasil em Paris, estabelecia, em seu primeiro artigo que “(...) o Sr. Gorceix se compromete a ir ao Rio de Janeiro, a serviço do Governo Imperial, para aí organizar o ensino de Mineralogia e da Geologia”. (Apud: Silva, 1992:229).

¹⁸ Em conferência proferida no Museu Nacional, em que deu ciência de suas constatações alcançadas ao longo da pesquisa realizada, Gorceix indicava “(...) pois, simplesmente, senhores, os problemas que é preciso resolver para restituir às minas do chapadão superior de Minas Gerais o esplendor de seu passado. Para chegar à solução desses problemas são necessários máquinas e estudos científicos, portanto meios de transporte e uma escola onde se ensinem os métodos científicos. Ao primeiros desses misteres responde o caminho de ferro D. Pedro II que, ligando-se ao Rio das Velhas e S. Francisco, representará artéria principal do Brasil; ao segundo a criação da Escola de Minas de Ouro Preto devida à tão alta e contante solicitude de Sua Majestade o Imperador, escola, que espero, pelo zelo e trabalho dos professores e alunos se tornará digna da missão que lhe acabo de traçar.” (Gorceix, 1992: 263).

responsável pelo ensino da engenharia em todo o Império – de sorte que mesmo a Escola de Minas, ao ser fundada, deveria recorrer à aprovação da Politécnica (o que foi fonte continuada de problemas para a instituição de Ouro Preto).¹⁹

À cerimônia de inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), compareceram do então presidente da Província de Minas Gerais, o Barão da Villa da Barra, aos primeiros professores e alunos selecionados para lecionarem e estudarem na instituição, passando pelos representantes da Câmara de Vereadores de Ouro Preto e chegando logicamente ao próprio Gorceix que, em seu discurso, louvou *S.M. o Imperador D. Pedro II, cuja alta e poderosa solicitude pelos interesses da Escola de Minas nunca faltou*, discorrendo adiante acerca da importância da mineralogia para se *trilhar a senda do progresso da civilização* (Gorceix, 1992). Ciente da importância simbólica da diminuição da participação da exploração aurífera na economia regional, Gorceix ainda lembrava que não obstante ouro e diamante tivessem se escasseado, ainda seria possível auferir muita vantagem do subsolo regional, uma vez que *a fonte de tantas riquezas ainda não está esgotada*.²⁰

Para Gorceix, chegara então o momento de se explorar nova e imensa riqueza, o tempo de se enfrentar decisivamente a industrialização do minério de ferro, de forma organizada e tornada *útil ao país que a possui* pois

Não são somente o ouro e os diamantes os únicos produtos das minas do Brasil; entre todos os outros que existem, merece especial menção um que assegurará de modo durável a prosperidade da província de Minas Gerais: o ferro. (Gorceix, 1876 IN: A Escola de Minas, 1966: 13).

¹⁹ Sobre as escolas de engenharia e os engenheiros delas oriundos na transição do século XIX para o XX, em especial no tocante à promoção da “modernização” econômica nacional sugere-se os trabalhos de Kawamura (1979), Dias (1994) e Kropf (1996). No primeiro, observa-se a formação dos engenheiros paulistas por meio da Escola Politécnica de São Paulo, enquanto nos outros dois aborda-se a mesma questão, porém no Rio de Janeiro. Sobre a disputa entre a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto, cabe a consulta à Carvalho (2002), bem como aos relatórios que Henri Gorceix encaminhou aos sucessivos presidentes da província de Minas Gerais ao longo de sua gestão à frente da Escola em que, sistematicamente, acusou problemas na escola fluminense – especialmente questionando sua qualidade e suas práticas didático-pedagógicas.

²⁰ Argumento que, conforme se abordará adiante, foi insistentemente apresentado por Gorceix seja para justificar o incremento de investimentos em sua escola seja, notadamente, para convencer a elite política regional da importância de se produzir uma carta geológica da província – o que parecia mesmo uma obsessão do professor, tamanha a quantidade de vezes em que voltou ao mesmo assunto nas mais variadas oportunidades.

Para o fundador da Escola de Minas, mais que uma obrigação técnica ou científica, explorar corretamente o minério de ferro correspondia a dar devido tratamento à riqueza que, por certeza, deveria enriquecer o tesouro público uma vez que

O papel do ferro na indústria moderna é tal, que a supremacia pertencerá à nação que produzir a maior quantidade desse metal, e sob este ponto de vista, país algum é tão rico de esperança como o Brasil. Todas as províncias deste vasto império tem minas deste metal; porém em nenhuma delas as jazidas são tão importantes como na província de Minas, onde formam notável parte do solo. (Gorceix, 1992: 283).²¹

E para tal serviço, cumpria formar quadros técnicos aptos – e únicos – com competência para não se desperdiçar tamanha riqueza, de sorte que para que tal cenário frutificasse, *é necessário que haja homens capazes de dirigir tais trabalhos, homens que conhecerão os processos científicos não só relativos à exploração do solo, como também aos trabalhos metalúrgicos; em uma palavra: engenheiros de minas (...)* (Gorceix, 1976 In: A Escola de Minas, 1966: 13).

Assim que, em 1884, o presidente da província Antonio Gonçalves Chaves, ao abordar a importância da Escola de Minas de Ouro Preto para a região sublinhasse que a instituição era

(...) valiosíssima para a ciência, para o país e particularmente para a nossa província, que possui em suas riquezas naturais, até agora desaproveitadas ou desperdiçadas em explorações, praticadas pelos velhos processos rotineiros, um abundante cabedal de **prosperidade econômica e industrial**. (...)

Não há contestar, a Escola de Minas interessa poderosamente o progresso de nossa província. (Antonio Gonçalves Chaves, FPPMG, 1884: 30)

Foi com esse espírito, portanto, que se apresentava como portador do conhecimento científico capaz de determinar a recuperação econômica regional, que Claude Henri Gorceix inaugurou sua escola, ressaltando, em memória redigida em 1884, que “*sendo chamado ao Brasil para organizar o ensino de Mineralogia e da Geologia, compenetrei-me na necessidade de dar a este ensino um caráter prático e de utilidade geral*”. O professor reproduzia em Minas, naturalmente, um conjunto de preocupações cuja formação francesa lhe havia configurado.

O estudo da mineralogia, compreendida como disciplina científica específica, pode ser situado cronologicamente a partir da segunda metade do século XVIII, sendo a sistematização de seu estudo, notadamente na Alemanha, Suécia, Rússia e França,

²¹ Voltar-se-á a esta mesma citação quinto capítulo deste texto, a reinterpretando no contexto do debate sobre a exportação de minério de ferro de Minas Gerais no princípio do século XX.

elemento capital para sua institucionalização. De acordo com Menezes (2005:53), “*Esse foi o momento em que a natureza básica dos minerais foi definida, ideias sobre os domínios da Mineralogia foram desenvolvidas e a relação entre a mineralogia e as outras ciências naturais foram discutidas*”. Ainda para o autor,

A mineralogia passou a ser parte importante da educação científica a partir da segunda metade do século XVIII. Essas condições estimularam a formação de instituições mineralógicas específicas, como a Academia de Mineração de Freyberg e a de Chemnitz na Alemanha e, em 1783, a Escola Real de Minas em Paris, onde a mineralogia se tornou uma disciplina básica do ensino acadêmico. (Menezes, 2005:53).

As várias transformações que se sucederam na estrutura de ensino superior na França entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX²², naturalmente decorrentes do conturbado processo político local, proporcionou sua adaptação pós-queda de Napoleão levando, no que concerne ao estudo da mineralogia (especialmente a partir de 1816) à existência de um sistema híbrido: a refundação da Escola de Minas de Paris (com cursos mais longos e essencialmente teóricos) e a fundação da Escola de Minas de Saint Etienne que, a partir da perda dos territórios em que se localizavam as duas escolas práticas que haviam, inclusive, permitido à França o abandono de política de importação de engenheiros graduados em Freyberg, propunha-se à formação de quadros técnicos em menores períodos e mais pragmáticos que na escola de Paris.

Nesse sentido, o desenvolvimento da mineralogia, da geologia e a própria dinâmica institucional de seus estudos, na França, são elementos determinantes a orientar o professor Gorceix quando da instalação da Escola de Minas de Ouro Preto, instituição em que buscou aliar a qualidade acadêmica da Escola de Paris, em especial no tocante à sua capacidade de engendrar a defesa da exploração das minas pelo Estado, com a percuciência pragmática que caracterizava a Escola de Saint Etienne – cuja formação era mais rápida e pressupunha-se essencialmente prática, determinando assim o estudo da geologia em Minas Gerais voltado especialmente às questões atinentes ao evolver econômico.

²² No que tange a este trabalho, especialmente o encerramento temporário das atividades da Escola de Minas de Paris e a fundação da Escola Prática de Persey e da Escola Prática de Geislautern que, então, passaram a ser responsáveis pela formação de quadros técnicos dedicados às indústrias de extração mineral e produção siderúrgica gerando modelo de ensino exitoso, por que mais rápido e menos teórico que o anteriormente adotado pela Escola de Minas de Paris, ligado essencialmente aos centros produtivos.

Uma observação atenta à documentação produzida por Gorceix desde seu desembarque no Brasil revela, contudo, profissional dedicado a questões muito mais amplas que apenas o ensino de geologia.

Nesses termos, Gorceix apresentou projeto, ao presidente da província, de iluminação pública de Ouro Preto, oferecendo-se inclusive como supervisor dos trabalhos e alertando para a relevância da energia elétrica como fonte futura de geração de energia adequada para a solução do problema energético que já se desenhava como entrave regional.²³ Não lhe escapavam observações acerca do incremento da produção agrícola mineira (de sorte ser de sua autoria a primeira proposta de organização de escolas de ensino agrícola), além de considerações gerais acerca da qualidade do ensino secundário em Minas Gerais no período,²⁴ bem como de críticas ao modelo de ensino de engenharia da Politécnica do Rio de Janeiro. Deve-se registrar, inclusive, a campanha que empreendeu juntamente à presidência da província para receber autorização para realização de uma Carta Geológica de Minas Gerais, que afirmava ser o *fecho, o coroamento de* [sua] *carreira* (Gorceix, 1992: 243). Documento que compreendia determinante para o futuro da instituição que dirigia, na medida em que gerava demanda de mão de obra específica que apenas sua própria escola poderia suprir (notadamente em período que seus formandos não alcançavam destinação no mercado de trabalho), a Carta Geológica representava, de acordo com Gorceix, momento de exponencial grandeza para o futuro econômico de Minas, de sorte que

Há uma obra verdadeiramente patriótica a empreender-se, tão útil ao país, quão gloriosa para aqueles que ligarem seus nomes à sua realização: é a da *Carta geológica* da província de Minas. (...)

É um trabalho que interessa altamente à agricultura, à indústria, à colonização, trabalho muitíssimo reclamado e que, por causa de projetos mal

²³ Mais especificamente, o relatório apresentado por Gorceix aborda duas possibilidades de iluminação pública para Ouro Preto: 1) Iluminação por combustão de gás carburetado e; 2) Iluminação a luz elétrica. Tece vários comentários sobre ambos, incluindo suas aplicabilidades e materiais de alimentação, mas conclui que “*Para muitas pessoas a luz elétrica é sistema de iluminação do futuro, que fará desaparecer todos os outros processos*” (Gorceix, 1992: 300).

²⁴ O que o levou inclusive a oferecer cursos aos professores do ensino primário e secundário que visavam a instruí-los sobre o que e como ensinar. É relevante destacar que o ofício do professor para Gorceix era considerado determinante de forma que afirmava que “*Para este ensino, tal como eu o entendo, tal como entendem as nações que marcham na vanguarda do progresso, são necessários mestres e material. Esses mestres não podem ser nem advogados, nem médicos: devem ser professores, nada mais que professores. Pode-se ser bom advogado, excelente médico, hábil engenheiro e detestável educador da mocidade. Não basta saber-se o que se ensina para fazê-lo compreender aos outros. (...) É preciso saber-se muito mais do que o que se ensina e sobretudo conhecer os meios de fazê-lo compreender aos outros*”. (Gorceix, FPPMG, 1880:14).

apresentados, com despesas exageradas e ideias de especulação, tem sido julgado difícil e de onerosa execução. (Gorceix. FPPMG, 1884: 41)²⁵

Mas, se as preocupações do diretor da Escola de Minas eram múltiplas, e seus trabalhos também, não se deve perder de vista seu foco: conceber uma estrutura economicamente viável por meio da extração e do beneficiamento do minério de ferro que atendesse, sobretudo, aos interesses do poder público regional e que empregasse, para tanto, essencialmente, os engenheiros de minas formados por sua Escola. Nesse sentido, Gorceix advogou uma plataforma coesa, seja em seus discursos ou em suas correspondências, baseada em um firme tripé: levantamento da riqueza mineral, concepção e implantação de indústria siderúrgica e priorização do interesse estatal na empreitada – inclusive quando fosse necessário apoiar a iniciativa privada. Assim, em parecer enviado ao presidente da província acerca de requerimento expedido por uma companhia privada de exploração de ouro, solicitando autorização para prospecção de novas minas, Gorceix afirmaria que

A meu ver, e é princípio admitido por todos, todas as empresas industriais, de qualquer natureza que sejam, devem encontrar no Governo toda a animação e auxílio possível. (...) a administração não deve embarçar de nenhum modo a iniciativa particular, quer pelas leis que ela apresenta ao Parlamento, quer pelos regulamentos que devem reger a execução dessas leis (...) (Gorceix, 1992: 238)

Para concluir que,

Entretanto, esta facilidade com a qual o Governo deve receber os pedidos de permissão para pesquisas tem necessariamente um limite quando se trata, em particular, da indústria mineira, sem o que não conseguiria ele o fim que tem em vista (...)

(...) o Governo, pela sua condescendência, facilitou a organização de empresas industriais, mas muitas vezes, em prejuízo de um grande número de cidadãos e em benefício de alguns especuladores pouco dignos de benevolência, o que, certamente, não é moral. (...)

Portanto, o Estado tem o direito e o dever de tomar certas precauções na concessão das minas e de não facilitar demais a obtenção de semelhantes concessões. (Gorceix, 1992: 238, 239).

Essa defesa intransigente da propriedade mineral, sobretudo articulada ao estrito interesse econômico do poder público, é característica determinante dos documentos

²⁵ Novamente, deve-se sublinhar que sua campanha pela produção de uma Carta Geológica de Minas Gerais cumpria, além de sua implicação econômica, nítida relação com aquilo que deveria ser a função de uma instituição do porte que se propunha a Escola de Minas, notadamente se percebida em comparação com suas matrizes francesas. Menezes (2005: 58) lembra que partiu de ex-alunos, e então professores, da Escola de Minas de Paris a realização da Carta Geológica da França, produzida no início da década de 1820, de modo que, de acordo com Aguillon (1889) seria determinante que os alunos da Escola de Minas de Paris se voltassem “aos estudos geológicos propriamente ditos, e notadamente, à preparação de cartas geológicas”. (Aguillon, 1889 *apud* Menezes, 2005).

deixados por Gorceix. Além disso, pode-se vislumbrar nessa documentação o modelo específico de indústria siderúrgica que se deveria implantar em Minas Gerais. Uma siderurgia que abandonasse definitivamente as forjas catalãs e os fornos cadinhos, em favor dos fornos altos, essencialmente alimentados com carvão de madeira – o que mais tarde consagraria a visão dos engenheiros de Minas na discussão acerca da grande siderurgia brasileira na década de 1930.²⁶

Outro elemento que merece destaque no legado construído e deixado por Gorceix diz respeito à importância que conferia à produção de legislação específica concernente ao subsolo, bem como a necessidade de um engenheiro formado em sua instituição ter amplo conhecimento dessa matéria. Nesse sentido, foi dedicado consultor de seus ex-alunos que exerceram cargos no legislativo, quando dos debates acerca de normatização legal para as Minas – tema aprofundado adiante. Para Gorceix, “*desde que a legislação das minas constitua um corpo de doutrinas, organizar-se-á este ensino, podendo a ele reunir-se o direito administrativo e economia política.*” Sobretudo, apontava que “*É, certamente, útil ao engenheiro conhecer as leis de seu país, especialmente aquelas que dizem respeito à sua profissão, sua história e filosofia*” (Gorceix, FPPMG, 1884: 40).

Gorceix tinha muito claro, também, desde o princípio de suas atividades à frente da Escola de Minas, a necessidade de implantar uma metodologia que diferenciase a instituição em relação sobretudo à Politécnica do Rio de Janeiro, notadamente no tocante à pesquisa. Para o professor, era determinante que se desenvolvesse mecanismo competente de investigação que produzisse frutos econômicos efetivos para a província sublinhando que “*Copiar, repetir servilmente o que se faz em outros países é condenar-se fatalmente a insucessos, nos quais haja muitos a registrar-se no Brasil*” (Gorceix, FPPMG, 1880: 14). Para Gorceix, por conseguinte, a pesquisa era o meio ideal de se

²⁶ Segundo Silva (1992:241), “*Gorceix ainda teve ocasião de ver realizado um seu sonho em Minas Gerais: o forno alto substituindo forjas catalãs e cadinhos.*” Silva (ibidem, 241-2) acrescenta que, inclusive, Gorceix enviara um ex-aluno da EMOP para visita técnica à Compagnie des Forges d’Audincourt na França, sendo “*A escolha dessa usina (...) por que seus dois fornos trabalhavam com carvão de madeira, exatamente o tipo indicado para estabelecer no Brasil (...)*”. Para o professor francês, inclusive, era “*questão de grande interesse*” encontrar argila em condições de fomentar a fabricação de tijolos refratários especiais para a construção dos altos fornos. Essa opção pelo carvão vegetal em detrimento do tradicional carvão mineral (hulha) empregado na siderurgia provavelmente remontava ao início das investigações de Gorceix acerca do subsolo de Minas Gerais, quando considerou, em conferência apresentada em 31 de março de 1881, que “*(...) na chapada superior de Minas não encontrei vestígios de hulha*” (Gorceix, 1992:269).

levantar e se sistematizar conhecimento mas, também, de se ensinar o conteúdo. Assim, há o registro sempre detalhado das excursões que realizava, com alguns auxiliares ao longo de suas férias, bem como o detalhamento das excursões investigativas realizadas pelas turmas discentes da Escola, sempre sob orientação dos professores para, por meio de trabalhos práticos, estabelecer algum tipo de diagnóstico. Seja por interesse efetivo, ou mesmo com o intuito de justificar os constantes pedidos – sempre atendidos ao longo da fase imperial – de aumento de verbas para excursões submetidos ao poder público da Província (que não era o responsável direto pela manutenção da Escola), tais trabalhos de pesquisa sempre se justificavam além da própria questão pedagógica ou científica. Antes, procurava sublinhar sua relevância eminentemente econômica. Assim que afirmaria, a 18 de setembro de 1880 que

A indústria do ferro, a fabricação do carvão, os veeiros de chumbo, os indícios de jazidas de cobre etc. etc, são assuntos de estudos de alto interesse. Não é fazendo rápidas viagens, excursões, em que somos obrigados a percorrer 7 e 8 léguas por dia, que poderemos resolver estas questões.

Para fazer estes estudos, é preciso ter tempo, e possuir meios de executar pesquisas nos terrenos.

Exige, portanto, agora a escola ainda mais cuidados. (Gorceix, FPPMG, 1880: 17)

E desse modo, apresentava-se como de indiscutível interesse sobretudo se conseguisse soerguer uma economia em estado de necessária recuperação, para a qual não deixava de se dedicar a Escola, de sorte que mesmo o presidente da província, em 1881, João Florentino Meira de Vasconcellos, justificava investimentos na EMOP destacando que

Se for favorável o resultado [de pesquisas de jazidas no norte da província], como supõe o Dr. Bovet [professor da Escola de Minas], se se organizar uma companhia regular para exploração destas lavras, é claro, diz ele, e eu o creio, que começará uma nova era de prosperidade para o norte de Minas, que se erguera do abatimento em que caiu pela decadência da extração dos diamantes. (João Florentino Meira de Vasconcellos, RPPMG, 1881: 46).

Ao lado de Gorceix, estavam também os seus primeiros engenheiros de minas formados pela EMOP que, inclusive, acompanhavam o professor no que toca ao ensino sendo Costa Sena, muito provavelmente, seu principal seguidor. Os estudos de Gorceix, bem como os de seus alunos, ganha efetiva publicidade por meio dos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto, publicados com alguma periodicidade especialmente no período de Gorceix a frente da instituição, financiados pelo governo provincial. Neles, nota-se a defesa da indústria siderúrgica como elemento determinante para o progresso

econômico da província, sendo este o principal tema a ocupar o espaço dos Anais (Menezes, 2005).

Claude Henri Gorceix dirigiu a instituição de sua fundação até o final de 1891 quando, após agitada campanha contra seus métodos, proveniente tanto de alguns alunos como de professores da casa como de outros, da Politécnica fluminense, optou pelo afastamento – o que o levou novamente à França natal. A observação atenta dos relatórios dos presidentes de província ao longo do final do período imperial mostra um professor ativo e influente, pautando discussões com deputados e os próprios presidentes provinciais (que inclusive se sucediam com enorme fluidez). Mas mostra, também, que o fim do Império registra o início de uma fase de dificuldades para Gorceix que, sem apoio de seu principal pilar, Pedro II, seus métodos e os custos de sua escola dificilmente resistiriam – senão pelo contato com alguns republicanos com bom trânsito na Escola (como João Pinheiro ou Antonio Olinto dos Santos Pires). A campanha contra Gorceix, que extrapolou os muros da Escola, espalhando-se pelos jornais do Rio de Janeiro inclusive, e que levou à sua queda, pode ter sido motivada por variados fatores, dentre os quais especialmente o alto salário do professor (especialmente se comparado com aqueles pagos aos docentes da Politécnica) bem como a perda de sustentação política específica, após anos de confrontos com a elite política regional.

É fato, contudo, que se o método e o humor do professor Gorceix, considerados especialmente rígidos e desmedidamente rudes, motivaram uma campanha de desestabilização, pouco tempo depois a memória institucional já se definia em suposta herança deixada por Gorceix, lastreada justamente na justeza de hábitos e métodos (Barbosa, 2005). Curiosamente, o principal predicado dos engenheiros formados pela Escola de Minas, lentamente, passou a ser ter herdado o *espírito de Gorceix*, sempre requerido pelos egressos como fator diferencial no seio da categoria profissional do engenheiro.²⁷

27 Logo após a morte de Gorceix, ocorrida em 1919, inicia-se amplo trabalho de reconstrução da memória institucional visando à supressão de quaisquer traços de indisposição com o professor e sublinhando sua herança como eminente diferencial emopiano, levando inclusive a EMOP a prestar várias homenagens oficiais como o envio de delegação à França, depositar coroa de flores no túmulo de Gorceix (Barbosa, 2005).

O que, por ora, parece ser relevante ao que interessa a este trabalho, é justamente a formação de uma identidade *emopiana*, pautada por três elementos chave: i) a ênfase na pesquisa, especialmente do subsolo, como meio de desenvolvimento intelectual; ii) a defesa da exploração mineralógica e o desenvolvimento siderúrgico como determinantes para o desenvolvimento da economia regional e; iii) o papel do poder público, como principal beneficiário dessa agenda, mas também como seu elemento estruturante. E essa identidade, por conseguinte, lastreava-se, no que toca à formação da categoria profissional do engenheiro em Minas Gerais, nos primeiros anos de funcionamento da Escola de Minas de Ouro Preto e, notadamente, no legado deixado por Gorceix. Desse modo, apenas dois anos após sua morte, ocorrida em 1919, o professor Mário de Lima afirmaria que

Henri Gorceix é bem um grande nome, incorporado ao **patrimônio científico** de nossa pátria e particularmente caro ao coração mineiro...

Gorceix não era um organizador idealista. Era um espírito prático. Cercou-se de companheiros à altura da empresa de que se fizera alma-mater...

Sucederam-se vários regulamentos. Ampliou-se, mais tarde, o curso da Escola. Renovaram-se, com o tempo, o pessoal administrativo e o docente. **O espírito do instituto não sofreu solução de continuidade...**

O sopro animador de Gorceix jamais deixou de insuflar vida ao estabelecimento (Lima, 1921: paginação não informada – grifo nosso).

Para concluir que

(...) o seu espírito [de Gorceix] ficou pairando, tutelarmente, sobre esta casa, e a tradição de amor ao trabalho e devotamento à ciência ainda hoje se conserva, passada, como precioso patrimônio, de geração a geração (Lima, 1921: paginação não informada).

Assim que, de acordo com Barbosa (2005), não apenas aqueles que foram alunos do professor Gorceix, mas todos aqueles que se formaram na Escola em suas primeiras décadas de funcionamento, correspondem a uma geração muito específica, que optou-se por nomear *Geração Gorceix*. Formada essencialmente por ex-alunos da Escola, essa geração é composta pelos engenheiros de minas que, lentamente, ocupam os espaços no poder público, defendendo a necessidade de recuperação econômica regional pautada, preferencialmente, pelo desenvolvimento de uma agenda industrializante – essencialmente minero-siderúrgica – em que o poder público atuasse de forma objetiva e determinante, sobretudo por que informado com competência pelos dados alcançados com pesquisas que apenas um corpo técnico bem preparado (dado seu *devotamento à ciência* [que] *ainda hoje se conserva*) poderia oferecer.

Deveria caber ao Estado, de acordo com esses engenheiros, o papel de pesquisar as riquezas regionais, notadamente no âmbito mineral, estipulando formas de desenvolvimento de uma indústria que, de acordo com João Pinheiro (que não era engenheiro, mas que havia estudado na Escola de Minas por dois anos enquanto Gorceix ainda estava na instituição), em 1907, deveriam basear-se na técnica uma vez que

Os remédios apontados não são os do empirismo e nem as aventuras de experiências novas, senão o caminho do trabalho, esclarecido pela ciência, e amplamente iluminado pelo exemplo de outros povos que, por ele e com ele, sem recursos iguais aos nossos, estão ostentando um assombroso poder (João Pinheiro, MPENMG: 1907, 55-6).

É assim que lenta, mas efetivamente, a agenda defendida por Gorceix vai ganhando contornos efetivos e, mesmo com sua ausência, consegue consolidar um novo grupo de interesse e influência no entorno do poder público regional. Nesses termos, a valorização insistente da pesquisa como único meio pelo qual se deveria construir o conhecimento científico somada à campanha reiterada pela permissão e pelo financiamento público da realização da Carta Geológica de Minas Gerais apontam, de forma muito sugestiva, para a relevância do diagnóstico das potencialidades regionais como elemento determinante para o recobrimento econômico. Proceder a esse diagnóstico, por sua vez, impunha obrigatoriamente entregá-lo a profissionais competentes, aptos, capazes de, dadas as qualidades de suas formações, realizar “*suas investigações como mineralogistas, zoólogos, botânicos e geólogos*”. (Gorceix, FPPMG, 1884:80). E fazê-lo impunha, por fim, uma agenda permeada pela preocupação constante com a necessidade de recuperação econômica, que na leitura *emopiana* desde o fim do século XIX tenderia, de forma preferencial, à indústria siderúrgica de sorte que o presidente da província já em 1882 afirmava, em seu relatório submetido à Assembléia Provincial que, quanto à Gorceix, “*O desenvolvimento da indústria do ferro é um dos estudos de que mais se preocupa o Diretor (...)*” (FPPMG, 1882: 37).

De forma promissora, aparecia o ferro como grande mola propulsora do crescimento econômico de Minas Gerais, região cujo apogeu do ouro ainda pairava como exemplo de decadência material a ser suplantada. Em nome desse recobrimento, e valendo-se dessa percepção, Gorceix afirmaria, em conferência de 1881, que “*Vemos o ferro aproximar-se do ouro e isto devido à iniciativa de 110 pequenos fabricantes de ferro, párias da indústria que conservam acesa a centelha que, como espero, em breve*

se tornará em incêndio” (1992:269). O incêndio era a grande siderurgia, por meio de grandes usinas, valendo-se de altos fornos alimentados com carvão vegetal, tendo os engenheiros de minas *emopianos* como os principais responsáveis – seja no que toca à condução dos empreendimentos, seja no que concerne à pesquisa específica para implantá-los.

Surgia, então, e por meio da Escola de Minas de Ouro Preto e de seus engenheiros recém-formados, o embrião de um corpo técnico que visava tanto à reconstrução econômica regional, em novas e promissoras bases amparadas que estavam em um projeto que Dutra (1990) considerará embrionariamente burguês, como sua própria afirmação no seio de uma elite econômica e política que se auto-apresentava como as *classes conservadoras*. De acordo com Barbosa (1993), pode-se perceber no período em tela um processo gradual conquanto efetivo de consolidação da categoria profissional do engenheiro em Minas Gerais, marcado essencialmente por sua diferenciação no interior da elite. O primeiro traço característico desse processo, de acordo com a autora, é que o saber passa a ser considerado como arma de um grupo na disputa pelo poder e, o segundo, apresenta-se por meio da gestação e consolidação de um projeto de gestão da sociedade visando a sua modernização. Para a autora, portanto,

Tanto as duas escolas de Direito (São Paulo e Recife) quanto as de engenharia (Rio de Janeiro e Ouro Preto) preparavam membros da classe dirigente para suas funções de gestão da sociedade (Barbosa, 1993:45).

Na disputa interna à classe dirigente, decorrendo da implantação de um novo modo de organização das relações de produção, contudo, ao ‘conhecimento moderno’ são confrontados os bacharéis e os eclesiásticos

... e os engenheiros tornam-se o paradigma de uma nova linhagem de intelectuais da elite. Isso acontece justamente por que, no novo arranjo das forças produtivas que começa a se instalar, sua posição é estratégica: esses profissionais são os agentes portadores dos conhecimentos mais adequados, mais próximos do núcleo fundador da legitimidade do arbítrio cultural que vai se tornando dominante (a ciência e a técnica) (Barbosa, 1993:45-6).

Nesse sentido, o espaço da escola é fundamental e decisivo uma vez que ela se constitui no centro irradiador do conhecimento científico bem como é determinante no que concerne a preparar o profissional para a pesquisa científica. Para Barbosa (1993), a EMOP cumpriu justamente o papel de consolidar essa nova categoria profissional que, mais que um grupo emergente voltado ao trabalho técnico, representou uma nova leitura

do quadro regional, oferecendo novas possibilidades de desenvolvimento – o que, conforme se abordará na sequência deste trabalho, poderá ser percebido claramente.

É evidente, no entanto, que a consolidação dessa agenda demoraria ainda um tempo considerável. De acordo com Carvalho (2005), há três grandes fases a consolidar a história de Minas Gerais. A primeira, consagrada pela “voz do ouro”, marca a ascensão de uma sociedade mineradora caótica e essencialmente convulsionada, na qual a liberdade determina e estrutura sua substância histórica; a segunda, a “voz da terra”, das Minas de meados do século XIX em diante, consagrada pela matriz conservadora da tradição e da cautela imposta por sua ruralização econômica e social. Já a terceira, nascida a partir da década de 1930, seria composta pela “voz do ferro” que, estabelecida na aliança entre os grupos conservadores da “Minas da terra” e aqueles ligados a um projeto de industrialização regional, sublinharia o progresso como seu élan determinante. Ainda para Carvalho (2005), não obstante em Minas a República Velha tenha sido a própria encarnação do poder da “Minas da terra”, é nela, por meio notadamente dessa geração de engenheiros da Escola de Minas, que emerge a “Minas do ferro” obtendo a EMOP, segundo a hipótese sugerida por nosso trabalho, portanto, contornos definitivos no que tange à própria história do desenvolvimento regional.

Capítulo 2 – O republicanismo de João Pinheiro e sua geração: da fundação da república, da construção da nova Capital, da influência do pensamento positivista em Minas

A consolidação de uma instituição como a Escola de Minas de Ouro Preto, na transição do período imperial para o republicano, teve como desafios não apenas justificar os elevados investimentos necessários à suas instalação e manutenção, bem como constituir espaço específico de atuação para uma categoria profissional que se originava, no caso brasileiro, naquele instante. É fato que desde ao menos a década de 1860, por meio dos egressos da Escola Central, havia uma campanha pelo reconhecimento da categoria profissional do engenheiro, notadamente em oposição à ampla aceitação do trabalho do mestre de obras, inclusive nas obras públicas (Coelho, 1999; Diniz, 2002).²⁸ Este reconhecimento pleno da categoria, entretanto, somente foi alcançado a partir de 1933 quando, sob a égide do período varguista, institucionalizou-se a profissão, organizando-se estrutura de Conselhos Federais e Estaduais para nortear os procedimentos e inscrever os diplomados como únicos praticantes legais das ciências da engenharia (Dias, 1994) – assunto detalhado no Capítulo XII deste trabalho.

Deve-se ponderar, portanto, que o início das atividades da Escola de Minas de Ouro Preto não apenas estabelece um corte significativo no tocante ao debate sobre o recobrimento econômico regional ou no que tange à própria normatização de uma política de extração e beneficiamento do minério de ferro, manganês ou demais riquezas minerais;²⁹ antes, representa também emergência de espaço para a conformação de novo

²⁸ Deve-se sublinhar, contudo, que essa campanha embrionária não tinha nenhuma relação com a engenharia de minas que, por sinal, de fato não existia na formação do engenheiro brasileiro. Assim que, por exemplo, torna-se recorrente a reclamação de Gorceix de que seus alunos, ao se formarem, não encontravam espaço para atuar, o que justifica tanto a inserção da cadeira de estrada de ferro e resistência de materiais, instituída na Escola de Minas a partir de reforma curricular de 1881, como forma de minimizar a formação estrita em mineralogia e afins, bem como é digna de nota a campanha empreendida pelo professor para que um ex-aluno seu fosse admitido como professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Carvalho, 2002; Barbosa, 2005). Em 1884, por exemplo, escreveria ao presidente de província que *“A meu ver todos os engenheiros da escola [de Minas], propriamente dita, devem ter o título de engenheiro da escola de minas de Ouro Preto. Mas, em virtude da instrução que aí recebem, devem gozar de todos os direitos e privilégios que os engenheiros civis, sejam eles de escolas nacionais ou estrangeiras”* (Gorceix, FPPMG, 1884:38).

²⁹ Conquanto não inaugurasse essa preocupação, contudo, dava a ela o derradeiro perfil técnico e científico moldado institucionalmente. Por isso mesmo, boa parte dos principais representantes do debate sobre a política minero-metalúrgica a partir da década de 1880 se relaciona diretamente com a EMOP. A respeito ver Santos (2009).

grupo dentro da elite letrada (Barbosa, 1993), então e tradicionalmente essencialmente bacharelada no Direito (Carvalho, 1981). Assim que se deve destacar que enquanto a EMOP representa elemento novo no que concerne ao desenvolvimento regional (Carvalho, 2002; Dulci, 1999; Barbosa, 1993), não deixa de significar, também, elemento de diferenciação da elite mineira, municiando de conhecimentos e práticas novas determinados setores das *classes conservadoras* (Faria, 1992).

Ademais, em uma sociedade hierarquizada e pouco diversificada, especialmente em uma capital como Ouro Preto do final do século XIX, a tendência natural é que tanto a instituição como o professor Gorceix, e incluindo também seus alunos e ex-alunos,³⁰ tenham levado à abertura de outras formas de diálogo, com novas preocupações e interesses, junto às *classes conservadoras*. Nesse sentido, Faria (1992) sugere ser bastante provável que tenham influenciado firmemente o debate político e econômico do período – inclusive por propor abordagens invulgares para questões determinantes para a região, no qual a perspectiva da modernização agrícola foi, certamente, a principal (Dulci, 2005; Machado, 2010).³¹

Por outro lado, parece também natural que essa influência tenha sido mútua. Ou seja, se a EMOP influenciou o debate, também foi por ele influenciada, de modo que não obstante tenha inserido as preocupações com a siderurgia e a mineralogia nas elites regionais, teve também de deparar-se com a influência crescente do movimento republicano (que inclusive entusiasmou determinantemente professores e alunos de um Gorceix assumidamente monarquista) como do próprio pensamento positivista, mesmo que avesso aos pressupostos de Gorceix (Costa, 2006).

No caso do pensamento republicano, por exemplo, é sugestivo notar que do total de assinaturas constantes da ata de fundação do Congresso Republicano Mineiro, organizado por João Pinheiro e Antonio Olinto dos Santos Pires em 1888, a maioria seja

³⁰ Por meio de suas conferências e seus trabalhos publicados em relatórios e nos Anais da Escola de Minas (Menezes, 2005) ou mesmo de sua representação política ou diplomática, no primeiro caso nas esferas do poder público estadual e federal e, no segundo, na representação do Brasil e de Minas Gerais nas Exposições Universais (Santos, 2009).

³¹ Embora não única. O longo debate estabelecido acerca da política mineral pós Constituição de 1891, defendendo modelo específico pautado pela pertinência da exportação do minério de ferro por companhias estrangeiras (modelo que não resistiria ao período iniciado em 1915, com a Lei Calógeras), aponta nesse sentido, de sorte que Santos (2008:01) afirmará que “*Nos anos finais do século XIX e na primeira década do século XX, ocorreram intensos debates entre engenheiros, políticos e empresários sobre o desenvolvimento da mineração no Estado de Minas Gerais*”.

de pessoas ligadas à EMOP, sendo que muitos dos republicanos que fundaram o Partido Republicano de Ouro Preto também estavam ligados à Escola de Minas (Costa, 2006).³²

A percepção da presença dos ideais republicanos em Minas desde ao menos os inconfindentes em final do século XVIII, passando pela enorme influência de Teófilo Ottoni especialmente na cidade do Serro a partir do final da década de 1840, é fonte explicativa de certa historiografia no que tange a uma prematura e especial tendência mineira aos ideais republicanos e libertários. Assim que Costa (2006), por exemplo, ao abordar a formação política de João Pinheiro, determinasse a grande contribuição do pensamento republicano desde sua infância, passada no Serro em que, alguns anos antes de seu nascimento, Teófilo Ottoni³³ divulgava seu republicanismo por meio do jornal “*Sentinella do Serro*”.³⁴

João Pinheiro da Silva é uma figura de destaque, neste cenário que aqui se esboça, muito embora não tenha se graduado engenheiro pela EMOP; antes, formou-se bacharel em Direito em São Paulo em meados da década de 1880. A história de Pinheiro, no entanto, é bastante relevante de certo traço característico desse estrato das classes conservadoras que se procura sublinhar neste texto.

³² “Com a presença de representantes de quarenta e sete municípios da província, realiza-se o Congresso Republicano em Ouro Preto. As sessões são presididas pelo professor da Escola de Minas, Leônidas Botelho Damásio, servindo como secretários João Pinheiro e Francisco Ferreira Alves. A Comissão Central Permanente do Partido ficou assim constituída: João Pinheiro, Leônidas Damásio, Domingos José da Rocha, Francisco Ferreira Alves e Antonio Olinto dos Santos Pires”. (Barbosa, 1980:16)

³³ Cumpre ressaltar a importância de Ottoni para a tradição republicana mineira, notadamente a partir da reconstrução de sua participação política, procedida historiograficamente no século XX. Carvalho (2005:60-61) considera, por exemplo, que “O percurso político de Teófilo Ottoni seguiu lógica impecável. Envolveu-se nas lutas liberais da Regência. Quando da abdicação de D. Pedro I, levantou a população do Serro em ação que lembrava um town meeting da Nova Inglaterra. A população apoiou a abdicação de D. Pedro I e a aclamação de D. Pedro II como imperador. Em 1842, pegou em armas na revolta liberal de São Paulo e Minas contra o que imaginavam ser o perigo de um monopólio do poder pelos conservadores. (...) Em 1847, criou, em parceria com um irmão e por concessão do governo mineiro, a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri. (...) Foi nesse sertão que, em 1852, às margens do rio de Todos os Santos, em gesto de forte simbolismo, fincou o marco de futura cidade a que deu o nome de Nova Filadélfia. O terreno lhe foi doado por dois caciques indígenas. Familiarizado com a história dos Estados Unidos, o gesto dos caciques lhe trouxe imediatamente lembranças daquele país: “Assim começou nos Estados Unidos a ocupação da Pensilvânia. Sorriu-me a analogia, e aceitando o auspicioso fausto, tomei de posse minha Filadélfia”. A extensa citação se justifica por, além de traçar breve perfil de Ottoni, permitir que se realce traço considerado peculiar tanto aos inconfindentes do século XVIII como aos republicanos do período de Ottoni bem como, ao final do século XIX, do grupo de João Pinheiro: a vertical valorização da Revolução Americana e sua herança federativa.

³⁴ Primeiro periódico do Serro, fundado por Ottoni em 1830, cumpria desde sua origem forte oposição à monarquia tendo, em sua primeira página, divisa que informava que “O fim de toda associação prática é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à opressão” (Azevedo, 2000:178).

Nascido em 1860, no Serro, de pai imigrante italiano e mãe de Caeté, ambos de origem relativamente humilde, João Pinheiro teve formação católica rígida, originalmente por ser de família católica bem como por acompanhar o padre João de Santo Antonio (amigo de sua família e seu padrinho) em viagens por Minas Gerais entre 1876 e 1879 e, na sequência, por tornar-se aluno do Seminário de Mariana – instituição em que seu irmão, José, se consagrara padre naquele mesmo ano de 1879 em que João nele ingressava. Desde cedo, entretanto, por conta de sua orfandade precoce (o pai faleceu quando ele contava com três anos de idade), sofreu grande influência de seu tio, Luis Antonio Pinto, a quem atribuiu seu interesse também precoce pelos valores republicanos.³⁵

Egresso do Seminário de Mariana, matriculou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1879, sendo aluno da instituição por dois anos seguidos. Os problemas de empregabilidade relacionados à formação de engenheiro de minas (o que fizera Gorceix inclusive alterar a própria estrutura do curso), no entanto, levaram Pinheiro a desistir da formação em engenharia, ingressando no curso de Direito em São Paulo. Costa (2006) sugere que esse período inicial de Pinheiro na EMOP foi determinante por, primeiramente, travar contato direto com outros republicanos que, no futuro próximo, se tornariam determinantes para o avanço dos ideais republicanos em Minas³⁶ e, em segundo lugar, por provavelmente travar contato, pela primeira vez, com obras de Auguste Comte.³⁷ Este trabalho concorda que o período *emopiano* foi fundamental para a formação de Pinheiro, mas acrescenta que um dos fatores determinantes para isso foi sua convivência com Gorceix e, naturalmente, com tudo aquilo que representava o universo da Escola e do professor.

³⁵ Diria Pinheiro, em correspondência ao tio, que “*impressão duradoura foi a que resultou para o meu espírito quando em sua fazenda, ouvi pela primeira vez a palavra da República, e outras, e desde então o trabalho lento que se começou a operar levou-me (...) até a afirmação plena de tudo que meu tio me tinha ensinado*” (De Silva, João Pinheiro da. Ouro Preto-MG, para Pinto, Luís Antônio, Serro-MG. 15/11/1889, cx.2, doc 137 *Apud* Costa, 2006: 88). Deve-se destacar que a maior parte das informações aqui trabalhadas acerca da primeira fase da vida de Pinheiro está baseada em relevante trabalho de Costa (2006), em que se reconstrói, de forma inédita, o percurso da personagem até seu aparecimento efetivo na vida pública.

³⁶ O caso de Antonio Olinto, também natural do Serro, nascido no mesmo 1860 que Pinheiro e seu colega de turma na EMOP, talvez seja o mais especial.

³⁷ Embora essa informação seja apenas uma ilação de Costa pois, como prova da afirmação, possui apenas a informação de que, quando de sua passagem pela EMOP, já haviam duas obras de Comte no acervo da biblioteca (um acervo que, em 1879, de acordo com relatório enviado por Gorceix ao presidente de província, contava então com 2645 volumes) e que seus cadernos, não datados, contavam com pensamentos próximos ao que se julgaria um pensamento positivista.

Pinheiro é figura importante, aqui, por vários motivos. Em primeiro lugar, justamente por não ser engenheiro, não tendo assim concluído o curso iniciado na EMOP. Segundo sugere Costa (2006), além da questão da empregabilidade, preocupava Pinheiro sua necessidade de inserção política numa sociedade predominantemente baseada na influência do bacharel em direito (Carvalho, 1981). Formar-se bacharel parecia o melhor caminho para alguém que, desligado das conhecidas famílias governamentais de Minas,³⁸ pretendesse algum tipo de inserção na esfera política. Nesse sentido, Pinheiro pode ser pensado como figura importante no contexto de difusão das ideias *emopianas* uma vez que não era engenheiro (compunha, portanto, o estrato tradicional da elite política) mas portava um importante conjunto argumentativo baseado na técnica (dada a formação intensiva e de presença obrigatória que era a marca da EMOP em detrimento do modelo de livre-frequência adotado pela Escola de Direito de São Paulo).³⁹

Um segundo ponto que torna Pinheiro uma personagem de relevo diz respeito à relação que manteve com a Escola de Minas quando, após formado em São Paulo, regressa para Ouro Preto, onde se estabelece a partir de 1887. Seu grupo de amigos, de companheiros republicanos, de ativismo na imprensa era o mesmo grupo de ex-alunos e então professores da Escola de Minas que estava a publicar, nos Anais da Escola, as pesquisas acerca da importância do estudo do subsolo mineiro, seja para sua industrialização seja mesmo para modernizar sua agricultura.⁴⁰ Sua formação original na EMOP, portanto, era reforçada pelo grupo e pelos interesses ali cultivados. Inclusive, deve-se registrar, pela amizade com Gorceix que se mantém e que se torna fecunda. Costa (2006) demonstra, por exemplo, como Gorceix influenciou Pinheiro

³⁸ Tipificação construída por Cid Rebelo Horta (1986).

³⁹ Há uma passagem de famosa entrevista concedida por Pinheiro ao jornal carioca O Paiz, em 19 de julho de 1906, decorrente de sua posse na presidência do estado de Minas Gerais que ilustra bem esse ponto. Ao discorrer sobre a mineração do ouro no Brasil, ressalta que “*O ouro no Brasil se apresenta, em geral, como no Transval e mesmo no México, em minas de bucho...*” ao que é interpelado pelo repórter que pergunta “*Que vem a ser isso de ‘minas de bucho’? – não podemos deixar de inquirir com a curiosidade natural do jornalista, que deve saber tudo*”. Responde então Pinheiro que “*A mina de bucho, que é a formação comum de nossas minas, é aquela em que o veio é irregular, inconstante, formando uma linha interrompida de depósitos ricos, de maior ou menor porcentagem de ouro, entremeadas de rochas pobres, quase sem ouro.*” Seguem-se, então, várias linhas de explicações sobre o tema, seguidas também de proposta específica para mineração do ouro dadas as especificidades apresentadas. Para as citações ver documentos publicados em Barbosa (1990: 220-221).

⁴⁰ Para os colegas de militância republicana de Pinheiro, ver Costa (2006) e Machado (2010); para os engenheiros e suas publicações sobre industrialização, modernização agrícola e pesquisa mineral ver Anaes da Escola de Minas de Ouro Preto do período, “A Escola de Minas 1876-1966” e Menezes (2005).

decisivamente em duas ocasiões importantes. Na primeira, enviou correspondência à Pinheiro convidando-o a assinar o manifesto de fundação da Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas Gerais,⁴¹ inserindo o nome de Pinheiro como membro do Conselho Diretor. Na segunda, em correspondência a Pinheiro de 26 de janeiro de 1890, propõe que o estado de Minas Gerais, por meio da Sociedade de Geografia Econômica, lutasse pelo *progresso econômico*, especialmente criando para tal uma Exposição Permanente dos Produtos Mineiros. Ainda segundo Costa (2006:145-146),

O interessante é observar que, em 21 de janeiro de 1890, um dia após o envio da correspondência de Gorceix à Pinheiro, este é nomeado secretário do Estado de Minas e primeiro vice-governador. Em 11 de fevereiro, com a nomeação de Cesário Alvim, então governador do Estado, para o ministério do interior, [Pinheiro] passa a exercer o governo. Nomeado oficialmente governador em 12 de abril, pelo Decreto nº 48, do dia 28 daquele mês, cria uma exposição permanente dos produtos naturais, agrícolas e industriais do Estado.

O terceiro ponto, que torna Pinheiro personagem relevante nesse processo, diz respeito justamente a sua atuação política e àquilo que Dulci (2005:110) expõe como sendo sua característica: a capacidade de se tornar uma espécie de *consciência reflexiva* do processo de desenvolvimento regional originado no período em tela bem como da articulação política que unificou, sob o PRM, a esfacelada elite política regional.⁴² Pinheiro inspirou, enquanto vivo (seja na primeira como na segunda etapa de sua vida pública) ou, inclusive e especialmente, após sua morte, determinada elite regional a pensar o poder público e o desenvolvimento econômico como esferas essencialmente comunicáveis, sendo do Estado o dever de normatizar a sociedade e, se preciso, a esfera privada, em favor do crescimento econômico – tema, aliás, que se pretende mais bem detalhado adiante.

⁴¹ A Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas Gerais foi fundada por Gorceix, em dezembro de 1889. De acordo com a ata inaugural, possuía a finalidade de promover “*o desenvolvimento da indústria, comércio e imigração do estado de Minas Gerais*” (Ata de fundação da Sociedade de Geografia Econômica do Estado de Minas Gerais *apud* Santos & Costa, 2005:284). Além de Pinheiro, participavam do Conselho Diretor da entidade Joaquim Cândido da Costa Sena, Modesto de Faria Bello, Levindo Ferreira Loppes, Francisco Veiga, Manoel de Lemos, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Francisco de Paula e Barão de Saramenha – alguns deles professores da EMOP – além de participarem também da sociedade José Cesário de Faria Alvim e Augusto de Lima que, como Antonio Olyntho e João Pinheiro, chegaram ao governo de Minas na República Velha. (Ibidem).

⁴² A respeito do papel do Partido Republicano Mineiro (PRM) como aglutinador das diferenças políticas regionais, e das tensões e articulações que levaram à sua consolidação, cabe consulta ao trabalho de Resende (1982). Sobre o papel de João Pinheiro e Francisco Sales no tocante à definitiva consolidação do PRM e organização das tensões regionais sob a tutela do partido a partir de 1900, ver Barbosa (1990).

E, derradeiramente, o quarto ponto que determina, para esta observação, a importância da figura de Pinheiro relaciona-se, justamente, ao período que menos se aborda a personagem: o abandono da vida pública na esfera estadual dado seu recolhimento à Caeté, onde fundou uma empresa de cerâmica (Cerâmica Nacional) e dedicou-se a ser empresário.⁴³ Estranhamente esquecida pela longa bibliografia que aborda a personagem, talvez por aparentemente desmerecer seu espírito público e seu *altruísmo positivista*,⁴⁴ apresentados como se praticados sempre com denodo e abnegação, tal período surge apenas como decorrência da insatisfação de Pinheiro com a vida pública e com os rumos da instauração da república no Brasil. Machado (2010: 52), contudo, excepcionalmente informa que

A esse respeito, duas observações são importantes: sua retirada do cenário político operou-se gradativamente, ao mesmo tempo em que se realizavam estudos referentes à implementação de sua indústria de cerâmicas; e a instalação da indústria coincide com um momento em que grandes obras públicas estavam sendo executadas. Por exemplo, a construção de Belo Horizonte, para a qual a Cerâmica de Caeté forneceu material sanitário e de pavimentação de ruas.

Pinheiro foi um dos principais articuladores da proposta de transferência da capital do estado para uma nova cidade, moderna e racional, que encerrasse Ouro Preto em seu passado glorioso e que, de uma só vez, conseguisse imprimir a lógica republicana ao mundo do trabalho (Mello, 1996) e, notadamente, pudesse congregiar os interesses regionais espalhados e descentralizados pelo *mosaico mineiro* (Wirth, 1982), essencialmente caracterizado pela desarticulação em relação a Minas Gerais pois voltados para centros externos de desenvolvimento. Deveria caber, à nova capital, o papel de vetor centralizador dessas regiões, fundando novo pacto entre grupos políticos e econômicos que, desde o Império, flertavam com uma espécie de agenda separatista (Bomeny, 1994; Mello, 1996) – sobretudo em momento político profundamente delicado para as elites políticas mineiras que, na primeira década republicana, dividia-se

⁴³ De acordo com Dulci (2005:110), a vida pública de Pinheiro é dividida em duas fases, com longo hiato entre elas. A primeira, entre 1888 e 1893, é dedicada à propaganda e organização republicanas, chegando mesmo a exercer a presidência do Estado durante alguns meses de 1890, quando se elege deputado constituinte. A partir de 1891, inicia estudos para instalação de uma empresa em Caeté (o que se abordará na sequência deste texto), o que o afasta paulatinamente da política em nível federal e estadual entre 1893 e 1899 quando, articulado à empresa, assume o cargo de presidente da Câmara de Vereadores de Caeté, tornando-se, por conseguinte, espécie de prefeito do município (Machado, 2010). A segunda fase, segundo Dulci (2005: 110), apesar da experiência política de Caeté, inicia-se apenas em 1903, indo até sua morte em 1908, sendo “*marcada pelo engajamento de João Pinheiro no debate sobre o desenvolvimento econômico*”.

⁴⁴ Valor que Costa (2006) infere ser cultivado por Pinheiro.

preferencialmente entre *biístas* e *silvianistas* (ou viuvinhas), além dos seguidores de Cesário Alvim.⁴⁵ Talvez justamente pelo papel relevante representado por Pinheiro na campanha pela transferência da capital, oculte-se na maioria dos trabalhos sua contribuição efetiva como empresário no fornecimento de cerâmicas não apenas para a nova capital como, de acordo com Machado (2010: 52-53), para várias outras cidades do estado. Em tese, isso tenderia a macular a imagem de grande e abnegado homem público, ferindo seu pressuposto altruísmo, na medida em que sugeriria um homem público com variados interesses particulares articulados aos contatos e esferas de decisão do Estado.

Neste trabalho, sugere-se que essa informação é muito significativa por permitir compreender, de forma menos plana, a figura de Pinheiro mas, também, por que ela denota um traço que fora, sempre, cultivado por Gorceix e que, sobretudo nas décadas seguintes, será marca dos engenheiros *emopianos* (se não for esta a própria característica distintiva desta categoria profissional): o empreendedorismo que, baseado na competência técnica, seria mais um elemento a prover o desenvolvimento econômico regional.

Por inúmeras vezes, Gorceix destacou a necessidade de se constituir um corpo de engenheiros dedicado aos negócios do Estado, não obstante sempre sublinhasse, por conseguinte, que esses profissionais também seriam determinantes para o melhor estabelecimento e funcionamento de empresas privadas, notadamente no setor siderúrgico conquanto não apenas nele. Ao longo dos relatórios enviados aos presidentes de província, Gorceix constantemente apresentava a ocupação de seus formandos, ressaltando em 1880, por exemplo, que “*Crisphiniano Tavares, trata de estabelecer uma fábrica de ferro, segundo as regras da ciência*” (Gorceix, FPPMG, 1880:17). O primeiro aluno diplomado pela EMOP, Francisco de Paula Oliveira, também instalou fábrica de ferro, em Abaeté no mesmo ano de 1880, de sorte que inúmeros outros ex-alunos de destaque na instituição acumularam funções públicas de relevo e atividades privadas relacionadas a empresas nos ramos de suas formações.⁴⁶

⁴⁵ Os *biístas* eram compostos pelos políticos ligados ao ex-presidente do estado Bias Fortes, principal expressão política da região de Barbacena enquanto os *silvianistas* eram seguidores de Silviano Brandão, notadamente ligados ao sul de Minas e a pequenas cidades próximas que, com a morte do líder, passaram a ganhar também o apelido de *viuvinhas* (Barbosa: 1990:48).

⁴⁶ Como nos casos notórios de Antonio Olinto, Costa Sena, Pedro Rache, Américo Giannetti, Euvaldo Lodi, Domingos José da Rocha, Gil Guatmosin, Domingos Fleury da Rocha e José da Silva Brandão

Essa prática configura um traço que acompanhará os engenheiros formados pela EMOP ao longo das décadas; qual seja, a defesa do apoio público ao desenvolvimento econômico, por meio de planejamento e investimento quando necessário, mas sem nunca com isso ferir a esfera privada de atuação. Defendem, nesse sentido, a forte presença do Estado, mas sempre preocupados com determinado limite pois, ao cabo, possuem interesses específicos na esfera privada – traço que, nos capítulos seguintes deste trabalho pretende-se tornar mais evidente.

Estes predicados de João Pinheiro, portanto, são capitais para configurá-lo como representante determinante dessa sociedade que se configura na transição do século XIX para o XX, tornando-o expoente capaz de plasmar, em sua prática política, tanto a formação técnica como o conhecimento do Direito, tanto o empreendedorismo empresarial privado como o interesse do homem público pautado pela crença na intervenção estatal quando necessária, elementos essencialmente galvanizados pelo distanciamento construído ao longo da década em que se dedicou a sua Cerâmica o que, no limite, o afastou da contenda partidária mais imediata mas que lhe garantiu, paralelamente, uma experiência determinante para operar no quadro específico no qual se propunha atuar.⁴⁷

Mas Pinheiro não foi o único representante desse grupo “moderno” que emergia e se constituía no seio da tradicional elite das Minas da terra que, no dizer de Carvalho (2005), pautava-se essencial e verticalmente pelo perfil conservador. Antes, vários engenheiros *emopianos* tiveram destaque nesse processo, tanto por seus perfis acadêmicos (como professores da Escola de Minas) como por suas atuações técnicas, como empresários, dirigentes de empresas, funcionários públicos ou mesmo

(com a Usina Gorceix), dentre inúmeros outros que, além da atuação na esfera privada e na arena pública, muitas vezes atuaram como representantes de classe e/ou categoria profissional em sociedades específicas.

⁴⁷ Em carta remetida a Pandiá Calógeras, em 25 de fevereiro de 1905, Pinheiro relata suas experiências como agricultor e, também, como industrial. Delas, guarda sempre a avaliação negativa da total ausência de apoio do poder público mas, também, são elas que o capacitam para refletir sobre o quadro econômico coevo. Assim, comenta que “*A política é um grande mal para minha fábrica; (...) Entretanto, há de parecer um paradoxo que seja a fábrica que me empurra com mais violência para a ingratidão da luta partidária. Por quê? Muito simples. Fazer indústria nova, produzir, custa sacrifícios inauditos, e, ainda há uma dificuldade superior a todas estas: - é a de vender a mercadoria feita*” (Pinheiro, João. Correspondência a Pandiá Calógeras, 1905 *apud* Machado, 2010:57). É o conhecimento da realidade que o habilita, que o coloca como ator especial nesse cenário. Não é um político como outro, nem um engenheiro ou bacharel apenas, é alguém que reúne, na prática, todos esses predicados e é, por meio deles, que faz ecoar sua voz experiente nascida da vivência prática do problema. Naturalmente, portanto, concluirá que o protecionismo que defende origina-se antes da experiência que do plano das ideias.

consagrando-se à política. Costa Sena, Antonio Olinto, Domingos José da Rocha, dentre outros, alcançaram postos importantes na estrutura política regional, além de serem professores ou empresários. Outro nome de destaque é, indiscutivelmente, Pandiá Calógeras, também ex-aluno de Ouro Preto que, inclusive, por meio de sua atuação política e seu preparo técnico, foi o responsável pelo estabelecimento de preciosos marcos acerca da legislação das minas no Brasil o que, em janeiro de 1915, consagrou-se como a Lei Calógeras. Calógeras, inclusive, teve grande contato político e pessoal com João Pinheiro que lhe confidenciaria, em correspondência de 1905 que “*o que está matando Minas é a nossa miséria inqualificável*” (Pinheiro, 1905 *apud* Machado, 2010:57).

Mas se Pinheiro não foi o único, sendo na verdade a “consciência reflexiva” do grupo, como sugere Dulci (2005), e pelos elementos todos aqui elencados, há um predicado determinante que lhe confere ainda maior relevância: sua aproximação de alguns elementos do pensamento positivista.

Há sobre o período em Minas, sobre João Pinheiro, sobre a Escola de Minas e sobre os engenheiros *emopianos* uma enorme contradição, impressa em uma gama variada de trabalhos,⁴⁸ acerca da influência do positivismo nesses espaços e atores. Não é objetivo deste trabalho determinar o tamanho da influência do pensamento positivista em Minas, se foi vertical e determinante ou tangencial e apenas determinado no campo do discurso. Cumpre, contudo, pontuar alguns aspectos que auxiliam na compreensão do fenômeno que aqui se procura esboçar.

Segundo o clássico trabalho de Ivan Lins (1967), o positivismo não encontrou grande receptividade em Minas Gerais, notadamente devido ao conservadorismo católico característico do povo mineiro. Entretanto, Lins salienta que a Escola de Minas teria vivenciado um surto positivista nos anos 1880, bem como configura Pinheiro como um marco positivista no Estado, especialmente assim caracterizado em decorrência de seu suposto anti-catolicismo.⁴⁹ Esta também é a posição de Costa (2006), para quem Pinheiro fora positivista desde seu período na EMOP, tendo possivelmente mantido

⁴⁸ Ver Carvalho (2002), Roque (1999), Dulci (2005), Bomeny (1994 e 2005), Costa (2006), Barbosa (1990), Senna (1941), Lins (1967), dentre outros.

⁴⁹ Conquanto, além da formação católica, tenha batizado todos os filhos na Igreja Católica – muitos deles com padrinhos eclesiais.

contato com as obras de Comte ainda na biblioteca da Escola.⁵⁰ Dulci (2005), apresenta Pinheiro como positivista, sem aprofundar a discussão. Quanto à EMOP, o trabalho seminal de Carvalho (2002) sobre a instituição sugere que os professores eram tudo, menos positivistas, ao passo que Roque (1999) defende justamente o contrário. Quanto à Gorceix, que era católico, se desconhece qualquer apreciação acerca do positivismo ou de qualquer obra de Comte – o que é revelador, dado que o professor possuía e registrava várias opiniões em muitos meios distintos.

Longe de determinar que a Escola de Minas era um celeiro de positivistas, o que não é verdade de forma alguma, parece bastante natural que, a partir da década de 1880 existisse o conhecimento do positivismo entre o pequeno e ativo grupo de alunos, ex-alunos e professores da EMOP. Interessante, apesar disso, é observar que dentre todos os artigos publicados nos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto entre 1881 (sua primeira edição) e 1956 (ano final da coleta para este trabalho), apenas um aborde diretamente o trabalho de Comte.⁵¹ Isso sugere, portanto, que porquanto se conhecesse a obra, o grupo estava mesmo era mais preocupado com a república e sua instalação – conforme se abordou anteriormente.

Mais uma vez, o nome mais aquilatado do positivismo mineiro, João Pinheiro, deve ser destacado pois a hipótese que aqui se sugere é a de que Pinheiro foi o responsável por unir a formação *emopiana*, e seu legado (que procurou-se demonstrar ser nele muito sólido), com um verniz positivista. Sem entrar no mérito de seu total ou parcial devotamento à teoria *comteana*,⁵² parece evidente que para alguns pontos específicos, especialmente aqueles ligados à intervenção do poder público no desenvolvimento econômico e ao planejamento dessa intervenção, o positivismo proporcionou auxílio teórico relevante.

⁵⁰ Este autor inclusive discute aprofundadamente esta questão.

⁵¹ SANTOS, Lúcio dos. *Augusto Comte e a classificação das ciências*. Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. N° 06. 1903.

⁵² Sobretudo por que se no que tange à separação entre igreja e estado ou mesmo no tocante ao papel ativo do poder público na economia as falas e práticas de Pinheiro são bastante transparentes em relação à suposta filiação positivista, sua adesão ao federalismo e especialmente ao republicanismo de viés norte-americano, defendendo a estrutura política liberal, não parece muito afeita ao conceito de ditadura sociocrática positivista. Isso não representa, a nosso ver, que o ideário positivista estivesse ausente das formulações de Pinheiro; contudo, torna tarefa delicada a classificação contundente de Pinheiro como uma grande liderança positivista em Minas atribuindo, ao positivismo estritamente, a matriz determinante de pensamento da personagem.

João Pinheiro seria, assim, a liderança tradicional com tintas positivistas a sistematizar o legado que Gorceix deixara por meio da Escola e de seus ex-alunos. Era, Pinheiro, portanto, o portador principal de uma bandeira que não é *per se* positivista, mas que tinha na engenharia, e sobretudo na EMOP, seu centro irradiador capital mas que, embalada pelo positivismo, tornava-se mais aceitável para o conjunto das classes conservadoras que viam emergir a categoria profissional do engenheiro como formuladora especial de um novo tipo de política pública. É muito relevante, nesse sentido, observar o período de ação de Pinheiro em seu governo e no Congresso de 1903, especialmente no tocante a algumas questões, como modernização agrícola, política industrial e ensino técnico, para aprofundarmos essa observação e, então, observarmos seus desdobramentos no Governo João Pinheiro, entre 1906 e 1908.⁵³

⁵³ Não obstante também seja interessante perceber que, seja no I CAIC seja depois, em seu governo, Pinheiro tenha formulado uma proposta de transformação da sociedade por meio, originalmente, do quadro econômico, mas que tinha evidentes implicações sociais e políticas, aproximando muito o quadro avaliado daquilo que Fonseca (1994) avalia por núcleo do pensamento desenvolvimentista – mesmo com menor ênfase na industrialização em detrimento da agricultura e sua modernização.

Capítulo 3 - O I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903: a fundação efetiva de Belo Horizonte e de uma agenda proto-desenvolvimentista

Um das primeiras medidas de Francisco Sales ao assumir a presidência do estado de Minas Gerais, em 1902, foi lançar luz sobre a grave crise econômica que se arrastava, regionalmente, ao menos desde 1897. Em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Mineiro, logo na introdução, Sales ressaltava que

O interesse, que sempre desperta a reunião do Congresso, assume, no momento, excepcional importância pela multiplicidade dos assuntos que solicitam vossa esclarecida atenção, quer referentes **à situação financeira do nosso Estado, quer relativos à ordem econômica, que reclama solicitude especial dos poderes públicos.** (Sales, MPEMG, 1903: 06 – grifo nosso)

É fato que a percepção de crise econômica e de atraso relativo da economia de Minas Gerais não era necessariamente algo recente ou, essencialmente, fruto da aguda avaliação do então presidente do estado. Antes, de acordo com Maxwell (1978), ainda no período colonial a ideia de *perda de substância* mobilizava as atenções na capitania de Minas Gerais, e mesmo no Império ela parecia sempre representar uma noção mobilizadora, de sorte que em periódico de Ouro Preto se poderia ler, em 1870, que “*Minas era, na verdade, uma filha deserdada em benefício das irmãs mais felizes*” (Noticiador de Minas, 26/08/1870 *apud* Menezes, 2005). A construção de um discurso relacionado ao atraso relativo da economia regional, sempre demarcado por uma espoliação determinada por agente externo era, portanto, um mote de longa data que, provavelmente, teve desenvolvimento especialmente a partir do processo de decadência da mineração do ouro no século XVIII e de conseqüente ruralização da região, no século XIX.

Em nenhum outro momento, contudo, este argumento foi tão bem articulado e reproduzido como na república – e não apenas em seu início, conforme se procura abordar na segunda parte deste trabalho. A ideia de uma economia decadente, em crise, sendo usurpada por agente externo, foi determinante para a consolidação de uma agenda regional, notadamente a partir do início do século XX, e cumpria um papel tanto essencialmente econômico como também determinadamente político, servindo seja para consumo interno como, inclusive, para consumo externo. Observemos, primeiramente, o plano político.

Francisco Sales elegeu-se em substituição a Silviano Brandão que, eleito vice-presidente da república na chapa de Rodrigues Alves, não chegou sequer a assumir, tendo falecido pouco após o pleito. Sua eleição denota tentativa de conciliar os variados interesses que orbitavam o Partido Republicano Mineiro (PRM) na virada do século XIX para o XX.

Segundo Barbosa (1990: 50), o PRM havia se consolidado como força hegemônica da política mineira em 1898, quando após quase uma década, conseguira construir um desenho em que as principais forças regionais pudessem ter poder dentro da estrutura partidária. A costura política da república em Minas foi muito delicada. Sendo o maior estado da federação que emergia do pacto republicano, contando com o maior número de deputados justamente por isso, Minas possuía força no plano federal conquanto fosse internamente completamente dividida, seguindo a mesma lógica que, ao longo do Império, promoveu inúmeras ameaças separatistas à sua estrutura político-administrativa e ao seu território.

A perda de substância econômica, nesse sentido, implicava também um enfraquecimento político efetivo, que se configurava internamente na divisão entre grupos mas que, no limite, tenderia a expor uma ruptura cuja tendência seria fragilizar definitivamente o estado no plano federal. Silviano Brandão, nesse sentido, representava um dos setores que havia se articulado no Partido Republicano Mineiro, mesmo que com muita dificuldade, representando o sul de Minas. Seus principais adversários eram aqueles que, a partir de Barbacena e arredores, apoiavam o retorno à presidência do Estado do ex-presidente Bias Fortes e aqueles vinculados ao também ex-presidente Cesário Alvim. Eram, então, os *biistas* versus os *silvianistas* ou, depois da morte de Silviano Brandão, os *viuvinhas* – conforme já se apresentou anteriormente neste trabalho.

É importante ressaltar, também, que a disputa política não passava ao largo das diferenças econômicas entre regiões mais ou menos ligadas ao café, à mineração ou à subsistência. Eram muitas as minas, parafraseando Guimarães Rosa, de sorte que eram também muitos e variados os interesses econômicos dentro do mosaico mineiro.

Francisco Sales, nesse sentido, depreciativamente apelidado de Chico Cebola – dada sua cultura de cebolas em sua fazenda do Capim Branco – foi hábil articulador

político conseguindo não apenas acalmar os ânimos como fazer um sucessor que não pertencia a uma ou outra corrente; antes, faz de João Pinheiro aquele que o sucederá.

Nesse sentido, o argumento da perda de substância, do atraso relativo enfim, ganha enorme peso político, pois configura necessidade inexorável a compelir as forças políticas litigantes então. Cumpria-se assim, por conseguinte, a necessidade de se cimentar uma união mesmo que forçada entre os elos políticos regionais, de modo que com isso se constrangessem tanto as disputas econômicas internas mais específicas como se sanassem as rupturas que engendravam, desde o Império, as tentativas separatistas. O discurso do atraso de Minas, e de sua consequente espoliação, constituía uma identidade política definitiva ao PRM que, ao emergir do acordo estabelecido por Francisco Sales, tendia a consolidar a imagem do político de Minas que, assim como o mineiro das Minas da terra (para utilizar classificação apresentada por Carvalho, 2005), era conciliador e prudente.

É desse modo, também, que ganha contornos econômicos precisos a ideia do atraso: tornava-se necessária sua suplantação de forma definitiva, dada a crise instalada e a estagnação econômica. Mostrava-se urgente, então, mobilizar as forças regionais que, unidas – e somente unidas – poderiam romper com a situação de atraso econômico e promover o progresso material da região.

O I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (I CAIC) só pode ser compreendido a partir dessa perspectiva que alia um problema econômico real (crise cafeeira do final do século XIX e crescimento moderado e irregular em contraste com o desenvolvimento de outras áreas, como São Paulo) com a mobilização no entorno desse problema decorrente da verticalização do discurso do atraso econômico que, não obstante pudesse ser uma realidade, era ainda mais eminente como ferramenta de mobilização e organização das *classes conservadoras*. Além disso, dada a sedimentação das forças políticas no edifício *perremista* – configurando derradeiramente um plano político que organizasse as diferenças pontuais em nome de um projeto comum – tornava-se fundamental estabelecer o plano econômico do Partido. O I CAIC foi, nesse sentido, original e primeiramente o programa econômico do PRM (sobretudo na primeira década do século XX), de sorte que João Pinheiro, em Manifesto-Programa apresentado quando de sua candidatura à presidência do estado, em 1906, concluiria que “*O pensamento da reorganização econômica mineira é filho de*

um partido, legítimo pela sua origem, definido pelo seu programa e poderoso pelos seus elementos” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 191).

Tendo grande relevância no plano interno, portanto, também alcançou significativa relevância no externo. Segundo Dulci (2005:122),

O Congresso teve outro efeito político importante. Em vista da publicidade que se promoveu em torno dele – dentro e fora de Minas –, funcionou como marco de uma estratégia da cúpula política mineira para ganhar espaço no cenário nacional. Na esteira desse movimento, ela alcançaria pela primeira vez a presidência da república, com a candidatura de Afonso Pena, interrompendo doze anos de hegemonia paulista.

Realizado entre os dias 13 e 20 de maio de 1903, em Belo Horizonte, o Congresso foi considerado por Bomeny (1994) como a verdadeira inauguração de Belo Horizonte, dado seu tom festivo e, principalmente, o fato de que era, para muitos representantes de várias regiões do estado, a primeira vez que visitavam a cidade recém-inaugurada. Foi precedido por uma Comissão Fundamental⁵⁴ que, durante três meses, elaborou teses acerca dos pontos abordados pelo congresso.⁵⁵ Esses relatórios preparatórios eram publicados no “*Minas Gerais*”, órgão oficial do governo do estado, provavelmente circulando por todas as regiões de Minas e garantindo a visibilidade das propostas.

Sendo a marca definitiva do retorno de João Pinheiro à vida pública em âmbito estadual (Dulci, 2005), o I CAIC foi convocado por Francisco Sales que, ao informá-lo aos deputados mineiros afirmava que

Compreendendo a gravidade da situação econômica do nosso Estado, que não pôde subtrair-se à avassaladora crise, exaustiva dos elementos de riqueza pública e privada (...) e para que pudesse habilitar-vos com elementos seguros de informação, para tomar as medidas tendentes a preparar o nosso **remodelamento econômico**, tomei a iniciativa de ouvir diretamente os interessados, as classes que sentem as necessidades que devem ser atendidas, afim de se pronunciarem sobre as medidas, quer de iniciativa individual, quer dependentes dos poderes públicos, julgadas necessárias para amparar a

⁵⁴ A Comissão Fundamental, nomeada por Francisco Sales, foi presidida por João Pinheiro e contava com seis representantes dos setores produtivos: Carlos Pereira de Sá Fortes, pecuarista; José Joaquim Monteiro de Andrade, fazendeiro-banqueiro; João Ribeiro de Oliveira Souza, fazendeiro-banqueiro; Ignácio Burlamaqui, comerciante; Francisco Mascarenhas, industrial; George Chalmers, diretor de mineração (Faria, 1992).

⁵⁵ “*Como resultado dos trabalhos da Comissão Fundamental, foram produzidas teses sobre a agricultura, a pecuária, a indústria, a exploração mineral, o comércio, a legislação fiscal, o ensino agropecuário, os bancos e o comércio exterior. Essas teses foram submetidas à discussão dos congressistas entre os dias 13 e 20 de maio e suas orientações foram incorporadas aos programas do governo Francisco Sales e do governo João Pinheiro*” (Machado, 2010:61).

agricultura e a indústria existentes e **fomentar novas fontes de produção**. (Francisco Sales, MPEMG, 1903:06-07 – grifo nosso).

Tendo por base os pareceres elaborados pela Comissão Fundamental – e sobretudo a “Exposição da Comissão Fundamental”, documento de 15 de janeiro de 1903 que consolidou os pareceres anteriormente publicados – os comissários (divididos em doze comissões temáticas⁵⁶) puderam traçar as bases do que, no futuro próximo, deveria representar a agenda de interesses e preocupações e, inclusive, o *modus operandi* que se deveria obedecer para se reerguer a economia mineira. É relevante também sublinhar a importância que se atribuía ao *diagnóstico* do problema econômico, uma vez que se definia, já pela Comissão fundamental, por meio de três eixos bem claros.

O conhecimento do fenômeno econômico depende, mais do que qualquer outro, da verificação dos seus **antecedentes históricos**, da justa apreciação dos **fatores do momento**, e da **exata compreensão das forças imanentes que só esperam impulso audacioso e esclarecido** para transformarem uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável (Comissão Fundamental, 1903 *apud* Machado, 2010: 68 – grifo nosso).

Para a comissão fundamental, portanto, o processo de reconstrução da economia mineira que se procurava constituir por meio do I CAIC não poderia prescindir de uma bem articulada metodologia que contasse com observação do quadro em perspectiva histórica, a elaboração de um diagnóstico do cenário coevo e a delimitação ideal do prognóstico o que, conforme se abordará na segunda parte deste trabalho, também define o mais bem elaborado documento acerca do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, o *Diagnóstico da Economia Mineira*, realizado sessenta e cinco anos depois, em 1968.

O ensino técnico, sobretudo voltado à educação agrícola, foi um dos destaques do evento, conquanto no tocante essencialmente ao remodelamento econômico de Minas, João Pinheiro resumisse em três pontos as conclusões do Congresso.

Prêmios pecuniários de animação para o estímulo da iniciativa particular; auxílio indireto dos poderes públicos para o estabelecimento das sociedades cooperativas de produção, crédito e circulação; e, finalmente, o protecionismo para as mercadorias nacionais produzidas. (João Pinheiro, 1903 *apud* Dulci, 2005:121).

⁵⁶ Agricultura, café, pecuária, vinicultura/viticultura, indústria, tecidos/fiação, curtume, mineração/águas minerais, bancária, comércio, viação férrea e estradas de rodagem. (Dulci, 2005: 120).

Esta agenda será devidamente encampada tanto por Francisco Sales quanto por Pinheiro, que o sucederá na presidência do estado a partir de 1906.⁵⁷ Tão importante quanto essa agenda, bem como a longa defesa do protecionismo industrial, das cooperativas e do ensino técnico – o que veremos na sequência, ao observarmos a gestão de Pinheiro à frente da presidência do estado – parece ser a contribuição que o I CAIC oferece para que as *classes conservadoras* de Minas Gerais ressignifiquem sua realidade econômica, gerando, por conseguinte, uma ideia que ultrapassava a noção, então difundida, de progresso. Passava a se falar, então, em ***desenvolvimento econômico***.

Embora Francisco Sales fosse considerado um sujeito sem brilho, de oratória inclusive bastante prejudicada, era tido como articulador brilhante e de grande competência para a redação. Em entrevista concedida por Mendes Pimentel, em 1951, e citada por Barbosa (1990: 52 – grifo nosso), informa-se, por exemplo, que Sales “*Redigia muito bem e seus escritos provinham dele e não de seus secretários. Via as coisas do ponto alto, segundo os interesses do Estado.*” Deve-se supor, portanto, que sua mensagem enviada ao Congresso Mineiro, em 1903, tenha sido de fato por ele redigida – ou por ele foi muito cuidadosamente acompanhada – e é interessante notar que, nela, ao concluir a avaliação sobre o I CAIC, Sales afirmasse que

O momento é de ação para a reconstrução; de enérgica iniciativa para os grandes empreendimentos; de esforço combinado de todos os indivíduos, de todas as classes, de todos os poderes, afim de que nos aparelhemos para a luta industrial, e consigamos a vitória econômica, que será a nossa emancipação, segurança da nossa independência, condição de gozo tranquilo de nossa soberania. (Francisco Sales, MPEMG, 1903: 10).

E assim concluía, oferecendo “*à vossa esclarecida apreciação as medidas indicadas e julgadas necessárias ao desenvolvimento econômico do nosso Estado*” (Ibidem: 09 – grifo nosso).

Para Francisco Sales, à medida que o governo federal adotava de forma sistemática medidas de proteção à indústria nacional – dentro, inclusive, da lógica protecionista que o próprio I CAIC tanto defendeu e que tinha nele próprio como em Pinheiro grandes defensores – mas também, ao implantar grandes obras públicas de nítido apoio à industrialização, tornava-se evidente que se compunha um ***plano*** voltado

⁵⁷ Tanto que a lei Nº 363, de 12 de setembro de 1903, é aprovada justamente para oficializar a política econômica recomendada pelos congressistas do I CAIC (Machado, 2010: 58).

ao *desenvolvimento econômico*, de sorte que relata, na mensagem enviada ao Congresso Mineiro, já em 1904, que

Não nutro a menor dúvida a respeito da nítida compreensão que de tão momentosos assuntos tem os poderes públicos federais, que, animados dos mais patrióticos intuits e com inquebrantável firmeza, vão executando um *plano de medidas*, que colimam o *desenvolvimento econômico do país*. (Francisco Sales, MPEMG, 1904: 85 – grifo nosso)

Cumprе ressaltar, nesse sentido, que o **plano de medidas** a que se refere Sales não diz respeito apenas à política protecionista; antes, trata objetivamente de obras públicas ligadas ao recobramento da economia, de forma que na sequência, o presidente de Minas concluiria que

Só me cumpre aplaudir sinceramente tão patrióticos empreendimentos, quais são as obras do porto do Rio de Janeiro, que, realizadas, constituem mais poderoso concurso prestado à ordem econômica, ao progresso industrial do Brasil; a organização do crédito agrícola; o saneamento das grandes centros comerciais, como o Rio de Janeiro; o desenvolvimento da viação férrea (...) (Ibidem).

Dois anos mais tarde, em 1906, quando toma posse em substituição a Francisco Sales, João Pinheiro concede entrevista em que, ao discorrer sobre a necessidade de industrialização do Brasil, e de política protecionista estrita que amparasse o processo conclui que

(...) proteger uma indústria não é proteger um indivíduo, é proteger tudo, desde o operário, o empregado de administração, o caixeiro-viajante, todos os que tiram diretamente dela o provento que mais dificilmente teriam se ela não existisse, como todas as atividades que se ligam indiretamente a ela, até o próprio comércio, a quem o homem empregado leva uma quantidade maior de movimento e de lucro.

O Estado tem, por sua vez, o benefício do seu *desenvolvimento econômico*. (João Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980:204).

Esses excertos são importantes pois permitem inferir que a natureza dos debates e das preocupações dos congressistas do I CAIC, moldados pelas preocupações políticas e econômicas específicas do princípio do século XX, mas também essencialmente influenciados por uma agenda na qual os engenheiros e a Escola de Minas buscavam delimitar e se inserir como elementos determinantes, propiciou o amadurecimento da noção de progresso econômico. Não era apenas progredir, crescer, aumentar a produção; antes, era desenvolver, romper o atraso e a espoliação, especialmente por meio daquilo que a Comissão Fundamental do I CAIC determinou como *impulso audacioso e esclarecido*, capaz de observar o problema em perspectiva histórica, determinando seus

desdobramentos coevos e, decisivamente, “*transformar uma atualidade de penúria num futuro de opulência estável.*”

Parece evidente, entretanto, que a emergência discursiva desses elementos não necessariamente garante a construção de uma agenda que, ao cabo, se possa considerar por *desenvolvimentista* – conquanto estabeleça um significativo ponto de partida para tal. Deve-se, contudo, observar alguns aspectos específicos relacionados à influência que esse pensamento emergente dos discursos de figuras de escol da sociedade mineira do período exerceu na prática do poder público. E, nesse sentido, infere-se que a curta gestão de João Pinheiro a frente do governo de Minas pode ser o *locus* capital para essa avaliação.

Capítulo 4 – O Governo João Pinheiro: a construção de uma atuação proto-desenvolvimentista em nível estadual

O exercício da presidência do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais garantiu a João Pinheiro o ressurgimento na cena pública estadual após os anos dedicados à sua Cerâmica Nacional e, por fim, à Câmara dos Vereadores de Caeté. Embora os estudos específicos originados no âmbito da Comissão Fundamental tenham sido elaborados ao longo de meses, e assinados pelos conselheiros individualmente, pode-se perceber, entre eles, um fio condutor muito claro que, no limite, pode ser tributado a Pinheiro e à suas convicções (naturalmente, tanto por Pinheiro presidir a Comissão como, posteriormente, também o evento).

Em primeiro lugar, esse fio condutor refletia o pensamento e os interesses de uma liderança política que, conforme apontado anteriormente, havia maturado seus anseios e argumentos tanto na esfera pública quanto na privada,⁵⁸ mas que, além disso, havia percebido a importância de se pactuar, com as partes interessadas, cada etapa e cada aspecto do acordo que se pretendia esboçar. Isso era claro, nos parece, em relação à questão política que, conforme se abordou, teve desdobramento competente por meio da habilidade de Francisco Sales; mas, também se mostrava nítida a necessidade de se estender o pacto político ao campo econômico. O I CAIC, que era a construção econômica *perremista*, era também a confirmação do pacto de interesses entre as classes conservadoras mineiras. Parecia claro para Pinheiro que o Congresso somente cumpriria seu papel a partir de então se fosse compreendida a necessidade de articulação de forças regionais e, sobretudo, se o fruto do evento fosse a agenda a ser laborada por todos, e nunca imposta unilateralmente. Assim que Pinheiro, no discurso proferido na sessão de encerramento do I CAIC, em 20 de maio de 1903, concluiu que

A visão da grandeza e riqueza da terra de Minas Gerais se fez ao mesmo tempo que a das altas qualidades morais de seus filhos, aconselhando e sendo aconselhados, ensinando e ao mesmo tempo aprendendo, governo que se quer dirigir pela opinião, opinião que deseja ser útil ao governo, tal o espetáculo novo, meus senhores, que os mais natos representantes de um povo inteiro

⁵⁸ Quando de sua candidatura à presidência do estado, no Manifesto-Programa que submete aos eleitores, em 1906, ao abordar os resultados alcançados pelo I CAIC, lembra que “*A confirmação da urgência para o estabelecimento destas medidas resultou, depois, no exame direto do problema, durante os anos de vida prática como industrial e produtor*” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 193).

ofereceram no discutir dos seus mais graves e desencontrados interesses (...) (Pinheiro, 1903 IN: Barbosa, 1980: 153-154).⁵⁹

Mas, se o Congresso implicava na reunião desses *graves e desencontrados interesses*, havia chegado a um conjunto bem delimitado de conclusões que, por sinal, respeitava aquilo que a Comissão Fundamental propusera originalmente de sorte que o fio condutor se mantivera relativamente intacto. Ele avaliava, então, que

É nossa a grande opulência natural desta Pátria, é nosso este clima para todas as produções, é nossa a exuberante terra brasileira; mas **em mãos estranhas estão a exportação das nossas riquezas, a importação do que não temos querido produzir, a regularização do nosso crédito, a exploração do alto comércio internacional, estando condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias** (Pinheiro, 1903 IN: Barbosa, 1980:155 – grifo nosso).

Ali estavam, no discurso de encerramento do evento, as conclusões que Pinheiro já possuía desde sua Cerâmica Nacional em Caeté: era preciso criar condições para a industrialização por meio de uma política protecionista, era determinante apoiar com crédito a economia, era fundamental manter em mãos de brasileiros a exportação da riqueza nativa. O discurso era essencialmente nacionalista tendo claro, também, que deveria desdobrar-se em ação prática efetiva. É por isso que informa que “*Para reagir contra este estado de coisas é que nos reunimos*”, bem como por isso supunha que a realização do I Congresso revelava que “*o primeiro passo foi dado*”. Mas dado na direção do poder público, de modo que concluía que “*Está a garantia da execução [da agenda aprovada pelo I CAIC] na sinceridade do Excelentíssimo Senhor Presidente do Estado, inquirindo-nos para se certificar, certificando-se para agir (...)*” (Pinheiro, 1903 IN: Barbosa, 1980:155 – grifo nosso).

Consultadas as *classes produtoras*, deveria caber ao poder público a ordem da ação uma vez que “*A preocupação dos problemas econômicos por parte dos governos, que desejam a prosperidade de seus países, é a razão mesma dessa prosperidade*” (Pinheiro, 1905 IN: Barbosa, 1980: 193). Não deixa de ser sugestivo que, dentre os congressistas – sobretudo no que tange àqueles que compuseram a Comissão Fundamental – inexistissem representantes diretos do poder público mas que, quando das conclusões finais produzidas, não tenha cabido essencialmente à iniciativa privada o

⁵⁹ Três anos depois, quando de sua candidatura à presidência do estado, Pinheiro sublinharia, acerca do evento, que cento e setenta representantes dos mais diversos setores da economia mineira se reuniram para “*manifestar a sua opinião coletiva*” forjando “*ideias [que] tem ainda por si razões ponderosas de um caráter generalizado, procurando remediar males a todos patentes*” (Ibidem, 192).

conjunto principal de medidas por adotar; antes, essa foi responsabilidade dedicada ao Estado.

Era essa, então, a premissa com a qual Pinheiro encerrava o evento que o relançava à vida pública em âmbito regional. Primeiramente, seu retorno ocorre na campanha para o Senado Federal para a vaga aberta pelo falecimento de Carlos Vaz de Melo. No manifesto que remete aos eleitores, em 19 de janeiro de 1905, destaca que *“Retirado, há dez anos, desse cenário brilhante e difícil no modesto recanto mineiro, onde vim estabelecer a minha tenda de trabalho, supunha encerrado para mim o período da vida pública, além das fronteiras do pobre município”* (Pinheiro, 1905 IN: Barbosa, 1980:167). Resume, então, o quadro de disputas característico do início do período republicano, destaca o crescimento das dificuldades de ordem material, sublinha as necessidades de enfrentamento do problema econômico, resenha os congressos agrícolas e industriais nos estados, e destaca enfim, tratando ainda do I CAIC que *“Entre as mais notáveis reuniões de produtores, está a que se realizou, na Capital Mineira, em maio do ano passado”* (Ibidem, p. 167). Discorre, então, sobre os principais predicados do evento e acerca de suas conclusões, sublinhando definitivamente que o evento *“indica e anuncia a promissora mudança da nefasta e deprimente política de pessoas pela fecunda e nobilitante política de coisas”* (Ibidem).

É, portanto, em nome de um programa específico que aceita retornar; um programa voltado a *“incrementar a produção interna, que não se pode resumir, como até aqui, no café, na borracha e no mate”*.⁶⁰ É em nome disso que Pinheiro se apresenta, com o centro de sua preocupação na questão do protecionismo industrial, ressaltando que *“É a este pensamento que julgo dever a honra da indicação de meu nome, a qual aceito dentro destes precisos limites”* (Ibidem). Para Pinheiro parecia claro que sua campanha, e sua eleição ao Senado Federal, o colocariam como articulador privilegiado daquela agenda que, como presidente do evento, ele consagrou.⁶¹

⁶⁰ De acordo com Dulci (2005; 1999) e Machado (2010), no governo de Minas Pinheiro dedicar-se-á essencialmente à questão da modernização agrícola e à diversificação produtiva. Deve-se sublinhar, contudo, que esta deve ser uma agenda também pactuada mas depois do I CAIC e, inclusive, depois da campanha ao Senado Federal, uma vez que são demandas determinantes de seu governo, conforme abordar-se-á na sequência mas que não aparecem com a mesma ênfase nas falas de Pinheiro até então.

⁶¹ Segundo Dulci (2005: 125), *“Sua volta [de Pinheiro] ao Rio de Janeiro, como senador, ensejou a formação do grupo de jovens políticos, de Minas e de outros estados, que ficou conhecido como ‘Jardim*

João Pinheiro, portanto, no período em tela, representava mais que um político importante. Por todos os seus predicados, e sobretudo pela insistência em configurar suas exigências para voltar à vida pública, Pinheiro personificava o projeto mineiro de desenvolvimento econômico, termo que, conforme anteriormente salientado neste trabalho, tanto ele como Francisco Sales haviam assimilado desde a realização do I CAIC. Por sua capacidade de fornecer identidade e coesão ao projeto, fica mesmo parecendo que ele era de Pinheiro quando, na verdade, representava elemento gestado também por ele, mas notadamente pelo grupo republicano, e especialmente emopiano, que desde o final do século XIX orbitava o poder público mineiro em postos chave de comando ou representação.

A observação atenta ao Manifesto-Programa (documento publicado por Pinheiro em sua campanha à presidência do Estado, em doze de fevereiro de 1906), às suas correspondências coevas, à entrevista concedida ao jornal carioca O Paiz (por conta de sua eleição) e às medidas adotadas em sua abreviada gestão; e o cotejamento desta documentação com o que se produziu em matéria de reflexão sobre o processo econômico mineiro e brasileiro por Henri Gorceix e por seus alunos e ex-alunos *emopianos* revela um conjunto de interpretações e projetos que, necessariamente, dialogam de forma bastante nítida e profícua. Isso não significa que a EMOP foi, sozinha, a gestora de um processo de desenvolvimento regional, mas também não autoriza compreender Pinheiro como um elemento de *vanguarda* no tocante ao desenvolvimento mineiro – como ocorre, inclusive, em muitos dos trabalhos dedicados à personagem. Implica destacar, contudo, que a inserção construída forçosamente pelos engenheiros emopianos, seja no espaço de atuação do poder público seja no que tange ao *lócus* central das classes conservadoras, foi bem sucedida e contou com um bacharel para se efetivar no caso de Minas Gerais.

De um modo geral, a eleição de Pinheiro para a presidência do estado em substituição a Francisco Sales era tida por certa já quando de sua escolha para o Senado Federal.⁶² João Pinheiro encampava, como candidato, e posteriormente, como

da Infância'. Esse grupo de ideias renovadoras começou a se reunir em torno de João Pinheiro e Carlos Peixoto, outro jovem político mineiro de prestígio. Embora fugaz, o 'Jardim da Infância' exerceu considerável influência nos anos seguintes, constituindo um dos pilares do governo de Afonso Pena".

⁶² Mendes Pimentel, por exemplo, ao felicitá-lo pela candidatura ao Senado, não hesitou em chamá-lo de *o futuro Presidente*. (Mendes Pimentel, 1905 IN: Barbosa, 1980:173).

presidente do Estado, uma perspectiva que, de acordo com Dulci (2005), não era apenas mineira mas que, na verdade, apresentava-se e pressupunha-se nacional. Assim que, ao submeter o manifesto-programa aos eleitores mineiros, após uma longa introdução em que discorria sobre o movimento republicano, sua importância para Minas e a contribuição do estado para o movimento no país, chegava, enfim, ao seu ponto central: o fator econômico. Considerava, em seu Manifesto, que “*Cuidar, pois, dos interesses materiais da Pátria é um dever imperioso, imposto pelo instinto da própria conservação*” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 180). E, por isso, não falava da crise econômica especificamente mineira, ou de suas formas imediatas de superação; antes, ponderava que

O **problema econômico brasileiro** não é, conseqüentemente, como muitos pensam, uma destas ideias políticas passageiras (...). Corresponde à solução de necessidades afluências, à ânsia de progresso, tendo sido posto, para ser resolvido, pelas próprias condições atuais da **vida nacional**.

Ele não depende somente, como a alguns parece, da exclusiva decretação das tarifas protecionistas. (...)

Com a decretação do protecionismo alfandegário, deve coincidir, necessariamente, a de outras medidas, visando promover e estimular, diretamente, a produção **no interior do País**. (Ibidem)

Pinheiro não fala apenas de Minas, mas do Brasil. E fala em um projeto nacional dedicado à recuperação econômica, que no limite, era muito mais complexo que o jogo tributário que a tarifação alfandegária permitiria. As medidas em questão, ao lado do protecionismo alfandegário, são pró-ativas; relacionam-se ao trabalho de mapear os entraves e construir as soluções ideais, por meio preferencialmente do apoio efetivo, ativo e vertical do poder público, sempre. Para Pinheiro, o programa econômico brasileiro não poderia prescindir de soluções como

O estudo do solo, os prêmios de animação, o estímulo da iniciativa particular, solicitada por todos os modos, a educação técnica, o abaixamento das tarifas ferroviárias, a emulação no trabalho, as estatísticas exatas, a criação de estabelecimentos-modelos, as exposições periódicas agrícolas e industriais – eis as medidas que devem ser decretadas como condições indispensáveis de êxito. (Ibidem)

Também é necessário destacar que, na leitura empreendida por Pinheiro do processo de recobrimento econômico nacional, chama a atenção do observador à consideração acerca das contemporâneas relações internacionais, uma vez que “*Os povos modernos progridem rapidamente, alguns vertiginosamente, e a fatalidade deste progresso impele-os ao imperialismo, no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas*” (Ibidem, 179 – grifo no original). Argumento citado

parcimoniosamente por Pinheiro, poderia muito bem ser utilizado por analogia ao caso mineiro que, em situação de atraso relativo em relação às demais regiões, poderia sucumbir como elo mais fraco da corrente do crescimento econômico brasileiro.⁶³

Eleito para a presidência de Minas Gerais, em 1906, Pinheiro resume sua principal preocupação em entrevista realizada quando de sua posse ressaltando que “*O meu pensamento capital, você o sabe, é a organização econômica*” sublinhando, contudo, que, no que tange ao tema, “*(...) o fato principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura*” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 201). Nesse sentido, a gestão de Pinheiro pode ser sintetizada pela dedicação ao processo de modernização agrícola (por meio da valorização do incremento tecnológico na produção e, notadamente, ao papel de relevo que adquire o ensino técnico), o aparato dedicado à política de colonização de Minas Gerais e, especialmente, a uma agenda de diversificação da produção agrícola decorrente da crise da especialização cafeeira originada no final do século XIX.

De acordo com Pinheiro, esta não era uma opção ideológica mas, na verdade, uma escolha relativa ao quadro contemporâneo – a agricultura era a principal responsável pelo produto da economia mineira, única capaz então de gerar os empregos necessários e os recursos esperados para a recuperação da economia estadual. Caberia, portanto, ao poder público, intervir diretamente nesse sentido – sem contudo fazer as vezes da iniciativa privada,⁶⁴ mas municiando-a quando necessário; único meio de fortalecê-la mas, também, de evitar a falência do próprio estado, de sorte que na primeira mensagem que remete aos deputados mineiros, em 1907, Pinheiro considere que, não havendo como reduzir os gastos públicos nem como aumentar impostos,

(...) o único remédio natural, pronto, definitivo, é o aumento da produção, **facilitada por todos os modos**, desde o seu ensino direto, desde a importação de instrumentos necessários e de fertilizantes, cedidos aos

⁶³ O que, aliás, conforme se abordará nos capítulos seguintes, comporá parte importante do discurso mobilizador das elites regionais em prol da união de interesses pelo desenvolvimento regional.

⁶⁴ De acordo com Dulci (2005: 130), o projeto de diversificação produtiva conferia grande importância ao empreendedor privado. “*Implícito nessa valorização da iniciativa particular estava o ideal de um capitalismo burguês. Todavia, as condições para atingi-lo teriam que ser geradas politicamente, de cima para baixo, em virtude da debilidade das bases vigentes da acumulação (...). Ao Estado, portanto, era reservada uma esfera de atuação muito maior do que aquela admitida pelo liberalismo canônico. Não se cogitava, por certo, da montagem de um setor produtivo estatal. A função econômica do Estado, nesse contexto, era a de coordenar os agentes privados, apoiando-os em suas atividades e dirigindo-os para os objetivos modernizantes que se tinham em vista*”.

compradores pelo preço de custo, até a assistência, por parte do Governo, para a colocação dos produtos.

Não se objete que não é essa a função normal do Estado; (...)

Desde que não há iniciativa particular, e é força acordá-la, cumpre à **ação administrativa intervir** no problema, estabelecendo as condições, para isso, indispensáveis. (Pinheiro, J. MPEMG, 1907: 23-24 – grifo nosso).

Mas seria imprudente descartar, no que concerne à gestão de Pinheiro e à sua contribuição pública, as preocupações demonstradas em outras áreas que não a agrícola. É fato que ela foi determinante na medida e proporção em que também emergiram, com ênfase, questões relativas sobretudo ao ensino técnico e à produção industrial mineira, essencialmente aquela ligada à mineração. O fato de a opção preferencial ser agrícola não diminui, nesse sentido, a relevância dos demais temas abordados, conquanto caracterize com nitidez a delimitação de um escopo de atuação do poder público no período. Nesse sentido, cabe destacar aqui o posicionamento de Pinheiro sobre a política industrial ligada à mineração e ao ensino técnico e profissionalizante que, por sinal, não se restringia à técnica agrícola.

A questão do ensino técnico e profissionalizante é presença definitiva nos argumentos de João Pinheiro, bem como o era nas falas dos representantes das *classes produtoras* vinculadas aos debates do I CAIC. Assim que, por exemplo, Carlos Pereira de Sá Fortes discorresse longamente, no que tangia ao desenvolvimento da pecuária e da indústria a ela concernente, sobre a pertinência e a urgência de se estabelecer o ensino técnico, que deveria ser organizado sob a articulação tanto da teoria como da prática. Argumentava, nesse sentido, que “*Instrução e produção são os fatores da riqueza e da grandeza física e moral de um povo*”, para concluir, que “*querer ou acreditar que um povo possa progredir e engrandecer-se sem as luzes da ciência é um disparate*” (Sá Fortes, 1903: 186 *apud* Machado, 2010: 79-80). Segundo Faria (1992), inclusive, essa valorização do ensino técnico e profissionalizante foi elemento capital em Minas Gerais no processo de modernização agrícola que, em menor ou maior proporção ao longo das décadas e dos governos mineiros da primeira metade do século XX, buscou-se encampar regionalmente – notadamente em duas fases: a primeira dedicada à preparação do trabalhador e a segunda destinada à conformação de quadros técnicos para dirigir o processo (momento em que a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa é parte determinante).

Para João Pinheiro, desde o I CAIC até seu governo, a preocupação com o ensino técnico foi uma constante – e não somente para o desenvolvimento agropecuário.

Antes, Pinheiro sublinhava sempre sua preocupação com um ensino técnico-profissionalizante que articulasse prática e teoria e que se dedicasse tanto à formação do trabalhador (engendrando uma moral pelo trabalho, na medida em que forjava uma consciência ordeira e pacata no proletariado em formação) como à dos quadros técnicos aptos a refletir sobre e implantar as transformações nascidas do processo científico. Para Pinheiro, a prática era determinante, uma vez que “*nosso mal tem sido o excesso de teoria*”; para o setor agropecuário, então, deveriam existir as escolas secundárias mantidas pelo estado e, pela União, deveriam se constituir cursos técnicos superiores, ligados às Escolas de Engenharia onde “*mesmo o ensino precisava revestir-se de uma forma mais prática, como na Alemanha*” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 208).

Pinheiro também defendia que esse ensino técnico e profissionalizante fosse revestido de apoio àqueles que necessitassem de auxílio para o estudo. Provavelmente pesava, nessa avaliação, o legado de dificuldades cevado ao longo dos anos de orfandade – o que perfazia o traço de *self made man* que parte da historiografia lhe confere – concluindo que

(...) justamente por que a instrução é um fato capital, entendo que se deve a proteção à inteligência. Será um dos pontos do meu governo a educação dos rapazes pobres que revelam inteligência e aptidão, principalmente os que se destacarem nas escolas técnicas. Será isso um prêmio de seleção: e assim o distinguido na escola primária será mandado para a técnica secundária, do mesmo modo que desta poderão ir, à custa do Estado, estudar nas Faculdades superiores, na América e na Europa (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 209).

Conquanto essa postura de Pinheiro possa ser relacionada à sua história de vida, não obstante represente traço absolutamente significativo pelo fato de ser sustentada por representante das *classes conservadoras* ao assumir o mais importante posto público do Estado naquele momento, e embora esteja plenamente de acordo com aquilo que o I CAIC e seus conselheiros haviam postulado poucos anos antes, não se pode acreditar que tal proposta ou interpretação fosse inédita em Minas Gerais. Pelo contrário, no tocante ao ensino técnico e temas correlatos, elas estavam todas presentes de forma clara e direta ao longo do último quartel do século XIX no estado. E elas provinham da Escola de Minas e, mais objetivamente, de Claude Henri Gorceix.

Gorceix foi um defensor radical da instrução prática, que aliasse tanto uma boa formação teórica com outra, permeada pela pesquisa e pelos trabalhos de campo. Abolindo em sua escola os livros texto, orgulhava-se quando descreviam seus alunos por “*engenheiros de caderno*”, dadas as experiências dos alunos de Ouro Preto de

estudarem com as notas obtidas das aulas dadas pelos professores baseados nas experiências práticas. Já foi citada neste texto, inclusive, a regularidade das visitas técnicas de exploração, vertidas em relatórios que tendiam a ser remetidos, originalmente, aos presidentes de província e, inclusive, publicados nos Anais da Escola. Assim que, já no discurso de inauguração em 12 de outubro de 1876, Gorceix sublinhasse que

As lições teóricas seguir-se-ão aos trabalhos práticos os mais freqüentes e completos; o ensino será feito não só nos laboratórios como nas salas de curso, além disso as minas, os estabelecimentos metalúrgicos serão os melhores livros de nossa biblioteca (Gorceix, 1876 IN: A Escola de Minas, 1966: 15).

De fato, pode-se destacar que o período do curso contava com as aulas e experiências, tendo também o período de férias totalmente utilizado para as excursões mais distantes em que os alunos deveriam colocar em prática aquilo que aprendiam na Escola. De acordo com Carvalho (2002), este foi um fator importante mormente na difícil convivência com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, justamente por isso, foi elemento utilizado pelo professor francês para consolidar a identidade de sua instituição frente àquela a qual se subordinava na capital do Império.

Defendendo a formação prática somada à teórica, Gorceix também discorreu acerca dos aspectos gerais da instrução pública em Minas Gerais, conforme já se salientou neste texto. Foram várias suas sugestões e tentativas de reorganização do ensino básico na Província, sempre baldadas, justificando o interesse na necessidade de receber alunos bem preparados em sua instituição, mas também com o intuito de relevar a pertinência de garantir formação à população para alcançar algum progresso material. Mas deve-se destacar que não apenas a formação básica estava dentre suas preocupações. Ao contrário, ele informaria ao Presidente da Província, em relatório de 1884, que “*A Escola de Minas devia, pois, ter por fim formar engenheiros de minas, exploradores do solo e professores de ciências naturais, quando estas entrassem nos programas do ensino secundário, cuja reforma é tão indispensável, e nos do ensino técnico tão útil a criar-se*” (Gorceix, FPPMG, 1884: 34).

A preocupação com o ensino técnico foi capital ao argumento de Gorceix no que toca ao desenvolvimento econômico regional, de sorte que qualificaria sua defesa alegando que

No estudo técnico e secundário o país tem grande precisão de escolas profissionais, em que os mecânicos, os fundidores, os que devem trabalhar as madeiras ou os [incompreensível], ou dirigir [incompreensível], encontrem um ensino teórico e prático, que os ponha em estado de exercer profissões que ainda estão quase totalmente entregues aos estrangeiros.

As escolas de aprendizagem tão úteis em um país, onde até hoje o trabalho manual dos escravos tornou-se aviltado e desprezado, formariam a base de um conjunto de instituições tendentes para o mesmo fim: *aumentar as riquezas produtivas do país* (Gorceix, FPPMG, 1884: 36 – negrito nosso; itálico no original).

Ao professor francês parecia claro que o processo de reaparelhamento da economia passava, obrigatoriamente, pela preparação de mão de obra tecnicamente qualificada para operar o processo, de sorte que

(...) todas as indústrias do país, a tecelagem, a tinturaria, preparação de matérias primas, óleos dos grãos oleaginosos, matérias tinturiais, a borracha (...) necessitam de estações científicas, onde os produtores industriais possam tomar as informações de que necessitem e onde se possa formar homens capazes de dirigir as oficinas em que são utilizados estes produtos” (Ibidem).

Nesse sentido, nem mesmo o argumento do ensino técnico agrícola escapou às preocupações de Gorceix quando, no mesmo relatório de 1884, afirmava que “*A agricultura reclama estudos particulares em uma escola seriamente organizada em que eles possam ser feitos de modo conveniente*” (Ibidem: 35), em argumento que cerca de vinte anos depois ressurgiria, amadurecido, nas palavras de Pinheiro, que pontuava que “*o problema agrícola está imediatamente ligado ao programa de instrução, antes de tudo a técnico-profissional; um é consequência do outro*” (Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 209).

Quanto àquilo que Pinheiro classifica como proteção à inteligência, mantendo alunos, propiciando o evoluir de seus estudos e financiando-lhes, por mérito, viagens de formação ao exterior, também não se pode classificar como novidade. Tanto assim que, no primeiro regulamento da EMOP, assinado por José Bento da Cunha e Figueiredo em 1875 (mas idealizado por Gorceix), os artigos 24 e 25 versavam, respectivamente, sobre o pagamento de bolsas de estudo para os alunos “*de reconhecida pobreza*” e acerca daqueles

(...) alunos brasileiros que completarem o curso, o Governo poderá mandar os mais distintos, até o número de três, estudar à custa do Estado, em um distrito mineiro da América do Norte ou da Europa (Figueiredo, 1875 IN: A Escola de Minas, 1966: 20).

Segundo Carvalho (2002), as primeiras bolsas foram inclusive pagas parcialmente por meio da contribuição financeira de Gorceix, saindo diretamente de

seus vencimentos como diretor da instituição – o que era uma maneira de constranger o poder público, e particularmente a Politécnica do Rio de Janeiro, que não haviam aceitado esse artigo. Para o autor, o pagamento das bolsas representava motivo de ironia dos críticos da instituição que afirmavam ser escola que precisava pagar para ter alunos. Para Gorceix, bolsista que fora ao longo de toda sua vida estudantil, era meio de retribuir ao público, mesmo que brasileiro, aquilo que recebera de investimento do poder público francês (Barbosa, 2005).

Mas Pinheiro nem mesmo foi o primeiro presidente de estado a determinar a questão do ensino técnico como central, não obstante tenha sido aquele que a elegeu como um dos eixos determinantes de sua gestão. O vice-presidente provincial Souza Magalhães, responsável pela mensagem submetida ao legislativo mineiro em 1887 já sublinhava que “*O progresso da indústria está inteiramente ligado à difusão do ensino técnico (...)*”. Também Costa Sena, que assumiu a presidência quando do afastamento de Silviano Brandão (primeiramente para se candidatar à vice-presidência da República na chapa de Rodrigues Alves e, posteriormente, não regressando ao cargo de presidente de Minas por convalescer da doença que acabou lhe vitimando derradeiramente), em mensagem ao Congresso Mineiro, já em 1902, destacava que “*(...) embora lentamente se desenvolve a instrução primária, secundária e superior, completamente nula é entre nós a instrução profissional. Nada se fez ainda sobre matéria de tanta relevância (...)*” (Sena, MPEMG, 1902: 22). Pode-se, portanto, concordar com Dulci (2005) quando ressalta que a questão da necessidade de implantação do ensino técnico era algo latente desde o princípio do regime republicano em Minas – senão, conforme se sustenta acima, desde fins do Império – e que o I CAIC despertou o poder público para o tema. E, justamente por isso, deve-se sublinhar sua relação com os argumentos saídos da EMOP.

Outra questão que merece destaque no cotejamento entre as medidas propostas pelo I CAIC e a agenda do governo de João Pinheiro de um lado e a herança *emopiana* construída por Gorceix nos primeiros anos de funcionamento da EMOP diz respeito à questão da indústria minero-siderúrgica.

Tema de profunda relevância no período, sobretudo em Minas Gerais, mobilizou especialmente engenheiros, políticos e empresários⁶⁵ no que tange ao seu debate desde

⁶⁵ Deve-se sublinhar que, muitas vezes, eram os mesmos que representavam os três setores, como Antonio Olinto, Costa Sena, Gonzaga de Campos, dentre inúmeros outros ligados à EMOP, principalmente.

os anos finais do Império e ao longo de todo o período da República Velha. Esse processo pode ser dividido, na Primeira República, em dois momentos capitais: a normatização da exploração do subsolo decorrente da Constituição de 1891 que engendrou longa disputa e o período de construção de uma agenda nacionalista contra, especialmente, a empresa *Itabira Iron* (o que será assunto do próximo capítulo deste trabalho).

O período entre estes dois eventos é caracterizado, contudo, como de efervescente articulação em defesa especialmente da exportação do minério de ferro brasileiro, notadamente por nomes ligados à EMOP. Este é o caso de Costa Sena e de Antonio Olinto, bem como de Alcides Medrado, então bibliotecário da EMOP, seja por meio dos Anais da Escola de Minas ou principalmente da *Brazilian Engineering and Mining Review*, revista editada em inglês no Brasil a partir de julho de 1902, pelo próprio Medrado, com colaboração dos engenheiros *emopianos* (Santos, 2008). Defendia-se, no geral, a necessidade de se estabelecer marcos regulatórios precisos no tocante à exploração mineral no Brasil de forma que se atraísse verticalmente capital estrangeiro para as explorações (Santos, 2008). O fato de que esses técnicos, valendo-se de discurso científico para a defesa desses pressupostos, argumentassem em favor do investimento estrangeiro é informação relevante, na medida em que permite compreendê-los como empresários do setor – que o eram – levando à representação do interesse em capitalizar as explorações que, então, contavam com os investimentos por serem levantados apenas no Brasil. Ao mesmo tempo, contudo, é prática essencialmente contrastante com aquela que se assume a partir da década de 1910 e que, nos anos 1930, ganha especial contorno por parte essencialmente dos engenheiros de Minas Gerais e, principalmente, do grupo *emopiano*: a defesa ultra-nacionalista da exploração minero-metalúrgica no Brasil.

A necessidade de estabelecimento de marcos regulatórios decorria, então, da normatização estabelecida pela Carta Constitucional de 1891 que havia alterado o sistema de exploração das minas que, no Império, determinava que a propriedade do subsolo era incondicionalmente do país (sistema domanial) para o modelo de acessão em que o proprietário do solo tornava-se também o do subsolo, seguindo o modelo legal norte-americano (Carvalho, 2002). De acordo com Carvalho (2002: 124), coube a Antonio Olinto e a Serzedelo Correia a proposta de constituir legislação opcional,

intermediando o sistema domanial e o de acessão propugnando que se separassem “*a propriedade da terra da propriedade das minas, tendo a última que ser legitimada separadamente. A lavra e exploração das minas só poderiam ser feitas com permissão do governo.*” Ainda de acordo com o autor, entretanto, os esforços foram improdutivos.

O tema volta a ganhar relevância a partir do Congresso de Estocolmo, quando, em 1808, Orville Derby representa o Brasil apresentando monografia elaborada por Francisco Gonzaga de Campos, ex-aluno da EMOP e então organizador do que se tornaria do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro. Derby, geólogo internacionalmente prestigiado, demonstra o enorme potencial do minério de ferro brasileiro e, notadamente, as vantagens aos investidores internacionais da legislação liberal que garantia, ao proprietário do solo o automático direito de exploração do subsolo – o que iniciou verdadeira corrida à aquisição de propriedades especialmente em regiões ricas em jazidas de ferro. Nasce aí o imbróglio da *Itabira Iron* que, adiante, abordaremos.

O grupo mineiro ligado ao tema defenderá, conforme anteriormente apontado, a exportação do minério de ferro produzido regionalmente. Ao longo dos estudos, sustentará a importância para a economia regional de tal empresa, destacando suas virtudes, potencialidades e capacidade de incrementar as contas públicas. Deve-se destacar que, não obstante pareça paradoxal a postura de algumas dessas lideranças – que defendem a exportação na primeira década do século XX para atacá-la na seguinte, quando do caso *Itabira Iron* – infere-se na verdade que há lógica nessa participação.

A ideia de que o futuro de Minas Gerais está em boa medida relacionado ao êxito da exploração do minério de ferro é uma constante especialmente desde a Escola de Minas. Não é a questão mineral no geral o eixo daquilo que se sublinha nos discursos, de sorte que o manganês é explorado desde o início da década de 1890 e merece menor atenção nos debates – amplamente nesse caso pautados pela preocupação com os fretes de sua exportação. É o minério de ferro o produto ideal que mobiliza o grupo, que engendra as preocupações e que marca o tom dos discursos. É o ferro que assume o lugar mítico do ouro na identidade regional. Gorceix, habilmente, reforça (ou ajuda a fundar) essa interpretação. Voltemos à citação apresentada na primeira parte deste texto, agora à luz do debate apresentado ao longo deste capítulo, e observemos que já no discurso de inauguração da EMOP, Gorceix argumenta que

O papel do ferro na indústria moderna é tal, que a supremacia pertencerá à nação que produzir maior quantidade d'este metal e, debaixo d'este ponto de vista, país algum é tão rico de esperanças como o Brasil. Todas as províncias deste vasto império tem minas deste metal; mas em nenhuma delas as jazidas são tão importantes como na província de Minas, onde formam uma notável parte do solo (Gorceix, 1876 IN: A Escola de Minas de Ouro Preto, 1966).

O ferro assume, no discurso de Gorceix, e depois no de seus engenheiros, o lugar central que o ouro ocupara no século XVIII e que, com a baixa de sua produção, levava a região ao cadafalso e à consequente ruralização gerando aquilo que, entre o final do século XIX e início do seguinte, verticalizou-se como sentimento de perda extrema de substância econômica sentida, especialmente, em posição de atraso relativo da economia regional. Tanto assim, que no Manifesto-Programa apresentado por João Pinheiro em 1906, quando de sua candidatura à presidência de Minas, ele introduza o tema da mineração sublinhando que

A indústria mineira, a que o Estado deve a sua origem e a nossa terra o próprio nome, constituiu, nos dias longínquos da Capitania, uma fonte de riqueza extraordinária para a metrópole, e a nossa história política confunde-se com a dessa indústria, em todo decurso do século XVIII. (João Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 186)

Para, uma vez eleito, na entrevista concedida a 'O Paiz', destacar que

É preciso dizer, entretanto, que, apesar da nossa riqueza em ouro, a maior riqueza em mineração no Brasil não está nele. A grande riqueza está nos minérios brutos, que podemos exportar – o ferro, por exemplo. (...)

Não falo no manganês, por que esse está sendo já regularmente explorado; refiro-me ao ferro, antes de tudo. Nós temos o ferro em uma abundância inumerável (...)

A exportação do ferro bruto – insistiu – seria uma riqueza superior a do ouro. (João Pinheiro, 1906 IN: Barbosa, 1980: 221)

Assim que também Costa Sena, por exemplo, argumenta que “*As jazidas do Brasil e, em particular, as do Estado de Minas podem abastecer os mercados do mundo durante muitas dezenas de anos e talvez durante séculos*” (Sena, 1908: 33 *apud* Santos, 2008: 20). O que seria excelente para a indústria siderúrgica mundial, melhor ainda seria para o estado de Minas Gerais, tendo em vista as perspectivas de arrecadação. Assim, Pinheiro tentaria desanuviar a tensão econômica ao relatar, na Mensagem submetida ao Legislativo, em 1907, que

Não há razões para desânimos quanto ao futuro do nosso riquíssimo Estado.

Seja-me permitido, em relação às indústrias extrativas, isolar uma concernente à riqueza simples e abundantíssima, que em nossa terra forma montanhas, já em proximidades das vias férreas, e capaz de exportações

extraordinárias para o mercado estrangeiro: - o minério de ferro. (Pinheiro, MPEMG, 1907: 8)

Sequencialmente, Pinheiro discorreria sobre a “*atenção do Governo para o exame das condições desta nossa imensa riqueza*”, não deixando de destacar que apenas no entorno de Belo Horizonte, em apenas uma jazida se alcançaria “*um valor exportável de muitos milhares de contos de réis*” (grifo no original) para concluir que “*é fácil ajuizar dos poderosos recursos que a exploração destas riquezas nos pode proporcionar*” (Ibidem: 09).

A defesa da exportação do ferro, portanto, a relaciona intimamente à recuperação do tesouro público, argumento absolutamente caro ao discurso de Gorceix desde a implantação de sua Escola.⁶⁶ Deve-se destacar, contudo, que isso não significa paradoxo ante à campanha estabelecida, especialmente na década de 1910, contando inclusive com os mesmos propugnadores, acerca da instalação de uma indústria siderúrgica de monta em Minas Gerais.

Gorceix, conforme inclusive este texto já abordou, defendia a exploração mineral e o desenvolvimento siderúrgico valendo-se essencialmente do carvão de madeira⁶⁷ considerada, sobretudo, a baixa qualidade do coque mineral encontrado em suas expedições. Mas também já falava, por exemplo, na eletrossiderurgia. Todos os esforços nesse sentido no início do século XX, entretanto, ainda eram rudimentares e infrutíferos.

Os modelos de desenvolvimento da indústria do ferro em Minas ainda estavam em análise, e o processo estava a se definir. Mas parece claro, contudo, que a exportação era defendida como um meio de capitalização regional, mas não o fim da indústria extrativa mineira. O novo ouro de Minas Gerais deveria sim ser beneficiado internamente, senão imediatamente, assim que se encontrasse o melhor caminho

⁶⁶ Quando da formulação de proposta de instalação da Escola, em 1875, Gorceix afirmaria por exemplo que “*Em todas as épocas e em todos os povos a exploração das riquezas minerais enterradas no solo tem sido objeto da mais viva solicitude do governo; e com efeito, bem merece tamanha atenção... é obvio que todo governo tem o mais subido interesse em ver o subsolo estudado com o maior cuidado, e certificar-se de que as minas são exploradas de modo mais vantajoso para o **tesouro público**, como para os interesses dos particulares*” (Gorceix, 1875 IN: A Escola de Minas, 1966).

⁶⁷ O que se alcançou originalmente na empresa Belgo-Mineira que, a partir de 1921 em acordo entre a Bélgica e o presidente de Minas Artur Bernardes, passou a beneficiar minério de ferro em Minas valendo-se do carvão vegetal.

possível. Pode-se inferir esse desdobramento a partir, por exemplo, de João Pinheiro que, na mesma mensagem enviada ao Legislativo em 1907, sugeria que

A eletro-metalurgia trabalha intensamente, neste momento, para conseguir industrialmente a redução dos minérios.

Será de incalculável vantagem o êxito industrial destes estudos, pelo maior valor acrescido em menor peso exportável dos óxidos; mas, segundo a marcha natural das coisas, que vai do simples para o composto, a primeira necessidade a satisfazer-se é a de procurar as condições para a exportação dos minérios, tais quais os encontramos nas jazidas, tratando-se, em seguida, das soluções que depois se impuserem. (João Pinheiro, MPEMG, 1907: 10)

Parece mesmo, portanto, que na impossibilidade coetânea de se estabelecer a siderurgia em Minas Gerais, em proporções efetivas para o desenvolvimento regional, se deveria conceder à exploração e exportação do minério bruto, sem beneficiamento que, em grande quantidade, não apenas geraria o início desta industrialização para Minas Gerais como, por outro lado, representaria ganhos para os empresários e para o poder público, gerando também acúmulo de recursos para a futura instalação da siderurgia regionalmente.

Deve-se destacar, portanto, que conquanto a agenda de Pinheiro no governo do estado atendesse a um conjunto de preocupações que estavam a mobilizar tanto seu partido (PRM) como as *classes conservadoras* no geral, especialmente atendendo aos ditames acordados no I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903, e que o próprio Pinheiro representasse figura pública emblemática que plasmava os interesses difusos, parece mesmo haver um fio condutor que transcende a atuação de Pinheiro e do I CAIC – não obstante neles ganhe os contornos definitivos e práticos. E esse fio condutor parece estar diretamente ligado à Gorceix e sua *escola de mineiros*, como pretendia o professor que ela fosse conhecida.

Capítulo 5 – O caso Itabira Iron e as dificuldades de afirmação do discurso proto-desenvolvimentista mineiro

A contribuição dos ex-alunos da Escola de Minas de Ouro Preto acerca da política mineral brasileira, conforme já se salientou neste texto, foi vertical e substantiva a partir da fundação da referida instituição. Já nas décadas de 1880 e 1890, ex-alunos da Escola assumiram relevante destaque nos debates estabelecidos sobretudo no Legislativo, muitas vezes defendendo posições construídas na EMOP e, na maioria delas, por Henri Gorceix. Conforme já se salientou neste texto, o papel de Antonio Olinto no que concerne à política mineral adotada pela Carta de 1891 é relevante, conquanto improfícuo, bem como o de Costa Sena quando dos debates provinciais, ainda na década de 1880, sobre a necessidade de estabelecimento de regras para a exploração mineral na Província.

Esta contribuição também será vertical por meio do trabalho de Pandiá Calógeras (especialmente a partir da publicação de seu estudo “As Minas do Brasil”, de 1903), de José Pires do Rio, quando de sua atuação no Ministério da Viação na presidência de Epitácio Pessoa, de Gonzaga de Campos, por meio de sua participação como primeiro engenheiro do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (órgão do Ministério da Agricultura fundado em 1909) quando criou um projeto sobre as leis de minas, prevendo a separação entre propriedade do solo e do subsolo que, encaminhado ao legislativo, recebeu substitutivo apresentado por Calógeras tornando-se a lei Calógeras, aprovada em janeiro de 1915.

A lista de feitos e nomes é longa, embora esmiuçá-la não seja o objetivo deste texto. Antes, o propósito é retomar argumento que ao longo deste capítulo vem sendo construído: há uma consciência proto-desenvolvimentista em Minas Gerais, na virada do século XIX para o XX, baseada no tripé modernização (originalmente agrícola e posteriormente industrial), participação ativa do Estado (planejando e intervindo, quando necessário, nas questões relativas ao crescimento econômico) e defesa do interesse nacional/regional em detrimento do estrangeiro, que permeia as preocupações regionais de forma definidora e definitiva e que encontra, na Escola de Minas de Ouro Preto, seu principal centro de formulação e, em seus ex-alunos, seus principais agentes articuladores.

Essa agenda, por conseguinte, se foi construída ao longo de um processo extensivo desde o final do século XIX, afirmou-se sobretudo a partir do governo de João Pinheiro mas, decididamente, se estabeleceu de forma determinante a partir da segunda década do século XX, quando do imbróglio que permeou a constituição da companhia consorciada inglesa *Itabira Iron Ore Co.*

A *Itabira Iron Ore Company Limited* foi empresa estabelecida em 1910 para administrar as opções de compra de jazidas de minério de ferro que haviam sido adquiridas por grupo inglês composto originalmente por Baring Brothers, Cecil Rhodes, Ernest Cassel e C. Rothschild que, ao criar a *Itabira Iron*, visava organizar estrutura de exportação do minério de ferro brasileiro especialmente na região do Vale do Rio Doce. A aquisição dessas opções foi consequência imediata do Congresso de Estocolmo, promovido em 1908 pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt. Dedicado à avaliação dos usos industriais e da conservação dos recursos naturais no período, o Congresso contou com a participação de inúmeros delegados, sendo o Brasil representado por Orville Derby, geólogo com profundas relações com os *emopianos* desde o período inicial da Escola, tendo ele apresentado monografia preparada por L. F. Gonzaga de Campos, ex-aluno de Ouro Preto, em que se apresentavam as quantidades e a qualidade do minério de ferro brasileiro. Por conseguinte, grupos alemães, norte-americanos, franceses, ingleses e belgas voltaram às atenções para o até ali desconhecido ferro brasileiro, enviando representantes para avaliação *in lócus* do material, iniciando-se, assim, aquilo que Pelaez (1970: 140) considerou uma “*corrida às jazidas brasileiras de minério*”.

Nas tratativas que engendraram a formação da *Itabira Iron*, por decorrência, estabeleceu-se avaliação vertical da real potencialidade econômica da exploração das jazidas, tendo em vista situarem-se em regiões distantes da costa e ainda destituídas da plena capacidade de transporte – notadamente em Minas Gerais, cuja cadeia de serras tornava a exportação ainda mais hostil. Conquanto os principais grupos adquirentes (inglês – que originou a *Itabira Iron Ore Co.* – e americano)⁶⁸ tenham optado pela

⁶⁸ Os grupos estrangeiros adquirentes e as jazidas adquiridas foram, respectivamente: **I) Grupo Americano** – 1) Jazidas Alegria e Cota, comprador Brazilian Steel Co.; 2) Jazida Morro Agudo, comprador The Brazilian Iron and Steel; 3) Jazidas Caué e Sat’Ana, comprador The Brazilian Iron and Steel; **II) Grupo Inglês** – 1) Jazidas Conceição e Esmeril, comprador Itabira Iron Ore Ltd.; **III) Grupo Alemão** – 1) Jazida Córrego do meio, comprador Phel Hartenback (representando um sindicato alemão); 2) Jazida Córrego do Feijão, comprador Deutch Luxemburgische-Bergsweks Aktiengesellschaft; **IV) Grupo Francês** – 1) Jazida Candonga, comprador Société Franco Brésilienne e Bernard Goudechax &

região do Vale do Rio Doce – que apresentava a maior quantidade de jazidas, de forma mais concentrada e mais próxima de uma linha ferroviária, a Estrada de Ferro Vitória-Minas – não havia ainda um diagnóstico conclusivo de que o baixo preço pago por tonelada de ferro a se explorar reverteria em lucro real, tendo em vista sobretudo as dificuldades de transporte. A *Itabira Iron Ore Co.* concluiu que a possibilidade mais rentável ao investimento deveria passar, preferencialmente, pela exportação de minério de ferro por meio da E. F. Vitória-Minas, ferrovia da qual, então, adquiriu opção de compra da maioria de suas ações.

A questão da exploração do minério de ferro, que para a *Itabira Iron* seria resolvida por meio da construção de uma pequena extensão ligando as jazidas da empresa até a estrada de ferro recém adquirida, contudo, apresentava alguns problemas de ordem legal-institucional, relacionados primeiramente ao financiamento para a construção da ferrovia. De acordo com Pelaez (1970: 143), no acordo estabelecido em 1902 para a construção e consequente operação da E. F. Vitória – Minas, o Governo Federal havia estabelecido uma garantia de lucro de 6% sobre o capital investido, em período de 30 anos, estendendo-se por 60 anos o prazo de operação, incluindo privilégios na exploração mineratória da região. Além disso, *Itabira* estava excluída do traçado original da ferrovia, o que exigiria novo contrato que permitisse a extensão da Vitória-Minas para o atendimento dos interesses exploratórios da companhia inglesa. A *Itabira Iron* requeria, portanto, o direito de extensão da ferrovia e a garantia do governo de 6% sobre os investimentos tanto em sua expansão como em seu melhoramento, adaptando-a perfeitamente aos interesses da exploração do ferro.

O pleito, apresentado ao Ministério dos Transportes foi aprovado pelo Governo Federal em dezembro de 1909, inserindo cláusula –convenientemente suavizada em revisão contratual posterior – exigindo a construção, por parte da *Itabira Iron*, de uma usina siderúrgica integrada com capacidade mínima mensal de 1.000 toneladas.

Por meio do contrato, a *Itabira Iron* conseguiu as garantias necessárias para levantar capital para os investimentos necessários e o início de suas atividades. Sem lograr absoluto sucesso especialmente para financiar as obras de eletrificação da

Cia.; 2) Jazida Serra do Mascate, comprador Bracuhy Fall Co.; 3) Jazida Jangada, comprador Soc. Civile dês Minas de Fer de Jangada; 5) Jazida de Nhotim, comprador Bracuhy Fall Co.; **V) Grupo Belga** – 1) Jazida Gaia, comprador Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (Acieries Reunies de Burbach-Eich-Deudelange S.A.) (Pelaez, 1970: 142).

Vitória-Minas, contudo, e sem a garantia de lucro do Governo Federal para essa obra específica, as providências entraram em compasso de espera. Por conseguinte, foram definitivamente interrompidas em 1913 – permanecendo paralisadas até 1918, como consequência das dificuldades de capitalização especialmente no contexto da I Guerra Mundial – quando a *Itabira Iron* teve seu controle acionário assumido por outro grupo, também inglês, ligado a banqueiros e grandes negociantes de ferro. Essa segunda fase é marcada pela emergência, neste cenário, de Percival Farquhar.

Engenheiro norte-americano graduado por Yale em 1884, Farquhar já possuía longo histórico de trabalhos envolvendo a construção de ferrovias na América Latina quando passou a atuar no caso *Itabira Iron*. Para Pelaez (1970: 144 – caixa alta no original), “*Desde que a exportação de minérios brasileiros era fundamentalmente um problema de transporte, FARQUHAR era, sem dúvida, a escolha mais acertada para chefiar a Itabira Iron*”.

Em linhas gerais, a proposta de Farquhar para a exportação de minério de ferro consistia em construir nova ferrovia que interligasse Itabira ao porto de Santa Cruz, tendo junção em ponto específico com a E. F. Vitória-Minas. Construída a nova ferrovia, a *Itabira Iron* providenciaria a usina de aço integrada, que seria alimentada com o ferro de suas jazidas e com carvão mineral importado que chegaria, a Minas, por meio dos mesmos navios da companhia que transportassem as cargas de minério de ferro para exportação. Aproveitava-se, com isso, a logística da exportação do minério de ferro para, então, fundar-se a grande siderurgia em Minas, barateando consideravelmente os fretes que eram considerados empecilhos ao pleno desenvolvimento siderúrgico.

A chegada de Farquhar à *Itabira Iron* e a apresentação de seu projeto coincidia, contudo, com o governo de Artur Bernardes na presidência de Minas Gerais e, mais especificamente, com a gestão de Clodomiro Augusto de Oliveira na Secretaria de Agricultura deste mesmo governo. Natural de Itabira e engenheiro de minas e civil formado pela Escola de Minas de Ouro Preto na turma de 1897, Oliveira não se formou diretamente com Gorceix, mas se aproxima de forma definitiva do que aqui se considerada por pertencente à Geração Gorceix. Sua trajetória implica a formação e atuação característica do engenheiro emopiano, notadamente em sua atuação no que

concerne às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico regional especialmente no plano da política mineral.

Clodomiro de Oliveira iniciou suas atividades profissionais ainda aluno da EMOP, quando passou a lecionar as disciplinas de Aritmética e Álgebra no Colégio Mineiro. Também como discente da instituição, trabalhou com o engenheiro Francisco Soares, em 1895, no levantamento topográfico da Fazenda Pedro Lino. Atuou na pesquisa de aluviões auríferos em São José dos Quilombos quando, formado, foi nomeado professor substituto da EMOP, instituição da qual assumiu a Secretaria em 1903. Entre 1907 e 1909, afastou-se momentaneamente da Escola, assumindo a gerência da Usina Wigg, voltado à metalurgia, retornando à EMOP em 1910, ao ser nomeado catedrático das cadeiras de Navegação e Portos de Mar e Arquitetura. Atuou como engenheiro da Companhia de Mineração de Três Cruzes e, novamente na EMOP, chegou à direção em 1930, tendo publicado ao longo dos anos inúmeros trabalhos técnicos, pareceres, monografias e artigos – na maioria absoluta das vezes tendo por foco a siderurgia e assuntos correlacionados. Seu cargo de maior destaque, e no qual atuou de forma mais significativa, no entanto, foi como Secretário de Agricultura de Artur Bernardes, entre 1919 e 1922, em primeiro lugar por ter criado a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e, em segundo e determinante lugar, por ter sido o principal opositor da *Itabira Iron* e de seu contrato sob os auspícios de Farquhar.⁶⁹

É consensual que Oliveira foi o principal formulador da política siderúrgica de Bernardes, bem como deve ser sublinhado o fato de ter conseguido capitalizar relevantes, embora não unânimes, apoios especialmente dos professores e alunos da Escola de Minas e dos engenheiros por ela graduados na batalha que intentou empreender contra os negócios da *Itabira Iron*. Talvez seu principal opositor, no âmbito emopiano, tenha sido José Pires do Rio que, Ministro da Viação, assinou em 1920 o contrato com Farquhar estabelecendo o projeto anteriormente apresentado pelo engenheiro norte-americano e garantindo, inclusive, o monopólio da *Itabira Iron* na utilização da nova ferrovia, seja no transporte de minérios de seus competidores, seja de qualquer outro tipo de carga – ou mesmo de passageiros. Tendo que ser aprovado pelo Congresso Nacional e pelo Governo de Minas Gerais, além do Federal, contudo, o

⁶⁹ Para a biografia de Oliveira, foi consultada “A Escola de Minas – 1876-1966”, na seção Professores (1966: 125).

contrato não foi assinado nem pelos deputados nem pelo Executivo mineiro, além de ter sido reprovado pelo Tribunal de Contas.

No caso de Minas Gerais, o contrato foi recusado pelo presidente Raul Soares que, conquanto se apresentasse favorável também à exportação do minério de ferro de Minas, considerava ser indispensável a promoção da siderurgia no estado. Assim, na mensagem remetida ao legislativo mineiro, em 1923, concluía que

(...) devemos em primeiro lugar cogitar da nossa siderurgia, assentando-a em bases nacionais e impedindo se estabeleça o monopólio numa indústria a que se ligam o progresso econômico e a defesa do país. (Raul Soares, MPEMG, 1923: 72).

O fato de ter sido Soares o responsável pela recusa é significativo, uma vez recair sempre sobre Bernardes a acusação de *ultra-nacionalismo* que teria, no limite, impedido o êxito do negócio com a *Itabira Iron*. É fato, contudo, que o argumento central da recusa é amplamente constituído por meio do debate estabelecido no governo Bernardes, especialmente lastreado nos argumentos fornecidos por Clodomiro de Oliveira. Bernardes, por sinal, quando presidente da República,

(...) tratou de elaborar um projeto alternativo ao da Itabira que, em consequência da oposição contra ele levantada, tivera seu registro negado pelo Tribunal de Contas. Para tal fim, nomeou uma comissão que elaborou o que seria o primeiro esboço de um plano siderúrgico nacional. Na comissão teve papel importante o próprio Clodomiro de Oliveira, tendo sido consultados também outros professores da Escola, engenheiros e industriais. (Carvalho, 2002: 126).

Ao longo das mensagens remetidas por Bernardes à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ainda evidentemente como presidente do estado, é possível perceber claramente a construção do argumento. Em primeiro lugar, enfatiza-se que Minas Gerais atua em nome dos interesses brasileiros, nunca especificamente dos mais objetivamente mineiros, pois o problema siderúrgico era mais nacional que regional. Bernardes, por exemplo, sublinharia em 1920 que

O Governo do Estado [de Minas Gerais], tendo em consideração que o problema da siderurgia no Brasil é mais nacional do que regional, por isso que a ele se liga todo o futuro do nosso país, o tem colocado em um ponto de vista muito elevado e cuidadosamente o estuda com a única preocupação de servir aos interesses nacionais do presente e do futuro (Arthur Bernardes, MPEMG, 1920: 12).

E voltaria à carga, em 1922, reafirmando que “*O governo de Minas, tendo em vista que o problema da siderurgia no Brasil é mais nacional do que regional, cuidadosamente*

estudou o assunto em todas as suas faces com o só intuito de servir aos interesses do presente e do futuro” (Arthur Bernardes, MPE, 1922: 75-76).

Já no que concerne propriamente à questão siderúrgica, as mensagens de Bernardes são eloquentes: condenam vivamente o contrato estabelecido pelo Governo Federal com a *Itabira Iron*, propõem uma siderurgia nacional estabelecida tendo por base os altos fornos alimentados com carvão de madeira auxiliado pela eletrosiderurgia e, nesse sentido, inventariam os êxitos regionais que consagravam esse tipo de indústria que já estavam instaladas e produzindo em Minas. Para Bernardes parecia claro, nesse sentido, que

A exportação de minério, para ser fundido no exterior, nenhum benefício trará ao Estado, que deve exigir, pelos meios a seu alcance, que aqui se façam instalações capazes de fornecer ao menos às nossas indústrias o metal necessário ao consumo do país. (Arthur Bernardes, MPENG, 1919: 89).

Na mensagem remetida ao Legislativo em 1921, Bernardes é taxativo. Em primeiro lugar, resume os pontos que considerava negativo no contrato acertado entre a *Itabira Iron* e o Governo Federal, justificando o equívoco do mesmo alegando que

É bastante comparar o que o Estado tem de dar e receber, em matéria de favores, se for aceita a proposta, para se reconhecer que não é lícito ao Governo assinar o contrato nas bases oferecidas.

São os seguintes os favores solicitados ao Governo:

Permissão para exportação do minério na percentagem de 95% do que for reduzido no Estado;

Redução do imposto de exportação desse minério para 30 réis por tonelada, o que equivale, no prazo contratual, a enormíssima perda para o tesouro;

Concessão gratuita das quedas de água que forem necessárias, por um prazo maior do que o da duração do contrato;

Concessão de uma faixa de terrenos devolutos de 5 a 10 quilômetros de cada lado do eixo da E. F. Vitória a Minas;

Isonomia de todos os outros impostos estaduais;

Faculdade de desapropriação por utilidade pública.

Em troca desses favores, o Estado recebe um só benefício (mais aparente do que real), que é o da fundação, em seu território, da usina metalúrgica. (Arthur Bernardes, MPENG, 1921: 33).

A argumentação contrária à *Itabira Iron* transcendia o aspecto econômico, ressaltando elementos caros ao interesse nacional – inclusive no que tange ao aparato de Defesa do país. Em 1921, por exemplo, Bernardes consideraria que

Tem-se ainda invocado, para justificar a urgente solução do problema, a necessidade da defesa militar do país e a do seu desenvolvimento ferroviário; mas o sindicato também não pode fornecer a matéria prima necessária às indústrias do material bélico e da construção naval, nem a fabricar todos os trilhos que as nossas estradas já consomem.

Acresce que não se pode confiar na estabilidade e, menos ainda, nos serviços bélicos de uma indústria tão estreitamente vinculada à importação de carvão estrangeiro.

Essa importação que, mesmo em tempos normais, estará sob o controle, cada vez mais cioso, dos Estados produtores, ficaria, em tempo de guerra, na dependência da maior ou menor liberdade do tráfego marítimo. (Arthur Bernardes, MPEMG, 1921: 35).

Outro elemento determinante da argumentação apresentada pelo governo mineiro diz respeito à inexorabilidade da produção siderúrgica mineira, de sorte que qualquer movimentação no intuito de beneficiar a exportação do minério de ferro viria a fragilizar a indústria nascente. Gradativamente, portanto, especialmente nas mensagens apresentadas por Bernardes ao Legislativo mineiro, o tema da siderurgia vai se aproximando da exploração do minério de ferro e, estrategicamente, siderurgia e exportação de minério de ferro vão se tornando, nesta chave de leitura, um só tema a requerer, por conseguinte, uma só política – argumentação assim formulada essencialmente como estratégia política, conforme se sustentará na sequência deste texto.

Mas a grande questão que se coloca, por parte de Bernardes e, por conseguinte, da articulação de Clodomiro de Oliveira, se relaciona ao monopólio da utilização da estrada de ferro. O cerne da argumentação recai aí por dois motivos principais. Em primeiro lugar, parecia imponderável que o Governo Federal utilizasse dinheiro público para, ao permitir o desenvolvimento de uma companhia, gerar um monopólio que constrangesse qualquer outra e, em segundo lugar e diretamente ao primeiro relacionado, que não se apunha oposição cerrada essencialmente contra a exportação de minério de ferro; antes, percebia-se que dada a dificuldade de transporte do minério ou do ferro e aço regionalmente produzido, a constituição de um monopólio da principal rota de escoamento da produção mineira mataria a indústria siderúrgica regional.

É nesse sentido, portanto, que se constrói o argumento do risco da exportação e consequentemente que, estrategicamente, se passa a considerar exportação de minério de ferro e instalação da siderurgia como um só tema. Não era uma ingenuidade ou falta de conhecimento da parte sobretudo de Oliveira, que tinha consciência das reservas e, por conseguinte, das potencialidades do minério de ferro de Minas Gerais, seja em quantidade ou em qualidade. A questão central é que se defendia, verticalmente, a implantação de um modelo de grande siderurgia nacional que obrigatoriamente tivesse solução se implantada em Minas, valendo-se dos técnicos mineiros e com tecnologia

desenvolvida sobretudo por meio da Escola de Minas. Por isso a defesa dos altos fornos com carvão vegetal e da eletro-siderurgia auxiliar. Aceitar a exportação de minério de ferro, nos termos apresentados pela *Itabira Iron*, configurava enorme risco, pois uma vez determinado o monopólio da rota principal de escoamento tornava-se difícil estabelecer uma indústria siderúrgica desvinculada da companhia inglesa. Tratar a exportação como parte do problema siderúrgico nacional, portanto, transformava duas questões essencialmente distintas em uma só bandeira o que, ao cabo, interditava o debate da primeira e forçava, obrigatoriamente, a tratar da segunda. Esboçava-se ali o plano siderúrgico que, na década de 1930, a Sociedade Mineira dos Engenheiros amadureceria e apresentaria como alternativa ao modelo definido pela Comissão de Siderurgia vinculada ao Governo Vargas, que se concretizaria em Volta Redonda.

A proposta de monopólio da principal rota de escoamento do minério, que ainda contava por contrato com vários quilômetros de exclusividade em cada lado dos trilhos para a companhia, financiada com capital público, implicava um óbice gigantesco às pretensões regionais que eram, declaradamente, de aprofundar o desenvolvimento siderúrgico nacional. Assim que, em 1921, Bernardes concluiria que

Há, portanto, fundadas esperanças de se transformar em realidade, dentro em poucos anos, a construção, em Minas, de uma poderosa usina siderúrgica, que será, inquestionavelmente, um grande fator do desenvolvimento do nosso Estado e do país. (Arthur Bernardes, MPEMG, 1921: 37)

De acordo com Santos (2008:20), a postura de Clodomiro de Oliveira ou de Costa Sena, na década de 1910, contrárias à exportação de minério de ferro e manganês representa enorme contraste com suas posições anteriores. Oliveira, quando gerente da Usina Wigg, defendia a exportação do manganês exigindo fretes reduzidos; Costa Sena, em seus artigos publicados na *Brazilian Mining Review*, era declaradamente favorável à exportação do minério de ferro. Não parece haver contradição, contudo. O que permeava a observação de ambos, bem como o que caracterizava a leitura do grupo *emopiano* era a centralidade que a industrialização – seja por meio apenas da extração ou, posteriormente, por meio do beneficiamento do minério de ferro, sobretudo – deveria assumir na economia regional. Costa Sena, por exemplo, em comunicação apresentada no Chile em 1908, destacaria que

(...) é fácil prever que, em curto lapso terão estas nações [refere-se aos EUA, Inglaterra, Alemanha e França] de lançar mão de novas jazidas, e chegará então a hora conveniente de se valorizarem as jazidas da América do Sul.

Se na França a indústria siderúrgica do Loire vai pouco a pouco se deslocando para leste, em busca de minério, não será muito que, em alguns anos, as da Europa, vão se transplantando para a América (...) (Costa Sena, 1908 apud Santos, 2008: 19).

Nesse sentido, as próprias contradições sobre a *Itabira Iron*, seja na década de 1920 ou na seguinte, em que Pedro Rache defende o contrato incisivamente em relatório submetido ao Governo Federal (conforme abordado adiante neste texto), podem ser percebidas como distinções acerca do melhor caminho para a industrialização e, inclusive, para o desenvolvimento econômico nacional.

A questão da *Itabira Iron* estendeu-se ao longo de toda a década de 1920 e 1930, sendo enfim encerrada somente em 1942, quando Vargas nacionaliza as propriedades da empresa, criando na sequência a Companhia Vale do Rio Doce justamente com o patrimônio da antiga *Itabira Iron*.

Para os interesses deste texto, contudo, o mais significativo é perceber como o grupo *emopiano* reagiu à empresa e à política mineral adotada em relação ao caso. A tônica na defesa dos interesses nacionais, no combate à exportação do minério de ferro de Minas Gerais, na apresentação de soluções técnicas essencialmente desenvolvidas no país, sempre sob argumento de criar real independência em relação aos centros exteriores, fornece a dimensão de projeto que tinha, na EMOP, seu berço. De acordo com Carvalho (2002: 127), no que tange à disputa contra a *Itabira Iron*,

(...) cabe indicar a participação da Escola [de Minas de Ouro Preto] na fase final da luta, em que ficou marcada a continuidade com a posição nacionalista de Clodomiro de Oliveira, e a defesa de certas soluções técnicas para a siderurgia, que muitos não aceitavam, mas que por fim se mostraram viáveis.

Esta postura combativa, nacionalista, industrializante, pautada pela crença na capacidade técnica, lastreada na identidade do grupo que se baseava na instituição e que demarcava seus predicados e, sobretudo, seus meios e modos de atuação e pensamento são essenciais para compreender a formulação do discurso desenvolvimentista mineiro, a nosso ver. Ao perder força em âmbito nacional, especialmente a partir do final da década de 1930, mantém-se na esfera regional como elemento determinante do corpo técnico mineiro, não obstante a própria difusão da formação dessa elite tecnoburocrática, seja por meio de outras escolas de engenharia ou mesmo a partir de meados da década de 1940 com a fundação do curso de Economia da Universidade de Minas Gerais, tenha tendido a dirimir a influência decisiva da EMOP e de seu grupo no

processo de desenvolvimento regional, tema da terceira parte deste estudo. Mas, se foi diminuída a influência da EMOP, foi ampliada a autoridade do técnico como elemento central na determinação das políticas públicas de desenvolvimento regional, tradição que, inferimos, deve à Escola seu peso característico em relação ao poder público mineiro.

Parte II – *Um trabalho de pioneiros*: os documentos dedicados ao planejamento da economia de Minas Gerais

Que a formulação de documentos técnicos politicamente orientados dedicados ao desenvolvimento econômico regional, buscando ao mesmo tempo delimitar área específica e exclusiva de atuação do corpo técnico em meio ao processo de definição de uma dianteira decisória, sublinhava-se revestida de algum grau de ineditismo, a apresentação do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, de 1950, parece mesmo confirmar. Ao sugerir que “*Apresentando ao Governo de Minas este Plano, sentimos a satisfação de ter realizado **um trabalho de pioneiros**, marcado da técnica e métodos amadurecidos e sadios*” (PEMG, vol.1, 1950: 04 – grifo nosso), os técnicos filiados à Companhia Brasileira de Engenharia, contratada pelo governo mineiro para a produção do Plano, não apenas emprestavam certo grau de pioneirismo ao documento no âmbito regional como salientavam, de forma inexorável, a pertinência de estudo *marcado pela técnica* o que, no limite, o afastara de qualquer outro trabalho que não tivesse, dentre seus principais autores, membros filiados à elite técnica regional.

Não obstante se definisse por um suposto pioneirismo, o Plano de Eletrificação de Minas Gerais integra um conjunto de documentos dedicados ao estudo do desenvolvimento econômico mineiro que, desde 1938, configurara o debate regional atinente ao quadro de atraso relativo da economia mineira. Embora com consideráveis diferenças de escopo, de metodologia e de qualidade técnica, cinco ocasiões mobilizaram parcela expressiva do poder público, das elites política e econômica e, notadamente, do corpo técnico de Minas Gerais no entorno de um programa de ação que visasse à transformação de um quadro econômico apresentado, sempre e categoricamente, como de atraso e decadência.

Os documentos aqui apresentados, nesse sentido, são o parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro”, produzido pela Sociedade Mineira de Engenheiros em 1938; o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, produzido pela Secretaria de Agricultura do governo estadual de Milton Campos, em 1947; o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, encomendado à Companhia Brasileira de Engenharia pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do mesmo governo de Campos, publicado em 1950 e; o “Diagnóstico da Economia Mineira”, produzido pelo Departamento de Estudos e Planejamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, lançado em 1969. E, também, um programa de ação, o “Binômio Energia e Transportes”, que em 1951 passou a congrega um conjunto de metas estipuladas pelo candidato vitorioso ao governo estadual, o ex-prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek de Oliveira.⁷⁰

⁷⁰ Embora existam trabalhos que caracterizam a construção da Cidade Industrial de Contagem, a partir do princípio da década de 1940, como um marco definitivo de intervenção do corpo técnico mineiro na arena pública (Cintra & Andrade, 1978; Andrade, 1980), e não obstante tratemos dessa etapa no sexto capítulo deste trabalho, optamos por não abordá-lo de forma sistematizada como fizemos com os documentos aqui evidenciados. Em primeiro lugar, por que os documentos possuem um relevante plano discursivo que, aos marcos deste trabalho, interessam sobremaneira. Por meio deles é possível observar a mancha que determinado estrato da elite técnica mineira imprimiu ao processo que organizou. Em segundo, porque a Cidade Industrial embora tenha representado política objetiva de incentivo à industrialização, representou mais o perfil de seu criador, Israel Pinheiro, que a expressão de um setor do corpo técnico – como o foram os demais documentos ou mesmo o programa (o Binômio) aqui abordados. Assim que, por exemplo, de acordo com Lopes (1990: 70), “*A Cidade Industrial foi planejada da forma mais interessante, típica do Israel. (...) Ele não tinha a menor ideia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia, qualquer e viu lá um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália, onde havia um pentágono e um eixo no centro, dizendo ‘Cidade Industrial’.* Mandou copiar aquele desenho, sem ter ideia da conformação do sítio disponível, e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: Esta aqui, ó. Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir e pronto”.

Em linhas gerais, esta segunda parte deste trabalho busca descrever os documentos arrolados tentando apresentar as características de sua produção, seus autores e seus principais objetivos, bem como pretende abordar o mecanismo de construção de seus argumentos, notadamente por permitir perceber que, mesmo que por meios distintos, os documentos chegavam a conclusões muito parecidas acerca da realidade econômica mineira e suas necessidades futuras. Nesta parte, portanto, a proposta é de uma apresentação sucinta dos documentos, sem com isso esconder certa ambiência negativa que cada um, a seu tempo, intentou construir sobre a realidade econômica regional. Assim, não é objetivo deste trabalho observar os resultados alcançados por cada projeto ou documento destacado, embora aleatoriamente se possa abordar tal questão. Antes, a preocupação central será a de notar como essas ocasiões engendram um tipo específico de agenda e de discurso que, mais que descrever a realidade econômica, pressupunha a necessidade de arregimentar o corpo técnico na defesa de um espaço exclusivo na máquina pública para, então, ser ele o elemento chave do desenvolvimento econômico regional.

Isso não significa, contudo, que exista lógica, método, objeto, discurso e argumento absolutamente comuns entre os documentos em destaque. Ao contrário, à primeira vista eles se distanciam inteiramente. Enquanto o “Parecer Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro” propõe o pleno desenvolvimento da industrialização mineira por meio da formação de uma grande base lastreada na grande siderurgia, o foco do “Plano de Eletrificação” é a produção mineira de energia elétrica; se para ambos a industrialização é iminente e excludente (sobrando à agricultura papel de menor relevo), para o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” o setor agrícola estava em pé de igualdade com a industrialização; enquanto o “Binômio Energia e Transportes” era um plano de ação setorial para o poder público sem um estudo que lhe balizasse, o “Diagnóstico da Economia Mineira” era um estudo vertical e global sem um plano de ação para balizar; se o “Parecer Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro” era o primeiro grande documento da categoria profissional do engenheiro voltado para o desenvolvimento regional, o “Diagnóstico da Economia Mineira” era marcado pela inexpressiva participação de engenheiros, em favor da categoria profissional do economista. Eram, portanto e evidentemente, documentos distintos, produzidos em momentos, governos e por grupos políticos

diferentes e, por vezes, divergentes o que, ao cabo, se fazia refletir no próprio material produzido.

Mas, se a observação à priori indica diferenças marcantes entre eles, uma leitura um pouco mais atenta revela que, apesar das divergências, existe um fio condutor entre eles que ultrapassa a simples filiação a uma tradição regional de estudos técnicos politicamente orientados. Mais especificamente, é possível perceber em todos os cinco casos aqui destacados para análise, afora a agenda específica, elementos comuns muito mais significativos que aquilo que os difere. Conquanto a argumentação se altere ao longo das décadas, e o discurso vá se sofisticando na medida em que são introduzidos conceitos mais bem elaborados havendo maior dedicação ao estudo da economia propriamente, em detrimento da engenharia, e não obstante pequenas divergências de opinião acerca de elementos mais específicos da economia regional, existe um consenso entre os documentos no que tange à percepção construída acerca do papel do Estado na economia, no valor atribuído à industrialização (sobretudo nos setores siderúrgico e hidroelétrico) e, em especial, na suposta percepção do caráter subdesenvolvido da economia mineira, notadamente por seu alto grau de espoliação por estados vizinhos desenvolvidos e seu incipiente grau de industrialização.

Esse fio condutor do atraso relativo da economia mineira, implícito no primeiro documento da série (Parecer Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro) e enormemente destacado no último (Diagnóstico da Economia Mineira), foi grau a grau consolidado, em discurso no qual a intervenção do poder público na economia ganhou relevância absoluta, sobretudo se essa prática estivesse devida e obrigatoriamente amparada por setor técnico competentemente dedicado. Nesse sentido que se pode sugerir que, na existência de um *desenvolvimentismo mineiro*, existe um conjunto de ideias e teses que – não obstante algumas diferenças pontuais – perfaz um consenso regional reafirmado a cada novo documento, garantindo-lhe substância.

Assim que, se todos os documentos representam plataforma de enfrentamento de quadro em que a economia regional é descrita em estado delicado, também significam o destaque preciso do grupo ideal para atuação em cenário tão adverso. Há, em todos eles, em algum momento, a sugestão de que ao Estado era imprescindível o apoio do técnico que, livre das paixões políticas, teria a clareza e a precisão requerida para, com o instrumental pertinente, equacionar o problema do atraso regional.

A preocupação desta segunda parte deste trabalho, portanto, será a de reconstruir minimamente cada documento destacado, ressaltando seus principais predicados, autores e propostas, bem como determinando o nível de contribuição ao debate econômico seu contemporâneo no que tange ao desenvolvimento da economia regional e, sobretudo, abordando o papel de cada experiência discutida na consolidação da elite técnica mineira. Para tanto, inicia-se com um capítulo que procura reconstruir o cenário político e econômico regional no período de produção dos documentos em questão, apresentando um quadro geral de suas transformações.

Capítulo 6 – Contextos político e econômico dos Planos de desenvolvimento regional

A crise econômica iniciada em 1929 foi decisiva para a economia mineira como, de resto, para toda a estrutura econômica brasileira. Não obstante desde o início do século XX se procurasse, com algum resultado positivo (Vieira, 1984), constituir um processo de diversificação produtiva na agricultura do Estado (sobretudo após a crise do setor agroexportador a partir de 1897, somente encaminhada por meio do Convênio de Taubaté, em 1906), os excelentes resultados alcançados pela produção cafeeira mineira, notadamente nos anos de 1928 e 1929, levaram especialmente as finanças públicas a sofrer golpe decisivo quando do colapso econômico, sobretudo no que se relacionava às rendas provenientes do café (Dulci, 1999; Diniz, 1981).

Essencialmente dependente da exportação do café, embora com relevante e diversificada produção agrícola e notável e crescente participação dos produtos de origem animal na pauta de exportação do estado (Martins Filho, 2009), no período sobretudo tendo alcançado bons resultados nas culturas de arroz, feijão, milho e cana de açúcar na década de 1920 (Vieira, 1984:03), portanto, restava a Minas uma produção industrial desarticulada e descentralizada, baseada essencialmente nos setores têxtil e alimentício. Dados de 1923, por exemplo, indicam que do total da produção industrial mineira, 27,9% se concentrava na região da Zona da Mata (com ênfase em Juiz de Fora), 17,6% na região siderúrgica e 15,9% no sul do estado, polarizado essencialmente por São Paulo. A região central do Estado, além disso, na qual se localizava Belo Horizonte, sofria com sua incapacidade crônica de cumprir sua função de polarizadora das regiões dispersas no *mosaico mineiro* – um dos principais objetivos declarados para a fundação de Belo Horizonte ainda em fins do século XIX.

Segundo Wirth (1982:41), a região central sequer teve incremento populacional substantivo até ao menos a década de 1920, sendo mesmo a menos populosa de Minas Gerais até então. De acordo com os dados do Recenseamento de 1920, arrolados pelo *Diagnóstico da Economia Mineira* (DEM, vol. V, 1968: 11), no que tange ao setor industrial, 81% do valor da produção e 70% da mão de obra empregada na indústria em Minas Gerais estavam relacionados, até então, aos setores de alimentação e têxtil, tradicionalmente desvinculados da região central. Para Delgado (1997: 50-1), somente a

partir da década de 1930, com o crescimento da produção minero-siderúrgica, esta sim vinculada à região central de Minas, é que a região de Belo Horizonte ganha relevo econômico no Estado. Mesmo assim, de forma bastante gradual, de forma que já em 1962, apenas 18,4% da produção industrial mineira se concentravam na região da Grande Belo Horizonte (especialmente Belo Horizonte e Contagem) (DEM, vol. V, 1968: 26).

Além disso, o processo migratório que levava Minas a *exportar mineiros*, como chegou a classificar o *Diagnóstico da Economia Mineira*, ganhava contornos delicados. Dados apurados pelo Censo de 1940 demonstravam a

a existência de 830 mil mineiros vivendo fora do Estado, o que correspondia a 12% da população estadual. Esta, por sua vez, continuava sendo predominantemente rural, pois os 25% (1,7 milhões de habitantes) registrados como população urbana viviam em pequenas cidades, vinculadas ao campo e com características rurais (Diniz, 2002: 81).

Somava-se a isso o fato da incipiente industrialização na região cafeeira da Zona da Mata que, conquanto tenha possuído alguma força, não conseguiu estabelecer ritmo e energia suficientes seja para polarizar as dispersas regiões de Minas seja, sobretudo, para consolidar-se como região industrial dinamizadora da economia mineira – em quadro, aliás, similar à própria estrutura introdutória das relações capitalistas de produção no Brasil que, no limite, por motivos relacionados seja à herança das experiências exportadoras ou mesmo às dificuldades de comunicação, geraram industrialização essencialmente dedicada ao mercado interno, sobretudo, descentralizada e desarticulada (Castro, 1975; Singer 1977). Os dados relativos à participação de Minas no quadro da distribuição espacial da produção industrial brasileira ao longo da primeira metade do século XX, apresentados na Tabela 1,⁷¹ permitem aquilatar a dimensão dessa concentração, na medida em que também permitem perceber a evolução do problema econômico mineiro no período em tela.

Acompanhando o quadro de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira (Furtado, 2007) que decorreu numa divisão inter-regional do trabalho que, após 1930, consolidou-se por meio do processo de integração do mercado interno e que permitiu decisivamente que São Paulo se tornasse o centro do desenvolvimento industrial brasileiro (Cano, 1977), Minas Gerais manteve-se em posição marginal (Dulci, 1999), de sorte que alterou muito delicadamente sua participação no total da

⁷¹ Extraída de Galvão (1991).

produção industrial brasileira no período – no que é acompanhada, ressalte-se, pelos demais estados e regiões em favor do desenvolvimento industrial paulista, em processo que ao tender à concentração também tendeu, por conseguinte, à incorporação de forma subsidiária das economias dos estados e regiões periféricas ao centro do processo – produzindo e/ou açulando profundos e evidentes desequilíbrios regionais (Cano, 1985). O sopro que permitiu, contudo, que essa participação não fosse ainda menor foi, justamente, a indústria siderúrgica – único ramo que, entre as décadas de 1920 e 1940, cresceu de forma decisiva e relevante na economia de Minas Gerais.

TABELA 1
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL POR REGIÃO E ESTADOS SELECIONADOS
(1907, 1919, 1939, 1949)
(Em percentagem do Valor Bruto da Produção)

REGIÃO/Estado	1907	1919	1939	1949
NORTE	4,3	1,3	1,1	0,7
NORDESTE	16,7	16,1	10,1	9,2
Pernambuco	7,4	6,8	4,6	4,0
Bahia	3,4	2,8	1,4	1,5
SUDESTE	58,2	66,1	74,5	75,5
R. de Janeiro	37,8	28,2	23,9	21,1
São Paulo	15,9	31,5	43,5	46,6
Minas Gerais	4,4	5,6	6,7	7,1
SUL	19,8	16,1	13,7	14,0
R.G.do Sul	13,5	11,1	9,8	8,6
CENTRO-OESTE	0,9	0,4	0,6	0,7
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE:

1907 – Centro Industrial do Brasil. O BRASIL. Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias. Vol.III, Rio de Janeiro, 1909, (IBGE, Edição Fac Simile, 1986).

1919 – IBGE, Censo Industrial de 1919. In Recenseamento Geral do Brasil, 194, Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, Rio de Janeiro, 1948

1939 – IBGE, Censo Industrial de 1939, In Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Sinopse do Censo Industrial e do Censo de Serviços, Rio de Janeiro, 1948

1949 – IBGE, Censo Industrial de 1949, In Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Vol.III, Tomo I, Rio de Janeiro, 1957

Assim, dados colimados por Diniz (1981), apontam que o lento processo de desenvolvimento das usinas siderúrgicas ao longo da década de 1920, iniciado um pouco antes, em 1917, pela Companhia Siderúrgica Mineira de Sabará, mas consolidado

pela fundação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em 1921 (incorporando a empresa de Sabará), além do Alto Forno Pedro Giannetti,⁷² em 1922 e das firmas J.S.Brandão & Cia e Hime & Cia, em Caeté e Barão de Cocais, respectivamente, em 1925, constituiu um relevante “*parque siderúrgico, à base de carvão vegetal*” (Diniz, 2002: 83). Ainda para o autor,

A produção de ferro gusa, estimada em menos de 2 mil toneladas em 1920, subiu para 31 mil toneladas em 1925, alcançando 159 mil toneladas em 1940. A de aço, que era inexistente em 1920, atingiu 26 mil toneladas em 1932 e 85 mil toneladas em 1940 (Ibidem).

Nesse sentido, no tocante ao volume total do capital aplicado na indústria em 1922, apenas 3,6% correspondia ao setor de metalurgia e de máquinas; apenas 2,2% do valor da produção industrial estavam ligados a este setor enquanto apenas 4,6% dos operários da indústria dedicavam-se à produção minero-siderúrgica. Para, em 1940, 21,2% da ocupação, atuando em apenas 1,9% dos estabelecimentos industriais mineiros, produziram 20,1% do valor da produção, correspondendo a 25,9% do capital aplicado (Diniz, 1981: 25; Delgado, 1997: 50).

Os dados da Tabela 2⁷³ são relevantes nesse sentido, pois demonstram com clareza que, no início da década de 1940, o principal setor da indústria mineira era o minero-siderúrgico o que, no limite, amplificava a voz tanto dos empresários do setor como dos engenheiros de minas que, conforme se abordou na primeira parte desta tese, defendiam a necessidade de uma política industrial que tratasse a siderurgia a carvão vegetal de forma relevante na economia mineira – o que ganharia exatamente nesse período, grande proeminência sobretudo a partir da Sociedade Mineira de Engenheiros, tema de nosso próximo capítulo.

Os dados apresentados pela tabela 2 também são significativos por permitirem o dimensionamento de uma indústria regional pulverizada, notadamente no setor de alimentos, em que do total dos trabalhadores industriais apenas 14,5% distribuem-se em 2.645 estabelecimentos, que correspondem a 42,5% do total. Cumpre ressaltar, nesse sentido, que mesmo cerca de uma década mais tarde, do total desses estabelecimentos dedicados à indústria alimentícia apenas 4, ou 0,06% do total, correspondiam a negócios com mais de 250 operários, responsáveis por apenas 1,7% do total da produção. Assim, o segundo maior setor em capital aplicado correspondia a setor pouco dinâmico, com

⁷² De propriedade de Pedro Giannetti, pai de Américo Renné Giannetti, personagem de destaque neste trabalho, notadamente nos próximos capítulos.

⁷³ Extraída de Delgado (1997: 51).

estrutura e capital pulverizados o que, no limite, tendia a enfraquecê-lo politicamente quanto à representação de suas demandas. Por outro lado, conforme podemos observar pela Tabela 3, já no ano de 1950, o setor minero-siderúrgico era altamente concentrado, sendo que 70,4% de seu pessoal estavam empregados em estabelecimentos com mais de 250 operários, que representavam apenas 3,6% do total desses estabelecimentos (10 usinas, em números absolutos), equivalendo esses poucos estabelecimentos a 77% do valor da produção.

Tabela 2
Minas Gerais, 1940:
Características Gerais da Participação de Alguns Ramos na Estrutura Industrial

	Estabele- cimentos	%	Operários	%	Salários	Produção	Capital Aplicado
Ext. Minera	267	4.3	7.258	9.8	7.3	4.0	7.1
Metalúrgica	122	1.9	15.717	21.2	33.2	20.1	25.9
Têxtil	123	2.0	16.588	22.3	17.4	14.4	15.3
Alimentos	2.645	42.5	10.741	14.5	11.2	34.1	18.6
Outras	3.067	49.3	23.963	32.2	30.9	27.4	33.1
Totais	6.224	100	74.267	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, 1940, Série Regional

Minas Gerais, Tomo 3. Censos Econômicos – Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços

Assim, de acordo com Delgado (1997: 53),

(...) pode-se afirmar que a expansão da indústria siderúrgica, de 1920 a 1940, proporcionou a emergência de um novo segmento na elite industrial mineira. Respondendo pelos estabelecimentos de maior porte e adotando formas mais complexas de organização empresarial, este segmento, ao contrário dos industriais vinculados à produção têxtil e de alimentos, vai constituir-se fundamentalmente no Centro do estado. É a partir de sua liderança que esta região assume a condição de principal área de concentração industrial de Minas Gerais, dando um fundamento material à perspectiva de estabelecê-la como um polo que articulasse diversas regiões do estado.

Tabela 3
 Minas Gerais, 1950: Participação dos Grandes Estabelecimentos (mais de 250 operários) na
 Produção Industrial Mineira – Total e por Ramos.

Classe	Estabelecimentos	%	Operários	%	Produção %
Metalúrgica, Mecânica, Transp., Mat Elétrico	10	3.6	11.551	70.4	77.1
Têxtil	45	32.6	23.139	82.1	69.9
Alimentos	04	0.06	814	4.7	1.7
Outras	22	0.1	10.981	20.5	18.2
Totais	81	0.7	46.422	41.6	25.1

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Estado de Minas Gerais, Censos Industrial, Comercial e dos Serviços, Parte XXI, Tomo 3

Ao lado do fortalecimento dessa nova elite industrial, em casos expressivos formada por engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto ou a eles profissionalmente relacionada, há a própria emergência do corpo técnico, notadamente do engenheiro *emopiano* que, conforme veremos ao longo dos próximos capítulos, formularia projeto de desenvolvimento econômico pautado pela industrialização e, notadamente, pela via da siderurgia a carvão de madeira.

Para que essa agenda fosse possível, assumiu papel determinante o poder público mineiro, primordial e originalmente na figura de Benedito Valadares.⁷⁴ Mineiro de Pará de Minas, nascido em 1892, formado pela Escola de Odontologia de Belo Horizonte (sem nunca ter exercido a profissão), e bacharel em Direito graduado pela Faculdade do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1920, Valadares apoiara a Revolução de 1930 na condição de prefeito de sua cidade natal. Também colaborou, notadamente com o então governador de Minas, Olegário Maciel, no combate aos paulistas em 1932, elegendo-se deputado constituinte posteriormente, pelo Partido Progressista. De acordo com Dulci (1999), Valadares teria sido calculadamente incluído por Vargas na lista de candidaturas, fato que se mostrou relevante no futuro próximo.

Minas Gerais não sofreu intervenção de parte do governo central no início do estabelecimento do processo de interventorias, particularmente pelo apoio de seu

⁷⁴ Os dados acerca da biografia de Valadares foram extraídos de Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas, salvo quando se informar outra fonte.

governador Olegário Maciel ao movimento que permitiu a ascensão de Vargas ao poder em 1930. Sua gestão a frente do Governo de Minas foi, no entanto, contrastada pelo quadro caótico das contas públicas do Estado, fruto da crise econômica em uma finança pública essencialmente pautada pelo imposto de exportação do café. Em meio à barafunda que levou à substituição constante de secretários de finanças e de agricultura em série ao longo de seu governo, Maciel veio a falecer em setembro de 1933 propiciando, a partir de então, início de famosa contenda entre grupos rivais que passam a disputar a indicação para a interventoria mineira, especialmente organizados no entorno dos nomes de Gustavo Capanema (que assumira interinamente o governo após a morte de Maciel) e Virgílio de Melo Franco (que havia sido relevante articulador do movimento consagrado na Revolução de Outubro). Curiosa e inesperadamente, Getúlio Vargas indicou o pouco conhecido Benedito Valadares.

Atuando com perspectiva de amalgamar as elites políticas e econômicas mineiras, cingidas quando do processo de substituição de Maciel, Valadares foi rápido e eficiente. Politicamente, disso dá prova a eleição indireta de governadores de 1935 quando Valadares torna-se dos raros interventores varguistas eleitos pelos legislativos estaduais. De acordo com Vieira (1984), a habilidade política de Valadares relacionava-se ao apoio incondicional prestado a Getúlio Vargas mas, notadamente, a uma costura plenamente estabelecida entre os setores de interesse do Estado, de sorte que mesmo o empresariado percebia com entusiasmo, a partir de 1937, a perspectiva do Estado Novo – que Valadares, inclusive, apoiou irresolutamente.⁷⁵

No plano econômico, a longa gestão de Valadares (ver Quadro 1) demonstrou habilidade em iniciar tratamento para a referida crise financeira estadual. Nesse sentido, a reorganização da máquina pública fez emergir, ao centro do poder público mineiro, dois nomes capitais ao processo estabelecido: Ovídio de Abreu⁷⁶ e Israel Pinheiro.⁷⁷ Secretários das Finanças e da Secretaria de Agricultura, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas, respectivamente, eles foram personagens de uma intensa campanha pela reestruturação do Estado. Enquanto Abreu empenhou-se notadamente pela recuperação

⁷⁵ Cumpre registrar, no entanto, que os problemas decorrentes tanto do enfraquecimento do PRM bem como a própria oposição do grupo liderado por Arthur Bernardes marca todo o período, levando mesmo ao processo que dividiu a elite política nos grupos que, posteriormente, se organizariam no entorno da UDN e do PSD (Ver Dulci, 1999).

⁷⁶ Contrerrâneo de Benedito Valadares, posteriormente à experiência como secretário em Minas assumiria o Departamento Nacional do Café (1944-1946) e o Banco do Brasil (1948-1950), tornando-se deputado federal por Minas (1951-1967).

⁷⁷ Uma pequena biografia de Pinheiro será apresentada no Capítulo 13.

fiscal de Minas, Pinheiro ocupou-se de consolidar novo formato à pasta de Agricultura – o que será amplamente abordado no Capítulo 13 deste trabalho.

Quadro 1
Governadores e interventores de Minas Gerais
1933-1971

	Situação	Período
Benedito Valadares Ribeiro	Interventor	12/12/1933 a 04/04/1935
	Governador	04/04/1935 a 04/11/1945
Nísio Batista de Oliveira	Interventor ⁷⁸	04/11/1945 a 03/02/1946
João Tavares Corrêa Beraldo	Interventor	03/02/1946 a 12/08/1946
Júlio Ferreira de Carvalho	Interventor	14/08/1946 a 16/11/1946
Noraldino de Lima	Interventor	17/11/1946 a 20/12/1946
Alcides Lins	Interventor	21/12/1946 a 18/03/1947
Milton Soares Campos	Governador	19/03/1947 a 31/01/1951
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Governador	31/01/1951 a 31/03/1955
Clóvis Salgado da Gama	Governador	31/03/1955 a 31/01/1956
José Francisco Bias Fortes	Governador	31/01/1956 a 31/01/1961
José de Magalhães Pinto	Governador	31/01/1961 a 31/01/1966
Israel Pinheiro da Silva	Governador	31/01/1966 a 15/03/1971

Fonte: Guimarães, 1990, vol.1: 13,14,15.

Ainda no plano da articulação econômica, a gestão de Valadares oscilou em dois momentos principais, tendo um importante marco divisório entre ambos. A primeira etapa, de acordo com Dulci (1999), correspondeu à refundação da política de diversificação produtiva e modernização agrícola que, desde o Congresso de 1903, permeava a percepção regional no tocante ao desenvolvimento da economia do estado, conforme se procurou apresentar no Capítulo 3. A segunda etapa, para o autor, corresponde à construção da Cidade Industrial de Contagem, próxima a Belo Horizonte mas alimentada por energia hidroelétrica produzida pela Usina de Gafanhoto, especialmente construída para o serviço, dada a impossibilidade de se contar com o pouco ou nada efetivo fornecimento da companhia *Bond and Share* que, responsável

⁷⁸ Esta sucessão de interventores, iniciada com Nísio de Oliveira e encerrada com Alcides Lins corresponde ao período de queda de Vargas e sucessivo fim da gestão de Valadares que, muito embora estivesse articulando gestões no sentido de fortalecer um PSD relativamente independente de Vargas, ao menos nas aparências, e apesar de ter sido dos primeiros interventores a empenhar apoio à saída de Getúlio do poder (ver Lopes, 1990), não resistiu à intervenção da Justiça que, ao cabo, promoveu a sucessão de interventores no hiato que se abriu do fim da era *valadarista* ao início do governo de Milton Campos.

por abastecer Belo Horizonte, não conseguia cumprir com o consumo da cidade (Diniz, 1981). O importante marco divisório entre essas duas etapas foi a consolidação da campanha pela siderurgia mineira que, em trabalho anterior (Barbosa, 2005) consideramos na verdade como uma etapa própria do período *valadarista*, notadamente pela capacidade de articular interesses regionais diversos e, sobretudo, pela verticalidade assumida regionalmente.⁷⁹

Dos vários desdobramentos atinentes ao insucesso do projeto siderúrgico mineiro, em especial após a definição de Volta Redonda como a sede da implantação da siderurgia brasileira, a partir de 1942, a reorientação de escopo no âmbito da organização econômica e do papel do poder público mineiro parece ser, para o que neste capítulo nos interessa mais diretamente, o elemento principal, estando, evidentemente, em conformação com o quadro nacional que, a partir desse período, ampliava o poder de influência da máquina pública (Abreu, 1989; Ianni, 1979). Assim, atenua-se a agenda da diversificação produtiva – não obstante uma musculosa aparelhagem pública se estabeleça então no interior de Minas por meio das circunscrições da Secretaria de Agricultura visando a manutenção agrícola como objetivo a ser perseguido – em favor da percepção da necessidade de, considerado o quadro da indústria mineira, se acelerar um processo de facilitação para a industrialização mineira.

O projeto da Cidade Industrial de Contagem, portanto, assume uma perspectiva deliberada de intervenção do poder público, nos anos finais da gestão *valadarista*, por meio de incentivos fiscais, fornecimento de infra-estrutura e organização espacial (Andrade, 1980). Criado por meio do Decreto-Lei nº 778, de 19 de junho de 1941, seus planejamento e execução ficaram a cargo do Departamento de Fomento Industrial da Secretaria de Agricultura, sendo a execução do projeto responsabilidade da pasta de Viação e Obras Públicas. O projeto do distrito industrial considerou fatores como a proximidade com mercado consumidor de Belo Horizonte, proximidade das principais vias rodoviárias e ferroviárias de Minas e, sobretudo, tanto a possibilidade de produção de energia hidroelétrica nos arredores como a capacidade do distrito de, enfim, permitir à região central polarizar as demais regiões mineiras.

A questão energética era, então, um problema já bastante discutido no período – conforme inclusive trataremos na sequência deste trabalho – de sorte que Valadares, por

⁷⁹ Tema tratado mais longamente no capítulo 13.

exemplo, em discurso que concernia ao amparo e ao incentivo à indústria em abril de 1939, salientasse que

(...) o governo já está montando e pensa continuar a montar usinas-centrais elétricas em diversas zonas do Estado para a concessão de energia barata, dando, assim, novo surto às indústrias próprias do nosso meio. Já se acha em construção a Usina de Cachoeira do Pai-Joaquim, no Rio das Velhas, em Uberaba, Triângulo Mineiro; vão ser iniciadas brevemente, a da Cachoeira do Gafanhoto no Rio Pará, em Divinópolis, no Oeste; a da Cachoeira de Santa Marta, no Rio Doce, no Nordeste do Estado (Valadares, 1939 In: Guimarães, 1990, vol.1: 225).

Paralelamente à construção da Cidade Industrial, portanto, o governo de Valadares propiciou o início do debate acerca dos marcos da produção de energia hidroelétrica em larga escala em Minas, notadamente a partir da emergência de Lucas Lopes à SAICT, em 1943. Deve-se ponderar, no entanto, que os esforços no sentido da industrialização neste período foram baldados seja pela própria entrada em funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional em 1946, o que diminuiu a importância relativa da indústria siderúrgica mineira drasticamente,⁸⁰ bem como pela baixa atratividade demonstrada pela Cidade Industrial em sua primeira década de funcionamento – não se podendo desconsiderar, evidentemente, a própria lógica econômica brasileira do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial.

Assim que se pode, ao se voltar à Tabela 1, ponderar a pouca participação da indústria mineira (7,1%) no total da distribuição espacial da produção brasileira em 1949, por exemplo, não obstante o quadro tenha se mantido praticamente inalterado nas décadas seguintes,⁸¹ apesar dos esforços especialmente do poder público pela industrialização do estado. E é essa percepção de não crescimento, sobretudo na comparação com São Paulo, que permite ao governador Milton Campos, eleito no pleito de 1946 após a queda de Valadares e uma sucessão de interventorias de pouco fôlego (atinentes à própria indefinição do PSD no período de pré-campanha para o governo

⁸⁰ Cabe observar que, enquanto em 1939, de um total de 160.016 toneladas de ferro gusa produzido no Brasil, 143.603 toneladas originaram-se de Minas Gerais, enquanto apenas 12.812 toneladas provieram do Rio de Janeiro, ao passo que em 1948, o Rio de Janeiro já havia superado Minas Gerais, produzindo 256.815 toneladas e Minas 242.375 toneladas de um total produzido, nacionalmente, de 551.813 toneladas. No que tange à produção do aço, o quadro é ainda mais agudo. Se em 1939 Minas produz mais da metade do aço brasileiro (59.900 t de um total de 114.095 t), em 1948 não produz a metade do produzido pelo Rio de Janeiro, que produz 275.112 t de um total de 483.085 t brasileiras. O mesmo no tocante à produção de laminados: se em 1939 Minas é o principal produtor (40.787 t de um total de 130.996 t), em 1948 amarga um distante segundo lugar, produzindo 89.023 t de um total de 403.457 t nacionais, dos quais 224.790 t provinham da produção do Rio de Janeiro (Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro, IBGE, 1949: 215-216).

⁸¹ Na verdade, no que tange ao total da distribuição espacial da produção brasileira na década de 1950 ela cai para 6% em 1959, recuperando-se um pouco uma década mais tarde, alcançando 7,6% em 1970, índice de participação mantido em 1975.

mineiro), organizar uma Comissão Técnica, presidida pelo engenheiro e industrial Américo Renné Giannetti, que ao fomentar a campanha da União Democrática Nacional de dados e propostas sobre a economia mineira, acabou por se tornar a origem do modelo do governo Campos de desenvolvimento econômico regional – tema do Capítulo 8 deste volume.

Nascido em agosto de 1900 em Ponte Nova, na franja da Zona da Mata mineira, Milton Soares Campos bacharelou-se em Direito pela Escola Livre de Direito de Belo Horizonte em 1922. Intelectual e político de prestígio, foi nome importante na resistência ao Estado Novo alcançando, em 1947, folgada vitória na eleição para governador de Minas, impondo derrota especial à máquina eleitoral *valadarista*. Primordialmente preocupado com as questões relativas à refundação republicana e à emergência do regime liberal pós Estado Novo, boa parte de sua campanha e de sua gestão destinaram-se à, no governo, refinar e divulgar o receituário político liberal. Para Dulci (2005: 29), Campos possuía “*a marca do doutrinador*”, pois,

Nas várias campanhas eleitorais de que participou, o esforço por disseminar ideias e princípios era um objetivo em si, a par da vitória nas urnas. O exercício dos mandatos que obteve foi pautado pelo mesmo propósito pedagógico.

De sorte que, por exemplo, em Mensagem remetida ao Legislativo Mineiro, em 1948, a tônica de seu discurso fosse determinada pelas necessidades relativas à consolidação da ordem democrática, uma vez que

A tarefa que nos tocou foi a de iniciar, após longo intervalo de interrupção da nossa vida constitucional, o jogo das instituições democráticas, restauradas e renovadas segundo a Constituição Federal de 1946. Há, portanto, um trabalho de adaptação, cujo aspecto transitório e delicado exige grande esforço, enorme paciência e constante capacidade de compreensão: e essas exigências se exercem muitas vezes obscuramente, revelando-se no silencioso restabelecimento da normalidade interrompida. São os benefícios cuja implantação nem todos percebem, mas cujos efeitos são imprescindíveis à vida de cada um. (...)

Daí a necessidade de paciente trabalho educativo, que consiste sobretudo em difundir em todas as camadas populares o sentimento de confiança democrática para o exercício de seus direitos (Campos, 1948: 06,07).

Determinantemente dedicado às questões de fundo do estabelecimento da ordem liberal, contudo, pertence a seu governo um marco importante no período, notadamente no campo econômico. A realização do “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, elaborado e implantado pela SAICT sob gestão de Américo Giannetti representa essencialmente sua estratégia para o desenvolvimento regional, especialmente se pensada em conjunto com o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”,

formulado sob seu governo, porém pela pasta de Viação e Obras Públicas – o que permite inferir certa contrariedade política e técnica entre ambos, tema abordado adiante nesta tese.

Não há contradição, contudo, na execução de uma política pública voltada ao planejamento do desenvolvimento da economia regional no período em tela e a defesa intransigente do primado liberal se for observada a qualificação do liberalismo na compreensão de Milton Campos. Para ele,

A UDN não é exatamente uma agremiação liberal, mas inspirada na doutrina liberal, temperada pelas soluções da moderna democracia que adota em seu programa e nos seus princípios. Com isso quero significar que se a UDN tem a preocupação da liberdade, ocupa-se também da igualdade. Daí vem a sua atuação no sentido da justiça social e de todas as preocupações do interesse do povo, indo até o ponto de admitir e sugerir soluções nacionalistas para problemas que, em termos meramente liberais, não seriam resolvidos como a UDN pleiteia (Campos, 1958, *Apud* Gustin & Murari, 2005:39).

Foi esse o sentido impresso ao governo de Milton Campos, defendendo uma *“economia orientada no sentido da ordem democrática”*, a *“ponto de admitir a intervenção do Estado no domínio econômico”*, sobretudo se *“em defesa dos fracos, procurando evitar o sofrimento do povo em benefício dos grupos plutocráticos e dos lucros imoderados”*, exigindo para tanto *“planejamento, [conquanto que] sob o princípio do primado da iniciativa privada”*, posto que *“o progresso e a estabilidade da economia mineira estão intimamente ligados a sua industrialização”*, sendo *“desenvolvimento industrial [que] se deve processar em harmonia com o das demais atividades produtoras, para aumentar sua independência econômica”*, cabendo, ao poder público, *“apoiar e fomentar a implantação de indústrias-chave”* uma vez que

Os recursos naturais de nosso estado, notadamente os de origem mineral, impõem para o desenvolvimento de nossa economia uma política tendente ao estabelecimento de indústrias básicas, que prepara e encaminha uma ampla industrialização (Campos, 1946).⁸²

Assim que se mobilizam, então, as forças do poder público para organizar aquilo que Dulci (1999), considerou por modelo udenista de planejamento e, sobretudo, que se estabeleceu uma política de taxaço da economia regional intentando levantamento de recursos para a aplicação, justamente, naqueles setores desenvolvedores. Nesse sentido, muito embora a campanha eleitoral que leva Juscelino Kubitschek ao governo de Minas

⁸² Os excertos em itálico que compõem este parágrafo, conjuntamente com esta citação, correspondem a trechos extraídos do discurso de campanha de Milton Campos, proferido em dezembro de 1946, na cidade de Juiz de Fora, sob o título *“O Governo deve ser mais da lei do que dos homens”*, publicado em Dulci (2005: 132 e seguintes).

tenha sido construída na oposição ao governo de Campos, que chegou a apoiar Américo Giannetti mas que, vencido pela estrutura do partido, acabou por contar com Gabriel Passos como candidato da legenda, parte importante de suas ações principais, essencialmente aquelas relacionadas ao DER e à CEMIG, deviam tributo ao governo de Campos. Foi seu governo que, não obstante tenha recebido um Departamento de Estradas e Rodagem recém criado na breve gestão de Lucas Lopes à frente da pasta de Viação na interventoria de João Beraldo, o estabeleceu e consolidou como agência importante⁸³ e foi sua gestão que, por base nos dois planos econômicos de seu governo, enviou e aprovou a lei que criaria a CEMIG e abriria a possibilidade de criação, pelo Estado, de empresas de capital misto em Minas, tendo também criado tanto o Fundo de Eletrificação de Minas Gerais como as Taxas de Recuperação Econômica e Taxa de Eletrificação, vitais para a consolidação da central energética.

A gestão de JK no governo estadual, nesse sentido, longe de ser uma ruptura representa uma reordenação; governo em que as características mais marcantes podem ser consideradas, no plano institucional, o fortalecimento dos espaços da administração indireta como lugares de pretensa majoração da influência do corpo técnico em paralelo à estrutura política que se organizava no entorno das secretarias de estado – embora esvaziadas de parte de suas funções gestoras e definidoras da agenda do planejamento regional e, no que concerne ao plano material, pela exitosa política de construção de rodovias (não obstante sob suspeitas de malversação do dinheiro público segundo Diniz, 1981) e pela implantação da CEMIG que, conquanto não mostrasse resultados contundentes nos primeiros anos de atividade, a partir de um conjunto de investimentos e da construção de novas usinas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1950, elevou Minas a segunda maior produtora nacional de energia hidrelétrica.

É importante sublinhar, no entanto, que embora esse período pós 1947 registrasse incremento na produção industrial brasileira (período entre 1947-60, com crescimento de 195%), e que Minas, justamente por essas medidas, conseguisse crescer industrialmente, seu crescimento era inferior ao do setor em nível nacional no mesmo período (crescimento de 148% do setor industrial mineiro no período) – índice que representava apenas 17,46% da renda interna (*DEM*, 1969, vol.1: 22). Um bom exemplo disso é o setor de Laticínios. Conquanto se possam ser percebidas inúmeras medidas de

⁸³ Embora Lopes defenda que a diferença do modelo do DER mineiro em relação ao DNER, nacional, se devesse à constantes tratativas de sua gestão – o que moldara definitiva e qualitativamente o órgão segundo sua avaliação (*Lopes, 1991*).

apoio, fomento e incentivo à industrialização do leite em Minas desde ao menos o início do Governo de Benedito Valadares (por meio da fundação de escolas, criação de linhas de crédito, etc.) e apesar da produção mineira de leite ainda ser a maior do país em meados dos anos 1950, produtos como leite condensado ou leite em pó – que tiveram grande crescimento na indústria de laticínios na primeira metade da década de 1950 em São Paulo ou Rio de Janeiro – tiveram decréscimo ou estagnação, respectivamente, em suas produções em Minas.⁸⁴

A gestão de Juscelino em Minas, embora não tenha equacionado o problema industrial, firmou definitivamente a indústria como elemento determinante no horizonte das políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento econômico regional, em oposição ao período de Milton Campos, em que ainda se procurava uma agenda integrada (indústria/desenvolvimento agrário). Assim, Juscelino ressaltaria em Mensagem de 1953 que “*A industrialização é a diretriz correta para o desenvolvimento econômico de um estado populoso, com um grande mercado interno potencial e dotado de adequados recursos naturais*” (Kubitschek, 1953 *Apud* Dulci, 1999:103). Para Dulci (1999), a aceleração do processo de modernização regional passava pela difusão do desenvolvimento por meio da irradiação da cidade para o campo, por meio também da crença de que “*A intervenção do Estado, visando a provocar o aceleração dos investimentos industriais, torna-se uma imposição lógica nas regiões subdesenvolvidas*” (ibidem). Desenhava-se, então, para Minas Gerais uma política dedicada ao combate político do problema do desenvolvimento de sua economia – compreendido então como problema de falta de industrialização, em quadro avaliativo que, pouco tempo depois, seria determinante para a concepção de desenvolvimento proposta por JK. Assim que, ainda na Mensagem de 1953, e abordando o binômio Energia e Transportes, o então governador mineiro concluiu que

Nestes dois setores é que se definem mais claramente os pontos de estrangulamento da economia das áreas subdesenvolvidas. Quando o estado procura superá-los, tende a criar “fatores de germinação” capazes de suscitar o surgimento da iniciativa privada em escala que não seria possível antes deste condicionamento (Ibidem).

Nesses termos, a percepção da máquina pública como espaço determinante da agenda econômica estava firmada, sendo requerida a partir daí de forma progressivamente mais forte. Foi assim no governo imediatamente posterior, de Bias Fortes, especialmente no tocante ao início dos estudos voltados à industrialização por

⁸⁴ Ver IBGE, *Anuário Estatístico Brasileiro*, 1956: 156.

meio sobretudo do Conselho Estadual de Economia e Administração efetivamente em funcionamento a partir de seu governo.

O mesmo se pode dizer em relação aos governos de Magalhães Pinto e Israel Pinheiro, na década de 1960. Não obstante em lados opostos do espectro político, sendo Magalhães liderança udenista e Israel pessedista e valadarista histórico, não descuidaram de uma agenda dedicada ao planejamento e à superação da situação de atraso relativo que permeava tanto suas mensagens enviadas à Assembléia Legislativa como na articulação institucional dessas demandas, notadamente por meio da fundação e posterior consolidação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, órgão importante para o processo em tela.

Magalhães Pinto, nascido em Santo Antonio do Monte em 1909, iniciou sua vida profissional com dezesseis anos e, cerca de dois anos depois, já era gerente do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Atuando sempre como banqueiro e político, foi secretário de finanças de Milton Campos, assinando o decreto do “Plano de Recuperação” e auxiliando a montagem do sistema ligado às taxas de financiamento dos projetos de desenvolvimento regional. Elegeu-se como candidato de oposição, derrotando o situacionista Tancredo de Almeida Neves. Em seu governo, em que foi criado o BDMG, atuou decisivamente pela reorganização da máquina pública, ocupando-se de uma reforma administrativa e da consolidação de órgãos dedicados ao planejamento.⁸⁵

A crise geral que se abateu sobre a economia brasileira no início da década de 1960, nesse sentido, atingiu Minas justamente quando se começaria a colher os frutos das políticas implementadas ao menos desde a década de 1940. O caso da CEMIG, provavelmente, é o mais evidente. Financiada e dedicada à rápida ampliação da produção e da distribuição de energia elétrica desde o início de suas operações, alcançou o princípio da década de 1960 com produto de sobra para incentivar a industrialização mineira. O quadro econômico recessivo, contudo, fez com que tal esforço fosse relativamente em vão, notadamente por que, como consequência, a empresa passou a fornecer energia elétrica especialmente a São Paulo, de sorte que em meados da década, mais da metade de sua energia produzida alimentava a industrialização paulista.

⁸⁵ Sobre seu governo, bem como sobre a biografia e a gestão de Israel Pinheiro, se tratará com maior cuidado nos próximos capítulos.

O período da década de 1960, não obstante de intenso debate e relevante desenho para o processo aqui em evidência – e que será apresentado nos próximos capítulos –, é concluído pelo lançamento do *Diagnóstico da Economia Mineira*, documento em que se produz quase que a elegia de uma época. Assim, elementos como a emergência da SUDENE e do apoio federal ao Nordeste mobilizariam uma intensa campanha organizada em Minas pela inclusão de áreas do Norte do estado à referida Superintendência ao lado de argumentos como o do *Diagnóstico*, que insistia na tese de que Minas estava listada em um “*arbitrário Centro Sul*”, que a fazia polarizada por São Paulo e Rio de Janeiro (no DEM, tratava-se da Guanabara) e sem os investimentos do Governo Federal por meio de um programa como o da SUDENE, determinava que Minas era o novo Nordeste.

A ambiência em que foi produzido o documento, que lhe confere uma avaliação do quase inexorável subdesenvolvimento regional, pode ser avaliada pelo que a imprensa divulgava do quadro mineiro no período. Este é o caso, dentre vários outros exemplos as quais se poderia recorrer aqui, de um editorial do jornal *Estado de Minas*, de 10 de maio de 1968. Intitulado “*Minas esquecida*”, o texto discorre sobre aquilo que considera por um “*esvaziamento econômico*” do estado, que enfrentava, na avaliação do periódico, “*situação verdadeiramente penosa*” de tal ordem que tornava Minas “*campo propício ao agravamento da tensão social, em face de encontrar-se em processo agudo de empobrecimento*”. Percebia-se que o quadro se agravava coetaneamente, pois “*Ultimamente, no nosso Estado passou a figurar em posição de inferioridade*”, enfrentando Minas uma situação de “*estagnação reinante (...) que só os cegos e os alienados não querem ver e enfrentar como o fato mais grave da crise brasileira*”. Recorria-se, na argumentação, aos dados econômicos: baixa movimentação mercantil, pouco crescimento da produção industrial, poder aquisitivo dos mineiros abaixo da média do país, dificuldade na comercialização dos produtos agrícolas, baixo índice de oferta de crédito ao produtor, chegando-se mesmo à conclusão que “*os números mostram que quase tudo funciona mal neste Estado*”. Concluía-se, então, que Minas Gerais adentrara em um “*círculo vicioso: (...) é pobre porque não tem recursos, não tem recursos porque produz pouco e a preços altíssimos*” para, enfim, sublinhar que

Minas Gerais muito tem contribuído para o desenvolvimento nacional. Hoje, por uma série de fatores negativos, forma ao lado das regiões pobres do país. (...) Mas há uma certeza: se Minas permanecer em situação de quase calamidade, sem mercado de trabalho, exportando os seus melhores elementos humanos, dentro de pouco tempo seremos, como naquele poema

de Carlos Drumond de Andrade, “apenas um retrato na parede” (Estado de Minas, *Minas Esquecida*. 10/05/1968: 04).

O período encerra com enorme desesperança, mas com mobilização no entorno justamente da elite técnica e dos novos grupos empresariais, urbanos e pretensamente modernos, que se articulam no entorno das agências dedicadas ao planejamento que, conforme veremos nos próximos capítulos, valem-se desses discursos para não apenas justificar suas relevâncias regionalmente como para, enfim, conquistarem espaço de atuação no poder público regional. Tentaremos reconstruir, agora, como esse processo sobressai dos documentos voltados ao desenvolvimento econômico regional, produzidos contudo no cenário político e econômico que aqui se tentou resenhar.

Capítulo 7 – Parecer “Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro”

Publicado ao longo de cinquenta páginas, na edição de dezembro de 1938 da Revista Mineira de Engenharia (RME), o parecer “Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro” apresentava-se como o posicionamento oficial da categoria profissional dos engenheiros de Minas Gerais acerca da questão da implantação da grande siderurgia no Brasil bem como do problema com a empresa Itabira Iron Ore Co. Confiante no valor que supostamente agregaria à discussão, portanto, exibia, por meio de caixas de texto espalhadas pela diagramação, um “Aviso”, informando que

A Revista Mineira de Engenharia, desejando a maior divulgação possível do parecer da Sociedade Mineira de Engenheiros sobre a Siderurgia Nacional e Exportação do Minério de Ferro em todo Brasil, coloca à margem o direito de exclusividade de sua publicação, permitindo que outras revistas e jornais façam a sua reprodução, mas só integralmente, visto a publicação parcelada constituir objeto de interpretação errônea sobre o sentido fundamental da obra em apreço que só pode ser apreciada e compreendida convenientemente, em conjunto. Fora desta condição pede-se não fazer a reprodução. (Parecer, 1938: 20)⁸⁶

Infelizmente para seus autores, para a Revista Mineira de Engenharia e para toda a categoria profissional em questão, contudo, a divulgação do Parecer foi proibida pelo governo do presidente Getúlio Vargas (Carvalho, 2002), sendo somente publicada naquela edição específica e não cumprindo, como se sugeria pelo aviso, sua reprodução em qualquer outro meio.

Esta posição do governo central não deixava de ser contraditória, entretanto. Elaborado pelo professor da Escola de Minas Francisco Magalhães Gomes e pelo conselho técnico da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME),⁸⁷ associação que

⁸⁶ As citações ao Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” serão sempre indicadas apenas como “Parecer, 1938”.

⁸⁷ Assinam o Parecer: Benjamim Magalhães de Oliveira, engenheiro civil e presidente do Conselho Técnico da Sociedade Mineira de Engenheiros; José Zuquim de Figueiredo Neves, engenheiro de minas e civil, secretário do Conselho Técnico; Francisco de Assis Magalhães Gomes, engenheiro de minas e civil, professor catedrático da Escola Nacional de Minas e Metalurgia e da Escola de Engenharia da UMG e relator do parecer; Benedito José dos Santos, engenheiro de minas e civil e professor da Escola de Engenharia da UMG e membro do Conselho Técnico; Carlos Alberto Pinto Coelho, engenheiro de minas e civil, professor da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e membro do Conselho Técnico; Virgilino Rosa, engenheiro de minas e civil e membro do Conselho Técnico; Honório Hermeto Correia da Costa, engenheiro de minas e civil, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Dermeval José Pimenta, engenheiro de minas e civil e vice-presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros; Benedito Quintino dos Santos, engenheiro civil e primeiro-secretário da Sociedade Mineira de Engenheiros; Mario Werneck

congregava a maioria dos engenheiros de Minas Gerais desde sua fundação em 1931 (Barbosa, 2005), o documento buscava responder a chamado do próprio Presidente da República que, em 1938, em visita a cidade mineira de São Lourenço, concedera entrevista em que conclamava a toda a sociedade, e em particular aos setores técnica e economicamente diretamente envolvidos, a participar do debate acerca da instalação da grande siderurgia no Brasil. Comemorada desde a primeira edição da RME, em maio de 1938, essa entrevista fora saudada, em várias ocasiões, como uma nova etapa nas relações entre o corpo técnico de Minas Gerais e o governo federal na medida em que, também, fora percebida, pela SME, como uma excelente oportunidade para tornar pública a leitura do corpo técnico mineiro sobre questão central para o desenvolvimento de Minas e do Brasil, essencialmente ligado à grande siderurgia e ao problema da exportação do minério de ferro extraído, sobretudo, do solo mineiro. Assim que, em linhas gerais, o documento estabelece como interlocutor o governo federal, e é a ele que encaminha suas principais sugestões.

É nesse sentido, portanto, que de todos os documentos voltados ao desenvolvimento regional analisados neste trabalho, o Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” seja aquele que apresenta a menor preocupação com o estabelecimento de metas, diagnósticos e perspectivas – e, portanto, com sua exequibilidade – e o único que pode ser definido por uma agenda alheia, ao menos aparentemente, ao interesse especificamente mineiro. Antes, o Parecer pode ser descrito como um exercício, até certo ponto simples, de avaliação do quadro econômico brasileiro, e da pertinência de uma política siderúrgica efetiva para seu desenvolvimento, no qual a principal contribuição representa uma sugestão – apresentada em tom definitivo e essencialmente nacionalista⁸⁸ – do modelo de implantação da grande siderurgia brasileira. Além disso, o documento reconstrói boa parte da argumentação do corpo técnico mineiro, notadamente daquele diretamente

de Alencar Lima, engenheiro civil e professor da Escola de Engenharia da UMG e segundo-secretário da Sociedade Mineira de Engenheiros e; João Gusman Júnior, engenheiro civil e tesoureiro da Sociedade Mineira de Engenheiros.

⁸⁸ “*Tanto a siderurgia como o transporte e a exploração das jazidas e dos portos de embarque devem ser feitos por nacionais, com capitais nacionais e principalmente de modo que os lucros fiquem no país, não em virtude de controle cambial apenas, mas porque os seus detentores tenham os seus interesses ligados no país*” (Parecer, 1938: 04).

ligado à EMOP, que desde o imbróglio com a *Itabira Iron* estava presente ao debate somente podendo ser compreendido como a derradeira etapa do processo iniciado ao final da primeira década do século XX.⁸⁹

Diferentemente dos demais documentos, portanto, em que há uma preocupação central em se discutir os elementos que caracterizam o baixo grau de desenvolvimento da economia mineira – notadamente no tocante ao seu índice de industrialização – no Parecer a perspectiva da grande industrialização como política nacional de desenvolvimento suplanta qualquer preocupação regional, ao menos aparentemente.

Alguns predicados diferenciam claramente o Parecer dos demais e posteriores documentos voltados ao planejamento e ao desenvolvimento da economia de Minas Gerais: i) sua inobservância do quadro econômico mineiro coevo; ii) seu caráter estritamente sugestivo; iii) sua ênfase em um único e específico setor da economia (a indústria siderúrgica) e; iv) sua completa desvinculação oficial com o poder público (seja na administração direta ou na indireta).

Seria um equívoco considerá-lo, contudo, um documento irrelevante no que concerne ao papel do corpo técnico mineiro no período frente às necessidades impostas ao desenvolvimento econômico regional, bem como no tocante ao próprio Estado e seu papel em Minas Gerais. O Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” representa, na década de 1930, um esforço significativo de promoção da coesão dos interesses técnicos e industriais de Minas Gerais (Vieira, 1984), bem como demonstra a vitalidade da Escola de Minas de Ouro Preto como *locus* ainda privilegiado de formação de quadros tanto para o serviço público como para o debate sobre o desenvolvimento regional e de formulação dos principais argumentos dessa contenda (Barbosa, 2005).

São esses argumentos que o transformam no primeiro documento de uma sequência ligada ao desenvolvimento regional: i) a determinante valorização da industrialização como único meio possível de se promover o desenvolvimento econômico; ii) a preocupação estrutural de definir o exato papel do poder público ante

⁸⁹ Deve-se registrar, também, que o documento somente pode ser percebido em contraste com as comissões ligadas ao Governo Vargas voltadas para a implantação da grande siderurgia brasileira, em que o governo de Minas e os engenheiros *emopianos* assumem assentos tangenciais.

ao desafio do desenvolvimento; iii) a formulação de uma agenda eminentemente nacionalista sobretudo no que tange à origem dos investimentos e à destinação dos lucros deles provenientes e; iv) a noção de espoliação das regiões periféricas em favor das centrais na economia capitalista, assumindo sempre a posição de espoliado. Tangencialmente, também de suas páginas emergem algumas pautas que nortearão tanto o poder público regional como o corpo técnico que o orbitava, como a necessidade de se consolidar uma política de produção e distribuição de energia elétrica (conquanto ainda essencialmente destinada à eletrosiderurgia, tema presente ao debate desde meados da década de 1910) e a pertinência de se estabelecer meios efetivos de escoamento da produção mineira (não obstante ainda particularmente dedicados à exportação do minério de ferro e, com bastante êxito, do ferro e do aço regionalmente produzidos em grande escala).

Outro dado sugestivo em relação ao Parecer diz respeito à influência determinante exercida pelos ex-alunos, professores e ex-professores da Escola de Minas em sua realização. A maioria absoluta dos estudos citados, quando nacionais, eram provenientes de engenheiros ligados à instituição, bem como há fartada referência a material publicado nos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto. A Sociedade Mineira de Engenheiros, então presidida por Honório Hermeto – um ex-aluno da EMOP – assim como a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, comandada pelo também *emopiano* Israel Pinheiro e da Secretaria de Viação e Obras Públicas chefiada pelo ex-aluno de Ouro Preto Dermeval Pimenta, eram espaços privilegiados de atuação e de transmissão das ideias e projetos que possuíam, na Escola de Minas, sua origem. Isso não significa dizer que todos os membros dessa comunidade acadêmica tivessem as mesmas opiniões. Antes, conforme se tratará adiante, há uma disputa intra-elite técnica acerca do desenvolvimento regional que se define, inclusive, mesmo dentro dos limites estritamente institucionais da Escola de Minas. Sugere-se que se tenha a influência da EMOP como definidora do processo, na década de 1930, não obstante tenha que se ter muito claros os limites de uma suposta homogeneização do grupo que, se nos discursos tende a se consolidar, na prática tende a ser mais movediça.⁹⁰

⁹⁰ É o caso, por exemplo, de Emídio Ferreira da Silva professor da Escola de Minas que, em 1936, em discurso proferido na formatura da turma de 1935 de engenheiros de minas, em Ouro Preto, afirmava que “*Sou partidário da livre exportação do minério; ainda não pude me convencer, dada a nossa reserva em minérios de ferro, que a saída desta riqueza deixe um vácuo em nosso Paiz, e venha um dia, produzir*

É essa influência majorada da Escola de Minas de Ouro Preto na tessitura do Parecer, seja por meio de seus ex-alunos seja por conta de seus professores (conquanto não de todos, mas da maioria deles – e notadamente de Magalhães Gomes), que determina seu tom industrialista, nacionalista, intervencionista e voltado ao setor siderúrgico predominantemente. Para o documento, a indústria siderúrgica é a base primordial do desenvolvimento econômico, pois “*Apesar dos inconvenientes de ordem social que a grande industrialização traz, nenhum país pode melhorar a sua economia apenas pela agricultura, a indústria pastoril e a indústria extrativa, sem o beneficiamento dos minérios por empresas nacionais.*” (Parecer, 1938: 02). Nesse sentido que emergirá a necessidade de se constituir uma indústria siderúrgica brasileira, mantida com capital nacional e cujos lucros fossem revertidos para o desenvolvimento da economia do país – em detrimento dos interesses do capital estrangeiro, não obstante se registrasse que

Ninguém pode negar os benefícios que devemos ao capital estrangeiro. Cumpre, porém, reduzir cada vez mais o seu emprego, pelo menos como tem sido feito até hoje, e utilizar em nosso proveito as grandes fontes de riqueza que possuímos. Isso é possível e, se quisermos, far-se-á. Não pretendemos explorar nenhuma ambição imperialista, jamais tivemos. Queremos, apenas, afirmar nossa independência onde ainda não pudemos fazer completamente. (Parecer, 1938:03)

Estabelecia-se, então, uma base sólida que seria defendida por todo o documento: necessidade de industrializar a economia brasileira, por meio da grande siderurgia e com capital brasileiro, propiciando um processo de desenvolvimento autóctone, na medida em que “*É sabido que todo o mundo se empobrece para enriquecer as grandes nações industriais.*” (Parecer, 1938:02). Para tanto, tornava-se imprescindível discernir entre as questões da siderurgia e o problema da extração e exportação do minério que, conquanto não devesse ser proibida, deveria condicionar-se à grande siderurgia e seus interesses nacionais uma vez que “*Um dos pontos mais graves por evitar no Brasil é que a exportação de minérios se torne a indústria preponderante, ao invés da fabricação de produtos manufaturados*” (Parecer, 1938: 18), sobretudo se considerada a interpretação do Parecer sobre a necessidade de

escassez de matéria-prima. (...) O carvão de madeira não parece prestar-se a uma indústria de vulto razoável(...)” (REM, n1, ano1, 1936, p. 31). Também é o caso de Pedro Rache, que se apresenta partidário do contrato com a Itabira Iron ou mesmo, e muito significativamente, de Pires do Rio que deflagra a polêmica com Clodomiro de Oliveira no início da década de 1910 por ser favorável ao contrato que desenvolveu-se na questão da empresa inglesa.

transformação da pauta de exportação do Brasil, de matérias primas para produtos industrializados, pois “*Exportar produtos manufaturados é o que cria principalmente a riqueza das nações, porque assim se exporta trabalho, isto é, se faz pagar por outros povos a mão de obra nacional*” (Parecer, 1938: 17).

A instalação da grande siderurgia no Brasil, portanto, é o foco aparentemente central do documento, na medida em que, por mais que o país devesse manter uma estrutura que também exportasse minério de ferro, isso deveria se condicionar a uma política siderúrgica mais ambiciosa que posicionasse o país como exportador de ferro e aço. Exportar apenas o minério representava, ao cabo, renunciar a uma importante perspectiva de desenvolvimento econômico tendo em vista que “*Aos outros países não interessa, porém explorar nossas jazidas em nosso proveito, mas apenas no seu próprio*” (Parecer, 1938:17).

É com esse conjunto de preocupações que o Parecer passa a sugerir o modelo de implantação dessa grande siderurgia brasileira, defendendo inclusive uma agenda que renegasse “*o liberalismo econômico que gera a concorrência e depois a aniquila por meio de cartéis*” (Parecer, 1938: 41). Assim é que, em evidente deferência ao governo estado-novista, defendia-se mesmo a intervenção direta do poder público em tal processo, em detrimento das “*carpideiras do alto capitalismo*” já que

O Estado Novo muito sabiamente se assentou nessas bases, e preconiza uma evolução corporativa de nossas instituições. A queda pressentida da economia individualista, a falência total da economia marxista nos países que tiveram a desgraça de adotá-la, justificam perfeitamente a **intromissão direta do governo** nos grandes problemas econômicos das nações e autorizam, senão a economia dirigida no sentido rigoroso do termo, ao menos a **economia planificada**. (Parecer, 1938: 02 – grifo nosso)

Dessa forma, tomando por base os cálculos efetuados pelos engenheiros mineiros acerca da carência de ferro e aço brasileiro, o documento propõe que o melhor modelo a ser adotado – sempre de acordo com os estudos da SME – deveria basear-se na instalação de quatro usinas siderúrgicas de porte médio, diferentemente de apenas uma grande companhia, preferencialmente dispostas o mais próximo possível das fontes de abastecimento de minério de ferro e de coque para alimentação de seus altos fornos. É aqui, então, que o Parecer que se propõe devotado ao interesse “*nacional por excelência*” que jamais poderia “*ser resolvido com estreito espírito regionalista*” (Parecer, 1938: 15) começa a se tornar um programa dedicado ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais sobretudo.

Das maiores certezas ostentadas pelo Parecer, indiscutivelmente a predominância de Minas como fonte determinante do minério de ferro brasileiro era a mais segura. De fato, mesmo aqueles que discordavam das propostas do corpo técnico ligado à SME concordavam com a qualidade e quantidade do minério de Minas. Esse é o caso, por exemplo, do *emopiano* Pedro Rache⁹¹ que, em parecer favorável à Itabira Iron Ore Co. apresentado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças de Vargas em maio de 1938, afirmava que “*As grandes jazidas de minério de ferro estão situadas, principalmente, no Estado de Minas (...)*”, concluindo que os

Cálculos de pessoas competentes orçam esses depósitos em 13 bilhões de toneladas de excelente minério, de notável riqueza em teor metálico e bastante puro, em relação aos de outras procedências, que contém proporções excessivas de sílica e fósforo. O minério brasileiro é, portanto, ótimo. (Rache, 1938: 34)

Parecia mesmo inegável a frase de Henri Gorceix que, ainda no final do século XIX, sob pretexto de evidenciar a peculiar vantagem de Minas Gerais no tocante à extensa reserva de minério de ferro que possuía e a premência de aproveitá-la por meio de indústria metalúrgica, na qual “*as minas são exploradas de modo mais vantajoso para o thesouro publico*” (Gorceix, 1875), registrava que “*Minas é um coração de ouro que pulsa dentro de um peito de ferro*” (Hermeto, 1938: 05).

Mas, em sendo inquestionável o predomínio de Minas Gerais no tocante às maiores e melhores reservas de minério de ferro, não o era a segunda parte pertinente à alimentação dos altos fornos. Em outras palavras, se Minas possuía minério em abundância, não possuía coque mineral o que, no limite, inviabilizaria a proposta de instalação de usinas siderúrgicas próximas às melhores fontes de minério, especialmente em Minas Gerais.

A produção brasileira de coque mineral era bastante reduzida, com qualidade questionável e, em especial, circunscrita ao sul do país com notável destaque para o estado de Santa Catarina. De acordo com o Parecer, uma indústria siderúrgica nacional baseada nesse coque teria o inconveniente de ter de organizar logística de transporte

⁹¹ “Rache, ex-aluno de Ouro Preto, filho de Mário Rache, também oriundo da EMOP e um dos precursores da siderurgia em Minas Gerais, é identificado por Carvalho (2002) como amigo de Farquar, o representante da Itabira Iron. Tanto assim que, na década de 1940, após o fracasso definitivo do contrato da empresa inglesa com o governo, ambos firmarão sociedade na construção da Usina Acesita.” (Barbosa, 2005: 155)

para o minério até a região de produção da hulha que, por sua vez, não seria suficientemente boa para a alimentação dos altos fornos necessários.⁹² Assim, instalar a grande siderurgia brasileira no sul do país parecia arriscado, de acordo com o documento, na medida em que fatalmente seria necessária a importação de coque mineral dos países produtores. Alguns estudos⁹³ serão arrolados pelo Parecer no intuito de tornar efetiva a leitura que sugeria, no limite, a inconveniência de um padrão que, ao cabo, condicionaria o desenvolvimento da siderurgia brasileira ao interesse de algum país central da economia capitalista. Isso por que condicionar a siderurgia brasileira ao coque importado levaria, nessa perspectiva, à dependência estrita do desenvolvimento econômico brasileiro aos ditames dos países que, de acordo com o documento, não teriam nenhum interesse nesse processo.⁹⁴

Assim que a implantação da grande siderurgia brasileira, de acordo com o Parecer, deveria obrigatoriamente prescindir do coque mineral para alimentação de seus altos fornos, optando pelo coque vegetal. Ou seja, dever-se-ia considerar o carvão de madeira como principal fonte de energia para nossa siderurgia sendo ele considerado “*o único combustível, a nosso ver, sobre o qual se poderá assentar, definitivamente, a siderurgia brasileira*” (Parecer, 1938: 07).

Deve-se registrar que essa hipótese vinha sendo ventilada há algum tempo quando, enfim, foi endossada pelo Parecer e, justamente por isso, sofria constantemente questionamentos e recusas. De sorte que Vargas, na declaração procedida em São Lourenço, ressaltaria “*o caráter anti-econômico da siderurgia a carvão de madeira*”, na medida em que sugeria que “*a destruição das reservas florestais e a limitação do*

⁹² “*A nós se nos afigura ser impossível fazer a siderurgia brasileira com coque proveniente de carvão de pedra de S. Catarina e do Rio Grande do Sul, e isto porque sua composição química é absolutamente inadequada a esse mister. É possível que em uma partida ou outra se obtenha um coque sofrivelmente siderúrgico. O conjunto do carvão extraído, a amostra média, é porém, péssimo para esse uso. E aqui nos baseamos apenas nos fatos.*” (Parecer, 1938: 05).

⁹³ Com especial atenção ao do professor da Escola de Minas Domingo Fleury da Rocha, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, apresentado ao “1.º Congresso Brasileiro de Carvão e outros combustíveis nacionais”, intitulado “Utilização de carvão nacional na fabricação do coque metalúrgico”, comunicação publicada no n.º 19 (1923), dos Anais da Escola de Minas de Ouro Preto.

⁹⁴ “*A importação do coque mineral para a implantação no país da grande siderurgia teria numerosos inconvenientes. O primeiro, o maior talvez, seria a criação de uma indústria algum tanto artificial dependente do estrangeiro mais poderoso.*” (Parecer, 1938: 08)

consumo interno dos produtos siderúrgicos que fica condicionado a um regime de preços altos pelas deficiências do processo de produção” (RME, Ed.1,1938: 06) tornariam a solução um equívoco. Esta também é a posição de Pedro Rache no parecer sobre a Itabira Iron Ore Co. que é apresentado a Vargas em 1938, quando afirma necessário “*eliminar, imediatamente, de nossas cogitações atuais a grande siderurgia com carvão de madeira*” sendo tal possibilidade restrita apenas à “*pequena fabricação de produtos simples, destinados ao nosso consumo*” (Rache, 1938: 38).

Para o Parecer, entretanto, essas críticas ao carvão de madeira eram profundamente deletérias ao desenvolvimento econômico brasileiro, já que “*O maior entrave ao estabelecimento da indústria siderúrgica nacional em maior escala tem sido o que sem receio de errar poderemos chamar o preconceito contra o carvão de madeira*” (Parecer, 1938: 07). E esse preconceito era compreendido, por sua vez, como certo despreparo. O argumento, nesse sentido, não apenas defendia o carvão de madeira como circunscrevia o espaço específico que deveria ser ocupado apenas por aqueles tecnicamente aptos a fazê-lo (no caso, os ex-alunos de Ouro Preto), de sorte que, no que tange à depreciação do carvão de madeira, sugeria-se que

São certos tabus que se enraízam na alma nacional e de lá não saem. Explica-se, facilmente, esse preconceito. As pessoas que entre nós têm tratado de siderurgia ou não entendem do assunto e, então, podem ter qualquer opinião sobre ele, ou o conhecem quer pelo estudo em livros simplesmente, quer por terem feito alguma viagem aos grandes centros siderúrgicos, sendo raros os que têm tratado de perto a siderurgia e a conhecem com segurança. A falta de espírito crítico muito tem contribuído para isso.

Os tratados e as revistas de siderurgia, escritos para países onde o coque é abundante, onde a siderurgia naturalmente tem de ser a coque mineral, estudam somente a siderurgia baseada nesse redutor e combustível. Exemplos disso temos nas nossas bibliotecas, inclusive a magnífica biblioteca da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, onde não há uma só obra especializada sobre siderurgia a carvão de madeira. (Parecer, 1938: 07)

Assim que o Parecer busca consolidar opinião latente entre a categoria profissional do engenheiro em Minas, notadamente aquela diretamente vinculada à SME. De modo que o presidente da Sociedade, por sua vez, e mesmo antes da publicação do Parecer, já parecia taxativo na primeira edição da RME quando, ao discorrer sobre a implantação da grande siderurgia no Brasil afirmava que “*O problema siderúrgico no Brasil, no momento, deve ser resolvido pelos altos fornos a carvão de*

madeira e pelos processos termo-elétricos, como elementos iniciais” (Hermeto, 1938: 05).

Pode-se considerar, portanto, que a questão da alimentação dos altos fornos da então futura siderurgia brasileira era fator discordante dentre aqueles que se dedicavam ao estudo do modelo de sua implantação no Brasil. E, por conseguinte, deve-se registrar que o modelo escolhido pelo Parecer atendia objetivamente ao interesse de Minas Gerais sobretudo pois, de acordo com o que propugnava, a grande siderurgia brasileira deveria ser implementada por meio de quatro unidades dispostas em proximidade das fontes de fornecimento de minério de ferro e de carvão de madeira, sobretudo se em conjunto fosse possível gerar energia elétrica para ampliar o potencial dos altos fornos, por meio da eletrosiderurgia. Concluía-se, portanto, que

Se é possível a usina a carvão de madeira, como os fatos provam superabundantemente, o local próprio é evidentemente a zona rica nesse produto. Se a zona ainda tiver minério, então nem se deve discutir. É o que se passa com a bacia do Rio Doce, que reúne as três condições fundamentais para desenvolver a siderurgia brasileira: jazidas consideráveis de minério rico, energia elétrica abundante e matas consideráveis. Quer para o simples forno alto, quer para a eletrosiderurgia, a bacia do Rio Doce é o local privilegiado. (Parecer, 1938: 15)

Logo, a grande siderurgia brasileira para ser produtiva, economicamente viável e, sobretudo, orientada para o real interesse nacional, deveria ser implementada em Minas Gerais, especialmente na região do Vale do Rio Doce, não obstante “*As bacias do Rio das Velhas e Paraopeba também ofereçam condições boas*” (ibidem).

Segundo o Parecer, conforme anteriormente sublinhou-se, a indústria era elemento vital do desenvolvimento econômico, notadamente se partindo do setor siderúrgico especialmente franqueado das amarras do capital estrangeiro e das matérias primas importadas. Por isso, o desenvolvimento econômico brasileiro deveria concentrar-se na industrialização partindo, especialmente, da implantação da grande siderurgia abastecida a carvão de madeira, por meio de capital nacional e com ênfase no corpo técnico brasileiro. Dadas as características muito específicas do modelo que se propunha, o local ideal para tal indústria era Minas Gerais, indiscutivelmente. Logo, o desenvolvimento econômico brasileiro passava, de acordo com o Parecer, obrigatoriamente, pelo desenvolvimento econômico de Minas sendo a grande siderurgia brasileira decorrente, nos termos que se propunha, da grande siderurgia mineira.

Assim que o projeto voltado ao Brasil e sua economia, sobre o qual “*Até hoje muitos consideram que (...) tem como causa o bairrismo dos mineiros*”, projeto esse “*nacional por excelência*”, impossível de “*ser resolvido com estreito espírito regionalista*” (Parecer, 1938: 15), em sendo nacional era, sobretudo, mineiro. E, ao apontar a solução para o problema nacional estava, de fato, construindo um modelo que atendia a uma demanda específica de Minas Gerais.

É nesse sentido, portanto, que o Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” deve ser observado como o primeiro grande documento, pós 1933, voltado ao desenvolvimento e à planificação da economia de Minas Gerais, por mais que aparentemente não o admita e por mais elementar que pareça em seu planejamento. De forma simples e objetiva, contudo, cumpre exemplarmente sua função: circunscreve com precisão um setor específico de atuação (a indústria siderúrgica), determina o mecanismo ideal de atuação (siderurgia a carvão de madeira em usinas médias, próximas às jazidas), elege quem deveria atuar (os engenheiros de minas) e delimita onde se deveria realizar o projeto (o Vale do Rio Doce), apontando inclusive para o papel do poder público e do capital nacional que, juntos, deveriam financiá-lo.

Respondia, ao cabo, aos interesses regionais que, ao longo de toda a década de 1930 vinham se estabelecendo. Tendo em vista que o projeto original do governo de Benedito Valadares (voltado à diversificação da produção agrícola e uma industrialização dos produtos agropecuários produzidos no estado) dava sinais de estagnação, conforme se apresentou no sexto capítulo deste trabalho, e na medida em que se estruturou um poder público grau a grau mais forte e tecnicamente organizado – notadamente por meio de corpo técnico ampliado e atuante nas secretarias e em suas associações – decorrente da natureza estado-novista no plano federal, parecia mesmo possível que a agenda sugerida a partir especialmente do Congresso de 1903 tivesse êxito. Em particular sua parte dedicada à questão minero-siderúrgica ganharia ênfase por meio do corpo técnico de Minas e o Parecer, portanto, concretizava essa influência e delimitava suas bases.

Era uma demanda que, conquanto se consolidasse com o Parecer, filiava-se ao histórico regional de desenvolvimento da indústria siderúrgica. O próprio Parecer, ao discorrer sobre o histórico da siderurgia no Brasil lembraria que “*toda a história da*

siderurgia brasileira é a história da siderurgia mineira” (Parecer, 1938: 04). Os dados, por sua vez, mostravam com clareza a importância que tal setor assumira na economia regional, em especial em sua produção industrial. De acordo com Diniz (1981), enquanto em 1920 as usinas mineiras produziram 2.000 toneladas de gusa, em 1940 produziam-se, em Minas, 158.739 toneladas, ao passo que a produção de aço, que inexistia em 1920, alcançara 85.397 toneladas em 1940. Segundo Vieira (1984: 81) se considerados os dados somente de 1933, observa-se que todo o ouro, todo o manganês e todo o ferro gusa e mais da metade do ferro laminado e do aço nacionais eram extraídos e/ou produzidos em Minas Gerais. Assim que, na medida em que corria a década de 1930 e que, gradativamente, a incipiente burguesia mineira ampliava seu apoio à centralização promovida pelo poder público regional, especialmente após 1937, segundo Vieira (1984), e também na medida em que se desenvolvia auspiciosamente o setor siderúrgico regional, parecia mesmo ser esse o núcleo de qualquer projeto regional de desenvolvimento.

As principais publicações do corpo técnico mineiro no período, a Revista da Escola de Minas e, muito especialmente, a Revista Mineira de Engenharia, conformam palcos privilegiados em que se pode observar a construção do argumento e o estabelecimento da aliança entre incipiente burguesia e corpo técnico, sob a anuência das elites tradicionais, gerando aquilo que Carvalho (2005), considerará como as “*Minas de ferro*” pautada que fora, essencialmente, pelo grande projeto siderúrgico.

Muito embora não tivesse sido oficialmente encampado pelo poder público regional, que dele mantivera alguma distância politicamente prudente apondo apoio velado embora interessado, entretanto, o Parecer representa um programa regional de desenvolvimento econômico, pois vislumbra a necessidade de desenvolver setor que se apresenta promissor em economia estagnada e não industrializada – sobretudo ao apontar incisivamente a relevância que dedica à industrialização. Também, e primordialmente, é programa com a marca específica de um setor que, até aquele momento, predominava entre o corpo técnico regional: o grupo de engenheiros de minas formado pela EMOP e que, no limite, portava modelo de desenvolvimento econômico regional gestado por essa instituição. Nesses termos que se sugere, aqui, que as *Minas do ferro* possuem o contraste da Escola de Minas de Ouro Preto, sendo o Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” uma espécie de documento

voltado ao planejamento do desenvolvimento econômico regional, aos moldes *emopianos*.

Cumpre, finalmente, discorrer sobre seus desdobramentos. Boa parte do Parecer é tomada pela discussão do contrato firmado, ainda na década de 1910, entre o governo e a Itabira Iron Ore Co. e reformado na década seguinte. Em especial, discorria-se sobre privilégios assegurados à companhia privada estrangeira no que tange à construção de ferrovia para transporte do minério, bem como se apresentavam estudos acerca do aparelhamento da Rede Mineira de Viação para o cumprimento dessa tarefa.⁹⁵ Nesse sentido, é importante destacar que a parcela do Parecer destinada ao caso Itabira Iron, enorme inclusive, existe para combater o contrato, a empresa e todos os que os defendem. Assim que, quando se anuncia definitivamente o cancelamento do contrato, conclui-se, por conseguinte, que a opinião do corpo técnico de Minas havia sido considerada. E parecia mesmo indiscutível que se o governo federal considerara a opinião dos mineiros sobre a Itabira Iron, não haveria por que descartar sua segunda parte, relativa à política siderúrgica.

Por mais que a decisão tomada pelo Governo Federal tenha coincidido com a posição da SME no tocante à Itabira Iron, entretanto, não coincidiu com a continuação da sugestão, determinada pela implantação da grande siderurgia brasileira por meio de “*alto forno a carvão de madeira, em terras de Minas Gerais*”. Ao contrário, a Companhia Siderúrgica Nacional foi instalada no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente em Volta Redonda, por meio de financiamento externo, alimentando seus altos fornos com carvão mineral importado.

A derrota do projeto siderúrgico mineiro, por conseguinte, levou à importante fissura no corpo técnico de Minas, assunto mais bem desenvolvido na terceira parte deste trabalho por informar, particularmente, um momento específico de transição da dianteira decisória do processo de desenvolvimento regional do grupo mais diretamente ligado ao legado *emopiano* para outro, também filiado à engenharia, mas especialmente vinculado à Escola de Engenharia de Belo Horizonte.

⁹⁵ O posicionamento do Parecer sobre o problema com a Itabira Iron é tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

Não obstante derrotado, contudo, o Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro” foi determinante no processo de desenvolvimento regional como documento, inclusive, dedicado ao planejamento da economia mineira, pelos motivos expostos anteriormente. Em sua simplicidade, sobretudo se comparado com seus posteriores, conseguiu construir uma agenda específica para o desenvolvimento de Minas, formando grupo coeso em sua defesa. O conjunto de ideias que define, por fim, conquanto adaptadas e revisitadas, voltarão nos documentos seguintes – mesmo que sem fazer a devida referência ao Parecer.

Capítulo 8 – “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”

Publicado em 1947, produto de trabalho realizado pela Secretaria de Agricultura comandada pelo engenheiro de minas Américo Renné Giannetti, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” foi, de acordo com Otávio Dulci (1999: 78), *“seguramente, a primeira experiência de macro-planejamento em escala regional no Brasil”*, estando entre a experiência do Tenesse, levada a efeito pelo governo de Roosevelt na década de 1930,⁹⁶ e a da *Cassa per Il Mezzogiorno*, na Itália, em 1950. Delas distingue-se, no entanto, por ser gerado por exclusivo impulso interno respondendo aos arranjos e desígnios próprios dos interesses convergentes das elites e do poder público regionais (Ibidem). Corresponde, segundo Cintra e Andrade (1978: 22), *“exatamente ao início do moderno planejamento no Estado, sendo típico de uma fase de ‘planos sem planejamento’ ou de planejamento feito por engenheiros”*.

Corresponde à tentativa do poder público mineiro de organizar o processo de desenvolvimento econômico no estado de Minas Gerais, conferindo-lhe elementos de planificação que, conforme abordamos acerca do Parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro”, eram considerados determinantes pelo corpo técnico mineiro e, notadamente pelos engenheiros oriundos da Escola de Minas de Ouro Preto, em detrimento do pensamento liberal que pressupunha a menor participação possível do Estado no arranjo econômico.

Sua agenda voltada ao desenvolvimento planejado da economia regional impunha-lhe como característica primordial, nesse sentido, uma tentativa de conciliar tanto uma política de desenvolvimento agrícola como uma planificação industrial, enfatizando ambas as áreas (Dulci, 1999: 85-6), sem com isso se desligar de estratégias anteriormente formuladas pelo governo de Benedito Valadares.

Articulando diagnósticos e projetos de desenvolvimento em setores específicos, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” foi elaborado com a pretensão de fornecer, ao governo de Milton Campos, o esteio técnico e programático

⁹⁶ A este respeito, cabe uma observação à entrevista de Lucas Lopes ao Centro de Memória da Eletricidade do Brasil, quando ressalta a imensa atratividade e a profunda influência que tal projeto causou a ele e sua geração no tocante especialmente das questões de planejamento econômico (Lopes, 1991)

necessário para o enfrentamento das questões tidas, por seus propugnadores, como fundamentais uma vez que “*povo e Estado se acham esgotados*” (PREFP, 1947:7).

A situação geográfica de Minas em relação aos Estados irmãos, sua topografia acidentada, a deficiência de meios de transportes, bem como uma progressiva e alarmante diminuição da fertilidade das terras, são as causas primárias do baixo índice de nosso progresso material (PREFP, 1947: 8).

Assim, o *Plano* se apresenta como essencial para tal tarefa, já que “*Sem um programa de trabalho, que vise ao progresso econômico e social, não poderá o governo de um Estado bem atender os negócios públicos (...)*” (PREFP, 1947:7).

Dividido em dois volumes, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” buscou apresentar um diagnóstico conciso, porém detalhado, das *necessidades* regionais no escopo de seu desenvolvimento econômico, bem como uma sucessão de *programas*⁹⁷ orientados para a superação desses entraves, relacionando-os ao que se demonstrava necessário. Didaticamente, portanto, o documento visava à demonstração do *esgotamento* regional para, então, sugerir uma atuação pontual de recuperação.

A princípio, e sutilmente, dois elementos se realçam ao observador. Em primeiro lugar, a utilização do termo *recuperação* no título do *Plano* não parece ser fortuita. Ela se sugere, na verdade, bastante reveladora daquilo que se encontrará ao longo de suas páginas; ou seja, a percepção de que a economia mineira, antes próspera, entrara em profunda decadência a partir do princípio da década de 1930, principalmente. Nesse sentido, o *Plano* não sugeria uma organização da economia regional visando a alcançar determinada meta original; antes, buscava reposicionar Minas dentre os principais estados da federação em destaque anteriormente ocupado, *recuperando* sua estrutura produtiva e financeira.

Essa observação se demonstra significativa na medida em que infere algo que fica latente nas páginas do documento sem, contudo, ser explicitado de forma objetiva em momento algum do texto: a noção de fragilidade do poder público, especialmente no longo período de governo de Benedito Valadares, frente aos desafios enfrentados por uma economia regional não central durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. A ideia de se recuperar a economia regional, portanto, pressupunha a perspectiva de se

⁹⁷ Conforme veremos no Quadro 2, *necessidades* e *programas* são os termos empregados, pelo *Plano*, para designação de seus diagnósticos e suas propostas de atuação.

retomar um desenvolvimento pregresso, estancado por uma transformação conjuntural da economia nacional e pela displicência do poder público regional ante aos desafios impostos, e cimentava a lógica de que “*a política doméstica tem preocupado mais os nossos administradores do que a política dos interesses reais da coletividade*” (PREFP, 1947:8).

A *recuperação* a que se propunha o *Plano*, portanto, sugeria também o recobrimento da capacidade do poder público mineiro de atuar, de maneira percuciente, no encaminhamento da economia regional, uma vez que

Claramente se verá, através dos comentários à matéria tratada nas páginas e capítulos seguintes, e no conjunto de medidas aqui preconizadas, até que ponto chegou o desaparelhamento dos serviços públicos estaduais, principalmente nos setores correspondentes aos órgãos de fomento da produção e de defesa de nossas maiores riquezas (PREFP, 1947:7).

Assim, ao propor uma recuperação da economia regional atrelada ao recobrimento das funções do poder público mineiro, o *Plano* definia, já em sua “*Exposição Preliminar*”, o mote de sua atuação. Apresentava-se determinante, portanto, a consecução de uma planificação que tanto suprisse a demanda da economia regional, por planejamento e fomento, bem como a do poder público, carente, segundo o documento, de que “*o governo fixe as normas de ação, corajosas e seguras, que lhe possibilitem conduzir com firmeza os interesses coletivos e aumentar a capacidade de reação das forças produtoras*” (PREFP, 1947:7). À necessidade de reação do setor produtivo, o *Plano* impunha a obrigação de que o Estado reagisse enquanto elemento central de organização da economia regional.

Ao lado da questão da *recuperação*, norteadora do *Plano* no que tange à economia local bem como à função do poder público, ressalta-se, também, e diretamente relacionado a ela, o problema da descentralização econômica regional. Percebida como um dos principais entraves à recuperação da economia mineira, a falta de centralização da produção evidenciava, segundo o *Plano*, o principal aspecto de uma política econômica desarticulada.

As fontes de produção e as atividades econômicas dispersam-se pelo Estado, distanciadas umas das outras, sem comunicações nem transportes fáceis; por isso, o nosso arcabouço econômico e financeiro não se concentra, em proporções consideráveis, em nenhuma região especial do Estado. Não há centralização de riquezas em determinadas zonas capaz de influir decisivamente, pelo vulto e poder, nos destinos econômicos da comunhão (PREFP, 1947:7).

Desse modo, o *Plano* sugere tanto uma perspectiva de recuperação regional como outra, de centralização produtiva, que permitam o incremento econômico substancial ao Estado, operando assim em elementos chave como a montagem de uma rede de transportes concêntrica e, em especial e consequentemente, a eleição de uma região que centralizasse os esforços de desenvolvimento da economia de Minas Gerais. Assim, coube Governo do Estado designar, por meio do documento, a região ideal na qual deveriam se concentrar os esforços do poder público mineiro no que toca à centralização de sua economia: a região de Belo Horizonte.

Apesar disso, a fissura política de Minas, cuja prática conciliatória do Partido Republicano Mineiro buscou constantemente amainar (Rezende, 1989) – mesmo que muitas vezes tensionada internamente (Viscardi, 1999) – operava contrariamente à região central, guardando resquícios do período em que se optou pelo centro do Estado para a instalação da capital. É assim que somente em 1933 se fundará uma Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), sediada em Belo Horizonte, sendo que até então era o Centro Industrial de Juiz de Fora o responsável principal pela articulação do setor industrial de Minas (Delgado, 1997:57).⁹⁸

Por tudo isso, elevar a região central do Estado a centro econômico de Minas Gerais representava, então, mais que eleger uma região dentre as demais. Antes, significava reforçar uma perspectiva já apontada quando da fundação da capital e que até então não se concretizara. Por um lado, a escolha da região central representava a possibilidade de congregar a produção das diversas regiões, evitando com isso a articulação dessas zonas com as economias dos estados vizinhos que produziam “*influências que, ao invés de lhes estimularem o desenvolvimento, as manterão em escala de crescimento incompatível com a época e as aspirações do povo mineiro*” (PREFP, 1947:8). Essa inferência sutil à percepção de espoliação sofrida por Minas Gerais, sobretudo pelos estados vizinhos, marca, no *Plano*, consolidação de discurso que desde o final do século XIX despontava regionalmente, notadamente no que concerne ao desenvolvimento paulista e o crescimento proporcional de sua influência política e econômica. Nesse sentido, se esse argumento – caríssimo às elites técnicas, políticas e econômicas de Minas – estava ausente do Parecer da Sociedade Mineira de

⁹⁸ Não obstante, sofrendo o constante contrapeso da Associação Comercial de Minas Gerais (ACM). Para a observação do papel desempenhado pela ACM no período em tela ver o trabalho de Vieira (1984).

Engenheiros anteriormente observado, torna-se importante no *Plano*, muito embora seja mesmo no *Diagnóstico da Economia Mineira*, que abordaremos adiante, que ganhe seus contornos definitivos e mais dramáticos.

A escolha da região de Belo Horizonte, além disso, também correspondia a uma demonstração efetiva da força do poder público regional em sua tentativa de consolidar o governo do estado como lócus essencial de decisão do processo de desenvolvimento econômico, ensejando com isso a tomada definitiva da dianteira decisória do processo, garantindo que “*Não deve, pois, o Estado medir sacrifícios para dar ao Centro uma elevada expressão econômica (...)*” (PREFP, 1947:8).

A estas duas observações iniciais, acerca da *recuperação* e da necessidade de *centralização*, deve-se somar a notação sobre o matiz discursivo escolhido para se apresentar o *Plano*, bem como para se introduzir os pontos de atuação por ele previstos. Ele é o mais sombrio possível. Segundo o documento, a economia mineira enfrentava um *processo de esgotamento*,⁹⁹ determinantemente exposta *a perturbações, desprovida de meios de defesa*. A população estava, de acordo com o *Plano*, reduzida *aos termos de profunda miséria*, caminhando para *o pauperismo extremo*. Metaforicamente, sugeria-se um *dique ao processo de exaustão, de esgotamento do nosso organismo econômico-financeiro*. O poder público, por sua vez, encontrava-se em processo de *desaparelhamento*. População, Estado, setor produtivo, enfim, Minas Gerais e sua economia estavam, nas palavras do “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, em pleno *processo de exaurimento de suas energias*. Assim, afirma-se, “*É fato inegável que a economia mineira está desprotegida e abandonada à sua própria sorte*” (PREFP, 1947: 7,8,9).

Nos diagnósticos específicos, a imagem também remonta à decadência absoluta. Ao se propor a “*Necessidade de inventariar as reservas*”, o *Plano* sugere os “*maiores danos à economia do Estado*” (PREFP, 1947:15). No item sobre a “*Necessidade do estudo dos solos e da determinação da Carta Agro-Geológica do Estado*”, destaca-se “*a tragédia da agricultura nômade, como é praticada em Minas Gerais*” (PREFP, 1947: 12). No que toca à “*Política de Fomento da Produção*”, infere-se que “*o aspecto de*

⁹⁹ As palavras e excertos em itálico e negrito, neste parágrafo, correspondem a expressões utilizadas ao longo do documento, sobretudo em sua introdução e que configuram o tom utilizado pelo *Plano* para se referir à realidade da economia mineira no período específico de sua produção.

muitas fazendas é de decadência e quase abandono” (PREFP, 1947:23), concluindo-se que

A era dadivosa passou. O fogo, entretanto, continuou a devastar o solo, e as chuvas, irregulares e volumosas, a esterilizá-lo pela erosão. E assim, a terra, empobrecida pelo fogo, gasta pela erosão, enfraquecida pela falta de rotação de culturas e de adubação, tornou-se incapaz de produzir em abundância (PREFP, 1947:23).

É em meio ao quadro de desordem e desequilíbrio apresentado que emerge a tentativa do governo do Estado de se planejar a recuperação econômica de Minas Gerais, em um processo de reorganização que buscasse reestruturar as zonas dispersas no entorno de um centro geográfico e político com o fim específico de, em um curto espaço de tempo, equacionar determinados limites ao desenvolvimento econômico regional. A ideia de ser preciso, ter exequibilidade, aliás, estava dentre as preocupações primordiais do documento que, introdutoriamente, já assinalava que

Não há gigantismo no conjunto das medidas preconizadas: tudo se enquadra num programa mínimo e exequível. São modestas as características gerais das diretrizes traçadas, apesar de se orientarem estas no sentido do estabelecimento de bases para a recuperação de toda a economia do Estado, particular ou pública. Poderia ter sido organizado um programa de linhas mais amplas (...) Entre ser modestos ou exagerados, preferimos a primeira norma de proceder. (PREFP, 1947: 9).

Conquanto a modéstia pareça dar a tônica, o conjunto de propostas apresentado caracteriza-se por uma extensão considerável de temas em destaque e por um pragmatismo que, no geral, revelam de fato a preocupação em tornar exequível aquilo que se propunha. No Quadro 2, apresentam-se os itens dispostos no volume dedicado ao planejamento.¹⁰⁰

¹⁰⁰ Será este o volume tratado neste texto. O segundo volume do *Plano* corresponde ao orçamento detalhado do projeto, relacionando-o às atividades abordadas no primeiro volume.

Quadro 2: Sumário do Volume I do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção

Exposição Preliminar

1 – Necessidade do Estudo dos solos e da determinação da Carta Agro-geológica do Estado

2 – Necessidade de reforma do ensino técnico e profissional

3 – Recursos minerais. Necessidade de inventariar as reservas. Recursos energéticos. Recursos hidráulicos. Política de eletrificação para fornecimento de energia a baixo preço

4 – Política de fomento da produção:

Vegetal;

Animal;

Industrial.

5 – Política fiscal de amparo à produção

6 – Política de financiamento da produção

7 – Política tarifária e de transportes

8 – Política demográfica. Êxodo de populações, imigração, terras e colonização

9 – Necessidade de melhoria do rendimento do trabalho humano como fator de produção

10 – Comentários sobre o orçamento do Estado em face das verbas destinadas anualmente ao fomento da produção

Capítulo I

Programa de desenvolvimento do ensino profissional e técnico

Ensino agrário ambulante. Missão de assistência médica e censitária.

Capítulo II

Programa de fomento da produção vegetal. Comentário Geral

Reaparelhamento das sete divisões do Departamento de Produção Vegetal

Divisão de Fomento Agrícola

Divisão de Experimentação Vegetal

Divisão de Indústria Vegetal

Divisão de conservação de solos, irrigação e drenagem

Divisão de química agrícola

Divisão de reflorestamento

Divisão de defesa sanitária vegetal

Fomento à produção do algodão

Fomento à produção do trigo

Capítulo III

Programa de aquisição e venda de máquinas e implementos agrícolas aos agricultores

Capítulo IV

Programa de Fomento da Produção Animal.

Comentário geral.

Reaparelhamento das cinco divisões do Departamento de Produção Animal:

Divisão de defesa sanitária animal

Divisão de fomento da produção animal

Divisão de experimentação e Instituto de Zootecnia

Divisão de Indústria Animal

Divisão de caça e pesca

Capítulo V

Preparação ao fomento da produção industrial

Criação de indústrias fundamentais ao fomento da produção em geral

Nova Cidade Industrial

Aproveitamento do rio Santo Antonio

Abastecimento d'água às fazendas de cultura e criação, às indústrias e populações urbanas . Irrigação.

Fábrica de adubos fosfatados

Fábrica de adubos azotados
Moinhos centrais para calcários
Fábricas de cimento
Indústrias de materiais de construção
Fábrica de azulejos, em Belo Horizonte
Fábricas de caixas
Fábricas de sacos
Fábrica de garrafas – vasilhames em geral. Vidro plano.
Fábricas de latas
Grandes moinhos centrais para moagem de milho e preparação de outros produtos em Belo Horizonte
Indústria de carnes e peixes em conserva
Rede de frigoríficos para a grande indústria da carne
Frigoríficos para a indústria da pesca
Indústria de fabricação de equipamentos elétricos e hidráulicos
Fábrica de máquinas e implementos agrícolas
Fábrica de pneus e produtos de borracha

Capítulo VI

Reorganização das estâncias hidrominerais

Capítulo VII

Colonização. Imigração

Capítulo VIII

Rede de armazéns. Silos e veículos especiais de transporte

Capítulo IX

Reservatórios de combustíveis líquidos no território do Estado

Capítulo X

Programa de criação de cooperativas e de fomento ao cooperativismo

Capítulo XI

Assistência ao trabalhador

Capítulo XII

Cooperação de todas as classes para a efetivação do Plano de Fomento da Produção

Capítulo XIII

Comissão Executiva e Orientadora do Plano de Fomento da Produção

Comissões de compras de equipamentos e materiais

Capítulo XIV

Inquéritos e investigações sobre assuntos econômicos

Capítulo XV

Novas instalações para o Instituto de Tecnologia Industrial

Capítulo XVI

Transportes:

Plano Rodoviário.

Reaparelhamento e Eletrificação da Rede Mineira de Viação

Capítulo XVII

Eletrificação Urbana e Rural

Capítulo XVIII

Saúde Pública

Capítulo XIX

Plano Geral de Educação

Fonte: Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção

De acordo com Dulci (1999:80), essa aparente “simplicidade” do *Plano* revela, na verdade, uma tentativa de se constituir um planejamento que pudesse articular, com competência, um número específico de problemas e de soluções que conjunturalmente trouxessem resultados para a economia regional, não obstante aparentemente desconexos. Para o autor, a contribuição primordial do documento foi ter dado prosseguimento a determinadas estratégias de governos anteriores, reordenando, entretanto, o escopo de atuação. Assim, metas, diagnósticos, estatísticas e projetos já desenvolvidos ao longo do governo Valadares, por exemplo, foram recuperados especialmente no tocante à política de industrialização, conquanto uma perspectiva de desenvolvimento agropecuário também tenha sido colocada em primeiro plano. O caráter integrativo do *Plano*, portanto, buscando “*uma síntese dos dois caminhos que haviam sido percorridos desde os anos 30, concebendo a modernização regional como projeto (econômico e social) que envolvia indústria e agricultura e devia alcançar, simultaneamente, a cidade e o campo*” (Dulci, 1999:77), deve ser ressaltado.

Embora o discurso acerca do governo anterior registrasse críticas ao modelo de gestão, ele deve ser considerado mais como um estratagema político-partidário que como uma percepção objetiva. Assim, tanto a política industrial apresentada pelo *Plano* é tributária daquilo que vinha sendo desenvolvido até então (especialmente nas duas principais gestões da Secretaria de Agricultura do governo Valadares, a de Israel Pinheiro e a de Lucas Lopes), bem como boa parte do corpo técnico dedicado ao documento era composto por funcionários de carreira do Estado, em especial engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) e pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte (EEBH), e que estavam a serviço tanto do governo Valadares como do de Milton Campos.¹⁰¹

Segundo Delgado (1997:89), o *Plano* não apenas representou a relevância do trabalho do corpo técnico do poder público regional. Além dela, e significativamente, ele revelou a importância do empresariado mineiro na órbita do Estado, pressionando a elite política e o corpo técnico na defesa de seus interesses e de suas aspirações. Dessa maneira, “*O Plano de Recuperação (...) respondia a velhos apelos das ‘classes*

¹⁰¹ “Da equipe de Giannetti na pasta de Agricultura, faziam parte alguns assessores de confiança, mas ele se valeu principalmente dos técnicos de carreira – os mesmos que haviam auxiliado Israel Pinheiro e Lucas Lopes. Este foi um traço significativo de continuidade com o trabalho dos antecessores” (Dulci, 1999:79).

produtoras' de Minas Gerais e, em especial, os formulados pelos industriais” (Delgado:1997:89).

Seja devido ao papel de destaque do empresariado regional seja por decorrência da continuidade do corpo técnico na definição dos projetos do poder público mineiro, o que de mais relevante se pode notar em relação ao *Plano* é sua capacidade de, de forma bastante objetiva, eleger aquilo que se convencionou como os principais entraves da região e propor uma atuação estatal efetiva, detalhando projetos e orçamentos.

De um modo geral, como deixa claro o sumário do primeiro volume – exposto no Quadro I – o *Plano* visou à demonstração de um conjunto de fatores considerados delicados na economia regional e de uma gama de *políticas* de desenvolvimento específicas para cada problema. Cada item tratado, portanto, seguiu relativamente a mesma estrutura de abordagem por parte do documento. Em primeiro lugar, ressaltava-se o quadro coevo, preferencialmente apontando-se sua gravidade de modo bastante sombrio; em segundo lugar, apresentava-se a possibilidade de intervenção do poder público para; em terceiro lugar, e finalmente, apresentar-se um plano efetivo de atuação, com riqueza de detalhes e orçamentos. Além disso, as comissões técnicas e diretivas, cujas tarefas deveriam ser as de execução dos projetos, também já vinham aprovadas no documento, com orçamentos gerais para seus gastos com pesquisas e afins, juntamente com propostas gerais de orçamentos para aquisição de material necessário em caso de obras (como compra de caminhões, tratores, etc.).

Conquanto o *Plano* tenha sido uma iniciativa estatal, e embora possa representar a importância do corpo técnico e do empresariado mineiro nos rumos do desenvolvimento regional, coube ao documento lançar à sociedade um pedido de apoio que, no geral, vislumbrava uma tentativa de conciliação dos interesses regionais em nome da superação dos problemas específicos da economia mineira. A noção, aliás, de um planejamento integrativo parece mesmo nortear a ação, de modo que, no capítulo sobre a “*Cooperação de todas as classes para a efetivação do Plano de Fomento da Produção*”, concluía-se que

Aos homens de todas as classes, do campo e das cidades, que se entregam à produção agrária e à industrial, aos que fazem circular a riqueza, aos institutos de crédito, aos órgãos de publicidade, aos funcionários públicos e a todos quantos possam destacadamente cooperar, lança o Governo o seu apelo para que colaborem na obra de recuperação econômica de Minas (PREFP,1947: 141).

Essa conclamação “*aos homens de todas as classes*”, portanto, se pretendia apontar para a importância e a profundidade do *Plano* concernentemente à economia mineira, pressupunha, também, dois elementos distintos e complementares. Em primeiro lugar, a ideia de que o projeto era de desenvolvimento da economia como um todo, não apenas dos setores industriais. Em segundo lugar, e de forma essencial, a noção de que ao poder público deveria caber o centro decisório do processo, sendo que “*Ao Governo cabe a maior parte da responsabilidade pelo sucesso do Plano de Fomento da Produção*” (PREFP, 1947:141), mas não sua exclusividade. É nesse sentido que se encaminha, no documento, a proposta de atuação do Estado: ele deve ser um concentrador de esforços e um articulador privilegiado; e especialmente, ao Estado era essencial exercer um papel determinante no investimento em áreas delicadas ao investimento privado.

Em linhas gerais, o *Plano* não se colocava contrário ao desenvolvimento privado; e muito menos, percebia o Estado como um seu competidor. Antes, apresentava o poder público como um propiciador da iniciativa privada, exercendo a tarefa de cumprir uma agenda que, por impossibilidade financeira ou qualquer outro motivo, não seria cumprida pelo setor particular.

Bastante sugestiva, pois, é a análise do *Plano* acerca da questão energética regional, que tomaremos de exemplo para a observação do ponto em tela. De acordo com o documento, 82,3% (96.476.000 m³) da energia consumida anualmente no Brasil eram compostos pela queima da lenha. Dessa porcentagem, ¼ (24.119.000 m³) representava o consumo de Minas Gerais.¹⁰² Após uma abordagem acerca do inconveniente da utilização da lenha, devido à “*devastação sistemática das florestas*”, causadora de graves problemas ambientais “*pois até mesmo as condições climáticas já estão sofrendo os maus efeitos da sua atividade destrutiva*”¹⁰³, coube ao documento

¹⁰² O que, aliás, por si só demonstra tanto a força da indústria siderúrgica mineira (amplamente baseada no coque vegetal – Barbosa, 2005) como torna forçoso relativizar o tal quadro de penúria da economia mineira no período, constantemente apregoado pelo *Plano*.

¹⁰³ Afora o revelador discurso climático extemporâneo, supomos possuir indícios de que essa preocupação “ambientalista” tinha, na verdade, outro endereço que não o das questões de preservação ambiental. Parece bastante possível que tal argumento fosse utilizado sobretudo por sublinhar a oposição àquilo que os grupos mais diretamente ligados à EMOP propunham acerca da siderurgia a carvão vegetal, conforme inclusive abordamos no subcapítulo anterior. Essa preocupação “ambientalista”, portanto, parece bem tentar assinalar que os estudos sobre as *fontes inesgotáveis de energia* (argumento, por exemplo, utilizado em artigo publicado pela REM em 1939), estavam errados, como equivocados estavam os engenheiros mais diretamente ligados à Escola de Minas no que tange ao projeto ideal de desenvolvimento regional. E demonstra, ressalte-se, que o grupo técnico ligado à produção do *Plano*, por sua vez ligado a Américo

realçar a pertinência da utilização da energia hidroelétrica. Não sem atentar, contudo, para a incapacidade do setor privado em promover tal empresa, uma vez que

A dificuldade em se conseguir financiamento para grandes instalações hidroelétricas e o elevado custo de produção nas pequenas usinas, conduzem à política de realização no campo do suprimento em energia elétrica (PREFP, 1947:20).

Dada a relevância assumida pela questão energética no *Plano*, coube a ele precisar a importância da atuação estatal na possível efetivação de um planejamento hidrelétrico, já que

A situação do impasse da nossa economia reside no *déficit* energético. Em consequência, as indústrias de porte, que consomem quantidade apreciável de energia, são forçadas a erigir suas próprias usinas, sobrecarregando em demasia seus esquemas financeiros (PREFP, 1947:20 – itálico no original).¹⁰⁴

Produzir e, principalmente, distribuir energia elétrica em quantidade e qualidade representava um desafio ao projeto de industrialização regional, de acordo com o documento. Nesse sentido, sua abordagem não era nova. Já na gestão de Lucas Lopes a frente da Secretaria de Agricultura, entre 1942 e 1945,¹⁰⁵ a ideia de se consolidar uma ampla rede de distribuição de energia pelo território mineiro havia sido bastante divulgada (Dulci, 1999: 84). Além disso, após a derrota do projeto siderúrgico mineiro, e com a emergência de Lopes à referida Secretaria, os estudos do corpo técnico mineiro, especialmente composto por engenheiros, deixam de concentrar seus esforços no tema da siderurgia e passam a dar maior relevância ao problema energético, até o momento de efetiva superação da questão siderúrgica, coincidente com o momento da divulgação do *Plano*, conforme se pode perceber pela observação ao Gráfico I.¹⁰⁶

René Giannetti (conforme adiante discutiremos), um dos principais opositores ao grupo da Escola, após 1942, pouco ou nada tinha de relação com o grupo *emopiano* – muito embora pudesse ter se formado pela EMOP. A esse respeito, ver Barbosa (2005).

¹⁰⁴ Tanto a discussão a respeito do déficit energético bem como aquela relativa à importância do papel do Estado como investidor principal no setor de produção de energia hidroelétrica serão a base, inclusive, para a fundação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), já no governo de Juscelino Kubistchek. Conquanto nenhuma menção seja feita ao *Plano* nos documentos originais de fundação da companhia energética, a tônica, por exemplo, da Mensagem do Executivo ao Legislativo, de 31 de agosto de 1951, reforça aquilo que já tratava o *Plano* a respeito do tema, alegando que “*O Governo de Minas Gerais reconhece que, na fase atual de desenvolvimento do Estado, é indispensável o crescimento rápido e racional da indústria da energia elétrica, devendo a administração incentivar a iniciativa privada e suplementá-la ou substituí-la quando deficiente ou inexistente*” (Mensagem do Executivo ao Legislativo, 1951 *apud* DEM, 1968, vol. VI: 166 – grifos nossos).

¹⁰⁵ Além de sua curta passagem pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, em 1945.

¹⁰⁶ Deve-se sublinhar, no entanto, que a pauta da eletrificação de Minas Gerais não emerge com o PREFP nem nele se esgota. Antes, o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, abordado no próximo capítulo deste trabalho, é documento muito mais minudente acerca do tema além de evidenciar a disputa técnica acerca

GRÁFICO I: Publicação de artigos sobre siderurgia e energia elétrica na Revista Mineira de Engenharia entre 1938 e 1954

Ao lado da questão energética, ainda no que concerne à política de industrialização proposta pelo *Plano*, o problema dos transportes configurou tema de grande interesse. Em linhas gerais, o documento propunha a necessidade de expansão da rede rodoviária regional, manutenção dos quilômetros existentes, requalificação da rede ferroviária e reestruturação da rede fluvial. Contava, para tanto, com recursos do governo federal, e dedicou-se a esmiuçar como, quanto e onde se deveria promover a expansão da malha de transportes. Em síntese, a aposta era a de possibilitar o escoamento barato e ágil para a produção regional, especialmente no que tange à sua integração estadual, vislumbrando uma rede de atendimento local que, ao cabo, auxiliasse um processo de substituição de importações.

Desse modo, a perspectiva adotada pelo documento foi a de propiciar energia e transporte para que o processo de industrialização regional pudesse ocorrer sem sobressaltos maiores e, essencialmente, pela via privada, não obstante ao Estado devesse caber o papel de fomentador primordial nos casos que se fizessem necessários, de sorte que

Entende o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob o primado da iniciativa particular;
que a ele incumbe estimular a iniciativa, promovendo medidas que lhe facilitem a ação;
que lhe cumpre agir supletivamente, a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada;

do projeto de eletrificação de Minas Gerais, estando de um lado o grupo udenista de Giannetti, na Secretaria de Agricultura, e seu “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” e de outro, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, o grupo ligado ao modelo do PSD que, por meio de companhia privada, apresentava o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”. Sobre o Plano de Eletrificação tratar-se-á no próximo capítulo; sobre a disputa entre as secretarias e o corpo técnico, ver a terceira parte deste trabalho.

que só deve intervir na atividade industrial onde a iniciativa particular for omissa ou incapaz, limitada essa interferência às indústrias fundamentais e de caráter básico. (...) (PREFP,1947:27).¹⁰⁷

Fazendo-se urgente uma política de industrialização – permeada pelas perspectivas dos transportes e da energia, principalmente – também se impunha de modo incontestável uma agenda de recuperação agrícola, e nesse sentido demarcava-se uma importante inflexão em relação aos rumos que até então balizavam as políticas públicas de desenvolvimento econômico características da gestão Valadares (Dulci, 1999:86). Essa passagem, citada por Dulci (1999:86), constante do *Plano de Recuperação* é reveladora dessa preocupação:

Que adianta atacar problemas transcendentais de industrialização “à outrance”, se o homem, sub-alimentado, perdeu sua eficiência?

Até hoje a proclamada economia dirigida tem oposto restrições à produção agrícola e incentivado o desenvolvimento das indústrias manufatureiras. As consequências dessa orientação desarmonizada já se fazem sentir, e a menor tem sido o êxodo de populações rurais para os centros populosos.

Não pretendemos, é claro, criticar as realizações industriais, mas, apenas, mostrar que o crescimento destas deve ser paralelo ao desenvolvimento da produção agro-pecuária (PREFP,1947:12).

Sublinhava-se, então, que a ampliação das facilidades no setor de transportes, bem como o crescimento da eletrificação rural eram elementos fundamentais a serem perseguidos pelo Estado, ao lado de uma política eficiente de instalação de fábricas de adubos e fertilizantes e, em especial, uma rede de estabelecimentos de ensino técnico apta a melhor desenvolver o homem do campo. Não deixa de ser sugestiva a lembrança, nesse sentido, de que preocupação semelhante já vinha sendo destacada, em Minas Gerais, desde o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial realizado em 1903 e que, no geral, possibilitou uma série de desdobramentos práticos na economia regional nas décadas ulteriores a sua realização.¹⁰⁸

A importância do ensino técnico, aliás, é ponto sugestivo do documento, sobretudo pela crença impressa em suas páginas de que a recuperação da economia regional somente seria possível “*com técnicos competentes, com mão de obra especializada, capaz e produtiva, cujo valor e rendimento dependem da maior ou menor eficiência da aprendizagem profissional do trabalhador*” (PREFP, 1947:13). Essa perspectiva não deixa, contudo, de ser curiosa pelo tratamento recebido. De acordo

¹⁰⁷ Excerto absolutamente condizente com a avaliação de Milton Campos acerca do tipo de liberalismo defendido pela UDN, conforme abordou-se no sexto capítulo deste trabalho.

¹⁰⁸ Observar discussão a esse respeito apresentada na primeira parte deste trabalho.

com o que informa o *Plano*, o quadro coevo do ensino técnico em Minas Gerais apresentava problemas sérios, na medida em que “*Os estabelecimentos de ensino profissional mantidos pelo Estado são poucos, geralmente mal organizados e fogem aos seus verdadeiros objetivos*” (PREFP, 1947:13). Para os autores do documento, o ensino técnico deveria ser reorientado, intentando-se a implantação de um ensino vocacional para a indústria e ensino agrícola elementar e de grau médio.

Acerca do ensino agrícola, o *Plano* se estende um pouco, especificando a necessidade de se formular um modelo para se propiciar o desenvolvimento da mecanização da lavoura, bem como o preparo técnico do trabalhador rural. Já sobre o ensino industrial, o documento aponta a inconveniência de este ser ministrado em centros de ensino agrícola, o que informava ocorrer. É, porém, na sequência do texto, já no capítulo seguinte sobre “*Recursos Minerais*”, no item “*Necessidade de se inventariar as reservas*”, que se pode vislumbrar o que se pretende determinar como principal inconveniente do ensino técnico regional. Ao sugerir a necessidade de uma política para o setor, o documento conclui que “*O abandono ou a adoção de pontos de vista extremos ou unilaterais tem acarretado os maiores danos à economia do Estado*” (PREFP, 1947:15). Tratando, portanto, da indústria extrativa mineral, o *Plano* toca em ponto central ao corpo técnico mineiro: a questão minero-siderúrgica e, por consequência, a defesa de seus pressupostos efetuada por parte dos engenheiros mineiros. Conforme se abordará nos próximos capítulos, notadamente quando da discussão sobre as disputas estabelecidas pelo corpo técnico de Minas para assumir a dianteira do processo decisório do planejamento da economia regional, a postura do *Plano de Recuperação* quanto à política minero-siderúrgica de Minas bem como de suas escolas de formação do corpo técnico está diretamente relacionada à postura crítica de Giannetti acerca do grupo emopiano.

Américo Renné Giannetti, engenheiro de minas formado pela EMOP, foi filiado à Associação Comercial de Minas (ACM), presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME), associado da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Empresário de destaque, especialmente por ter fundado a primeira indústria de produção de alumínio da América Latina, na década de 1940, Giannetti foi convidado a integrar a equipe técnica da campanha de Milton Campos ao governo de Minas Gerais, no pleito

de 1946. Para Dulci (1999: 79), foi a presidência dessa comissão que o levou à função de Secretário da Agricultura de Milton Campos e, em especial, foi a plataforma eleitoral formulada por Giannetti a base efetiva na qual se alicerçou o *Plano de Recuperação* por ora abordado neste trabalho.

Giannetti, devido suas presidências da SME e da FIEMG, possuía trânsito estreito com os próceres do empresariado e do corpo técnico regional. Para Delgado (1997), sua plataforma enquanto secretário recebeu o lastro do industrial e, fundamentalmente, do líder empresarial que levou, para o centro da arena pública, o conjunto de interesses do empresariado mineiro. Mas, deve-se atentar, sua ligação com a categoria profissional do engenheiro – que o levou à presidência da SME – não pode ser descartada, especialmente se for considerado o fato de que, no período em tela, em que a disputa intra-elite técnica acirrou-se como consequência da derrota do projeto siderúrgico mineiro, Giannetti teve participação ativa no grupo que emergiu à dianteira decisória do processo de desenvolvimento regional. E isso a tal ponto que foi, inclusive, um dos signatários de um projeto, ainda em 1942, que visava ou a transferência da Escola de Minas para Belo Horizonte ou a fundação de outra escola de mineralogia na capital, a Escola de Mineração e Metalurgia, ambas estratégias para relegar ao ostracismo o grupo mais diretamente relacionado à EMOP, e que defendia como único projeto viável de recuperação econômica regional a grande siderurgia.¹⁰⁹

“*O abandono ou a adoção de pontos de vista extremos ou unilaterais*” apresentados pelo *Plano de Recuperação*, somados aos “*estabelecimentos mal organizados*” que “*fogem aos seus verdadeiros objetivos*” apontam para a postura de Giannetti e seu grupo, contrários ao modelo ainda defendido pelo setor do corpo técnico para o qual o encaminhamento do desenvolvimento regional passava, exclusivamente, pela grande siderurgia.¹¹⁰ Desse modo, a “amplitude” do “Plano de Recuperação

¹⁰⁹ Esse assunto será abordado com a atenção devida na terceira parte deste trabalho.

¹¹⁰ As articulações de Giannetti para a fundação da primeira companhia latino-americana de produção de alumínio, a Eletro-Química Brasileira S/A (ELQUISA), de certa maneira já o afastava do grupo da Escola de Minas. Em editorial da REM, no período em que a Sociedade Mineira de Engenheiros era presidida por ele, fez-se um apelo direto em favor do curso de Química industrial ofertado pela EEBH, sob o argumento de que “Precisamos de técnicos para a indústria (...) Para as indústrias químicas (...) Para manter o curso é necessário que os pais de família e os moços das escolas percam certos preconceitos. A profissão de Químico Industrial, com um curso superior de quatro anos, é tão elevada e útil como as de médico, bacharel, engenheiro, farmacêutico ou dentista. E no momento atual ela é mais promissora porquanto a procura de tais técnicos é imensa” (*Curso de Química Industrial*. Editorial. RME. Ano 2, nº 16-17, janeiro de 1940). Imensa, especialmente, era a necessidade desse profissional para os negócios de Giannetti, inclusive.

Econômica e Fomento da Produção” parece acentuada uma vez que relaciona necessidades infraestruturais da indústria e da agricultura como pontos deficitários no processo de desenvolvimento econômico regional, processo esse integrativo, harmônico e não unilateral.

Tendo em vista a efetivação de boa parte de suas propostas, o *Plano* traz publicados, em suas últimas páginas, os decretos-lei expedidos pelo Governo Estadual para propiciar a aplicabilidade do projeto. O Decreto-Lei nº 2.153, de 12 de julho de 1947, autorizava o poder executivo a determinar toda a ossatura prática necessária para a implementação do *Plano*, desde a abertura de créditos especiais até o detalhamento dos órgãos para os quais deveria haver contratação de pessoal. Já o Decreto-Lei nº 2.152, de 12 de julho de 1947, criava a taxa de “*Serviços e Recuperação Econômica*”, “*a ser cobrada sobre as transações de qualquer natureza realizadas no Estado, para atender as despesas com a execução do programa de fomento à produção do Estado*” (PREFP, 1947:173) e que impunha uma cobrança de 0,6% entre 1948 e 1951, 0,4% em 1952 e 0,2% em 1953. Previa, também, a possibilidade do poder público de isentar as novas indústrias que se instalassem em Minas Gerais, pelo prazo máximo de cinco anos, o que revela a tentativa de atração de novas empresas para o estado. Conquanto originalmente proposta até 1952, a Taxa de Recuperação Econômica permaneceu o principal imposto a financiar o poder público regional até o final da década de 1960 (Dias, 1969), não obstante o protesto constante do setor industrial (Delgado, 1997). Deve-se sublinhar que ambos os decretos-lei foram assinados pelo governador Milton Campos, mas também pelos secretários José de Magalhães Pinto, banqueiro e Secretário de Finanças do Estado, e Américo Renné Giannetti, Secretário de Agricultura.

Capítulo 9 – “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”

Contendo cinco volumes com cerca de duzentas páginas cada, o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais” foi documento encomendado pelo secretário de Viação e Obras Públicas da gestão de Milton Campos no governo do estado de Minas Gerais, engenheiro José Rodrigues Seabra, à Companhia Brasileira de Engenharia ainda em dezembro de 1949. Publicado em 1950, corresponde àquilo que o engenheiro Lucas Lopes, seu coordenador geral,¹¹¹ considerou como uma leitura alternativa do processo de desenvolvimento regional – notadamente em relação ao seu anterior, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”. Ambos os projetos, provenientes da mesma gestão eram, no entanto, divergentes no tocante à secretaria que os originara e, no limite, isso explicava muito das posições defendidas: o Plano de Recuperação, produto da Secretaria de Agricultura de Américo Giannetti (espaço do corpo técnico mais próximo à UDN e à carreira no serviço público estadual) e o Plano de Eletrificação, fruto da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Seabra (*locus* destinado a abrigar o setor do PSD que, nas eleições de 1947, apoiou formalmente Milton Campos e que, assim, ganhou assento no governo).

Embora parte da bibliografia o defina como “*mais modesto em seus objetivos que o Plano de Recuperação*” sendo que “*constitui, afinal, um plano setorial*” (Cintra e Andrade, 1978:25), inclusive considerado um descendente direto do Plano de Recuperação (Andrade, 1980: 58), deve-se ressaltar que o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais” representa esforço inédito no tocante ao processo de planejamento do desenvolvimento econômico de Minas Gerais não se definindo, por conseguinte, nem mais modesto ou simples e, muito menos (e pelas próprias disputas internas do corpo técnico regional e do governo Milton Campos) descendente do Plano de Recuperação.

¹¹¹ O organograma do Plano de Eletrificação de Minas Gerais é o seguinte: orientador geral – Engenheiro Lucas Lopes; consultores – Engenheiros Francisco Pereira Pinto, Paulo Assis Ribeiro, Rainulfo Schettino, Salomão Serebrenick, Fábio Rodrigues Bastos, John Reginald Cotrin, Mauro Thibau, M.J. Moreira Fischer, Economista Domício de Figueiredo Murta; auxiliares – Engenheiros Mário Cesar Freire, Stélio Roxo, Hélio Gaudereto, Hélio Braz de Oliveira Marques; assistentes (funcionários da Divisão de Águas cedidos temporariamente à Companhia Brasileira de Engenharia) – Achilles de Oliveira Fernandes, Engenheiros José Duarte de Magalhães, Paulo Lima. De acordo com o Plano de Eletrificação, colaboraram na orientação geral do trabalho a diretoria da CBE: Eduardo Agostini (presidente); Coronel Engenheiro Bernardino de Mattos (vice-presidente); Engenheiro Délio de Oliveira Antunes (diretor da divisão de instalação e equipamento) e; Engenheiro Cesar Catanhede (ex-diretor da divisão de organização do trabalho).

Antes, o próprio Plano de Eletrificação se sugere mais que um estudo setorial na medida em que afirma possuir “*aspectos complexos que devem ser compreendidos em seus termos verdadeiros*” (PEMG, vol. 1, 1950: 03). E isso por que se apresenta tanto como um “*Plano de Diretivas, por que procura fixar os termos de uma política de coordenação das atividades privadas e governamentais no setor de energia elétrica*” (ibidem), como um “*Plano de Obras por que define objetivos a serem cumpridos em termos de usinas, linhas de transmissão e redes de distribuição*” (ibidem), além de, sobretudo, se impor como um “**Plano Econômico Regional**, em que se elegeu para tema central o abastecimento de energia elétrica” (ibidem – grifo nosso). O sumário de seus cinco volumes tende a demonstrar o escopo ampliado de preocupações do documento em tela.

Quadro 3 – Sumário dos volumes do Plano de Eletrificação de Minas Gerais

Capítulo	Autor
Apresentação – pela Companhia Brasileira de Engenharia	
Volume I	
1ª parte – Fundamentos Geográficos da Economia de Minas Gerais	
Capítulo I – Introdução	Lucas Lopes
Capítulo II – Caracterização do território	Lucas Lopes
Capítulo III – Hidrografia	Lucas Lopes
Capítulo IV – Hidrografia	Salomão Serebrenick
Capítulo V – Solos e Cobertura Vegetal	Lucas Lopes
Capítulo VI – Divisão Administrativa	P. Assis Ribeiro
Capítulo VII – Demografia	P. Assis Ribeiro
Capítulo VIII – Sistemas de Comunicação	Lucas Lopes
Capítulo IX – Nota sobre Educação e Saúde	P. Assis Ribeiro
Capítulo X – Geografia da Pecuária de Minas Gerais	Domício de Figueiredo Murta
Capítulo XI – Geografia da Agricultura em Minas Gerais	Domício de Figueiredo Murta
Capítulo XII – Geografia das Indústrias em Minas Gerais	Domício de Figueiredo Murta
Volume II	
2ª parte - Fundamentos Geográficos da Economia de Minas Gerais	
Capítulo I – Generalidades sobre a Geologia e os Recursos Minerais	Domício de Figueiredo Murta
Capítulo II – Minerais Metálicos	Domício de Figueiredo Murta
Capítulo III – Minerais não metálicos	Domício de Figueiredo Murta

Volume III

1ª parte – Balanço Energético de Minas Gerais

Capítulo I – Introdução	Lucas Lopes
Capítulo II – Evolução da técnica de utilização da energia	Lucas Lopes
Capítulo III – Aspectos geográficos da energia inanimada	Lucas Lopes
Capítulo IV – Balanço energético de Minas e do Brasil	Lucas Lopes
Capítulo V – Avaliação do potencial hidráulico de Minas	Lucas Lopes

2ª parte – Política de Eletrificação

Capítulo I – Preliminares	Lucas Lopes
Capítulo II – Características da Indústria de eletricidade	Lucas Lopes
Capítulo III – Política de racionalização dos sistemas elétricos	Lucas Lopes
Capítulo IV – Política de administração dos sistemas elétricos	Lucas Lopes
Capítulo V – Política elétrica no estrangeiro	Lucas Lopes
Capítulo VI – Política que convém a Minas Gerais	Lucas Lopes
Capítulo VII – Sugestão sobre a estruturação dos órgãos responsáveis pela execução e coordenação do Plano de Eletrificação	Lucas Lopes

Volume IV

Plano de Eletrificação de Minas Gerais

Capítulo I – Panorama da Eletrificação em Minas Gerais	Lucas Lopes
Capítulo II – Zoneamento dos sistemas elétricos	Lucas Lopes
Capítulo III – Estimativa de crescimento da demanda	Mauro Thibau
Capítulo IV – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica I	Equipe da CBE
Capítulo V – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica II	Equipe da CBE
Capítulo VI – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica III	Equipe da CBE
Capítulo VII – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica IV	Equipe da CBE
Capítulo VIII – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica V	Equipe da CBE
Capítulo IX – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica VI	Equipe da CBE
Capítulo X – Plano de eletrificação da zona eletro-econômica VII	Equipe da CBE
Capítulo XI – Estudo do suprimento de energia da zona Central	Equipe da CBE

Volume V

Estudos Especiais

Capítulo I – Possibilidades de redução elétrica dos minérios de ferro, no quadro atual da indústria siderúrgica do Estado	Francisco F. Pereira Pinto
---	----------------------------

de Minas Gerais

Capítulo II – Estudo sobre eletrificação rural

Rainulfo Schettino

Capítulo III – Estudo sobre tarifas de energia elétrica

Fábio Valverde Rodrigues Bastos

Capítulo IV – Estudo sobre padronização de frequência

J. M. Moreira Fischer

Capítulo V – Estudo do Plano de Eletrificação Ferroviária de Minas Gerais

Lucas Lopes

Fonte: Plano de Eletrificação de Minas Gerais, vol. 1, 1950 – sem paginação

Ao longo de suas páginas, por conseguinte, a noção de planejamento, em especial se vinculada ao contexto geral da economia regional e não somente à produção de eletricidade, é sua força definidora, de sorte que duas diretrizes aparecem com clareza em vários momentos do texto – notadamente quando saem da lavra de Lucas Lopes: a importância da geografia econômica como método de conhecimento da economia regional¹¹² e a qualificação do conceito de planejamento. No tocante à geografia, o documento é claro quando afirma apresentar estudos que

(...) pretendem definir e interpretar os elementos do meio geográfico que justificam um esforço de planejamento de um dos fatores mais importantes da luta da adaptação do homem à paisagem onde vive: a mobilização das energias inanimadas capazes de multiplicar seu esforço na conquista de bens naturais. (PEMG, vol.1, 1950: 07)

No que interessa a este trabalho mais diretamente, sua percepção sobre o planejamento, o documento é nítido e objetivo ao sugerir que “*Planejar é estabelecer um método de ação para atingir a determinados objetivos. Planejar é o inverso de improvisar*” (PEMG, vol. 1, 1950: 02). Nesse sentido, o planejamento representava parte determinante da “*arte de administrar*”, composta pelos seguintes predicados resumidos nessa ordem: “*a) investigar; b) prever; c) planejar; d) organizar; e) coordenar; f) comandar e; g) controlar*” (idem: 03). Nesta lista de predicados, contudo, o planejamento torna-se decisivo à administração, pois

A função de planejar pressupõe um esforço de investigação objetiva e de previsão esclarecida. Deve ser seguida da atividade de organização, de coordenação, de comando e de controle, para que o *plano* se transfira dos desenhos para a realidade. (PEMG, vol. 1, 1950: 03).

¹¹² O que provavelmente se relaciona com o interesse demonstrado por Lopes pela Geografia Econômica desde artigos publicados na primeira metade da década de 1940 – quando Secretário da Agricultura de Minas Gerais – e a passagem pregressa de Lopes pela cadeira de Geografia Econômica da então recém fundada Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Esse aspecto específico da carreira de Lopes bem como a relevância da geografia econômica, e do curso de Economia, para o corpo técnico regional, embora sejam tratadas com mais detalhe ainda nessa parte, serão temas abordados com maior verticalidade na terceira parte deste trabalho.

É nesse sentido, por conseguinte, que o Plano de Eletrificação se propõe documento atinente ao desenvolvimento regional, por meio de seu planejamento. Com ele, procurava-se a construção de um modelo para a realidade mineira que conjugasse o estudo das especificidades de sua economia, suas perspectivas de transformação e, por consequência, o papel do poder público nesse processo. Assim, sugeria-se ao trabalho escopo ampliado, conquanto focado na questão energética. Mais que determinar a construção de usinas e linhas de transmissão, portanto,

Trata-se, em verdade, de levar a efeito uma análise aprofundada e ampla das demandas atuais e futuras de energia, em função de um verdadeiro planejamento econômico do Estado, para, em seguida, pesquisar quais as fontes de energia capazes de atendê-las, quais as normas técnicas a adotar, quais as inversões a serem feitas, qual o esquema da indústria a ser estruturada, qual a política tarifária e econômica a ser seguida no fornecimento da energia. (PEMG, vol. 1, 1950: 02)

O Plano de Eletrificação, mais que documento específico e setorial portanto, apresentava-se como estudo complexo acerca do quadro econômico regional coevo, sugerindo ser, por consequência, proponente privilegiado no processo decisório dedicado ao desenvolvimento regional. Dessa forma, e diferentemente do que se supõe acerca de sua restrição temática, o Plano de Eletrificação informava logo em sua apresentação que

Em vários tópicos, as investigações econômicas realizadas sugeriram estudos que são verdadeiros Planos correlatos ao *Plano de Eletrificação*. Sempre que uma pesquisa conduzia a vislumbrar fenômenos econômicos, cuja análise interessava à vida mineira, procurou-se desenvolver essa pesquisa até às suas últimas consequências, e apresentar as conclusões que dela decorrem. Em outros pontos, sugeriram-se investigações e estudos a serem feitos, numa contribuição ao esforço de compreensão segura da economia mineira. (PEMG, vol. 1, 1950: 04)

Determinante, talvez, para que o Plano de Eletrificação se apresentasse como documento voltado ao planejamento de toda a economia mineira, não obstante centrado especialmente na questão energética, fosse o fato de que a carência de energia elétrica em quantidade e qualidade suficientes para atender a demanda de uma possível e desejável industrialização regional era apresentada como problema capital para o baixo nível de desenvolvimento industrial no estado já havia algum tempo. Desde 1942, ao menos, quando ainda no governo de Benedito Valadares se organizou um *Plano de Centrais Elétricas* para Minas Gerais, levando à construção de três usinas de médio porte (com especial destaque para a Usina de Gafanhoto, destinada ao fornecimento de eletricidade para a cidade industrial de Contagem, além de Santa Maria e da usina de

Governador Valadares), o tema da produção e distribuição de energia elétrica ganhou relevância no debate sobre a economia regional.

A proposta de produção de um *Plano de Eletrificação*, portanto, já aventada pelo *Plano de Centrais Elétricas* de 1942, foi inclusive seriamente considerada em 1945, tendo o mesmo Lopes, então secretário de Agricultura, à frente. Duas teses eram centrais àquela discussão e, em boa medida, mantiveram-se determinantes no Plano de 1950. A primeira, relativa à importância decisiva do fornecimento de energia elétrica para a industrialização regional, era defendida por Lucas Lopes (já secretário de Viação e Obras Públicas), em memória apresentada ao II Congresso Brasileiro de Engenharia e Indústria, alegando que “não se instalam indústrias importantes porque não há energia elétrica disponível e não há energia porque não existem indústrias que garantam seu consumo” (Contribuições ao Planejamento Industrial do Estado, 1946: 03 – grifo no original).

A noção de baixo grau de industrialização como decorrência da carência de energia elétrica em Minas, além de comum e insistentemente apregoada, repousava sobre números bastante incômodos no tocante à produção energética regional que, além de indicarem baixa produção por unidade (em padrão disperso e desordenado) ainda registrava que “*o crescimento médio da potência instalada (kW) não acompanhou o da produção industrial, tendo se verificado, ao contrário, déficits crescentes*” (PEMG, vol.1, 1950: 178). Assim, de acordo com Domício Murta, que escreve o estudo publicado pelo Plano de Eletrificação acerca da industrialização de Minas Gerais, “*a insuficiência de energia disponível tornou mais grave a situação, impedindo o desenvolvimento industrial do Estado na escala desejável*” (ibidem).

Este *círculo vicioso*, segundo a expressão de Lopes, por sinal, será por várias ocasiões repetido em Minas Gerais. No Plano de Eletrificação de 1950 e no projeto de fundação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) de 1951, mas também em documentos como o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de 1947, no modelo que funda o Binômio Energia e Transportes de 1951 ou mesmo, quase duas décadas depois, no Diagnóstico da Economia Mineira de 1969. Ou seja, enfrentar o problema da baixa produção e da má distribuição de eletricidade no estado de Minas não passava, apenas, pela questão da indústria de eletricidade. Antes, era sempre um desafio colocado à industrialização regional como um todo. Se servia de apelo para o

desenvolvimento do setor elétrico, funcionava também como importante justificativa para o atraso da economia mineira, compreendido, então, pela baixa capacidade industrial.

A organização de um sistema de produção e distribuição de energia elétrica em quantidade suficiente para fornecimento pleno para as indústrias que desejassem se instalar em Minas Gerais no período torna-se, portanto, o imperativo do Plano e, inclusive, do futuro Binômio Energia e Transportes e da própria fundação da CEMIG, ambos no então futuro governo estadual de Juscelino Kubitschek. Assim que, de acordo com Murta, em seu estudo que compõe o Plano de Eletrificação,

O plano de industrialização do Estado, define-se, em última análise, como um plano de eletrificação.

Aspectos diversos da geografia econômica do Estado, sobretudo de determinadas áreas de futuro industrial, estão a indicar o imperativo da eletrificação, como condição indispensável à sua evolução econômica (PEMG, vol.1, 1950: 181).

Cumprе ressaltar, inclusive, que o Plano de Eletrificação pressupunha o desenvolvimento mineiro essencialmente por meio de sua industrialização, diferenciando-se portanto do modelo do Plano de Recuperação de 1947 que, de acordo com Dulci (1999) e conforme se procurou sublinhar no capítulo anterior, visava a aposta em modelo integrativo de desenvolvimento econômico. Para o documento de 1950, a realidade agrícola do estado caracterizada contemporaneamente pela diminuição constante do rendimento da produção, pela escassez e o alto custo da mão de obra, sobretudo influenciado pelo fluxo migratório regional, além da estabilização da área cultivada, acabavam por “*retirar ao Estado a sua qualidade de grande produtor agrícola*” (PEMG, vol.1, 1950: 164). Sugeria-se, por decorrência, uma agenda de modernização da agricultura próxima àquela defendida pelo Plano de Recuperação, tornando-se determinante que

(...) os poderes públicos, através de seus órgãos de assistência à lavoura, cuidem no sentido da melhoria do rendimento das terras cultivadas, promovendo a adubação intensiva, a racionalização rural e a mecanização da lavoura e, simultaneamente, da melhoria dos transportes e da facilidade do crédito rural. (idem: 166)

Essa agenda, contudo, apenas visava a manutenção da produção agrícola regional, o que não a transforma em elemento central do desenvolvimento econômico almejado, nem mesmo acompanhando a industrialização regional, pois, para o Plano de Eletrificação, de acordo com os dados por ele trabalhados sobre Minas, tornara-se possível

(...) aquilatar o rápido avanço da economia do Estado, no sentido de atingir as características da economia neo-capitalista, predominante já no Distrito Federal e em São Paulo. (...)

A passagem do Estado, de economia semi-capitalista, para o tipo neo-capitalista, é realidade singular na sua evolução, o que demonstra uma melhoria extremamente rápida dos meios de produção. (PEMG, vol.1, 1950: 185 e 187)

Nesse sentido, a economia de Minas deveria seguir o caminho inequívoco da industrialização, firmando-se definitivamente dentre as demais economias vizinhas. Para tanto, o Plano sugeria fundamental “(...) *uma política de inversões no seu território, como fator capital para sua transformação rápida em zona super-capitalista, última etapa no acesso ao estágio de economia altamente complexa* (...)” (idem: 186).

A segunda tese essencial sustentada pelo Plano de Eletrificação, portanto, articulada à primeira, relacionava-se ao papel do Estado como agente determinante da promoção da industrialização regional por meio do desenvolvimento da produção de energia elétrica de sorte que o documento concordava com a política de eletrificação já determinada por Lopes desde 1946, sobretudo quando o então secretário de Viação e Obras Públicas afirmava que

Na fase atual de desenvolvimento econômico de Minas é indispensável o crescimento rápido da indústria de produção de energia elétrica, **devendo o Estado suplementar ou substituir a iniciativa privada deficiente ou inexistente** (Contribuições ao Planejamento Industrial do Estado, 1946: 03 – grifo nosso).

O Estado era figura determinante do Plano de Eletrificação, notadamente em sua capacidade de organizar e instruir o investimento, e até mesmo provendo-o quando se fizesse absolutamente necessário. Essa era uma premissa estruturante da leitura empreendida pelo grupo que produziu o documento.¹¹³ Conquanto desde o princípio o texto destacasse a necessidade de se submeter qualquer planejamento ao crivo do cidadão comum, tornando-o um “*plano democrático*” (PEMG, vol.1, 1950: 03), e consoante com a mentalidade coeva arejada pelo fim do período do Estado Novo, que o fazia inclusive propor que seria “*indispensável que o plano seja divulgado e debatido*”

¹¹³ Assim que, sobre o Plano de Eletrificação, Lopes sublinhasse muitos anos mais tarde que “Naquela época nós dávamos importância secundária ao problema de quem deveria ser o agente econômico. Lamentávamos muito que não existisse iniciativa privada para produzir energia elétrica em Minas, mas nem por isso cruzávamos os braços esperando que ela surgisse. Sabíamos que teríamos que ir para um processo de capitalização do Estado, em busca de formação de massa de recursos, mas nem por isso éramos socialistas. Eu não tinha nenhuma posição socializante pelo fato de estar convencido de que a energia elétrica devia ser necessariamente produzida pelo governo, ainda que com a participação de capitais privados, a fim de temperar as administrações públicas e evitar que elas ficassem desorientadas em termos das noções de lucro e benefício” (Lopes, 1991: 84).

(ibidem), parecia mesmo evidente que a intervenção do poder público, quando necessária, deveria ser inquestionável. Assim que, se o “Plano de Recuperação e Fomento da Produção” é sobrejamente crítico ao contexto político do período até 1945, o Plano de Eletrificação, pelo contrário, nele identifique relevantes virtudes. Logo, ao abordar o processo de industrialização no Brasil após 1930, destaque que

O terceiro decênio do século [XX] marca nitidamente o início de uma nova etapa de industrialização, que se explica pela operação de rejuvenescimento realizada nos métodos administrativos e na estrutura social, em virtude da qual se processou naturalmente a substituição de um sistema econômico francamente individualista por outro, de intervenção estatal na economia.

As constituições de 1934 e 1937 consagraram o princípio da predominância do interesse coletivo sobre o privado, atribuindo à propriedade uma função social. (...)

Minas Gerais acompanhou esse movimento de grande envergadura, criando elementos e condições imprescindíveis à indústria (...) (PEMG, vol.1, 1950: 179 – grifo nosso).

É nesse sentido que se deve avaliar o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais” como um programa dedicado ao conjunto do desenvolvimento econômico mineiro, em que o papel do poder público e a premência da industrialização são apresentados como eixos capitais da futura economia regional, para a qual justamente o que lhe é específico – a questão da produção e distribuição da energia elétrica – torna-se rigorosamente determinante.

Assim que, ao longo do Governo Milton Campos, por conseguinte, dois momentos podem ser ressaltados como definidores da nova agenda industrializante mineira que, necessariamente, passava pela produção e distribuição de eletricidade: a construção do Complexo de Salto Grande/Santo Antonio e a elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. O primeiro caso, de Salto Grande/Santo Antonio, foi medida apontada no Plano de Recuperação de 1947 e pretendia ser uma importante solução para o problema imediato de fornecimento de energia elétrica. Projeto concebido na Secretaria de Agricultura gerida por Américo Giannetti, teve sua equipe de execução formada por técnicos que haviam trabalhado para Giannetti na construção de usinas hidroelétricas instaladas para o funcionamento de suas empresas em Saramenha, Ouro Preto. Embora não tenha se concretizado totalmente na gestão Giannetti, tal empresa foi importante para o encaminhamento futuro do problema, uma

vez que compreendia dois pontos centrais: o financiamento misto (estado e capital privado) e a noção de redes interligadas de distribuição da energia gerada.¹¹⁴

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais surge, então, em paralelo à realização do Complexo Salto Grande/Santo Antonio. De acordo com Lucas Lopes, em suas memórias publicadas pela CEMIG, havia no governo Milton Campos um problema político significativo que se desdobrava nas áreas técnicas. Campos, assim como seu secretário Giannetti, eram filiados à UDN, embora sua eleição tenha contado com parcela de apoio de filiados dissidentes do PSD que, por fim, tiveram participação no governo. Assim, se o centro do planejamento da economia regional continuava a ser a Secretaria da Agricultura, capitaneada por um udenista, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, sempre politicamente ligada à de Agricultura durante a gestão de Benedito Valadares, estava sob comando de filiados ao PSD – o que sugere ter havido alguma disputa sobre os rumos do planejamento da economia regional no bojo da gestão de Milton Campos.

De fato, segundo Lopes, foi a necessidade de impor a Pasta de Viação e Obras Públicas como centro decisório da política de eletrificação de Minas Gerais (posto que era de sua responsabilidade, em tese, a questão) que levou seu secretário, o pessedista José Rodrigues Seabra a contratar, junto à Companhia Brasileira de Engenharia (CBE), a realização de um planejamento para a eletrificação mineira. Segundo Lopes,

O estudo da CBE foi feito paralelamente à construção das usinas pelo Giannetti, e tenho a impressão de que era até mesmo divergente: um não sabia o que o outro fazia. Havia uma certa rivalidade política por trás desses dois instrumentos. O projeto da CBE foi entregue ao governador Milton Campos e, mais tarde, impresso em cinco volumes, com ideias gerais sobre o que se imaginava ser um programa de eletrificação em Minas (Lopes, 1993: 18).¹¹⁵

Figura central na elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais foi, sem dúvida, o engenheiro e ex-secretário da Agricultura e da Viação e Obras Públicas Lucas Lopes. Após sua saída do governo estadual, Lopes voltou-se para a iniciativa privada, mas, em seguida, foi convidado a participar da Comissão do Vale do São Francisco, organização criada sob a gestão Dutra e que designava determinada porcentagem da

¹¹⁴ Apesar de, conforme Lopes (1991), ter graves problemas técnicos que levaram algum tempo e muita cautela política para serem equacionados quando, já na década de 1950, coube à CEMIG – sob coordenação de Lopes – concluí-la.

¹¹⁵ Na memória publicada em 1991, Lopes inclusive destaca a luxuosa edição dos cinco volumes, ressaltando a relevância política de sua divulgação.

renda tributária da União para o desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco. Na função de diretor do Plano de Obras da Comissão, Lopes chefiou a equipe que preparou o Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco, documento apresentado ao Congresso Nacional em 1950. Lopes já exercia, desde 1946, a função de professor catedrático de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade de Minas Gerais (futura Universidade Federal de Minas Gerais).¹¹⁶

Conquanto todo o início de sua carreira o tivesse especializado em um ramo da engenharia voltado para o setor ferroviário¹¹⁷, provavelmente a experiência como catedrático de Geografia Econômica, bem como os trabalhos na Comissão do São Francisco o tenham levado, como coordenador do Plano de Eletrificação, a imprimir forte discurso geográfico ao estudo. Assim, a introdução do Plano se dedica, ao longo de cinco páginas, a apresentar a importância da geografia para o estudo da economia, especialmente em situações, como a mineira, em que a geografia contribuía de forma decisiva com o caráter econômico e social constituídos (Plano de Eletrificação, 1950, vol.1), de forma que, quatro décadas após sua feitura, Lopes o relembre como uma “*geografia econômica de Minas*” (Lopes, 1993: 20), sublinhando, em outro momento que “*Tratava-se muito mais de um planejamento geográfico do que de um planejamento econômico ou político, determinando quem faz ou quem não faz*” (Lopes, 1991: 116).

Deve-se destacar, por conseguinte, que não apenas Lopes fazia parte tanto da Comissão do Vale do São Francisco como do grupo de trabalho do Plano de Eletrificação. Boa parte de sua equipe, assim como ele próprio, dedicavam-se concomitantemente aos dois projetos. Na Comissão, exerciam funções enquanto funcionários públicos nomes como Mauro Thibau e John Cotrim, além de Lopes; no Plano, Lopes e Thibau acompanhavam-se de Domício Murta e Décio Vasconcelos, dentre outros. Ou seja, é provável que boa parte dos estudos de uma comissão serviu à outra, mesmo que o trabalho do Plano fosse elaborado pela CBE, uma empresa privada.

¹¹⁶ Ver, a respeito, verbete Lucas Lopes na coletânea “Os anos JK” em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Lucas_Lopes.asp, acessado em 04/08/2009, além dos livros de memórias do autor (Lopes, 1991 e Lopes, 1993).

¹¹⁷ São vários os estudos técnicos publicados por Lopes na década de 1930, antes de qualquer atuação política, na Revista Mineira de Engenharia, versando sob bitolas, vagões e locomotivas específicas para transporte de minerais. Além disso, o próprio Lopes afirma que “Toda a minha formação de engenheiro é de especialista em locomotivas e vagões ferroviários [...]” (Lopes, 1993: 19).

Assim, quando da consolidação do Plano, fundando-se as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), Thibau, Cotrim, Murta, Vasconcelos, dentre vários outros, migraram para a CEMIG, sob a primeira presidência de Lucas Lopes. Requer destaque, nesse sentido, a avaliação de Andrade (1980: 63), para quem o principal resultado do Plano de Eletrificação, para além da germinação da CEMIG, fora mesmo ter servido de embrião para uma poderosa tecnocracia.

Consoante com a necessidade de industrialização apresentada pela economia mineira – conforme destacado no período, a principal característica do Plano de Eletrificação era a elaboração de diagnóstico das necessidades e dos entraves enfrentados pela indústria em Minas,

Porque o Plano de Eletrificação de Minas teve a seguinte orientação: a primeira coisa a fazer foi tentar definir onde Minas teria alguma possibilidade de industrialização. Quais seriam as regiões geográficas em que se caracterizariam processos de possível industrialização. O Plano foi uma geografia econômica de Minas, como primeira etapa, para uma decisão de mercados onde poderia realmente crescer a demanda de energia elétrica (Lopes, 1993: 20).

O Plano, nesse sentido, dividiu-se em cinco extensos volumes em que se dedicava a diagnosticar o entrave representado pela carência de eletricidade em Minas Gerais, apontando problemas gerais e específicos, avaliando cada uma das usinas geradoras, suas potências instaladas e seus potenciais de expansão, a rede privada e a rede pública de usinas, as localidades atendidas e, inclusive, o potencial de cada região para a industrialização, o tipo de indústria que poderia desenvolver e, sobretudo, a precariedade da oferta em cada localidade. Sugestivamente, o documento apontava que o crescimento do número de usinas verificado no estado entre 1916 (83 unidades) e 1941 (424 unidades), embora tivesse feito saltar o número de comunidades com mais de 10.000 hab. atendidas (de 49 para 205), pouco havia resolvido o problema, tendo em vista que a média de potência instalada por usina passara de 315 para 335 Kw, gerando uma potência absoluta que, se em 1916 correspondia a 26.110 Kw, em 1941 chegava a casa dos 142.000 Kw. No geral, tal produção energética tendia a ser utilizada para iluminação pública, pequenas indústrias e frágil eletrificação rural. Assim, em 1949, de acordo com o Plano, Minas possuía apenas 4 usinas com potencial superior a 5.000 kw de potência instalada (Plano de Eletrificação, 1950, vol.4, Cap. 1: 3 e seguintes).

A proposição central do documento, após a apresentação do diagnóstico da situação contemporânea, dividia-se em duas partes, quais sejam: i) construção de

grandes usinas com alto potencial instalado e; ii) constituição de rede vertical de distribuição, para a qual tornava-se decisiva a elaboração de um sistema que interligasse as geradoras. Isso, pois, de acordo com o estudo apresentado por Lopes, em 1946, sobre o quadro regional da eletrificação,

O Estado de Minas, apesar de contar, com um potencial hidráulico de ordem de 5.800.000 CV que representam 30% do potencial do Brasil, só conta com usinas que constituem 11,5% da potência instalada no País. (Contribuições ao Planejamento Industrial do Estado, 1946: 02).

Deve-se ressaltar que esse programa de 1946, não obstante absolutamente sucinto, já traz o eixo daquilo que, em 1950, o Plano de Eletrificação julgará como problema central da produção energética mineira: sua dispersão em pequenas usinas e não integração de sua distribuição. Tanto que, em 1946, Lopes afirmava que

A constituição de sistemas elétricos já progrediu rapidamente em algumas regiões do País, enquanto em Minas Gerais ainda deparamos com a situação primitiva de uma multidão de pequenas usinas isoladas.

Não queremos analisar os motivos dessa anomalia, que, por certo, se correlacionam com a nossa distribuição geográfica e nucleação econômica [...](Contribuições ao Planejamento Industrial do Estado, 1946: 01).

Para, em 1950, o mesmo Lopes avaliar que,

Minas Gerais ainda não conseguiu desenvolver o seu parque de indústria de eletricidade de forma satisfatória.

Circunstâncias geográficas ligadas à forma de povoamento do território mineiro condicionaram o desenvolvimento dos conjuntos de produção de energia elétrica do Estado a um esquema disperso, com usinas isoladas e pequenas, a servir núcleos espalhados em amplo território. (Plano de Eletrificação de Minas Gerais, 1950, Vol.4, Cap. 1: 03).

Afora a explicação que se sofisticava no âmbito da geografia econômica, a leitura ainda é a mesma, seja no tocante à dispersão das pequenas unidades seja no que tange à falta de integração e, sobretudo, a incipiência da produção energética mineira – em especial se comparada a outras regiões do país. Em alguns momentos, o sistema paulista será citado ao longo do Plano, embora seja mesmo nas memórias de Lopes, publicadas pela CEMIG, que se percebe o incômodo efetivo que causava a mesma concessionária que atendia São Paulo fazer investimentos significativos no estado e prescindir do investimento em Minas, ao que Lopes considerará, por fim, evidente, tendo em vista a demanda real e, grau a grau, ampliada das indústrias em São Paulo.¹¹⁸

¹¹⁸ Não deixa de ser significativo que, quase duas décadas depois, quando da publicação do Diagnóstico da Economia Mineira pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1968, o tratamento dispensado à CEMIG considere a empresa como importante para Minas, mas sobretudo para São Paulo, tendo em vista que metade de sua energia era vendida para o estado vizinho. Considerava-se, em fins dos

À extensão do documento, apresentado em cinco volumes, soma-se a impressionante quantidade de dados, mapas, tabelas e gráficos que o sustenta. Em comparação com o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, que inclusive se propunha, já na introdução, um estudo modesto, a diferença é absoluta e sugere um amadurecimento do corpo técnico nas questões de planejamento.

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais foi, por conseguinte, a base para o projeto de implantação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que, assim como o documento sugeria, formava uma empresa de capital misto, com predomínio do Estado, a gerenciar uma rede de usinas geradoras de energia elétrica em Minas Gerais. Consolidada na gestão de Kubitschek, como parte essencial do Binômio Energia e Transporte, a CEMIG, dado o quadro técnico original verticalmente formado por experientes engenheiros voltados à questão do planejamento e da gestão, acabou por acumular, no governo estadual de JK, a função de órgão de planejamento (Dias, 1968). De acordo com Cintra e Andrade (1978: 25), a CEMIG desempenhou “*papel de relevo na área de planejamento: entre outros efeitos básicos, foi capaz, durante anos, (...) de reter pessoal altamente qualificado, evitando sua evasão do Estado*”, sendo ao mesmo tempo núcleo remanescente do tipo específico de planejamento apresentado pelo Plano de Eletrificação e agência primordial para o desenvolvimento de Minas, notadamente pela manutenção do corpo técnico.

Inserido no conjunto de projetos que se propuseram a apresentar um planejamento exequível para o processo de intervenção do poder público na economia mineira, o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, ao lado do Binômio Energia e Transportes (que o abarca, inclusive), talvez seja o mais bem sucedido de todos, posto ter efetivado a maior parte de suas proposições. Marca de um novo modo de atuação do corpo técnico regional, guarda diferenças significativas em relação a todos os demais: não foi elaborado apenas por técnicos mineiros, realizou-se em entidade privada, dedicou-se a apenas um setor da economia (conquanto tido como o vital para aquilo que

anos 1960, que pouco adiantara tamanho esforço para a efetivação do Plano de Eletrificação estadual se, depois de tanto dinheiro investido por Minas, a empresa não cumpria sua missão original: promover a industrialização de Minas a partir do fornecimento de energia farta. Esse problema era destacado dada a condição de empresa mista da CEMIG que, tendo de remunerar seus investidores, não podia se furtar a vender energia para quem se dispusesse a lhe pagar bom preço. Curiosamente, na década de 1950, e especialmente na gestão JK, a CEMIG assumiu funções de órgão de planejamento do estado, conforme veremos na sequência deste texto, o que fugia à sua missão primordial.

se pretendia da economia regional, a industrialização), e foi concebido em uma gestão para ser concretizado em outra, de oposição.

Apesar disso, ou justamente por isso, aponta para duas considerações significativas da realidade política e econômica mineira na virada dos anos 1940 para a década seguinte. Em primeiro lugar que, embora ao nível do discurso os grupos políticos se apresentassem em dissonância, e que seus projetos, por vezes, fossem distintos, o eixo central que sugeria a intervenção do estado nos negócios de infraestrutura como elemento primordial para o desenvolvimento regional não respeitava filiação político-partidária. E, em segundo lugar, e principalmente, que mesmo estudos tecnicamente apurados, como o Plano de Eletrificação, partiam do mote do atraso econômico regional que, se no Plano de Recuperação de 1947, menos elaborado tecnicamente, apontava para a insuficiência econômica de Minas ante aos estados vizinhos, no Diagnóstico da Economia Mineira, de 1968, já sob influência *cepalina*, atestava a condição de subdesenvolvimento da economia mineira ante ao setor modernizado do país.

Capítulo 10 – Binômio Energia e Transportes

Diferentemente dos estudos e planos anteriormente produzidos, o “Binômio Energia e Transportes” não pode ser considerado um documento específico, especialmente formulado e rigidamente formatado tendo em vista o planejamento do desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Nesse sentido, não há um compêndio ao qual se referir, nem discurso especialmente preparado para convencimento interno ou externo à realidade mineira. Antes, o “Binômio” é muito mais um programa de ação com metas determinadas e que partia, objetivamente, de realidade previamente demarcada justamente pelos documentos anteriores: o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de 1947 e o Plano de Eletrificação de Minas Gerais de 1950.

Assim que, ao contrário de seus antecessores, o “Binômio” se configurará por um conjunto delimitado de metas em áreas muito específicas. Representará objetivamente a marca do governo estadual de Juscelino Kubitschek de Oliveira que, tomando posse em 1951, podia contar com a experiência de planejamento anterior. Para Diniz (1981:72), o fato de especialmente o Plano de Recuperação não ter alcançado boa parte de seus objetivos – seja por problemas de ordem financeira, técnica ou mesmo administrativa – indicava a necessidade de tornar efetivamente exequível qualquer nova política pública dedicada ao planejamento da economia regional. Nesse sentido que ao “Binômio” coube definir com precisão suas metas e, sobretudo, circunscrever exatamente suas áreas de atuação que, no limite, estavam evidenciadas nas próprias discussões sobre o desenvolvimento regional desde os anos 1930 e que consagraram, nos planos da década de 1940, sua premência – quais sejam, o tema da energia e o dos transportes.

Nesse sentido deve-se registrar, portanto, que a primeira característica definidora do “Binômio” é a capacidade de sintetizar as necessidades regionais e estabelecer foco específico de atuação gerando modelo de planejamento setorial, rompendo inclusive com a tradição dos documentos anteriormente produzidos que, no limite, possuíam um bem articulado discurso sobre o atraso relativo da economia mineira. Contudo, isso não significa que essa perspectiva não estivesse entrementes, especialmente se considerada a avaliação de Kubitschek, para quem o estado de Minas Gerais “*não se libertaria do*

marasmo em se que encontrava, enquanto não possuísse boas estradas e não dispusesse de energia elétrica, farta e barata” (Kubitscheck, 1976: 186 *apud* Dulci, 1999: 94 – grifo nosso). Fora justamente a presença incômoda da sensação de expansão do atraso relativo da economia mineira, sobretudo com a incapacidade do poder público regional de concluir suas metas anteriormente estipuladas que, no limite, possibilitou a JK a construção de um discurso que agregasse os dois setores sob o slogan, lançado ainda em campanha, de “Binômio Energia e Transportes”.

O programa se destaca ainda, segundo Dulci (1999: 94), por romper definitivamente com o modelo integrativo que, especialmente no Plano de Recuperação, havia tentado estabelecer, em pé de igualdade, tanto o setor agropecuário como o industrial mineiro. Iniciava-se, ainda para o autor, a fase da especialização industrial em Minas, de modo que

Em lugar da expansão articulada da agricultura, da indústria e da busca do equilíbrio entre a cidade e o campo, agora, desenvolvimento significava industrialização e era algo que se referia basicamente ao espaço urbano. (ibidem)

Essa foi uma transformação por certo importante, em especial por produzir reorientação institucional determinante nos rumos da economia regional. De acordo com Dias (1968), a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, cuja importância foi capital para o provimento e a estruturação das políticas de desenvolvimento regional – funcionando mesmo desde então, segundo Dulci (1999:96), como uma secretaria de Economia do Estado – foi completamente esvaziada em sua força de planejamento em prol dos órgãos voltados à execução das metas do “Binômio”, notadamente a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) e o DER (Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais). Deve-se destacar que seu secretário na gestão JK, Tristão da Cunha, inclusive defendia ser o Brasil um país essencialmente agrícola, avesso a uma rápida e vertical industrialização – no que se diferenciava sobremaneira de seus três antecessores imediatos: Israel Pinheiro, Lucas Lopes e Américo Gianetti.¹¹⁹

Essa transição da Secretaria, de um perfil politicamente central e tecnicamente determinante para a agenda do planejamento do desenvolvimento regional para outro, de atuação discreta e essencialmente burocrática, marca característica capital do governo JK no estado, sendo traço significativo da gestão de Juscelino na presidência da

¹¹⁹ Tema abordado no Capítulo XIII deste trabalho.

República. Construía-se, assim, em Minas, uma fórmula inovadora de gestão da máquina pública em que se buscava afastar todo o vício característico de um estado que, grau a grau, era afetado pela influência do político mais que do técnico. Desse modo, e para efetivação dos projetos estabelecidos pelo “Binômio”, organizava-se uma administração paralela à tradicional. Sendo as secretarias ocupadas pela elite política, que prestara apoio à eleição de JK e que possuía suas demandas características do mundo político, as agências como a CEMIG e o DER eram ocupadas pela elite tecnoburocrática, cujas demandas, ao menos em tese, eram as da racionalidade o que, ao cabo, tendia a configurar melhor desenvolvimento ao programa.

Buscava-se, então, um tipo específico de conciliação entre interesses técnicos e políticos, estabelecendo com firmeza os campos de atuação de cada grupo e esclarecendo essencialmente o que se esperava de cada um como contribuição à agenda que se apresentava – notadamente se considerarmos que, como aponta Lopes (1993), havia uma nítida dificuldade de entendimento entre os dois grupos.

É fato, também, que o “Binômio” não contou apenas com a herança do *diagnóstico* dos dois principais eixos (energia e transportes) que deveriam ser primordialmente trabalhados para o desenvolvimento econômico regional. Antes, já havia uma estrutura institucional e legal devidamente organizada que, no limite, proporcionou a necessária impulsão à efetivação do programa. Nesse sentido, pode-se contar com o quadro avaliativo produzido anteriormente, sobretudo para a determinação das metas objetivas – de certo modo já esboçadas nos documentos anteriores.

Produzidas para serem efetivadas no quinquênio da gestão estadual de JK, as ambiciosas metas quantitativas do “Binômio Energia e Transportes” registravam o acréscimo energético de 200.000 kW à capacidade instalada, que deveria ser alcançado por meio da instalação de novas usinas hidroelétricas no estado e a abertura de 2.000 novos quilômetros de rodovias, além da pavimentação de 500 outros quilômetros.

Nesse sentido, portanto, no que tange à política de eletrificação encampada pelo programa, seguia-se aquilo que o Plano de Eletrificação propusera, de sorte que inclusive a normatização legal existente forjaria o arcabouço necessário para sua implantação. Baseando-se, então, na Lei Estadual nº510, de 30/11/1949, regulamentada pelo Decreto nº 3246, de 02/02/1950, que autorizava o Executivo estadual a constituir empresas de economia mista dedicadas à política estadual de eletrificação, o poder

público criaria, assim, quatro companhias regionais: Cia. de Eletrificação do Médio Rio Doce – CEMRD (relativa à proposta do Plano de Eletrificação de se instalar uma usina hidroelétrica em Tronqueiras); Cia. de Eletrificação do Alto do Rio Doce – CEARD (correspondente à proposta do Plano de instalação de usina em Salto Grande) em substituição à SARSA (Serviços de Aproveitamento do Rio Santo Antonio) que era vinculada à Secretaria de Agricultura; Cia de Eletricidade do Alto Rio Grande – CEARG (relacionada à proposta do Plano de instalação de usina em Itutinga) e; Central Elétrica do Piau S.A., usina particular posteriormente vinculada à CEMIG (Diniz, 1981: 72).

Seguindo ainda as orientações do Plano de Eletrificação, o Executivo estadual encaminhou à Assembléia Legislativa mensagem propondo a criação de uma empresa holding para coordenar o programa energético. Para isto foi criada a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

Ao ser criada, a CEMIG incorporou o capital da CEMRD, CEARD, CEARG, e a participação na Central Elétrica do Piau S.A., além do sistema elétrico de Gafanhoto [dedicado ao abastecimento da Cidade Industrial de Contagem], inclusive distribuição de energia. Estava pois constituída a CEMIG, que a partir de então se encarregaria do Plano de Eletrificação Mineiro. (ibidem: 73)

A implantação da CEMIG, nesse sentido, ao seguir a determinação do Plano de Eletrificação, estabelecia com clareza uma concepção específica de Estado em que a consolidação da política de intervenção estatal na indústria de eletricidade, ocorrida por meio de mensagem do Executivo ao Legislativo de 31/08/1951, objetivava sublinhar a existência de uma lógica capital de desenvolvimento econômico.

Assim, por meio da Mensagem do Executivo: i) reconhecia-se o papel da intervenção estatal na indústria de eletricidade como de interesse público, devendo portanto o Estado expandi-la de forma planejada, racional e fomentando as inversões quando o capital privado não o fizesse; ii) estabelecia-se que a expansão do setor deveria ser orientada para o potencial desenvolvimento econômico das diversas regiões do estado, inclusive daquelas que ainda dependiam pouco de eletricidade; iii) reconhecia-se que a intervenção estatal inibia o investimento privado, trazendo o que se considerava por “*consequências funestas*” para a economia regional; iv) reconhecia-se a necessidade de concentrar a geração em grandes usinas, o que, não sendo possível coevamente, deveria ser resolvido com a estruturação de grandes sistemas regionais aptos à interligação futura, sendo necessária, para tanto, a uniformização da energia gerada e distribuída, por meio de padronização de ciclagem e de tensões de transmissão

e distribuição; v) determinava-se que nas áreas com ampla produção de energia por meio de empresas privadas, o Estado deveria integrá-las ao sistema regional, cuidando da construção de grandes usinas e linhas de transmissão; vi) estabelecia-se que nas regiões menos desenvolvidas, o Estado deveria manter auxílio técnico e facilidade para obtenção de recursos financeiros para empresas privadas, providenciando que essas unidades isoladas pudessem integrar-se futuramente aos sistemas regionais; vii) reconhecia-se que a carência de recursos financeiros necessários para a empresa, seja por parte do poder público seja do capital privado estrangeiro (que exigia a contrapartida do inexistente capital nacional) impunha a criação de política tarifária propícia a novos investimentos, gerando consequentemente fundo de eletrificação com a contribuição dos contribuintes por meio de taxas especiais indiretas e vendendo títulos da dívida da empresa criada e; viii) reconhecia-se, finalmente, que tinha o Estado a necessidade de criar entidades nos moldes de Sociedades Anônimas que operacionalizassem o sistema, bem como reconhecessem a necessidade de criar órgãos públicos de auxílio técnico e de fiscalização de tais S/A.

A constituição da CEMIG, portanto, é elemento capital para a consolidação do processo de planejamento da economia regional. No plano energético, por cumprir a meta estipulada (mesmo que em prazo de dez anos e não de cinco, como inicialmente sugerido), chegando na década seguinte com produção muito maior que a originalmente proposta. No plano institucional por, segundo Andrade (1980: 64), incorporar determinadamente os autores do Plano de Eletrificação de 1950 aos seus quadros, gerando elite técnica que não apenas dedicou-se ao problema elétrico como, no limite – e valendo-se da estrutura da administração indireta e da ausência de órgão voltado essencialmente para o planejamento econômico – fomentou esboço de política pública de desenvolvimento industrial, ampliada principalmente na década de 1960. Perfaz, por fim, espaço determinante de atuação da categoria profissional do engenheiro em Minas notadamente em contraposição, sobretudo na década de 1960 e por um período específico, ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – espaço grau a grau mais ocupado pelo economista.

Assim como no caso da política estadual de eletrificação, o problema dos transportes também contava com uma estrutura institucional previamente determinada que, no limite, foi adaptada aos interesses específicos postulados a partir das metas

estabelecidas pelo “Binômio”. Conquanto tenha alcançado menor visibilidade que o programa elétrico e sua agência, a CEMIG, o planejamento do setor de transportes superou largamente sua meta original de construção de 2.000 quilômetros de estradas, construindo, entre 1951 e 1955, espantosos 3725 quilômetros¹²⁰ não obstante não tenha efetuado a meta de pavimentação de 500 quilômetros de estradas e, especialmente, tenha sido processo cercado de nebulosa alavancagem, com dinheiro público, de empreiteiras envolvidas nas licitações (Diniz, 1981: 79-80).

O setor de transportes do “Binômio” estruturou-se por meio do Departamento de Estradas e Rodagem, agência criada pelo Decreto nº 1731, de 04/05/1946 e subordinada originalmente à Secretaria de Viação e Obras Públicas quando da gestão de Lucas Lopes na interventoria de João Beraldo; subordinação que passa diretamente ao Governador do Estado quando da promulgação da lei nº 1043, de 16/12/1953 o que sugere, ao cabo, a desvinculação do órgão de esfera política que não sob controle estreito e direto do principal representante do Executivo, o que fortalece a hipótese de estruturação de “*dois níveis justapostos*” (Dulci, 1999:97) na administração regional.

Dado o pesado ônus acarretado pela Rede Mineira de Viação, propalado pelas mensagens de governadores desde a década de 1930 e determinado por ela atender a quatro estados distintos mas ser mantida com capital do poder público mineiro, o “Binômio” defendia que o sistema ferroviário era de competência do governo federal, de sorte que ao falar de transportes, o programa se refere, de forma definitiva, ao sistema rodoviário – o que explica a natureza dos objetivos estipulados. Segundo Dulci (ibidem: 97-8)

A política de transportes representou uma opção declarada pelo rodoviarismo. (...) O programa traçado consistiu na abertura ou na complementação de 16 rodovias em diversas partes do estado, convergindo para a capital.

Dado o caráter essencialmente industrializante e concentrador do “Binômio”, parecia mesmo natural que Belo Horizonte representasse o eixo central do mapa rodoviário mineiro pois, no limite, recolocava-se a necessidade de tornar a capital efetivamente central aos interesses econômicos, políticos e sociais de Minas, o que

¹²⁰ Em caráter de comparação, segundo Dulci (1999:98), deve-se observar que esse número é muito superior aos 615 quilômetros de estradas construídas no âmbito do mesmo DER entre 1946 e 1950.

desde sua fundação e, inclusive, nos documentos anteriormente abordados, nunca deixa de ser questão capital.

Enfim, independente dos resultados práticos e quantitativos do “Binômio”, que indiscutivelmente foram expressivos e importantes, parece mesmo que sua contribuição institucional, seja para o plano interno seja para o nacional, em que se consolidou arranjo administrativo estabelecido por meio de separação entre núcleo político e núcleo técnico foi elemento determinante de sua relevância. Marca da administração mineira de JK, a experiência do “Binômio”, ao incorporar as anteriores estratégias de planejamento regional, parece consolidar arranjo característico de Minas, intentando conciliar o político e o técnico – o que no plano federal, quando da presidência de Kubitschek, mostrou-se inovador e primordial.

Capítulo 11 – Diagnóstico da Economia Mineira

Contando com seis volumes e produzido por agência estadual da administração indireta (o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG) em convênio com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU), o Diagnóstico da Economia Mineira (DEM) representa tanto a culminância da tradição de estudos técnicos politicamente orientados no Estado como, ao mesmo tempo, corresponde ao esgotamento do modelo até então existente. Possui, nesse sentido, tanto os traços que caracterizam os demais programas aqui abordados como, no limite, imprime nova lógica para ações futuras do poder público mineiro no âmbito do planejamento regional.

Provavelmente, a principal característica que o relaciona aos documentos anteriores seja a premência da classificação de Minas Gerais como região eminentemente subdesenvolvida. Valendo-se de conceituação estabelecida pela CEPAL, sobretudo por ter parcela considerável de seus realizadores cursado especializações nesta agência, o documento determina, logo em sua introdução, aquilo que os demais registraram, conquanto sem a mesma sofisticação teórica obtida pelo “Diagnóstico”. Assim, o baixo grau de industrialização e de urbanização de Minas Gerais e sua estrutura de produção quase exclusiva de produtos primários, que permeiam os documentos anteriores, são elementos reconsiderados pelo “Diagnóstico” na medida em que se determina, taxativamente, que

O sistema econômico-social de Minas Gerais apresenta todas as características de subdesenvolvimento, quer no seu aparelho produtivo como no seu quadro institucional. Os sintomas mais evidentes são o predomínio da atividade agropecuária, a enorme diferença de produtividade entre o obreiro rural e o urbano, o baixo grau de urbanização e a prevalência de um código de valores patrimonialista e, pois, arcaico. (DEM, vol. 1, 1969: 21)

Além disso, a ideia de espoliação de Minas Gerais especialmente pelos estados vizinhos era retomada de forma definitiva, determinando no limite o próprio mecanismo de produção do subdesenvolvimento regional na medida em que

O *Diagnóstico* reafirmava a concepção de secular exploração de Minas Gerais: primeiro na mineração, depois no fornecimento de minério e produtos primários para os polos industriais e, por fim, na exportação de insumos industrializados e de energia elétrica para a industrialização de São Paulo (Godoy, Barbosa e Barbosa, 2010: 352).

Sendo filiado àquela tradição que remonta ao menos ao Parecer da Sociedade Mineira de Engenheiros, de 1938, o “Diagnóstico” possui, contudo, algumas características distintivas que devem ser relevadas: i) é seguramente o documento com maior elaboração técnica de todos os demais; ii) restringe-se à construção de um amplo e vertical quadro avaliativo da economia regional sendo bastante contido em relação às sugestões e projetos – conquanto existam – e, iii) caracteriza a emergência da categoria profissional do economista na dianteira do processo decisório do planejamento do desenvolvimento econômico regional, em relação sobretudo ao engenheiro.¹²¹

Desse modo, apesar de sua qualidade técnica avançada para o período de sua produção,¹²² não pode ser equiparado aos programas anteriores essencialmente dedicados ao planejamento no que tange à produção de propostas efetivas de intervenção por possuir determinantemente caráter avaliativo. Ao mesmo tempo, no entanto, pode ser comparado com esses mesmos documentos no tocante à compreensão geral do papel desempenhado pelo poder público, pelo empresariado e pelo corpo técnico regionais na agenda do desenvolvimento econômico mineiro. Em outras palavras, se o “Diagnóstico” não estabelece projetos específicos, normas e prazos por serem cumpridos, determinando uma agenda executiva rígida, delimita o papel específico dos atores no novo desenho econômico regional, sobretudo ao apontar os vícios de uma economia em situação de atraso relativo aparentemente irremediável.

Ademais, as características que se avolumam no documento, ao apontar para uma economia regional desarticulada e fragilizada, sugerem grave conjunto de problemas, beirando o inexorável. A construção de cenário absolutamente desabonador, seja da economia ou dos grupos de poder e de influência mineiros, e o apontamento de futuro deletério para Minas Gerais levou, ao cabo, a que se alcunhasse o grupo realizador do “Diagnóstico” de “*os profetas da catástrofe*” (Andrade, 1980: 64; Diniz, 1981: 157).

¹²¹ É preciso pontuar, nesse sentido, que isso não significa que, a partir de então, os engenheiros deixaram de participar do processo de forma absoluta e, inclusive, a conduzi-lo individualmente (INDI e BDMG foram, ao longo da década de 1970, presididos também por engenheiros). O fenômeno que aqui se esboça diz respeito especialmente às arenas decisórias e a influência da perspectiva de uma ou outra categoria no processo, como grupo e núcleo de conhecimento específicos.

¹²² Embora, atualmente, sua qualidade técnica seja considerada frágil inclusive para parcela de seus autores (de acordo com entrevistas realizadas com técnicos ligados à produção do documento).

Foi Fernando Antonio Roquete Reis quem, ao lado de Élcio Costa Couto e Álvaro Fortes Santiago, coordenou os estudos que se converteram no “Diagnóstico”.¹²³ Economista formado em 1958 pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, na qual lecionou desde então, e, no período, diretor do Departamento de Estudos e Planejamento (DEP) do BDMG, Fernando Reis possui papel determinante não apenas na produção do compêndio, bem como em sua origem. Segundo Cintra & Andrade (1980: 27), os esforços de organização de uma ampla avaliação da economia regional nasceram sobretudo da necessidade de se fomentar, dentro do Banco de Desenvolvimento, o grupo de especialistas formado por macroeconomistas que *“não se sentiram à vontade para tomar decisões sobre que projetos financiar ou onde localizá-los, sem contar com ampla base de referência”*. É nesse sentido que o DEP, departamento voltado aos estudos e ao planejamento da economia regional (e plenamente composto por economistas), vai se destacando do DAP, o Departamento de Análise de Projetos, predominantemente composto pelos engenheiros, e dedicado preferencialmente à avaliação dos pedidos de financiamento levados ao Banco.¹²⁴ No limite, portanto, é desse modo que internamente ao BDMG os economistas passam a ocupar espaço de destaque na construção do projeto de desenvolvimento regional, embora no plano da administração indireta de Minas enfrentassem a concorrência com a CEMIG, ainda órgão forte no que tange ao planejamento da economia mineira e

¹²³ Compõem o grupo de realizadores do Diagnóstico da Economia Mineira: i) Dos quadros do BDMG - Abílio Santos, Álvaro Fortes Santiago, Angelina M. Rezende Dias, Antônio Luiz Portugal Moura, Carlos Eduardo Codo Aroeira, Clélio Campolina Diniz, Dalmart Chaves Ivo, Eduardo Beluco Marra, Élcio Costa Couto, Fernando Antônio Roquete Reis, Geraldo Sebastião Silva, Gelmar B. J. Costa, Henrique Oswaldo de Carvalho, João Ribeiro Filho, José Cummings Abubakir, Luiz Carlos Vieira da Silva, Luciano Rogério de Castro, Marneu Ferreira Starling, Oto Jacob, Ronald Castello Branco, Sérgio C. Miranda Lana, Teodoro Alves Lamounier, Wilson Catello Branco; ii) da CIBPU - Hilton Livieiro Pezzoni; iii) de outras entidades – Carlos Alberto Macedo Rocha, David Márcio S. Rodrigues, Fernando Corrêia Dias, Fabiano Marques dos Santos, Feliciano Costa Araújo, Getúlio Vargas Barbosa, José Armando de Souza, Jose Murilo de Carvalho, Jose Birchall Wanderley, Paulo Roberto Haddad; iv) colaboradores dos quadros do BDMG - Álvaro Luiz da Motta Pelegrino, Chaquik Haddad, Flávio Saliba Cunha, Hugo Mazzochi, Ivo Andrez Horta, Leon Menache, Maria Augusta Roque da Silveira, Maria Malla Dutra Reis, Márcio Augusto de Menezes, Marcos Eolo de Lamounier Bicalho, Mário de Abreu Castello Branco, Ronaldo Barreto, Vilma Maria Tessele e Zélia Maria de Moura Mello; v) colaboradores não pertencentes aos quadros do BDMG - Antônio Afonso Carrara de Melo, Antônio Pereira Dias, Edmar Rodrigues, Edson Medeiros, José Alberto Magno de Carvalho, José Mendonça de Almeida Filho, Maria do Carmo Ottoni, Magno Pavlowsky, Manuel Arruda, Paulo Henrique Sampaio Vianna, Rogério P. P. Mascarenhas, Ealter Fuad Couri e Walter Lopes.

¹²⁴ Tema mais bem abordado na terceira parte deste trabalho.

essencialmente caracterizada pelo predomínio da categoria profissional do engenheiro.¹²⁵

Parece mesmo indissociável, portanto, a compreensão do quadro coevo que produz documento da envergadura do “Diagnóstico” da própria disputa estabelecida intra-elite técnica mineira pela dianteira de processo decisório do planejamento do desenvolvimento econômico regional, não obstante a leitura produzida divirja menos no essencial do que aparentemente poderia ser suposto. E, também, parece evidente que tais preocupações norteiam efetivamente a atuação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais como agência de financiamento do desenvolvimento de Minas Gerais.

Fundado em 1962, no governo de Magalhães Pinto, após quase uma década de discussões acerca de um modelo de banco público regional destinado a tal empresa, o BDMG se confrontou, a princípio, com duas dificuldades nucleares: sua capitalização¹²⁶ e a necessidade de estabelecer bases precisas de atuação. O conjunto de questões primordiais apresentado na introdução do documento revela, portanto, a preocupação de responder a esta necessidade.

Como definir uma coerente política de financiamento à indústria, sem conhecer a realidade deste setor ou de suas inter-relações com os demais setores da economia?

De que modo alocar racionalmente os recursos, espacial ou setorialmente, sem uma visão ampla da economia mineira?

Como definir as necessidades de investimento sem se ter sequer uma ideia do volume de inversões anuais realizadas pelo Estado?

De que maneira prever a capacidade de reação do setor privado sem se ter pelo menos uma avaliação de suas possibilidades para formar poupanças?

Como dimensionar a capacidade de absorção de investimentos da economia sem o conhecimento de seus recursos naturais e humanos?

¹²⁵ De acordo com Diniz (1981: 158), do BDMG e da CEMIG saiu a maioria absoluta dos quadros que, na década de 1970, ocuparam espaços determinantes na agenda do poder público regional e inclusive federal, de sorte que “*O BDMG e a CEMIG formavam a grande matriz institucional da tecnocracia mineira. Na década de 1970, praticamente todos os postos-chave de comando da área econômica estadual estavam sob o controle do grupo originário destas duas instituições*”.

¹²⁶ O problema da integralização do capital do Banco é recorrentemente tratado nas atas tanto do Conselho de Administração da instituição como nas da Diretoria ao longo dos cinco primeiros anos de funcionamento. O então presidente Paulo Camilo de Oliveira Penna assegurava, por exemplo, em reunião realizada em 18/12/1963, que “*não contávamos com tão grande retardamento no processo de integralização do nosso capital. (...) Chegamos, todavia, a uma situação verdadeiramente aflitiva, facilmente evidenciada pelos recursos irrisórios que nos foram oferecidos até agora*” (Ata 66, 18/12/1963:83). A questão da capitalização do BDMG representou problema grave no princípio das atividades da agência, provavelmente retardando as atividades do DEP e seus estudos que, posteriormente, resultariam no “Diagnóstico” pois, segundo alguns entrevistados, este departamento era o mais dispendioso da instituição. Representando problema inclusive de ordem política, a integralização do capital somente foi resolvida em 1968, na presidência de Hindemburgo C. Pereira Diniz, por sinal genro do então governador de Minas, Israel Pinheiro da Silva.

De que maneira medir os efeitos multiplicador e acelerador das inversões realizadas sem conhecer a magnitude das componentes da renda e do produto?

Com avaliar a sua própria capacidade para captar recursos senão através de um conhecimento mais perfeito das fontes financiadoras, especialmente o Estado?

De que modo elaborar medidas coerentes sem um conhecimento sistemático do aparelho administrativo governamental e de seu funcionamento?

E, finalmente, como definir o seu esquema de atuação sem o conhecimento preciso da formas como tradicionalmente atua o Governo em Minas (Diagnóstico, vol.1, 1969: 8-9).

O Diagnóstico da Economia Mineira deve ser compreendido, portanto, como documento característico da ação do economista em Minas Gerais, que encerra a tradição de documentos politicamente orientados sublinhando o subdesenvolvimento regional, notadamente do período determinado pela ação dos engenheiros, na medida em que inaugura em Minas, concomitantemente, a era do planejamento compreensivo (Cintra & Andrade, 1978: 28), gerando conjunto de dados e análises que, a partir da década de 1970 com o primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (I PMDES), permitirão ascensão definitiva do economista ao centro decisório da economia regional.

Deve-se ressaltar, contudo, que ao demarcar definitivamente esta ascensão, o “Diagnóstico da Economia Mineira” também caracteriza o momento máximo de união dessa categoria, na medida em que seus desdobramentos levarão a uma cisão no grupo: de um lado, aqueles para quem o desenvolvimento deveria ser global, também dedicado aos problemas sociais e apostando na desconcentração espacial da economia mineira (para o qual o I PMDES é a síntese e o Gabinete de Planejamento e Coordenação do governo estadual o *lócus*) e, de outro lado, o grupo dedicado ao modelo concentrador baseado na forte expansão econômica e na industrialização pesada (cuja política determinante apoiou-se irrestritamente no capital estrangeiro e na concentração econômica com eixo em Belo Horizonte e tendo por *lócus* o Instituto de Desenvolvimento Industrial – INDI) (Diniz, 1981: 158).

Como documento politicamente orientado dedicado ao desenvolvimento regional o “Diagnóstico” destaca-se, justamente, pela ênfase negativa com que caracteriza o propalado subdesenvolvimento de Minas Gerais, sublinhando seu caráter

de economia doente.¹²⁷ Nesse sentido, lembra muito o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, de 1947, por seu tom sombrio e, curiosamente, dele faz referência como o mais lúcido – embora frágil e pouco abrangente – de todos os documentos que, pontualmente, foram produzidos regionalmente com o intuito de alterar o quadro de atraso relativo da economia mineira, todos sem sucesso, entretanto.¹²⁸

Ao longo dos estudos apresentados, mas notadamente nas linhas destacadas como as dezenove teses que configuram a introdução do primeiro volume (e que ao seu modo representam um sumário do discurso político apresentado pelo “Diagnóstico”) a economia mineira, já classificada como subdesenvolvida, será ainda apresentada em “*situação adversa*”, tendo suas indústrias como “*meras extensões do parque industrial que veio a fixar-se em torno dos polos paulistas e guanabarianos*”. Minas, com todos os predicados que a conformavam em “*região periférica*”, acabava pondo “*por terra os ingentes esforços de investimentos infra-estruturais a que se dedicou*”, não sem antes se dispor, aos olhos do país, como parte de “*um arbitrário Centro-Sul desenvolvido*”, ficando, portanto, fora dos “*estímulos inexpugnáveis de que se lançou mão em favor do Norte e do Nordeste*”. Assim que a “*hegemonia do setor primário*”, tendo por base o “*solo acidentado e ácido*”, historicamente objeto de “*exploração predatória, daí advindo erosão*”, levava Minas ao quadro coevo, salientando o documento que

Pior que o diagnóstico das condições sociais e econômicas de Minas Gerais **só o são as perspectivas.** (...)

Embora dispondo de custos os equipamentos infra-estruturais, e próxima do eixo industrializado do país, Minas não pode, por si só, viabilizar ritmo mais confortador de desenvolvimento (...) (DEM, vol.1, 1969: 23 – grifo nosso)

¹²⁷ O paralelo entre o termo diagnóstico, essencialmente ligado à medicina, para trabalho que aborda economia em estado fragilizado e doente é apresentado por Godoy, Barbosa & Barbosa (2010), embora se considere a evidente utilização do termo em outros documentos correlatos. Alguns indícios, entretanto, sugerem que, se o termo não foi escolhido para sublinhar característica de doença da economia mineira, posteriormente foi essa a sua utilização. De sorte que, na edição de 05 de janeiro de 1969, o editorial do jornal “Diário de Minas” consideraria que “*O Diagnóstico da Economia Mineira está feito. Espera-se, agora, a receita para a cura dos males*” enquanto na edição de 13 de janeiro de 1970 a Revista “O Cruzeiro” trazia publicidade oficial do Governo de Minas em que um médico, segurando um estetoscópio, possuía encimada em sua imagem a frase: “*Depois do ‘diagnóstico’ o remédio: estamos trabalhando*” (apud Godoy, Barbosa & Barbosa, 2010: 343-345)

¹²⁸ “*Por diversas vezes buscaram-se, em Minas Gerais, interpretações do processo econômico-social do Estado. O ‘Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção’, elaborado em 1947 pela equipe do então Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Américo Renê Gianetti, situa-se como uma das tentativas mais lúcidas nesse campo. Em nenhum documento, no entanto, se encontra uma análise mais abrangente, mais ampla, que possibilite a visão integral da economia em todas as suas inter-relações*”. (DEM, vol.1, 1969: 12)

Tendo discurso sombrio que remete ao Plano de Recuperação de 1947, por outro lado, também possui paralelo evidente com o Plano de Eletrificação de Minas Gerais de 1950, notadamente no que tange a sua preocupação ampliada com os variados eixos da economia regional e a necessidade de sua pesquisa. Desse modo, é argumento comum a ambos os documentos a necessidade de produção de estudos específicos que, no conjunto, conformem o quadro geral da economia mineira, de modo que

Um órgão de planejamento ou agência financeira não pode ter a pretensão de trabalhar racionalmente, se não contar com o conhecimento preciso das principais variáveis que explicam o funcionamento da economia. (...) A formulação de um modelo explicativo de comportamento de uma economia, ainda que incompleto e simplificado, coloca-se, assim, como tarefa de fundamental importância em qualquer época e lugar. A sua simples existência permitirá orientação mais segura para as decisões de governo e da iniciativa privada. (DEM, vol. 1, 1969: 11)

Nesse sentido, a observação ao Quadro 4, atinente ao sumário do “Diagnóstico”, revela a extensão das preocupações de seus formuladores.

Quadro 4 – Sumário do Diagnóstico da Economia Mineira

Volume I – Diagnóstico	Apresentação	3
	Razões, Histórico e Metodologia	7
	Introdução	17
	Um modelo analítico	21
	Formação Histórica	
	Evolução Econômica	49
	Evolução Social	81
	Comportamento dos Grandes Agregados	105
	Demografia	143
	Infra-estrutura	
	Transportes	157
	Energia	161
	Serviços Sociais Básicos	167
	Agropecuária	
	Agricultura	169
	Pecuária	173
	Indústria	177
	Setor Público/Serviços	
	Atuação do Setor Público	185
	Comércio e Bancos	197
Volume II – O Espaço Natural	Tomo I: Textos	
	Tomo II: Anexo cartográfico	
	Caracterização do espaço natural	3
	Geologia	15
	Relêvo	69
	Hidrografia	111
	Condições Climáticas	149
	Pedologia	169
	Fitogeografia	189
	Regionalização	207
Volume III – População e Infra-estrutura	Demografia	3
	Ensino	59

	Saúde e Assistência	77
	Transportes	89
	Energia Elétrica	149
	Abastecimento de água e rede de esgotos	203
Volume IV – Agropecuária	Situação agrícola de Minas Gerais	3
	Produção agrícola	29
	Distribuição fundiária	89
	Mecanização	115
	Pecuária	119
Volume V – Indústria	Comportamento	3
	Indústria extrativa mineral	33
	Transformação dos minerais não metálicos	67
	Metalurgia	
	Metalurgia dos minerais ferrosos	101
	Metalurgia dos metais não ferrosos	148
	Indústria mecânica e de material elétrico	171
	Indústria de madeira	203
	Indústria têxtil	217
	Calçados	233
	A indústria alimentar	249
	A indústria açucareira	285
	A indústria de laticínios	325
	A indústria do abate	343
Volume VI – Serviços e Setor Público	Comércio	3
	Setor bancário	35
	Comunicações	67
	Ótica financeira	107
	CEMIG	165
	CAMIG	189
	CASEMG	205
	FRIMISA	219

Fonte: Diagnóstico da Economia Mineira, vol.1, 1968.

A ampla gama de temas tratados pelo documento informa muito sobre a extensão de suas preocupações na medida em que permite, ao observador, perceber seu forte predomínio técnico. Portanto, se Lucas Lopes, ao introduzir o Plano de Eletrificação, afirmava que “*Planejar é o inverso de improvisar*” (PEMG, vol. 1, 1950: 02), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, então presidente do BDMG, sugeria ser preciso fugir da intuição.

Procurou-se, como primeiro objetivo, conhecer a realidade sobre que operamos a fim de não continuarmos submetidos à contingência de termos de adotar diretrizes operacionais a partir de critérios inspirados pela intuição. (DEM, vol.1, 1969: 07)

Não se submeter aos critérios inspirados pela intuição, nesse sentido, representava revestir o estudo de uma abordagem histórica acerca de cada tema tratado, seguida de uma avaliação do quadro contemporâneo e das principais perspectivas

futuras.¹²⁹ Metodologicamente, esse mecanismo foi seguido tanto na leitura conjunta apresentada nas dezenove teses introdutórias como nos estudos específicos apresentados.¹³⁰ Além disso, essas monografias se caracterizam pela grande quantidade de dados, mapas, quadros e tabelas arrolados, compilando informações espaçadas e espalhadas por pesquisas, órgãos e secretarias variadas bem como as produzindo, quando da ausência de fontes confiáveis.

O Diagnóstico, nesse sentido, apresenta um modelo analítico em que procura evidenciar o encaminhamento dos estudos apresentados. Sugere, como já se avaliou aqui, “*uma situação típica de subdesenvolvimento*”, com “*predomínio da atividade agrária*” e uma indústria “*com crescimento inferior ao brasileiro*” no período. A isso se atribuía o “*atraso agravado*”, produto também de “*uma rede viária desnorteada*” e de uma “*precária rede urbana mineira, formada, em sua grande maioria, por aglomerados de reduzida dimensão*” o que, no limite, levava ao quadro demográfico negativo e à constatação de que “*Minas exporta mineiros*”. A isso se soma uma indústria dinâmica com capitais públicos ou privados externos e outra, tradicional, em que “*é plausível a suposição de que têm sido escassas as inversões*”, anotando-se também um “*crescente saldo negativo das transações bancárias*”, considerando-se então que Minas estava “*exportando as poupanças*”, além de desperdiçar investimento na CEMIG, já que encaminhava a produção de “*energia para fora*”. A “*agricultura cresceu pouco*”, os “*frutos amadurecem devagar*”, a “*tecnologia estacionou*” e a “*insuficiência do dinamismo*” levam à questão: “*crescemos?*”¹³¹

Todo esse conjunto de informações e julgamentos negativos, ao ser mobilizado com intuito de construir quadro de subdesenvolvimento mineiro, acabava por apontar ao menos três grandes matrizes dos males que achacavam a economia regional: uma infraestrutura debilitada e ausente (contando apenas com sopros esporádicos de vitalidade que, como no caso da energia elétrica, tendia a ser absorvido pelos polos dinâmicos); um Estado fragilizado pela herança de uma ideologia liberal assistencialista

¹²⁹ “[O Diagnóstico da Economia Mineira] *Cobre desde os primórdios da colonização até os dias atuais, enfatizando o período 1947/1962, mas em muitos casos fornecendo informes mais recentes*”. (DEM, vol.1, 1969: 15)

¹³⁰ Para informações sobre as características centrais que conformam os estudos específicos ver Godoy, Barbosa & Barbosa, 2010.

¹³¹ Os excertos em itálico neste parágrafo referem-se a alguns dos subtítulos apresentados ao longo do Modelo Analítico do Diagnóstico da Economia Mineira.

e uma corrosiva incapacidade empresarial dos mineiros, tendo seu polo dinâmico sempre suplantado pelos interesses do setor tradicional da indústria regional.

O problema infraestrutural, por exemplo, que tanto havia mobilizado as forças anteriormente, demonstrava com clareza o nó que travava a economia mineira. Historicamente carente de investimentos e planejamento, seguiu curso desarticulado e, quando das tentativas de sua reorganização, não apenas onerou excessivamente o setor produtivo como teve seu investimento apropriado pelos polos dinâmicos.

Além disso, o esforço de implantação de uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento industrial do Estado amadureceu no instante mesmo em que o País se viu com dificuldades sérias à manutenção de seu ritmo de desenvolvimento e se preocupava, especialmente, em corrigir os desnivelamentos econômicos entre o norte e o sul (DEM, vol.1, 1969: 45).

Desse modo, de acordo com o “Diagnóstico”, os setores industriais mais desenvolvidos vinculavam-se a um mercado nacional em processo de retração. Os demais setores, por sua vez, não estavam em condições de enfrentar a concorrência dos produtos de Rio de Janeiro e São Paulo sendo que, no setor agropecuário, os problemas ecológicos e de distribuição fundiária inibiram seu pleno desenvolvimento, especialmente se a isso fosse somado o controle de preços praticado pelo Governo Federal como esforço para conter a inflação.

A crítica ao papel do poder público também é mordaz, notadamente em sua perspectiva histórica. Para o “Diagnóstico”, o Estado brasileiro até o final da década de 1920

(...) configura-se, cada vez com maior intensidade, como a fonte para onde confluíam os grupos de empresários em perspectiva ou em situação de crise. Visto pelo prisma dos seus fundamentos jurídicos, o Estado era definido pela ideologia dominante como de tipo liberal. No plano da atuação concreta, era, de fato, um Estado Assistencialista. (...)

A elite dirigente, postulando o liberalismo como questão de princípio, como que obscurecia a natureza do problema: impedia que se pusesse a descoberto o sentido concreto da ação exercida pelo Estado. Ao invés de uma intervenção sistemática e com um mínimo de coordenação, realizava o Governo ação de socorro, de emergência, quando os problemas gerados na atividade econômica estavam visivelmente agravados e sem perspectivas de solução no quadro vigente (DEM, vol.1, 1969: 35-36).

Nesse sentido, não seria possível esperar do poder público nenhum tipo de atuação racional, uma vez que estava desprovido tanto de interesse como de aptidão técnica para tal. Embora a década de 1930, de acordo com o “Diagnóstico”, tivesse

buscado alterar este quadro,¹³² a herança legada teria peso determinante na vida futura do país e evidentemente marcava Minas Gerais de forma indelével de modo que

Sendo ausentes os estímulos intrínsecos para modernizar-se e faltando-lhe os reclamos de um processo de industrialização, a administração pública estadual movia-se basicamente no sentido de atender às funções do complexo assistencialismo-clientela. Sua máquina burocrática não se sentia motivada a renovar-se, crescendo continuamente e persistindo como grupo à margem dos esforços inovadores, que, por vezes, se fizeram em termos restritos e isolados. (DEM, vol.1, 1969: 38)

De acordo com o documento, apenas a partir de 1947, com o Plano de Recuperação, assistia-se a uma tentativa de reorganização do aparelho do Estado, contudo de forma tímida, pois

A gradativa transferência ao Poder Público da responsabilidade pelo desenvolvimento chocava-se, entretanto, com um corpo administrativo tradicionalmente voltado para atender a funções próprias de um Estado de tipo Liberal-Assistencialista. (DEM, vol.1, 1969: 43)

A essa realidade pouco alvissareira, de acordo com o documento, somava-se o papel pouco empreendedor do empresariado mineiro. Capazes, sobretudo a partir do princípio do século XX, de se organizarem no tocante a exigir providências da máquina pública para atendimento de sua agenda de solicitações, não tiveram a mesma ênfase no que concerne à execução de uma política de industrialização. No limite,

A conduta do empresário mineiro foi basicamente a de reivindicação e não a de participação. Através de seus órgãos de classe, pressionaram para que o Estado realizasse uma política de desenvolvimento, mas a sua contribuição direta em termos de investimentos industriais – pode-se afirmar – foi sensivelmente reduzida. (DEM, vol.1, 1969: 46)

Desse modo, de acordo com o “Diagnóstico”, podia-se considerar como conservadora ou mesmo pouco dinâmica a atuação do empresariado mineiro no processo de desenvolvimento industrial no estado. A ampla manutenção de práticas gerenciais superadas somada à persistência de formas organizacionais de tipo tradicional (essencialmente por meio de empresas familiares) eram os indícios mais fortes, segundo o documento, da ausência de dinamismo e atitude frente à política regional de desenvolvimento econômico. Por conseguinte,

A conduta do setor empresarial, em suma, não se revestiu do grau de antecipação e agressividade, típicos do chamado “espírito empreendedor”,

¹³² “Assiste-se, de 1930 até o presente, inegável reformulação institucional do País, da qual as sucessivas mudanças constitucionais, (1934,1937,1946 e 1967) representam capítulos mais visíveis.” (DEM, vol.1, 1969: 37)

que, em outros contextos, caracterizariam a atuação modernizadora da elite empresarial. (ibidem: 47)

Por fim, além de todos os problemas internos apresentados pelo “Diagnóstico” para configurar a situação delicada da economia mineira, somava-se o quadro nacional em que, por um lado, os dois polos dinâmicos (o paulista e o guanabariano) vizinhos de Minas Gerais acabavam por operar como centros atraentes da produção da indústria mineira, notadamente dedicada aos recursos naturais enquanto, por outro lado, os incentivos fiscais distribuídos pelo Governo Federal ao Norte e ao Nordeste brasileiros minavam, definitivamente, qualquer perspectiva regional de industrialização efetiva. Minas estava, portanto, *“prensada entre duas forças de atração locacional: a dos polos dinâmicos, por um lado, e a dos incentivos fiscais, por outro”* (Diniz, 1981: 157).

Dessa forma, não deixa de ser sugestivo que boa parte das considerações defendidas pelo “Diagnóstico” tenham sido antecipadas, em cerca de um ano, para a publicação da “Síntese do Diagnóstico da Economia Mineira”, documento preparado especialmente para visita do Presidente da República a Minas, com as avaliações dos técnicos mineiros. Dado o quadro descrito pelo “Diagnóstico”, parecia mesmo necessária a devida sensibilização do poder público federal para o problema mineiro, de modo que se internamente à realidade de Minas o documento atendia à agenda específica anteriormente apontada por este trabalho, também possuía agenda externa ao estado, assumindo o tom de “catástrofe” dedicado inclusive ao convencimento do Governo Federal (Godoy, Barbosa, & Barbosa, 2010: 354). Assim que, ao efetuar a entrega da “Síntese do Diagnóstico” ao presidente da República, o governador de Minas Israel Pinheiro escrevesse que

Essa obra pretende afirmar-se como instrumento através do qual o Governo da União, conhecendo a realidade do Estado, possa decidir da validade das sugestões que se apresentam a Vossa Excelência. À medida que as sugestões sejam coerentes com as indicações que nasceram de estudo a tal nível técnico, representarão providências que permitam a Minas Gerais vencer obstáculos e retomar o desenvolvimento. Estou convencido de que Vossa Excelência, ao examinar nossos problemas, convencer-se-á de que Minas Gerais, fiel aos seus destinos, há de vencer o atraso relativo em que se encontra, contando com a indispensável ação do Governo Federal. (Síntese do Diagnóstico, 1967 *apud* Godoy, Barbosa, & Barbosa, 2010: 355)

De acordo com Diniz (1981:157), a repercussão do “Diagnóstico da Economia Mineira” foi muito grande quando de seu lançamento. De fato, matérias e editoriais nos principais jornais do estado, com importante destaque ao “Diário de Minas”, foram bastante receptivas à sua mensagem o que, para o autor (ibidem) *“generalizou a*

concepção do empobrecimento relativo de Minas e de sua exploração por outras unidades da federação”. Ainda segundo Diniz, o “Diagnóstico” fortaleceu a capacidade de negociação e reivindicação do governo e das entidades empresariais mineiras em relação ao Governo Federal, além de ampliar “*o poder da tecnocracia mineira, permitindo legitimar sua ascensão, em detrimento da chamada ‘classe política’*” (ibidem: 158),¹³³ fortalecendo o próprio BDMG e formando equipe técnica de escol.

Para o “Diagnóstico”, portanto, o percurso ideal a ser percorrido obrigatoriamente passava pelo reordenamento da máquina pública, mais racional e objetiva. A um poder público descrito como “*Proverbialmente disfuncional, não tendo acompanhado nem mesmo o tergiversante esforço brasileiro de modernização do setor*”, gerador de uma “*administração mineira [que] foi sempre caracterizada pelo clientelismo, pela ineficácia, pelo sistema patrimonialista*” (DEM, vol.1, 1969: 95) cumpria a necessidade urgente de modernização. Para ela, havia então “*uma consciência nítida, especialmente entre as novas gerações de técnicos e de empresários em favor da mobilização dos recursos humanos e materiais de Minas no sentido do progresso*” (ibidem). De acordo com o documento, contudo, esse matiz de desenvolvimento sofria a resistência estrutural do baixo nível de modernização rural, da incapacidade empresarial, do baixo grau de racionalidade do serviço público e, sobretudo, do tradicionalismo ideológico que, diferente do tradicionalismo que marca o caráter mineiro, representava a absolutização da tradição, desmanchando qualquer esforço modernizador.

Segundo o “Diagnóstico”, a modernização portadora da mudança e do desenvolvimento de Minas Gerais passava, enfim, pelos

(...) fatores [que] dependem de dinamização, que caberia ser realizada pelos grupos de maior atuação e maior consciência social. **Pela intelectualidade, pelos grupos técnico-burocráticos de mentalidade moderna, pela elite do poder, pelo empresariado não tradicional, pela juventude consciente.** Numa região subdesenvolvida, com a sobrecarga do tradicionalismo, como é, evidentemente, o caso de Minas, impõe-se que se compenetrem esses fatores da vida social da possibilidade de indução, de orientação e de aceleração dos fatores de mudança. (ibidem: 102 – grifo nosso)

Ao cabo, o “Diagnóstico da Economia Mineira” determinava, minudentemente, quem deveria promover a modernização, corpo técnico à frente, e definia seu papel como

¹³³ O que, de acordo com Andrade (1980: 65), também ocorrera anteriormente com o grupo ligado ao Plano de Eletrificação de Minas Gerais que, na sequência da produção do mesmo, migrou para a CEMIG conformando agência técnica paralela à administração tradicional.

“uma ação pedagógica que difunda a ideia dos altos valores positivos de modernização social e da integração autêntica de Minas” (ibidem: 104).

Parte III - Da construção dos espaços de atuação da elite tecnoburocrática mineira e os marcos de sua disputa

Um dos traços característicos do processo que se procura reconstruir neste texto é a influência ampliada da formação acadêmica e da instituição de formação da elite técnica regional como fator de diferenciação intra-elite e, inclusive, como espaço de definição de uma leitura característica do processo econômico e de uma agenda de intervenção, que teve na Escola de Minas de Ouro Preto seu princípio mas que, ao passar das décadas, sofreu transformações efetivas de formação e de núcleo institucional. No limite, pode-se inferir que a EMOP foi determinante por permitir tanto uma interpretação comum como um critério de identidade ao grupo técnico, sensivelmente marcado pela influência de uma geração associada ao legado de Claude Gorceix. É fato, no entanto, que essa agenda não foi homogênea ao longo do tempo, não obstante alguns traços relevantes, como a importância da siderurgia e da participação do poder público no processo econômico, além da própria pertinência do técnico como formulador e, se possível, coordenador do referido processo, tenham se mantido com graus variáveis de influência na realidade mineira do período ao qual se dedica este trabalho.

Assim que, uma avaliação mais criteriosa da firme e dedicada defesa dos valores ligados à elite técnica regional, que permeia os eventos e os próprios documentos até aqui abordados, imprescinde de uma observação que compreenda o fenômeno como parte integrante da própria lógica regional dedicada à discussão do desenvolvimento econômico. No limite, essa participação majorada de uma elite tecnoburocrática em Minas pode também ser relacionada ao perfil que as políticas desenvolvimentistas assumiram regionalmente, notadamente pela defesa de ampliado papel do poder público, sobretudo na necessidade de se consolidar uma transição para uma economia progressivamente mais industrializada a conformar seus elementos primordiais enquanto a centralidade do corpo técnico como núcleo decisório do processo revelou-se definidora da agenda mineira, sempre.

A proposta deste trabalho, nesta terceira parte, portanto, é a de observar como a construção desse consenso em torno do suposto predomínio do corpo técnico na agenda do desenvolvimento regional ocorre como uma delicada e sutil disputa intra-elite técnica regional, na qual os próprios documentos observados na segunda parte deste estudo cumprem papel relevante. Além disso, procurará discutir os efeitos da transição da dianteira decisória da categoria profissional do engenheiro para a do economista, em Minas, no próprio modelo de desenvolvimento regional perseguido, não obstante também pretenda avaliar a necessidade e os mecanismos de afirmação da elite tecnoburocrática mineira em sua estratégia de inserção no poder público estadual.

Para tanto, o próximo capítulo discorre sobre as características e instituições formativas do estrato emergente na tecnoburocracia mineira a partir de meados da década de 1940 e os demais abordam, respectivamente, a construção institucional das Secretarias e órgãos diretamente relacionados ao trabalho do corpo técnico e o entabulamento da disputa intra-elite tecnoburocrática mineira.

Capítulo 12 – Da construção da elite tecnoburocrática mineira

O termo burocracia, segundo o dicionário Houaiss, surgiu no século XVIII, criado pelo economista francês Jean-Claude Marie Vincent, Seigneur de Gournay, a partir da junção de dois termos distintos, a saber: *bureau* (local de trabalho de quem desenvolve atividade profissional em mesas, escritório, administração) e *kratía* (poder, autoridade, lei). Sendo recente, portanto, não chegou, por exemplo, a ser dicionarizado no século XVIII em língua portuguesa – não, ao menos, no dicionário de D. Raphael Bluteau. Em termos atuais, Houaiss o define como, na primeira acepção, um

(...) sistema de execução da atividade pública, esp. da administração, por meio de um corpo complexo de funcionários lotados em órgãos, secretarias, departamentos, etc., com cargos bem definidos selecionados e treinados com base em qualificações técnicas e profissionais, os quais se pautam por um regulamento fixo, determinada rotina e uma hierarquia com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas, gozando de estabilidade no emprego (2001:532).

Não deixa, também, de apontar para a definição depreciativa que sugere a burocracia como um elemento paralisante, impessoal e “*indiferente às necessidades das pessoas e à opinião pública*” (ibidem), numa prática caracterizada pela inoperância e ineficiência na solução das questões.

Conquanto na atualidade o termo tenha ganhado contornos pejorativos, o conceito tem, para as ciências sociais e humanas, uma relevância ímpar, sobretudo pela sua pertinência no tocante à compreensão do desenvolvimento do poder público na construção do Estado Moderno. Fruto de um processo de racionalização das esferas sociais, o Estado emergente na modernidade valeu-se, de forma efetiva e pragmática, de um reordenamento do espaço público, definindo padrões de comportamento e atuação bem delimitados, e excluindo, ou buscando excluir ao máximo, todo e qualquer tipo de ação não previsível de sua área de ingerência. Em oposição ao emaranhado de relações baseadas no costume, no dom, na dádiva e na mercê, que configuravam, por exemplo, no caso português, um intrincado quadro de redes clientelares (Hespanha, 2000), o Ocidente propiciou a construção de um conjunto de especificidades que, no limite, engendrou a vigência de um extenso processo de racionalização de suas esferas.

A burocratização, portanto, compreendida enquanto a racionalização do Estado e dos negócios públicos, corresponde a esse processo normativo e delicado em que, grau a

grau, buscou-se consolidar uma teia administrativa relativamente protegida dos elementos não-rationais, dos costumes e dos hábitos.

Essa burocracia moderna, de acordo com Max Weber, possuía como características definidoras i) a fixação das atribuições funcionais determinadas por leis, decretos, normativas ou disposições administrativas; ii) a formulação de um sistema de mando baseado na hierarquização das funções, possibilitando apelações a instâncias superiores sempre que se discordava das inferiores; iii) o registro de todo o processo relativo à atividade administrativa; iv) a necessidade de aprendizado funcional para o perfeito exercício das funções; v) a exigência de dedicação exclusiva do funcionário ao seu trabalho e; vi) definição de um espaço próprio – com uma tecnologia particular, de atuação do funcionário, gerando uma profissão. O burocrata, nesse sentido, corresponderia a um funcionário altamente especializado, exercendo atividade exclusiva e determinada por conjunto de conhecimentos específicos, além de preferir, sempre que possível, a ascensão profissional meritocrática – elemento de grande valor nas carreiras.

Pensar a burocracia a partir dos pressupostos weberianos implica perceber, por conseguinte, a relevância do conceito de dominação na obra de Max Weber, para quem “*A ‘dominação’ (...), é um dos elementos mais importantes da ação social*” (Weber, 1999:187). Para Weber, o fundamento da organização social, elemento determinante do problema sociológico, se define pela dominação ou *produção de legitimidade*, de submissão de um grupo a um mandato.

Por “dominação” compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (“mandado”) do “dominador” ou dos “dominadores” quer influenciar as ações de outras pessoas (do “dominado” ou dos “dominados”), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (“obediência”) (Weber, 1999:191).

De acordo com Weber, a relação social (probabilidade de ocorrência de determinada conduta relativa à ação social em um de seus tipos ideais) se solidifica por meio da dominação (a probabilidade de que certo tipo de autoridade se exerça), que pode ser de três tipos: a racional-legal, a tradicional e a carismática. Nesse sentido, portanto, todas as esferas de ação social são influenciadas pela dominação que, inclusive, não pode se confundir com o poder na medida em que representa “*um caso especial de poder*” (1999:187).

Uma série de afinidades eletivas, segundo Weber, acabou por condicionar o Ocidente à escolha da racionalização como norma de sua dominação social, em detrimento do carisma ou da tradição como meios legitimadores de poder. Um dos elementos mais significativos que propiciou tal escolha foi a emergência do capitalismo, com sua premência pela racionalização da esfera produtiva com nítidos desdobramentos para a esfera social e uma das decorrências práticas desse processo foi a constituição de um aparato administrativo burocrático que, enquanto uma forma de dominação, se baseia na crença na legitimidade das ordens decretadas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação, racional e legal.

A estrutura burocrática é por toda parte um produto tardio do desenvolvimento. Quanto mais retrocedemos no processo de desenvolvimento, tanto mais típico é para as formas de dominação a ausência da burocracia e do funcionalismo, em geral. A burocracia é de caráter “racional”: regra, finalidade, meios, impessoalidade “objetiva” dominam suas atitudes. Por isso, seu surgimento e sua divulgação tiveram por toda parte efeito “revolucionário” naquele mesmo sentido especial (...) que caracteriza o avanço do *racionalismo*, em geral, em todas as áreas. (Weber, 1999:233).

Não que o corpo administrativo do Estado tenha sido uma invenção da modernidade. Antes, de um modo geral, todo governo tem, como atribuição primordial, a organização de determinados comandos por meio de um quadro administrativo. A escolha dos componentes desse quadro e o modo de implementação dos comandos, contudo, são eminentemente diferenciados dependendo da estrutura política vigente (Bendix, 1996:141).

De acordo com Weber, a estrutura política do Estado-nação de tipo ocidental possibilitou a concretização de uma ordem administrativa governamental cuja característica principal é sua capacidade de fundar uma orientação determinada para regulamentações legais e administrativas. Assim, tal ordem administrativa engendrou uma burocracia que, diferentemente do tipo tradicional e conforme já salientado anteriormente, caracterizou-se por funcionários pessoalmente livres, remunerados com salários monetários fixos, nomeados numa rigorosa hierarquia de cargos, com ênfase no aprimoramento técnico, com competências funcionais fixas, tendo o trabalho administrativo como ocupação de tempo integral. E que, no limite, se pressupunham tecnicamente determinados – não obstante esse processo de racionalização corresponda

a evidentes marca e influência política, posto que inexistente pensamento técnico ou burocrático especialmente puro ou impermeável (Loureiro & Abrúcio, 1999)

Dada a relevância da burocratização para a administração do Estado moderno, primordialmente definido por sua racionalidade e sua gênese capitalista, cabe ponderar como os elementos a ela relacionados se determinam em uma realidade na qual a estrutura capitalista se desenvolve tardiamente e com grande influência do papel do Estado. Isto pode nos levar aquilo que Bendix (1996:147) sugere, ao afirmar que

Um dado tipo de administração manterá seu caráter enquanto os governantes e funcionários conseguirem um certo equilíbrio entre os tipos imperativos conflitantes. A tarefa analítica é identificar esses imperativos e, portanto, as questões ou conflitos cujas repetidas resoluções definem ou redefinem os atributos do tipo. Para evitar a reificação do tipo, isto é, a falácia de atribuir a uma estrutura social uma concretude que ela não possui, devemos ver esses “atributos” como objetos de ação por grupos específicos.

A importância da burocracia para a ação estatal, portanto, demonstra-se determinante notadamente quando o Estado se propõe a organizar um mecanismo induzido de construção do desenvolvimento econômico. Compreendido, aqui, como um espaço de tensão, plural nas demandas que organiza e nos grupos que procura fazer convergir, o Estado engendra uma estrutura burocrática muito mais para equilibrar as pressões que, efetivamente, para impor sua atuação (Rueschemeyer & Evans, 1999). Nesse sentido, o Estado não é compreendido aqui como uma organização extra-sociedade. Antes, é fruto dela e sua capacidade de promover tanto uma planificação efetiva buscando o desenvolvimento, como de sistematizar um grupo técnico que lhe auxilie nessa tarefa representa muito mais um esforço de adaptar-se às demandas, equilibrando-as, que necessariamente de suplantá-las – mesmo que se considere por natural situações de desequilíbrio que, por vezes ou fases, imponham o predomínio de um ou outro grupo de pressão em detrimento dos demais.

Assim, compreende-se que a emergência da burocracia torna-se premente na medida em que se torna apta não a racionalizar as vias de atuação do Estado de maneira absolutamente radical; antes, por poder conferir à esfera pública os meios convenientes para mediar as demandas da sociedade, organizando-as como um projeto (Rueschemeyer & Evans, 1999:47). Dessa maneira, ao mediar essas divergências, a máquina burocrática torna-se a chave para o processo de intervenção estatal em busca do desenvolvimento (ibidem:51) – conquanto os limites de sua atuação principalmente técnica tendam a comprometer os resultados finais no que tange notadamente às práticas

de planejamento do desenvolvimento econômico, segundo Caiden e Wildavsky (1974).¹³⁴

Assim, parece ser relevante buscar compreender como, numa dada realidade específica, foi possível se estabelecer um processo de transição de um tipo a outro de estrutura administrativa e, com isso, buscar interpretar como se constitui uma etapa no processo de racionalização da administração, especialmente num caso de desenvolvimento capitalista retardatário.

No caso brasileiro, marcado sensivelmente por processo de modernização tardia, o papel da burocracia foi essencialmente determinado pelos interesses ligados à conservação. Assim, segundo Carvalho (1981), traço definidor de nossa burocracia seria sua filiação ao modelo burocrático português, notadamente baseado no bacharel em Direito, sobretudo oriundo da Universidade de Coimbra – ao menos até meados do século XIX. De um modo geral, a burocracia brasileira, plenamente bacharelesca, compunha-se dos filhos dos grandes proprietários de terras que, estudando em Coimbra, criavam profundos e profícuos laços de amizade e depuravam uma leitura comum tanto do processo político, econômico e social do mundo colonial como agiam, nesse sentido, tanto influenciados por suas origens elitistas como, sobretudo, marcados por suas formações acadêmicas. Para Carvalho (1981), a constituição de poucos centros de estudo no Brasil mesmo após a independência, notadamente com apenas duas escolas de Direito (Recife e São Paulo), perpetuaram modelo de centralização da formação e, no limite, internalizaram mecanismo de reprodução e condicionamento da elite dirigente imperial, contribuindo para a diminuta difusão do conhecimento formal o que, no limite, tornava o Império naquilo que o autor considerou ser *uma ilha de letrados*. Nesse sentido, conquanto se graduassem médicos, farmacêuticos e engenheiros ao longo do século XIX no Brasil, ao Estado destinavam-se, predominantemente, os bacharéis (já na segunda metade do *Oitocentos* essencialmente formados pelas centralizadas universidades brasileiras) – quadro pouco alterado, de forma substantiva, até ao menos a década de 1930.

¹³⁴ Segundo Haddad (1980:32), resumindo o argumento desses autores “*Para que um sistema de planejamento funcione com eficácia, necessitamos de recursos humanos altamente qualificados e experientes, capacidade gerencial bem distribuída em sólidas instituições públicas e existência de certa folga de recursos financeiros para enfrentar situações imprevistas ou estimular programas inovadores, etc. Isso significa, paradoxalmente, que o planejamento do desenvolvimento deveria criar as condições necessárias que são pressupostas para o seu próprio sucesso.*”

De acordo com Gomes (1994), a década de 1930 assistirá à emergência da construção de uma separação que se pretendia primordial: a política versus a técnica e, mais propriamente, o político (relacionado especialmente ao Direito) em contraposição ao técnico (principalmente percebido, então, como o profissional da engenharia). Para a autora (1994:01),

Por essa dicotomia, a despeito da importância e do tamanho do aparelho de Estado no Brasil ou talvez por isso mesmo os *políticos* são identificados como “profissionais da política” avessos à realidade nacional, quer por falta de preparo, quer por falta de caráter. Em oposição a eles, constrói-se a figura do “técnico”, do “administrador” que, por sua formação específica de alto nível, por seu “isolamento” da política e por sua “neutralidade”, é capaz de romper com o “atraso” e criar riqueza.

Essa invenção que, de acordo ainda com Gomes (1994), está longe de ser fruto do pensamento político brasileiro – antes, molda a própria lógica internacional notadamente após a aversão que o liberalismo político representa sobretudo para setores da população que mais sofreram com as crises políticas e econômicas no pós Primeira Grande Guerra –, ganha, no Brasil, verticalização especialmente a partir da emergência do corpo técnico notadamente no governo de Getúlio Vargas. A sofisticação da gestão, nesse sentido, ao lado da formação de inúmeros departamentos e conselhos técnicos, refletindo o processo de constituição de uma *ossatura material do Estado* (Draibe, 1985), ao longo do Governo Vargas, acabava assim por transformar a própria formatação da burocracia do Estado no Brasil, mantendo-se tanto o bacharel em Direito como abrindo espaço ampliado para o pensamento técnico, sobretudo o do engenheiro, pois,

(...) se o nosso mal é político, sua solução reside, com frequência, na criação de uma administração que resolva problemas basicamente sócio-econômicos, o que requer um “saber técnico”, definido ao mesmo tempo e de forma interativa como um saber especializado e despolitizado (Gomes, 1994:02).

A essa disputa correspondia, também e logicamente, a própria batalha por regulamentação profissional no caso do engenheiro, fruto da decorrente perspectiva de demarcação de espaço específico de atuação profissional exclusiva. De acordo com Coelho (1999), a construção da categoria profissional do engenheiro, no caso brasileiro, decorreu de lento e progressivo processo de institucionalização do saber profissional que passou, como ocorre em processos similares, por uma fase de afirmação e reconhecimento das aptidões e especificidades do fazer profissional seguida de outra, destinada ao convencimento social da utilidade e da exclusividade deste saber em

detrimento das demais profissões. A primeira grande disputa estabelecida pelo engenheiro brasileiro, nesse sentido, data ainda da década de 1860 e relaciona-se à ampla aceitação do mestre-de-obras como profissional apto ao trabalho que, em tese, deveria corresponder exclusivamente ao engenheiro e está, ao cabo, diretamente ligada à própria constituição institucional da engenharia brasileira, por meio de suas escolas e de sua normatização profissional.

Não obstante a categoria profissional do engenheiro se reduzisse a um conjunto limitado de integrantes, em processo de formação da categoria diretamente relacionado à construção e consolidação da Escola Central (primeiro núcleo de ensino de engenharia civil, criada no Rio de Janeiro em 1858), ele exerceu determinada e constante pressão, engendrando mesmo uma campanha, destinada à exigência do credenciamento profissional como prerrogativa primordial para o exercício profissional. Essa campanha, paralelamente, parecia visar também à consolidação do engenheiro como profissional determinante da agenda econômica ao final do Império, de sorte que parece mesmo relevante, se forem observados os “Relatórios do Ministério da Fazenda do Império” entre 1860 e 1890, que após o surgimento das escolas de engenharia fora do controle militar, no Brasil, houve uma valorização no montante do recurso destinado pela pasta às instituições em formação. Assim, as escolas de Direito, fundadas desde a década de 1820 e que foram as responsáveis pela formação da elite política brasileira da primeira metade do século XIX, eram então preteridas pelas de Engenharia na distribuição orçamentária. Considerando que, como afirma Carvalho (1981), pela despesa anotada no orçamento podemos fazer ilações sobre as prioridades do governo, podemos acreditar que essa valorização orçamentária da Engenharia ante o Direito pode representar uma mudança nas prioridades do Governo Imperial que refletia, no limite, a importância que a Engenharia passava a assumir no período.

Além disso, também se pode perceber que essa pressão do corpo de engenheiros no entorno do poder público, notadamente pela normatização da profissão, passa a surtir efeito na medida em que o Império, por meio do Decreto nº 2748, de 16 de fevereiro de 1861, funda o primeiro Corpo de Engenheiros Civis do Brasil, reformado uma década depois pelo Decreto nº 4696, de 16 de fevereiro de 1871. Nele, o Ministério da Agricultura do Império propunha a regulamentação da profissão, informando o Relatório do Ministério da Agricultura de 1871 que

Sendo as obras públicas um dos ramos mais importantes do ministério da agricultura, a falta de um centro habilitado para examinar as questões de engenharia, é sério embaraço à boa marcha do serviço.

Sem esse centro ao qual ficassem subordinados os engenheiros incumbidos de diferentes comissões, não podia haver fiscalização e uniformidade nos trabalhos, variando as bases de execução, conforme a vontade do executor (Relatório do Ministério da Agricultura do Império, 1871: 03 - [http\\ www.crl.uchicago.edu/info/brazil/index.html](http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/index.html)).

Parecia claro, nesse sentido, que a construção da categoria profissional do engenheiro passava pela própria consolidação institucional de seus centros de formação ao lado do amplo reconhecimento, especialmente de parte do poder público, das especificidades da profissão em detrimento das demais, o que lhe conferia, ao cabo, o direito de exclusividade de atuação. É fato, contudo, que entre marchas e contramarchas¹³⁵ o processo de institucionalização profissional do engenheiro atravessará todo o período da Primeira República, sendo somente equacionado de forma definitiva na década de 1930, quando da criação do Conselho de Engenharia e Arquitetura, amparado por legislação pertinente. O Decreto nº 23596, de 11 de dezembro de 1933, regulamentaria as profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor, estabelecendo-se também os Conselhos regionais de Engenharia e o Conselho Federal de Engenharia, ao qual os regionais estariam submetidos. Conquistava-se, enfim, a definitiva institucionalização da categoria profissional do engenheiro no Brasil (Coelho, 1999; Diniz, 2002).

Deve-se sublinhar, contudo, que a demarcação legal do espaço de atuação do engenheiro não necessariamente garantiria espaço efetivo de atuação, notadamente no corpo burocrático do poder público. Antes, a construção dessa inserção é processo delicado tanto no caso brasileiro como propriamente no caso de Minas Gerais, conforme inclusive se procurou abordar na primeira parte desta tese. Na medida, portanto, em que se procurava constituir processo de inserção da categoria profissional do engenheiro na arena pública, consolidando inclusive esferas específicas de atuação do profissional portador do saber exclusivo e da chancela exigida pela legislação para valer-se desse saber, buscou-se definir com clareza o espaço. É sintomático e relevante, nesse sentido,

¹³⁵ Algumas conquistas foram alcançadas, contudo, antes desse processo definitivo. Uma delas, das mais importantes, foi conquistada ainda em fins do século XIX, quando se alcançou a exigência de credenciamento específico em engenharia para ser possível trabalhar à frente de obras públicas, medida decorrente da já citada regulamentação do Corpo de Engenheiros.

o artigo do professor *emopiano* Alberto Mazoni que, em 1936 na Revista da Escola de Minas, procura definir seu mundo contemporâneo como a “*era do engenheiro*”.

Na era da máquina cumpre considerar esta como serva do Homem e, desde então, é o Homem quem, do confronto, surge magnificado e valorizado. Ele comanda as máquinas, os seus músculos de carne se prolongam em outros tantos músculos de aço com os quais submete as forças naturais ao seu talento (...) E o engenheiro se tornou o homem providencial. Era ele quem construía as residências onde se passava um terço da vida; ele quem construía as fábricas, usinas, armazéns, lojas, escolas e repartições onde se passava o segundo terço da vida; ele também quem construía os cinemas, os teatros, os estádios e as igrejas onde se passava o terceiro terço da vida. Era ainda ele quem construía as prisões onde, por vezes, se passava a vida inteira. Todo o ambiente onde se passava e se passa a vida humana vinha impresso com a marca do engenheiro. Ele era quem construía toda a cidade, quem a calçava, quem a abastecia de água e luz, quem dela afastava os dejetos e as impurezas. O próprio ar que se respirava era o engenheiro quem o dava puro. Por isso a era da máquina se tornou e é igualmente a era do engenheiro. (MAZONI, Alberto. *A era da providência e do engenheiro*. Revista da Escola de Minas. Ano 1. N°1. 1936. p.4).

A era do engenheiro, portanto, era o período coetâneo e, naturalmente, deveria caber a esse profissional a centralidade nos processos de condução do desenvolvimento econômico. Conforme se procurará apresentar no Capítulo XIII, em Minas Gerais houve agenda semelhante no mesmo período. Pode-se afirmar, com algum grau de certeza, que a burocracia mineira, assim como a brasileira, percebeu de forma definitiva a ascensão do técnico à sua esfera de atuação e, principalmente, que o discurso racionalizante e tecnológico passou a se impor de forma determinante em detrimento de qualquer outro. De acordo com Barbosa (2005:114), contudo,

pensar o corpo técnico em questão como um núcleo autoritário e pragmático que ao intentar sua instalação no poder público regional viabilizava, apenas, uma maneira de cumprir seu projeto ideal e original é, no mínimo, negligenciar a atuação pública do mesmo grupo, ação política efetiva moldada através de espaços pensados, essencialmente, para a consolidação dos projetos da categoria profissional do engenheiro, bem como para a comprovação técnica de seus projetos além da própria organização de uma vitrine expositiva para o restante da sociedade.

Ao contrário, é preciso que se destaque justamente a intencionalidade do discurso construído pelo corpo técnico que, ainda na década de 1930 é essencialmente formado pelo engenheiro e observar suas revistas como espaços privilegiados de debate público, mas um debate em que, no limite, o argumento técnico é politizado cumprindo parte importante da estratégia de argumentação da elite técnica e, por conseguinte, de diferenciação no bojo do poder público. Assim que, ainda de acordo com Barbosa (2005:116),

se as elites locais possuem um discurso em prol do desenvolvimento econômico regional, e divulgam este discurso através de seus espaços (...), o discurso do corpo técnico, ao alicerçar-se na premência científica, possui um diferencial valoroso. A argumentação da categoria, portanto, se conta com os elementos que perfazem o pensamento da elite mineira, conta também, e de forma distintiva, com a justificativa racional a lhe garantir credibilidade. Na medida em que a categoria defendia sua peculiaridade e a importância irrefutável de seu pensamento racional, sua argumentação política tornava-se aparentemente irrefutável. E, mais que isso, pode-se propor que esta elite técnica soube, através do que engendrou em seu discurso veiculado em suas tribunas, argumentar politicamente valendo-se estritamente do conhecimento técnico. Ou seja, fez das fórmulas e equações argumentações válidas para a discussão política.

Pensar a emergência de um corpo técnico central ao processo de desenvolvimento econômico mineiro, nesse sentido, implica assumir posição em um debate extenso que, no limite, corresponde à própria interpretação da construção histórica de Minas Gerais e suas divergências. Há, nesse sentido, duas linhas interpretativas centrais sobre a formação e o desenvolvimento mineiros. A primeira linha, nas quais podem ser inseridos trabalhos como o de Diniz (1981), Andrade (1980) e Cintra e Andrade (1978) relaciona-se à preponderância quase absoluta do estado em detrimento sobretudo do empresariado que, quando aparece nas análises, emerge como força desarticulada e débil. Na ausência, portanto, de uma burguesia forte e apta a encetar sua agenda de desenvolvimento, cumpriria a Minas a tarefa de suplantá-la por meio, sobretudo, de um Estado forte e organizado. Assim, de acordo com Dulci (1999:151)

O Estado é identificado com uma categoria de políticos profissionais (o adjetivo é importante), amplamente autônoma face a interesses de classe, à qual se agrega com o tempo um corpo tecnoburocrático que vai dando forma e operacionalidade ao projeto de modernização.

A segunda linha interpretativa, contraditoriamente, percebe o empresariado mineiro como elemento organizado e articulado, apesar da força do poder público, comandando um processo de desenvolvimento regional. São destaques, por exemplo, o trabalho de Vieira (1984) e, sobretudo, o de Delgado (1997). Este último, por sinal, é o mais crítico especialmente do papel do corpo técnico no processo. Conquanto admita sua relevância, discorda de seu predomínio de forma incisiva, sobretudo por que percebe que boa parte da agenda defendida pelo corpo técnico era, sobretudo e originalmente, uma agenda classista. O autor também criticará incisivamente o conceito de *tecnocracia*, notadamente pela ausência, dentre o corpo técnico de um fundamento

material que lhe fornecesse substância e identidade como, sobretudo, pela própria natureza plural de suas formações e de seus interesses tecno-científicos.

Ao concordar com a crítica ao conceito de tecnocracia (conforme inclusive abordamos na introdução deste trabalho), contudo, nos parece difícil concordar com o predomínio do empresariado na dianteira decisória do processo de transição capitalista em Minas por ele sustentado. A nosso ver, quem melhor resolve essa contradição é Otávio Dulci, para quem em Minas o que se pode encontrar, na verdade, nem é o predomínio do corpo técnico puro, desapegado das demais questões políticas ou empresariais, nem a burguesia tomada em sua formatação clássica. Para o autor (1999:160)

É comum a circulação de quadros do setor privado para o setor público e vice-versa. Trata-se de quadros executivos que atuam segundo uma lógica empresarial tanto a serviço da administração pública quanto da administração do capital privado.

Na medida em que tais ligações se desenvolvem à margem das instituições formais de representação, enquadram-se na ideia de “anéis burocráticos” cunhada por Fernando Henrique Cardoso.

O autor sugere, portanto, que em Minas há a emergência de um *tecnoempresariado*, caracterizado essencialmente pela formação técnica (em um primeiro momento notadamente na engenharia) e pela gestão de negócios privados, seja como proprietários seja como engenheiros do setor privado e, muitas vezes, de forma concomitante. Ao longo deste trabalho, seja nos capítulos anteriores seja nos que virão, apresentamos várias pequenas biografias de membros da elite técnica mineira que condizem com o perfil defendido por Dulci.

Deve-se ponderar, no entanto, que tal terminologia que remete à filiação dupla dessa elite regional, seja no empresariado seja na engenharia, se é precisa em um primeiro momento não parece sê-lo integralmente. Antes, é preciso qualificá-la à luz de duas questões primordiais: a primeira relativa justamente ao escopo característico da atuação do engenheiro que, por definição (e em Minas muito decididamente por conta de Gorceix, conforme apresentamos), implica dedicar-se ao universo objetivo da produção, tendo por característica estruturante algum nível de empreendedorismo empresarial. Este traço característico da profissão (Coelho, 1999; Noble, 1987), por exemplo, tende a condicionar as relações desses técnicos mineiros com o poder público mas, justamente por que talvez seja traço menos evidente na formatação da categoria

profissional do economista, desaparece quando se observam os quadros técnicos da década de 1960, especialmente aqueles graduados na economia.

Em outras palavras, se expoentes dessa primeira fase como Israel Pinheiro, Euvaldo Lodi, Américo Giannetti, dentre vários outros, graduaram-se engenheiros e dedicaram-se também ao empresariado, como empresários e seus representantes classistas, e portanto podem compor com facilidade o grupo de tecnopresários definido por Dulci, expoentes da segunda fase como Fernando Antonio Roquete Reis, Marneu Starling, Álvaro Santiago, Silviano Cançado ou Élcio Costa Couto, na maioria economistas, pouco atuaram no mundo privado.¹³⁶ Suas carreiras foram essencialmente públicas, notadamente desenvolvidas quando do auge do processo de emergência da burocracia técnica ao centro do poder, notadamente com a emergência desse tipo de profissional nas arenas do Regime Autoritário fundado em 1964.

O corte, nesse sentido, é delicado mas relevante: se houve uma conflitiva transição da dianteira decisória do processo de desenvolvimento econômico mineiro no âmbito do corpo técnico nele envolvido, e nossa hipótese é a de que houve, a ela foi determinante a mudança de instituição fornecedora de quadros técnicos, mas mais importante e muito especialmente, foi a própria natureza profissional que determinou o tipo de quadro e seu modo de atuação. As disputas estabelecidas entre engenheiros e economistas, nesse sentido, implicavam a própria redefinição dos grupos e das áreas de interesse e atuação e correspondiam, portanto, à própria dinâmica da modernização tardia em área em que o papel do poder público era ampliado e, inclusive, determinante.

Assim que sugerimos o termo elite tecnoburocrática como o mais preciso para tratar o conjunto de profissionais, notadamente formado por engenheiros e economistas, que, independente se em alguns momentos mais voltados para a política ou o empresariado, no caso de Minas Gerais, buscou o poder público e suas agências (nelas se abrigando ou mesmo as formulando) como forma de concretizar uma agenda de interesses cujo principal condicionante foi dado pela formação técnica. Não se despreza, aqui, a dificuldade de entender as escolas como eixos estruturantes dessas categorias e, muito menos, se propõe que esses técnicos sejam homogêneos tanto em suas formações

¹³⁶ Cumpre destacar que o estudo de Dulci (1999) possui recorte que se encerra em 1955. Assim, sua interpretação para a burocracia técnica mineira é absolutamente válida no corte temporal proposto por aquele trabalho. Contudo, sendo válido para aquela fase, não nos parece para a posterior. Além disso, a transição de uma característica para a outra pode, inclusive, ser marca significativa do próprio processo de conflito da elite técnica em questão.

como em suas atuações no mundo público. Muito pelo contrário, conforme o Capítulo XV pretende apresentar, o que define este corpo técnico aqui evidenciado são justamente suas disputas internas determinadas pela busca de uma possível dianteira decisória do processo de desenvolvimento econômico regional e que, no limite, abarca as próprias instituições forjadas para sua organização. Ressalte-se, inclusive, que os trabalhos dedicados ao problema observam o grupo técnico como um bloco: ou é o responsável primordial pelas políticas ligadas ao projeto de desenvolvimento econômico, ou divide responsabilidade no processo com um empresariado organizado; ou é excessivamente ligada ao estado ou está dividida entre empresas e poder público; mas, no geral, sempre é sempre percebida de forma unida, sempre é um só corpo técnico.

Nossa hipótese, nesse sentido, é a de que o corpo técnico mineiro, que conforma essa elite tecnoburocrática não se organiza como um bloco homogêneo. Antes, ela é fruto de um processo constante de reacomodações desse grupo técnico e isso é determinante para a agenda destinada ao desenvolvimento econômico regional. Há o momento dos ex-alunos de Ouro Preto, amplamente baseado no projeto da grande siderurgia por meio essencialmente do Estado financiado com capitais públicos e nacionais que, conforme se procurou demonstrar anteriormente, representava aquilo que a EMOP pregava desde sua fundação. Há o segundo momento, de emergência do engenheiro de Belo Horizonte que, sobretudo por meio de Lucas Lopes se consagra com o encontro com os engenheiros fluminenses e/ou ligados às companhias estrangeiras de eletricidade formando grupo que se destaca no estudo do planejamento industrial, notadamente por meio do estudo da engenharia norte-americana. E há, por fim, a tentativa de superação dessa fase do engenheiro, com a emergência do economista que, na década de 1960, formado pela FACE e em um processo delicado de acomodação, cria estratégias de consolidação de seu espaço de atuação e, sobretudo, busca consolidar um tipo específico de planejamento do desenvolvimento econômico, avesso ao do engenheiro.

Parece evidente, nesse sentido, que em cada caso tenha havido relutâncias, personagens atendendo a vários projetos concomitantemente, espaços de indefinição e indecisão. Parece mesmo que não eram todos os engenheiros *emopianos* que defendiam o projeto siderúrgico; também não foram todos os que desistiram dele quando de sua

derrota; muitos *emopianos* apoiaram a transferência da EMOP para Belo Horizonte, em processo capitaneado por Giannetti, mas muitos engenheiros formados em Belo Horizonte mantiveram bom trânsito com Ouro Preto; havia engenheiros no Departamento de Estudos e Planejamento do BDMG (o núcleo dos economistas), bem como havia economistas na CEMIG (o núcleo dos engenheiros) – não obstante recebessem salários menores e reclamassem por isso (todos assuntos mais bem abordados na sequência deste trabalho). Mas parece que se pode, sim, pensar que esse corpo técnico criou mecanismos de diferenciação e, sobretudo, que suas escolas são meios importantes de construção dessa diferenciação seja pelo tipo de formação ofertada seja, notadamente, tanto pelo trânsito de seus professores com as arenas públicas voltadas ao planejamento do desenvolvimento econômico regional como pelo interesse institucional de projeção e formulação dessas políticas de planejamento. Nesse sentido, assim como no caso da Escola de Minas de Ouro Preto (que apresentamos no capítulo I), cumpre observar as outras duas instituições primordiais na formação da elite tecnoburocrática mineira, sobre a qual esta tese pretende jogar luz.

Fundada em 13 de junho de 1911, após outras duas tentativas frustradas de estabelecimento de um curso técnico de engenharia com abrangência de formação mais restrita (tentando-se mesmo a transformação do Curso Fundamental de Instrução Secundária em escola de engenharia em 1909), a Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, desde o princípio de suas atividades dedicou-se ao ensino das áreas da engenharia que escapavam aos interesses e atuação da Escola de Minas de Ouro Preto. Considerando-se que seus primeiros professores “*Quase todos eram engenheiros, vários formados pela Escola de Minas de Ouro Preto e tendo todos eles, sem exceção, exercido funções técnicas na administração pública, ora federal, ora estadual*” (Dias, 1997: 72), compreende-se a divisão de espaço de atuação, notadamente se for considerada a preocupação originalmente apresentada, pelos fundadores, de não contrastar com a instituição ouropretana, notadamente no que concerne à composição de seu orçamento por parte do poder público.

A perspectiva da fundação da nova escola de engenharia, em Belo Horizonte, respondia tanto aos interesses dos setores econômicos do Estado como dos próprios engenheiros residentes na capital mineira. Assim que da reunião que determina os acordos iniciais para a criação do estabelecimento, em 21 de maio de 1911 até a

fundação mesma em junho seguinte ocorrem, sempre, na sede da Sociedade Mineira de Agricultura.¹³⁷ A Escola Livre de Engenharia aprovou seu primeiro regulamento em junho de 1911, iniciando suas atividades em 08 de abril de 1912, por meio de uma sessão solene. As disciplinas originalmente ofertadas eram as de Economia Política, Direito Administrativo, Legislação de Terras, Estabilidade de Construções, Física, Pontes, Mineralogia e Geologia, Agricultura, Química Inorgânica, Topografia, Mecânica Aplicada, Estradas de Ferro, Eletricidade, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Materiais de Construção, Descritiva e Águas e Esgoto.

A graduação ofertada pela instituição, diferentemente da congênere de Ouro Preto, era ligada estritamente à engenharia civil, baseada em discurso que pressupunha a formação estritamente técnica de seus alunos. Neste sentido, o quadro original de disciplinas do curso ofertado indica o modelo de formação de seus engenheiros revelando, também, uma tendência acentuada para a indústria no geral, não apenas à indústria siderúrgica especificamente – que participa exiguamente do elenco de temas em questão.

Consoante com sua vocação para a indústria, a Escola de Engenharia de Belo Horizonte fundará, em 1920, um curso de engenharia industrial e, em 1921, outro de química industrial – além de um curso técnico voltado à formação de operários especializados em eletricidade – na sua primeira década de funcionamento. A filosofia da Escola de Belo Horizonte, portanto, baseava-se na importância crucial da indústria na elevação do povo mineiro, via progresso econômico (em que pese ter sido organizada sob a tutela da Secretaria Mineira de Agricultura).

Consolidada na década de 1920, representando aquilo que Baeta Neves (1930: 17) considerou por fase de equiparação (de sua importância com as demais escolas de engenharia), a Escola de Engenharia de Belo Horizonte inseriu-se no arranjo universitário que permitiu a fundação da Universidade de Minas Gerais, empreendimento do Governo do Estado de Minas que, em 1927, reuniu todas as escolas de

¹³⁷ Órgão criado a partir de recomendação do I CAIC em 1903. Assinam a Ata desta reunião que decide pela criação da Escola: José Gonçalves de Souza, Prado Lopes, Joaquim Francisco de Paula, Pedro Rache, Fidelis Reis, Benjamin Jacob, Benjamin Brandão, Agostinho Porto, Artur da Costa Guimarães, Cipriano de Carvalho, Carlos Prates e Lourenço Baeta Neves, fazendo-se representar os engenheiros Joaquim Proença, Álvaro da Silveira, Pedro Sigaud e F. Magalhães (Dias, 1997: 70-71). Excetuando-se os nomes de Prado Lopes e de F. Magalhães, todos os demais se tornaram os primeiros professores da instituição.

nível superior da capital mineira (dentre elas Direito, Medicina, Engenharia e Odontologia) em uma mesma instituição que, adiante, em 1949, seria federalizada transformando-se na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Não obstante a unificação das escolas no entorno da Universidade de Minas Gerais possa ter equilibrado os problemas orçamentários que acompanhavam a Escola de Engenharia desde sua origem (Dias, 1997), parece possível que tal processo tenha apresentado reflexos relevantes na própria costura identitária da instituição e na formação de seus engenheiros. Embora a política varguista da década de 1930 para o ensino superior tenha levado as instituições a se organizarem em universidades, levando até mesmo a Escola de Minas de Ouro Preto a se filiar à Universidade do Brasil, no caso da antiga Escola Livre este parece ter sido elemento importante no fortalecimento de uma identidade mais aproximada da universidade que da escola propriamente. Além disso, um dado relevante diz respeito ao papel dos professores da instituição, notadamente entre o final da década de 1930 e o início da seguinte, em que geralmente emergem nas arenas públicas ligadas à categoria profissional do engenheiro essencialmente preocupados em delimitar o campo de atuação da engenharia na esfera privada em detrimento do poder público propriamente¹³⁸ além de, sobretudo, dedicados à propagar a especialização técnica em detrimento do engenheiro considerado *eclético*. Nesse sentido, por exemplo, o professor catedrático da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, Lincoln Continentino, afirmaria, em 1940, que

Com o desenvolvimento impressionante da técnica há pouco lugar para o ecletismo na engenharia. (...) Os espíritos mais argutos e os profissionais de maior preparo básico encontram dificuldades sérias para resolverem problemas diversos, de vários ramos da engenharia, em pé de igualdade com os técnicos especializados em cada setor e habituados ao trato constante, com certa ordem de estudos.

Na concorrência, o engenheiro eclético perde terreno, todos os dias, com o técnico especializado (...) (Continentino, Lincoln. *O ensino da engenharia, a profissão e os problemas do engenheiro no Brasil*. RME . Ano 2. nº 16-17, janeiro de 1940: 57).

¹³⁸ “Precisamos de técnicos para a indústria (...) Para as indústrias químicas, cujo incremento é uma das maiores causas das riquezas das nações, não tínhamos um curso especializado. O antigo curso ia ser fechado. O espírito realizador, porém, da Escola de Engenharia da U.M.G. não se conformou com uma fórmula derrotista. E reergueu o curso contando com o apoio das classes conservadoras e das profissões liberais do Estado (...) Para manter o curso é necessário que os pais de família e os moços das escolas percam certos preconceitos. A profissão de Químico Industrial, com um curso superior de quatro anos, é tão elevada e útil como as de médico, bacharel, engenheiro, farmacêutico ou dentista. E no momento atual ela é mais promissora porquanto a procura de tais técnicos é imensa.” (Curso de Química Industrial. Editorial. RME. Ano 2, nº 16-17, janeiro de 1940).

O chamamento para a indústria e para a especialização a ela dedicada é sintomático da proposta que emana da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, notadamente por que sublinha, mesmo que nas entrelinhas, que o papel do engenheiro deveria estar circunscrito à produção o que, naturalmente, implica dizer que longe da política econômica mais ampla e, primordialmente, de seu centro decisório, justamente no período em que a demanda pelo pensamento econômico, em paralelo à complexificação da máquina pública, ganha contornos determinantes no Brasil.

Assim que, paralelamente ao processo de racionalização do poder público que abriu espaço definitivo para a inserção do engenheiro ao centro das arenas decisórias pode-se notar, também, determinado nível de pensamento econômico em formulação. No limite, pode-se afirmar que o pensamento econômico antecede os próprios cursos de economia no Brasil, notadamente por que são estruturantes do próprio processo de racionalização da máquina pública ao longo da década de 1930. Assim, órgãos como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ou os conselhos técnicos, como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) ou o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, exercem papel determinante na formatação de uma área específica de formulação da agenda e do pensamento econômico no Brasil, não obstante inexistissem instituições oficiais do ensino de econômica – senão escolas de ciências atuariais ou similares. Provinham, dessa forma, da Engenharia e do Direito os primeiros economistas brasileiros (nomes como Roberto Simonsen, Eugênio Gudín, Glycon de Paiva, Ignácio Rangel e Otávio Gouveia de Bulhões, dentre outros), justamente pela inexistência de cursos de formação específica (Loureiro, 1997) e consagravam-se mais pelo pertencimento à elite econômica que por qualquer outro corte profissional específico.¹³⁹

As primeiras escolas essencialmente voltadas ao ensino da Economia propriamente datam de 1945, não obstante já desde 1931 o Ministro da Educação e Saúde de Vargas, Francisco Campos, defendesse a proposta de criação de uma Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (Loureiro, 1992), medida que integrava

¹³⁹ “*Em suma, as primeiras gerações de economistas, localizadas principalmente no Rio de Janeiro e formadas através da atuação prática em organismos governamentais encarregados de elaborar e executar políticas públicas, e por isso mesmo envolvidas intensamente com as disputas políticas, construíram o traço distintivo desse grupo: segmento de elite dirigente, mais do que universitária ou científica*” (Loureiro, 1992b)

as perspectivas de uma reforma universitária que pressupunha a instalação de novos cursos profissionais de nível superior fora dos clássicos direito-medicina-engenharia (Motta, 1994: 84). Fundadas para serem os centros de excelência que se dedicariam à formação intelectual da elite em Economia do país, as faculdades de Economia da Universidade do Brasil (1945) e da Universidade de São Paulo (1946), tiveram um início delicado, notadamente pela dificuldade em encontrar corpo docente intelectualmente preparado para a tarefa de formar essa elite.

No caso de Minas Gerais, o processo é relativamente similar. Tendo parte considerável de seu corpo tecnoburocrático formada pelos engenheiros, especialmente vinculados à Escola de Minas de Ouro Preto, Minas Gerais vê articular-se sua primeira faculdade de Economia em 20 de dezembro de 1941, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais¹⁴⁰ – embora fosse curso, assim como os congêneres em outros estados, essencialmente vinculado às ciências atuariais e ao comércio e contabilidade. Graduou sua primeira turma em 14 de dezembro de 1944, em um “Curso de Administração e Finanças”, cujo diploma conferido era de bacharel em Ciências Econômicas.

Foi o Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, que propiciou o estabelecimento definitivo de condições para a criação de cursos de Ciências Econômicas¹⁴¹ com distinção de graduação entre bacharéis em Ciências Econômicas e bacharéis em Ciências Contábeis e Atuariais. Assim que, a partir de então se reorganizasse a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas

¹⁴⁰ Esta instituição foi a quarta escola de economia criada no país (Memorial Casa do Economista de Minas Gerais: 11), sendo seus fundadores e primeiros professores Olegário Memória de Oliveira, Aguinaldo Sérvulo Botelho, João Franzen de Lima, Carlos Horta Pereira, José Monteiro de Castro, Abel Fagundes, José de Castro e Joakim Sena Jerônimo (Paula, 2006: 331).

¹⁴¹ As disciplinas e os respectivos professores do curso foram: Complementos de Matemática – professor Joakim Senna Jerônimo; Economia Política – professor Yvon Leite de Magalhães Pinto; Contabilidade Geral – professor João Antônio Taranto; Instituições de Direito Público – professor Francisco de Sales Oliveira; Estrutura das Organizações Econômicas – professor Osório da Rocha Diniz; Moeda e Crédito – professor Waldemar Gontijo Maciel; Geografia Econômica – professor Oswaldo de Abreu Junqueira; Estrutura e Análise de Balanços – professor José de Castro; Instituições de Direito Privado – professor Carlos Horta Pereira; Repartição da Renda Social – professor Abel Fagundes; Comércio Internacional e Câmbios – professor Aníbal Vaz de Melo; Estatística Metodológica – professor João Dias Pereira Gomes; História Econômica – Rodolfo de Abreu Behring; Ciências das Finanças – professor Francisco de Assis Castro; Ciência da Administração – professor Aguinaldo Sérvulo Botelho; Evolução da Conjuntura Econômica – professor Geraldo Fonseca; Política Financeira, professor José de Magalhães Pinto; História das Doutrinas Econômicas – professor Emílio Guimarães Moura; Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos – professor Petrônio de Assis Fonseca; Estatística Econômica – professor Leo de Oliveira Santos; Princípios de Sociologia Aplicada à Economia – professor Arduino Bolívar (Ibidem: 331-332).

Gerais,¹⁴² sendo criado um Conselho Superior Administrativo¹⁴³ e uma Congregação da Faculdade. Posteriormente, em 1948, a Faculdade foi integrada à Universidade de Minas Gerais, sendo federalizada conjuntamente com a instituição em 1949.

Assim como nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, o início das atividades foi delicado, especialmente pela carência de corpo docente especializado. De acordo com Paula (2006), um dos mais relevantes diretores do período, Prof. Yvon Leite de Magalhães, sublinhava o delicado processo de autodidatismo a que se submetiam os professores da casa, não muito diferente, portanto, dos exemplos apresentados por Loureiro (1997), no caso das duas escolas do eixo Rio-São Paulo. Por outro lado, esse é fator que pode indicar a ausência de nomes ligados à FACE nas origens dos departamentos de estudos econômicos das associações de classe mineiras fundadas a partir do final dos anos 1940 em Minas, tema melhor trabalhado na sequência deste estudo.

De acordo com Paula (2006), contudo, deve-se destacar o trânsito dos professores da Escola sobretudo com a elite política, especialmente da União Democrática Nacional, não obstante também tivessem alguma inserção no Partido Social Democrático mineiro, vide que o próprio Juscelino Kubitschek participava de seu Conselho Administrativo.¹⁴⁴ No tocante à sua verticalização acadêmica, por conseguinte, é importante ressaltar que

¹⁴² Esta reorganização correspondia à articulação entre duas escolas já existentes em Belo Horizonte, então. De acordo com o Memorial da Casa do Economista de Minas Gerais (p.11): “*Além da Faculdade de Ciências Econômicas, ligada e pertencente a antiga Faculdade do Comércio de Minas Gerais existia outra, a Faculdade de Ciências Econômicas, Administração e Finanças de Minas Gerais, ligada e pertencente a antiga Academia do Comércio de Belo Horizonte. A criação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais extinguiu as duas anteriormente existentes e considerou-se os formandos da turma de 1946 como integrantes da FACE/UFMG.*”

¹⁴³ Eram membros do primeiro Conselho Administrativo da FACE: Sandoval Soares de Azevedo, Presidente; Antonio Mourão Guimarães, Vice-Presidente; Juscelino Kubitschek de Oliveira, Christiano França Teixeira Guimarães, Francisco Balbino Noronha Almeida, José Martins Prates, Clemente de Faria, Edward Nogueira, Waldomiro Magalhães Pinto, Oscar Negrão de Lima, Djalma Pinheiro Chagas, Paulo Gontijo, Américo René Gianetti, Caetano Vasconcelos, Lincoln Moreira dos Santos Penna e Olegário Memória de Oliveira, além dos representantes da Congregação da instituição, Emilio Guimarães Moura, Diretor, e Rodolfo de Abreu Bhering, Vice-Diretor (Ibidem: 331).

¹⁴⁴ “*A Faculdade tanto refletiu, quanto incidiu e contribuiu para o desenvolvimento urbano e industrial de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Entre seus professores, figuraram alguns dos nomes significativos da vida econômica, política e cultural de Minas Gerais. Se foi majoritária, na Faculdade, a presença de lideranças ligadas à UDN, como José de Magalhães Pinto, José Monteiro de Castro, Carlos Horta Pereira, Guilherme Machado, também lideranças do PSD participaram da vida da Faculdade como foi o caso de Lucas Lopes, que foi professor da Instituição, e de Juscelino Kubitschek, que participou do primeiro Conselho Superior Administrativo da Faculdade*” (Ibidem: 333).

No específico do ensino e da pesquisa em Economia é preciso sublinhar que os anos de implantação, consolidação e expansão da Faculdade, as décadas de 1940, 1950 e 1960 foram anos de grandes mudanças teóricas e metodológicas, a saber: (a) a vertiginosa hegemonia do pensamento keynesiano; b) a consolidação da “síntese neoclássica” plasmada, em termos de ensino de graduação em Economia, com o livro de Paul Samuelson, que teve sua primeira edição em português em 1952; (c) a descoberta do fenômeno do subdesenvolvimento e a emergência de tentativas de captar o específico do subdesenvolvimento e a busca de sua superação seja a partir da Cepal, seja a partir das teses de Hirshmann, Lewis e Myrdal, entre outros. (Ibidem, 2006: 333)

De um modo geral, e desde o princípio de suas atividades, a FACE se preocupou tanto com a qualificação de seus professores como com a consolidação de espaços institucionais de pesquisa, sendo o exemplo do Programa de bolsas de pesquisa que, desde 1954, fomentou o desenvolvimento acadêmico de seu corpo discente.¹⁴⁵ Além disso, e de forma determinante, na medida em que se consolidou colaborou primordialmente com o processo de planejamento da economia regional pois, também de acordo com Paula (2006: 338), deve-se destacar a

(...) significativa aderência das atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidos no âmbito da Faculdade, às grandes questões nacionais naqueles anos em que era forte a convicção na capacidade das técnicas de planejamento e programação econômica de contribuírem para a construção do desenvolvimento econômico. Sobretudo (...) a partir de 1957, quando são introduzidas disciplinas como Programação Econômica; Projetos I e II; Política e Programação Econômica; Pesquisa Operacional em Economia; Economia Regional.

É nesse sentido, portanto, que se deve sublinhar o papel da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais como *locus* importante no processo que aqui se pretende reconstruir, especificamente por que atuou como espaço determinante na disputa intra-elite técnica mineira no período em tela. Na medida em que se sofisticaram a agenda e as formas de atuação no campo econômico, na medida em que as agências foram se tornando espaços mais complexos de atuação e, sobretudo, na medida em que o plano nacional foi se estruturando no entorno da categoria profissional do economista, em suas agências (BNDE, Grupos Executivos, dentre outros) ou em suas políticas públicas (como aquelas vinculadas, por

¹⁴⁵ O PET da FACE foi responsável por treinamento de quadros importantes da economia mineira desde sua criação em 1954. No caso específico de interesse deste trabalho, cumpre ressaltar que dos principais formuladores do Diagnóstico da Economia Mineira, apenas um não fora treinado no programa (Fernando Reis), sendo que Elcio Costa Couto, Marneu Starling e Álvaro Santiago, além de Fernando Correia Dias – considerado como responsável pelas considerações de Sociologia do documento – participaram no PET ainda na década de 1950.

exemplo, à SUDENE), parecia ganhar relevo o papel do economista em Minas, não sem com isso deixar de embrenhar-se no embate interno da própria tecnoburocracia mineira, visando à sua diferenciação.

Também é relevante sublinhar que a FACE estará determinantemente relacionada às agências em que os economistas, predominantemente, construirão sua inserção. Este será o caso do BDMG, por exemplo, e notadamente do Departamento de Estudos e Planejamento vinculado ao Banco, em que seus principais diretores eram também professores da Faculdade, e seus demais membros eram alunos e ex-alunos da instituição. Além disso, é importante perceber o trânsito desses economistas com os órgãos de representação da categoria em Minas no período. No limite, pode-se inferir que a FACE, como ambiente acadêmico, também é espaço de triangulação com as esferas de representação da categoria e com os espaços de poder, havendo profunda sintonia entre estes espaços no período em tela, conforme se procura trabalhar especialmente nos próximos capítulos desta tese.

Assim que se procurará, na sequência, reconstruir justamente a constituição institucional da inserção dessa elite tecnoburocrática mineira, por meio da observação da formatação dos órgãos da ação direta e da ação indireta da administração pública em Minas, para então podermos observar, por fim, a natureza e a dinâmica dos conflitos que se estabeleceram intra-elite técnica mineira no período em destaque.

Capítulo 13 - Da inserção do corpo técnico mineiro às esferas públicas de atuação: A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT) entre 1933 e 1950 e a época do engenheiro

Nos trabalhos relativos ao desenvolvimento econômico e administrativo de Minas Gerais no século XX recorre-se, com frequência, à caracterização produzida pelo professor Clélio Campolina Diniz que afirma, em seu importante estudo (1981) sobre o desenvolvimento econômico mineiro e a consequente atuação do Estado neste processo, ter sido a Secretaria de Agricultura do Governo de Benedito Valadares o “*embrião da tecnocracia mineira*”. Guardadas as reservas atinentes ao conceito de tecnocracia, apresentadas em outro momento deste texto, cumpre salientar que esta expressão comporta, com enorme capacidade de síntese, acurada observação acerca da institucionalização do trabalho do técnico na arena pública em Minas Gerais.

A Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT) foi, sob o governo de Valadares e principal, mas não exclusivamente, o comando de Israel Pinheiro da Silva, o locus primordial de acolhimento do pessoal técnico na esfera do poder público mineiro, seja por que era a instituição responsável por boa parte da agenda prática e técnica do governo seja por que, ao cabo, assumiu o papel de agência voltada ao planejamento econômico ainda na década de 1930 sendo, de acordo com Dulci (1999: 65) “*uma espécie de pasta da Economia*”. Além disso, foi a partir dela que se mobilizaram as forças regionais do desenvolvimento econômico e por meio dela que se organizaram os agentes ligados à referida questão – conquanto tenha, ao longo do período ao qual se dedica este trabalho, perdido relevância na medida em que se consolidaram estruturas mais complexas de gestão e planejamento da economia regional – objetos, enfim, do próximo capítulo deste estudo.

O fato de ter sido o espaço responsável pela acolhida desse corpo técnico na década de 1930 de forma definitiva – e *locus* privilegiado para sua atuação e formulação de seus projetos de desenvolvimento regional – deve ser compreendido, em perspectiva histórica, como decorrência de amplo e delicado processo de transformação do próprio poder público mineiro, grau a grau mais influenciado pelas próprias pressões dos grupos externos, em especial da elite técnica que, se se apresentava como estrato diferencial da elite, conforme abordado no primeiro capítulo desta tese, também intentava espaço

proporcionalmente ampliado de atuação, inclusive e especialmente no Estado, não apenas a partir da década de 1930 – conquanto com mais sucesso a partir dela.

Assim que, quando do advento republicano, a estruturação do governo estadual fundou as três primeiras secretarias republicanas em Minas, por meio da lei n° 06 de 16 de outubro de 1891. A administração estadual ficava, então, dividida nas pastas de Interior (dedicada à segurança pública, justiça, higiene e instrução pública), Finanças (ligada à arrecadação, fiscalização, contabilidade e escrituração de receitas e despesas estaduais) e Agricultura, Comércio e Obras Públicas (destinada à agricultura, minas, comércio, obras públicas, indústrias, terras, colonização, imigração, catequese dos índios, correios, telégrafos, privilégios e à estatística e recenseamento da população) (Guimarães, 1990: 261). Percebe-se, de princípio, que o leque de atividades da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas era suficientemente amplo, conquanto a lei de sua criação, assinada pelo então presidente de Estado Cesário Alvim, determinasse um enxuto corpo de servidores para as outras duas secretarias, não obstante destacasse um número majorado de servidores para a de Agricultura.¹⁴⁶

Mas, o diferencial desta Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em relação às demais, no tocante especificamente ao setor de pessoal, não reside nessa superioridade numérica. Antes, encontra-se na formação exigida desses servidores. Primeiramente, porque enquanto as secretarias de Interior e Finanças exigiam profissionais bacharelados em Direito, a de Agricultura exigia engenheiros (embora dentre suas atribuições também estivessem tarefas não necessariamente da engenharia, conforme anteriormente citado). Além disso, determinava-se, no texto da lei, que

Para o preenchimento dos cargos nas Secretarias das Finanças e da Agricultura serão preferidos, tanto quanto possível, **candidatos diplomados por institutos de ensino superior técnico e profissional que existirem no Estado.** (Lei n° 06, 1891 In: Guimarães, 1990: 262 – grifo nosso)

¹⁴⁶ Todas as três secretarias deveriam conter, além do secretário, três chefes de seção, quatorze primeiros oficiais, quatorze segundos oficiais, quatorze amanuenses, três porteiros, seis contínuos, seis correios serventes. Além do pessoal da burocracia, entretanto, havia o especializado. Para a secretaria de Interior, destinava-se “*um consultor, formado em Direito por alguma faculdade da União, e junto ao presidente um oficial de gabinete de sua nomeação e confiança*” (Guimarães, 1990: 262); para as Finanças “*um contador, um tesoureiro, um fiel e um procurador fiscal formado em direito e com quatro anos de prática de foro ou de administração*” (ibidem: 262) e; na Agricultura, Comércio e Obras Públicas “*um consultor técnico, um desenhista e seis engenheiros que exercerão suas funções nas circunscrições que lhes forem designadas*” (ibidem: 262 – grifo nosso).

Considerando-se que as escolas de ensino superior existentes em Minas, então, eram a Escola de Farmácia de Ouro Preto e a Escola de Minas, parecia claro que havia uma discreta preferência da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas para a contratação de ex-alunos da EMOP que pode se explicar, talvez – e apenas em caráter de hipótese –, pela grande participação de ex-alunos e professores da instituição no movimento republicano que se dedicou à formulação inicial da máquina pública quando do fim do Império e pela falta de espaço em mercado de trabalho ainda em formação para a categoria profissional do engenheiro – discussão apresentada no primeiro capítulo deste trabalho. Deve-se registrar, contudo, que a grande obra pública realizada pelos governos de Minas na primeira década republicana foi a construção da nova capital. Belo Horizonte contou com poucos profissionais provenientes de Ouro Preto em suas obras, tendo boa parte de seus trabalhos comandada por Aarão Reis, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Apesar disso, pode-se perceber que as obras públicas – notadamente a construção das estradas de ferro – foram os espaços primordiais de atuação dos engenheiros formados pela EMOP ao longo das primeiras décadas do século XX, configurando a porta de entrada de parcela considerável desses engenheiros ao serviço público, conquanto também se dedicassem aos negócios da siderurgia e mineração em empresas privadas. Da mesma forma, ao longo de todo o período convencionado por República Velha, houve um constante processo de readequação da estrutura do poder público, especialmente no que concerne aos espaços dedicados ao desenvolvimento econômico – como pode ser visto, por exemplo, na gestão de João Pinheiro no Governo de Minas ou mesmo depois, seja pela lei nº 516 de 1910 (que transformava a pasta de Agricultura em Secretaria da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas) ou mesmo pela força política que o órgão assumiu, essencialmente na gestão de Clodomiro de Oliveira como secretário, durante o governo de Arthur Bernardes.

Pode-se inferir, portanto, que a pasta da Agricultura, ao longo da Primeira República, em Minas, sempre relacionada também ao Comércio, à Indústria e às Obras Públicas, foi importante porta de entrada do corpo técnico ao serviço público – notadamente aqui compreendido, no caso em questão, como o engenheiro *emopiano* e, após meados da década de 1910, daqueles graduados pelas escolas de engenharia de Itajubá, Juiz de Fora e, muito especialmente, Belo Horizonte. Sendo assim, cumpre

perguntar o que faz dessa Secretaria, na década de 1930, elemento tão novo a ponto de ser considerada, por relevantes trabalhos dedicados ao tema, como um *locus* original e determinante, capaz de se forjar como o *embrião da tecnocracia mineira*? Infere-se, neste texto, que a explicação reside em um conjunto articulado de variáveis.

Em primeiro lugar, a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas, criada em 1933 quando do início da intervenção de Benedito Valadares em Minas Gerais e, então, confiada ao engenheiro *emopiano* Israel Pinheiro, era compreendida, já pelos seus contemporâneos, como um marco institucional relevante. Assim como o início da interventoria valadarista apresentava-se e era compreendido, então, como um marco em Minas Gerais, a Secretaria passou a ser interpretada, também pelos seus coetâneos, como um significativo “divisor de águas” em relação à fase pré-1933.

De acordo com o que já foi abordado na segunda parte deste trabalho, o poder público mineiro sofreu forte revés fiscal com a crise cafeeira e os desdobramentos da Crise Econômica Mundial de 1929. As dificuldades financeiras, enfrentadas com a constante substituição do titular da pasta de Finanças do Governo Olegário Maciel, foram acompanhadas de relevantes problemas de gestão, sobretudo de um programa econômico, notadamente entre os anos de 1930 e 1933, levando também à substituição sequencial de vários secretários de Agricultura (Dulci, 1999: 64,65). Nesse sentido, a morte de Maciel, que possibilitou a instauração do sistema de interventorias em Minas, também permitiu uma profunda reorientação da máquina pública que, sob os cuidados de Valadares, firmaria política fiscal severa, por meio do secretário de Finanças Ovídio de Abreu, e política econômica articulada por meio de Pinheiro e da SAICT.

Assim que, na medida em que se apresentava o governo de Valadares como marco inaugural de nova era de reconstrução da economia mineira – seja em relação à crise imediata, seja no que concernia à histórica percepção de decadência e atraso regional (açulada sobremaneira em momentos de crise financeira aguda como em fins do século XIX ou princípio da década de 1930) – tratava-se a SAICT, especialmente sob o controle e organização de Pinheiro, como marco definitivo no processo de organização do desenvolvimento econômico regional. A construção dessa percepção, naturalmente, decorria do próprio discurso de legitimação do governo de Valadares, de

sorte que mesmo Israel Pinheiro, em sua fala de despedida da Secretaria, em 1942, já ressaltava que

Juntos vimos **nascer** a Secretaria da Agricultura. Acompanhamos, desde o começo, **a organização de todos os seus serviços**, o equacionamento de todos os seus problemas, de modo que **tudo o que aqui dentro foi construído, tem a marca de nossas mãos**, e o calor de nosso esforço. (Pinheiro, 1942 IN: Guimarães, 1990: 273 – grifo nosso).

Para concluir, então, que transmitia ao futuro secretário Alcides Gonçalves “*a pasta da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, criação do Sr. Governador Benedito Valadares*” (ibidem – grifo nosso).

A ideia, portanto, de que aquela secretaria representava algo novo, que não se ligava completamente às anteriores secretarias de agricultura do estado de Minas Gerais, que implicava uma nova organização do setor público voltada para o desenvolvimento econômico regional era conceito trabalhado e retrabalhado já então, intentando constituir uma significação simbólica própria àquele espaço político-administrativo. Desse modo, em seu discurso de posse à frente da SAICT, Gonçalves afirmaria que o período iniciado por Pinheiro representava “*um remodelador rápido, um renascimento brilhantíssimo, no vasto setor econômico de nosso Estado*” (Gonçalves, 1942, IN: Guimarães, 1990: 276) e Lucas Lopes, em sua posse também a frente da SAICT, em 1943, lembraria que Valadares, “*com visão segura de estadista, reorganizou esta Secretaria*” (Lopes, 1943, IN: Guimarães, 1990:287 – grifo nosso), para concluir que “*Assistimos à atuação dinâmica e criadora do Dr. Israel Pinheiro neste órgão de governo*” (ibidem – grifo nosso).

A percepção, portanto, de uma Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho essencialmente *valadarista*, voltada para o desenvolvimento econômico regional e projetada como algo novo e vertical na história econômica mineira, marcando ruptura com qualquer outra experiência nesse sentido até então tentada, é algo que se produz em paralelo à própria formatação administrativa e política da Secretaria e estava em consonância mesmo com a lógica *estadonovista* de se apresentar, o período e seus processos, como ruptura e marco no processo histórico. Era, ao cabo, um discurso legitimador que tanto tendia a justificar a inserção ampliada e definitiva de novo tipo de profissional na arena pública, o engenheiro, como a validar uma prática política e administrativa que se propunha mais diretiva, conforme se abordará adiante.

Em segundo lugar, a escolha emblemática de Israel Pinheiro para o posto de secretário foi vital para a construção da centralidade da pasta no âmbito do desenvolvimento econômico mineiro ao longo de boa parte da era valadarista, e mesmo no período imediatamente posterior considerada, sobretudo, a capilaridade da estrutura de gestão ali concebida e em boa medida erigida. Israel Pinheiro, seja por sua herança familiar seja por sua filiação institucional, portava os predicados necessários para comandar o projeto de reestruturação da economia do Estado em momento de crise aguda, pois reunia, em apenas uma única personagem, três características chave que pairavam ao longo da Primeira República em Minas: a formação em engenharia (determinando a emergência definitiva da elite técnica à dianteira decisória do poder público), a técnica e o cientificismo do discurso do engenheiro (em detrimento do discurso político e liberal do bacharel em direito sobretudo) e o fato de ser filho de João Pinheiro.

Israel Pinheiro nascera em 1896 no município de Caeté, quando seu pai dedicava-se à Cerâmica e à política local. Como João Pinheiro faleceu em 1908, Israel teve pouco contato físico com o pai, não obstante o tenha tido sempre como referência política aguda (Gomes, 2005). Assim como o pai, dedicou-se ao estudo da engenharia mas, diferentemente do primeiro, formou-se engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto, instituição em que permaneceu entre 1913 e 1919, sendo o primeiro colocado no exame de ingresso e o aluno laureado com uma viagem ao exterior (França, Alemanha e Inglaterra) para aperfeiçoamento dos estudos, quando de sua formatura (o que era praxe na EMOP, então). Graduou-se, portanto, engenheiro de minas, metalurgia e civil e especializou-se em cerâmica e metalurgia. Em seu regresso ao Brasil, em 1922, dedicou-se à Cerâmica de propriedade de sua família, a refundando como “Companhia Cerâmica João Pinheiro”. Ainda em Caeté, a partir de então, dedicou-se à política local elegendo-se vereador em 1922 e chegando, sequencialmente, à presidência da Câmara – alcançando ainda ao final da década o controle do executivo municipal. Levou, para a referida cidade, algumas empresas de mineração e metalurgia, sendo a principal delas a Usina Gorceix.

Israel Pinheiro, portanto, representa um típico personagem daquilo que designamos por membro da “*Geração Gorceix*”. Formou-se na instituição em um de seus períodos mais influentes, conviveu com o debate da Itabira Iron ainda aluno da

EMOP, viu de perto a atuação de Clodomiro de Oliveira, destacou-se como discente de escol da instituição. Foi um característico *emopiano* do período, portador do discurso científico racionalizante, essencialmente construído por meio da prática (conforme sugeria Gorceix) e seu eminente defensor – conquanto que, no período em tela, tudo isso fosse embalado, por vezes, no discurso corporativista em voga¹⁴⁷ e em um característico voluntarismo de Pinheiro.¹⁴⁸

Pode-se afirmar, portanto, que Israel Pinheiro representava tanto o engenheiro *emopiano* que intentara ao longo da Primeira República seu espaço de inserção nas zonas decisórias do poder público mineiro como encampava o discurso institucional sem descuidar, por sinal, do lustro corporativista que bafejava o período. Mas, havia nele um elemento distintivo essencial que, se não o capacitava técnica e politicamente para a tarefa de refundação da Secretaria de Agricultura de forma exclusiva, o contrastava simbolicamente como a nenhum outro: a filiação a João Pinheiro. Assim que, logo no discurso de posse, Israel Pinheiro sublinhasse a pertinência do cargo no tocante à promoção do desenvolvimento econômico regional – tema tão caro a João Pinheiro – destacando que

Aceitei e assumo este cargo, não somente pela compreensão de que a ninguém é lícito recusar, na vida pública, qualquer posto, por maiores que sejam as responsabilidades em relação à capacidade pessoal, mas também o faço, com grande satisfação, convencido que sou de que a legítima política no verdadeiro sentido da palavra, só pode ser estável, quando construída sobre bases econômicas. (Pinheiro, 1933, In: Guimarães, 1990: 131)

Para, enfim, concluir que

(...) aqui justamente terei que trabalhar para o desenvolvimento da economia do nosso Estado, com a oportunidade de nesta diretriz continuar dentro das minhas forças a execução do programa **delineado por meu pai**, mas que as contingências da vida lhe permitiram apenas iniciar. (ibidem – grifo nosso)

¹⁴⁷ Assim que, em sua fala como paraninfo da 1ª Turma de formandos da Fazenda Escola de Florestal, em 1940, afirmasse que “*Filhos ou empregados de fazendeiros, viestes continuar o vosso trabalho habitual, nele empregando a experiência que adquiristes nas vossas fazendas, tratando o gado e cultivando a terra. E enquanto trabalháveis, os técnicos da Fazenda-Escola vos foram mostrando as falhas dos vossos métodos de trabalho, levaram-nos a corrigi-las vós mesmos, e vos demonstraram, com os dados da vossa própria experiência, adquirida no labor cotidiano, a vantagem de substituir práticas antiquadas e rotineiras pela técnica moderna.*” (Pinheiro, 1940, in: Guimarães, 1990: 182). Arrematando, então, e em firme toada corporativista, que “*O organismo da sociedade é como a máquina – dentro dele todas as peças se entrosam, se completam, se auxiliam e colaboram para idêntico efeito, por menores que sejam. O que as distingue não é o tamanho ou a aparência, é a soma do trabalho eficiente que produzem, e a influência desse trabalho no equilíbrio geral.*” (ibidem).

¹⁴⁸ A respeito do espírito voluntarioso de Pinheiro, ver Lopes (1991).

Dessa forma, Israel Pinheiro não apenas demarcava seu espaço na elite mineira como filho de João Pinheiro como circunscrevia seu legado, lastreava seus predicados, buscava impingir autoridade ao seu discurso técnico-político e, principalmente, reconstruía um fio de continuidade entre aquilo que seria sua gestão à frente da SAICT e o *programa delineado* por seu pai quando governador de Minas, mas inconcluso pelas contingências do destino. Voltava-se, então, aos temas de Pinheiro do princípio do século: programa, planejamento, desenvolvimento econômico, poder público; e, novamente, pela específica e tecnicamente orientada mão de um Pinheiro.

Pode-se inferir, portanto, que há método nesse processo e que, no limite, esse fio condutor, artificialmente estendido ao longo das décadas cumpre sucessivamente um papel importante na definição das elites regionais no entorno de seus projetos econômicos, sendo requerido sempre que se necessita conciliação, continuidade e apoio, por meio notadamente do poder público como esfera de organização desses interesses variados.

Em terceiro lugar, a percepção da SAICT *valadarista* como elemento novo e determinante para o desenvolvimento regional relaciona-se, em nossa interpretação, ao fato da ampla predominância do engenheiro no comando da pasta no período principal de sua atuação – compreendido aqui como a fase de sua reformulação por Pinheiro (a partir de 1933) até seu esvaziamento político (por volta do início da década de 1950, quando outros órgãos assumem a função do planejamento e da gestão do desenvolvimento conforme se abordará adiante).

Se observarmos em tempo de gestão, perceberemos que dos cerca de dezoito anos da primeira fase (1933-1951), treze anos e meio foram controlados diretamente por engenheiros (Israel Pinheiro – 7 anos e 2 meses; Lucas Lopes – 2 anos e 7 meses; Américo Giannetti – 3 anos e 9 meses) – onze dos quais pelos dois engenheiros *emopianos* (Pinheiro e Giannetti), sendo o tempo restante dividido em curtas gestões que jamais chegaram a completar um ano, em mãos ora de farmacêuticos ora médicos ou bacharéis em Direito.¹⁴⁹ Já nos vinte anos seguintes, que vão do início da gestão do

¹⁴⁹ Parece evidente que estes secretários que ficaram menos tempo à frente da Secretaria sabiam, de antemão, que estavam ocupando interinamente o cargo. Em alguns casos, como os do advogado José Lourdes Salgado Scarpa (3 meses) ou do agrônomo José Melo Soares de Gouveia (2 meses e 28 dias), dentre outros, isso decorria da própria instabilidade institucional ao fim do governo de Benedito Valadares, em que se seguiram cinco interventores no estado até a posse do governador eleito Milton Campos, em 19 de março de 1947. Mas também decorria da percepção do perfil técnico que a Secretaria

bacharel em Direito Tristão da Cunha no governo estadual de JK à frente da Secretaria até o final da gestão de Israel Pinheiro no governo de Minas, em 1971, catorze anos terão advogados à frente da Pasta, sendo o tempo restante ocupado por engenheiros agrônomos, veterinários ou médicos, sempre em mandatos curtos e, cumpre sublinhar, não sendo nenhum deles engenheiro.¹⁵⁰ Nossa principal hipótese para essa perda de espaço do engenheiro à frente da Secretaria se relaciona, especialmente, à transição dessa categoria profissional para *lôcus* mais apropriado de atuação, qual seja, o DER e, notadamente, a CEMIG – tema mais bem explorado adiante.

O que parece relevante, contudo, é que a emergência do engenheiro como profissional de corte ideal para a coordenação do processo de desenvolvimento da economia regional, considerando-se como acertada a hipótese de que a SAICT foi mesmo o espaço político e administrativo chave do processo em tela, assumiu no período centralidade absoluta. Evidentemente, foram os representantes da elite dessa categoria aqueles que chegaram ao comando da secretaria, muitas vezes portando também relevantes e significativos predicados oriundos de outros meios (caso de

havia construído, especialmente ao longo da gestão de Pinheiro. A maioria dos profissionais de outras áreas, que assumiu por períodos de interinidade a Secretaria, enfatizava em seus discursos de posse não possuir “*um programa de ação*”, apresentando-se como mero agente a prosseguir trabalhos já estabelecidos, bem como salientavam a tipicidade tecnicista do órgão, como o fez Alcides Gonçalves de Souza (o substituto de Israel Pinheiro, à frente da SAICT por 9 meses) “*Não tenho, nem posso ter, um programa de ação. Profissional da advocacia e do direito, encontro-me em ambiente diverso*” (Souza, 1942, In Guimarães, 1990: 277 – grifo nosso). Sua gestão contou, por exemplo, com o trabalho do chefe de gabinete de todo o período de Pinheiro na Secretaria, Juscelino Dermeval da Fonseca que, também atuaria na gestão de Álvaro Cardoso de Menezes no comando da pasta, já no governo provisório de João Tavares Corrêa Beraldo, um dos interventores que substituiu Valadares quando de sua queda.

¹⁵⁰ Cabe aqui uma observação sobre o engenheiro agrônomo nesse contexto específico. Em Minas, preferencialmente graduado pela Escola de Agricultura e Veterinária de Viçosa, este profissional se dedicou apenas tangencialmente aos negócios públicos, especialmente no que concerne aos projetos de desenvolvimento. Antes, havia mesmo alguma aversão a esse tipo de trabalho, provavelmente pela formação *esaviana* que imprimia forte traço pragmático aos currículos de seu alunado. Assim, se o destino do engenheiro *emopiano* era, muitas vezes com orgulho, o poder público, esse mesmo percurso representava, ao agrônomo *esaviano*, um desvio de seu caminho natural e desejável: o mundo do campo e da extensão rural, longe da burocracia das secretarias de governo. Essa primordial distinção entre ambos os profissionais, conquanto estratos do setor técnico de Minas e reconhecidos pela competência técnica de suas formações, nos obriga a compreendê-los em posição também distinta no que toca, essencialmente, à discussão que aqui se entabula. O engenheiro de minas e civil proveniente da Escola de Minas e, depois, sobretudo da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, atua no poder público imbuído, na maioria das vezes, de uma responsabilidade institucional que remonta a um projeto devotado à leitura que aquele grupo empreende do momento econômico mineiro e das melhores opções para reordená-lo. O agrônomo *esaviano*, do contrário, almeja o trabalho direto do extensionista – conquanto atue politicamente pelo incremento do expansionismo chegando mesmo à fundação da ACAR – para esta discussão, ver Barbosa e Barbosa (2009).

Pinheiro, já citado ou de Giannetti, também destacada liderança empresarial).¹⁵¹ Mas o fato de serem engenheiros os fornecia tanto uma percepção essencialmente técnica dos problemas, como os levava a reproduzir, mesmo que parcialmente, o legado institucional recebido em suas formações. Além disso, impulsionava a contratação de técnicos em detrimento de qualquer outro tipo de profissional – em especial quando providenciava a estruturação da máquina pública.

O discurso de posse de Lucas Lopes como secretário da SAICT, proferido em 16 de abril de 1943, nesse sentido, não pode ser mais emblemático. Ele faz rápida avaliação sobre a economia nacional e sua dependência estrutural, em cada momento, de produto específico para sublinhar que “*Sempre nos faltou evoluir tecnicamente na exploração do produto que representava no momento a base de nossa riqueza.*” E concluía que

Os parques industriais se formaram não somente por que estavam sobre jazidas de carvão, mas também por que gravitavam em torno de centros universitários e núcleos de investigação filosófica e científica. (...)

Sabemos que somente a ciência e a técnica poderão elevar continuamente o padrão de vida de nosso povo, eliminar monopólios naturais de fato, adaptar a maquinaria industrial à natureza humana e organizar uma vida social eficiente e por isso justa. (Lopes, 1943 In Guimarães, 1990: 288-9).

¹⁵¹ O fato de Giannetti ser empresário e, sobretudo, presidente da FIEMG leva alguns trabalhos a percebê-lo essencialmente como liderança empresarial na SAICT, menos influenciado pelas preocupações da categoria (caso, particularmente, do importante estudo de Delgado, 1997). Ao nosso ver, Giannetti é o melhor exemplo da conciliação de interesses da elite mineira, na explicação de Dulci (1999): ele articula todos os interesses e os representa, conluiados. Ele muitas vezes atua, sim, como empresário, mas muitas outras como engenheiro, assume espaço na disputa intra-elite técnica mineira, é presidente da SME além da FIEMG. Atua, portanto, como representante de classe mas também de categoria – muito embora se afaste formalmente de todos os órgãos aos quais se ligava, quando de sua chegada à SAICT e faça questão de salientar tal distanciamento. Israel Pinheiro também era empresário, embora não militasse diretamente nem como membro da categoria nem como liderança classista. Compõem aquilo que Dulci (1999) concluiu ter grande relevância em Minas: o tecnopresariado. Nossa hipótese, no entanto, é que o que os contrasta para assumir o posto, ao menos nesta primeira fase, é mais o fato de serem engenheiros reconhecidos pela categoria como elite técnica e intelectual que como empresários. Tanto assim que dos três grandes nomes do período, todos eram engenheiros, mas Lucas Lopes não era, àquela altura, nem empresário nem representante classista. É evidente que, no caso sobretudo de Giannetti, quando de sua chegada à pasta sua carreira como empresário é infinitamente mais relevante que como engenheiro, bem como sua movimentação política em órgãos de destaque (como o Conselho Federal do Comércio Exterior, Comissão do Planejamento Econômico Nacional, Confederação Nacional da Indústria, dentre outros). Mas, mesmo assim, evitou ao máximo se afastar sobretudo da Sociedade Mineira de Engenheiros, sendo membro de seu Conselho Consultivo ao longo dos anos e presidindo mesmo esse órgão por vários períodos. Além disso, e sobretudo, mesmo empresário de grande destaque, representou a Sociedade Mineira de Engenheiros em inúmeros congressos de engenharia, reuniões técnicas e simpósios de engenharia, em âmbito nacional ou internacional. A comparação com, por exemplo, Euvaldo Lodi, é inevitável. Engenheiro *emopiano* contemporâneo à Giannetti, político também de expressão e importante industrial mineiro do período, Lodi tem atuação técnica quase nula se comparada à de Giannetti. Ao cabo, Giannetti nos parece um exitoso empresário que tentou manter seu discurso de técnico respeitado preservado por ser, no limite, este um grande diferencial no debate público.

Esta também será a tônica empregada por Lopes ao longo de sua gestão. No discurso que profere quando da fundação do Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais (ITI), criado por sua Secretaria, Lopes sublinhava a importância de se consolidar uma estrutura industrial, notadamente em ambiente de guerra mundial, afirmando que

Queremos criar uma estrutura econômica que não se apóie apenas na exploração rudimentar e destrutiva de nosso solo, mas que transforme riquezas naturais em produtos acabados, de alto valor, além de manter e ampliar a capacidade produtiva do meio em que vivemos – para isto precisamos de cérebros e máquinas. (Lopes, 1944 In: Guimarães, 1990: 330).

Para concluir, significativamente, que o ITI

(...) foi criado pelo Governo para se tornar um centro de irradiação de ampla e profunda cultura técnica, um núcleo de formação de **engenheiros altamente especializados e capazes**. Será, também, um centro de pesquisas industriais e científicas para aqueles que já estão fabricando as nossas máquinas e os nossos produtos manufaturados.

Até agora vínhamos palmilhando terreno quase desconhecido, trabalhando, muitas vezes, em roteiro certo, guiados algumas vezes por um empirismo estéril e perigoso.

Só agora é proporcionado aos que aqui produzem, o campo fecundo da experimentação científica, da pesquisa sistematizada, do controle racional da fabricação.

A isto se destina este Instituto de tecnologia.

Não sendo uma escola de engenharia, ele será, contudo, a parte viva do ensino da engenharia (idem: 331 – grifo nosso).

A longa citação se justifica pois resume bem o pensamento de Lucas Lopes: era preciso industrializar e, mais que isso, era preciso fazê-lo pelo caminho da ciência e da técnica que, enfim, alcançaria a sociedade por meio de **engenheiros altamente especializados e capazes**. Ressalte-se, nesse sentido, que o Instituto possuía dentre seus quadros, essencialmente geólogos (Dias, 1969: 116).

Em quarto lugar, a SAICT *valadarista* representou ruptura com os demais modelos que a antecederam por que sua estruturação foi hábil em capilarizar, pelo enorme território do estado, sua teia burocrática e sua racionalização, seja por meio das escolas de ensino agrícola ou industrial que controlou seja por sua ampla rede de circunscrições, centros e postos, sobretudo dedicados à agricultura, que levou agrônomos e veterinários – e um braço burocrático, além de sementes e fertilizantes – para todas as regiões mineiras.

Uma das principais medidas, nesse sentido, foi a separação, em 1935 e em nome da racionalização dos serviços,¹⁵² do setor de Obras Públicas do restante da Secretaria. Israel Pinheiro argumentou constantemente com Valadares nesse sentido, julgando ser pertinente uma completa reforma administrativa na administração pública mineira visando à racionalização dos processos, desburocratização dos trabalhos e, sobretudo, à aproximação dos procedimentos da máquina pública daqueles praticados no setor privado, medidas que objetivariam, ao cabo, uma construção burocrática voltada ao desenvolvimento econômico regional.¹⁵³ O decreto nº 11.311, de 05 de maio de 1934, remete à autorização concedida por Valadares a Pinheiro, para que o então secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Trabalho, Viação e Obras Públicas procedesse à divisão das pastas em Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e Secretaria de Viação e Obras Públicas. A reforma administrativa de Pinheiro sugeria, por evidente, mais que a simples separação das secretarias. Antes, pressupunha que “*em cada um desses departamentos, [se] distinga as partes técnicas das partes burocráticas*” (Pinheiro, 1934, In: Guimarães, 1990: 132).

O decreto nº2, de 08 de abril de 1935, incumbiu-se tanto da separação das pastas em questão como da regulamentação do novo organograma da SAICT, de acordo com o proposto por Pinheiro. O Quadro 5 apresenta o referido organograma da Secretaria.

Quadro 5 – Organograma da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho a partir da reforma de 1935

Composição dos Serviços Técnicos	Seções
1 – Serviço de Produção Vegetal (Fomento, Defesa e Experimentação Vegetal)	a) Seção de Defesa Sanitária Geral b) Seção de Fomento da Produção Vegetal c) Seção de Experimentação Vegetal d) Seção de Expediente
2 – Serviço de Produção Animal	a) Seção de defesa sanitária animal

¹⁵² Israel Pinheiro, em um dos documentos remetidos a Valadares sobre o assunto (e neste especificamente apresentando os cargos novos a serem criados em caso de divisão da Secretaria em duas pastas distintas e seus respectivos custos), salientaria que “*Nem sempre se podem encontrar, além disso, pessoas com a inclinação natural e os conhecimentos técnicos indispensáveis à gestão da atual pasta da Agricultura, Viação e Obras Públicas, devido à natureza completamente diferente dos dois grupos de problemas que lhe estão affectos.*” (Fundo Benedito Valadares – CEPDOC – Bva ig rolo 4 fot.0200)

¹⁵³ Ainda no documento referido na nota anterior, Pinheiro afirmaria que “*Parece-me, pois, de alta relevância e muita oportunidade o desdobramento desta Secretaria, nem só pelas razões expostas [essencialmente ligadas à racionalização burocrática em si], como, principalmente, tendo em consideração o largo plano adotado por Vossa Excelência para enfrentar a situação de depressão econômica que atravessamos (...)*”(Fundo Benedito Valadares – CEPDOC – Bva ig rolo 4 fot.0200).

(Fomento e Experimentação Animal)	b) Seção de fomento da produção animal c) Seção de experimentação animal d) Seção de expediente
3 – Serviço de Produção Mineral (Estudo e fomento da riqueza mineral, aproveitamento da energia hidráulica e fiscalização de Minas e de Água)	a) Seção de Geologia b) Seção de Concessão de Minas c) Seção de Energia Hidráulica d) Seção de Concessão de Águas e) Seção de Expediente
4 – Serviço de Terras Devolutas (Medição, concessão, venda e fiscalização das terras devolutas)	a) Seção de Medições b) Seção de Concessão e Venda de Terras c) Seção de Expediente d) Seção de Fiscalização de Terras e Matas
5 – Serviço de Estatística Geral (Organização dos trabalhos de estatística em todas as suas modalidades)	a) Seção de Estatística Fisiológica b) Seção de Estatística Demográfica e Econômica c) Seção de Estatística Social, Administrativa e Política d) Seção de Publicidade
6 – Serviço de Indústria e Comércio (Fomento e fiscalização das atividades relativas à indústria e ao comércio e direção das explorações industriais)	a) Seção de Indústria b) Seção de Comércio c) Seção de Expediente
7 – Serviço Meteorológico (Estudos da climatologia, meteorologia agrícola, chuvas, aerologia e previsão do tempo)	a) Seção de Estudos e Trabalhos b) Seção de Rede Meteorológica c) Seção de Expediente
8 – Serviço de Estâncias Hidrominerais (Estudo de águas minerais, desenvolvimento e fiscalização das estâncias)	a) Seção Técnica b) Seção de Propaganda e Fiscalização
9 – Serviço de Colonização (Preparar as colônias dentro das normas de engenharia sanitária, para localização dos imigrantes e fiscalização permanente dos núcleos coloniais existentes)	a) Seção Técnica de Engenharia b) Seção Técnica de Agronomia c) Seção de Expediente
10 – Serviço de Organização e Fiscalização do Trabalho (Organização, assistência e fiscalização do trabalho e da produção)	a) Seção de Serviços Sindicais b) Seção de Serviços Sociais e Econômicos
11 – Serviço de Ensino Profissional (Orientação e fiscalização do ensino profissional do Estudo em suas diversas modalidades)	a) Seção de Expediente b) Seção de fiscalização
COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	SEÇÕES
1 – Serviço de Pessoal (Expediente relativo ao pessoal dos quadros da Secretaria)	a) Seção de Expediente

2 – Serviço de Contabilidade (Controle de todo o movimento financeiro da Secretaria)	a) Seção de Contabilidade Geral b) Seção de Contabilidade Agrícola c) Seção de Pagamentos
3 – Serviços de Arquivo Central (Organização, distribuição e guarda dos processos da Secretaria)	
4 – Serviços de Comunicações (Receber, registrar, encaminhar e expedir toda a correspondência da Secretaria; extrair requisições de passe e de transporte e encarregar-se da Portaria)	a) Seção de Protocolo b) Seção de Expedição c) Seção de Serviço Telegráfico e Telefônico d) Seção de Portaria
5 – Serviço de Material (Compra, venda, guarda e fiscalização do material da Secretaria)	a) Seção de Almoxarifado b) Seção de Intendência c) Seção de Expediente

À minudente constituição de órgãos, serviços e seções da SAICT, em modelo próximo ao que Draibe (1985) formulou como a constituição da *ossatura material do Estado* para o caso do Governo Vargas, seguia-se uma organizada política de interiorização da Secretaria, seja por meio das escolas de ensino técnico agrícola (as fazendas-escola) ou de ensino técnico industrial (as fábricas-escola)¹⁵⁴ – além da importante Escola Superior de Viçosa, seja por meio especial e essencialmente das circunscrições (posteriormente circundadas de inúmeros centros e postos) de atenção ao produtor agrícola. Além disso, cumpre também destacar a importância assumida pelo Banco Mineiro da Produção que, como órgão público, passou a ser relevante instrumento de fomento da produção rural de Minas no período.

Instituição criada em 1937 tendo por base o antigo Banco Mineiro do Café, o Banco Mineiro da Produção fomentou boa parte do desenvolvimento agrário mineiro no período, sendo importante agência estatal ligada à SAICT – embora com muitas dificuldades de capitalização sobretudo no início de duas atividades.¹⁵⁵ Cumpria, assim,

¹⁵⁴ Algumas escolas foram fundadas pela SAICT, outras, foram transferidas da alçada da Secretaria do Interior para os cuidados da de Agricultura por meio do decreto nº 11.183, de 03 de janeiro de 1934, caso por exemplo da Escola de Horticultura de Itajubá, do Instituto Bueno Brandão, Aprendizado José Gonçalves, Aprendizado Agrícola Borges Sampaio, Escola Padre Sacramento e Escola Adelaide Andrade. A fundação e anexação desses estabelecimentos representa, inferimos, tentativa de organização de política articulada para o ensino, especialmente o técnico, em Minas Gerais no período.

¹⁵⁵ Em correspondência remetida por Valadares ao então presidente do Banco do Brasil, José Marques dos Reis, o governador mineiro apresenta a instituição ressaltando a competência dos seus quadros – conquanto sublinhe as naturais deficiências de formação (“*Os diretores não foram recrutados nos quadros dos técnicos bancários, mesmo por que no nosso País ainda não existem institutos que os formam, tanto que os maiores estabelecimentos bancários, a começar pelo Banco do Brasil, vão buscar seus diretores entre os homens de experiência e conhecimentos gerais*”) – para criticar duramente os responsáveis pelo Banco do Brasil em Minas que, alegando baixa qualidade dos quadros do Banco

parte significativa do processo em construção: financiava a produção que deveria ser estocada na Companhia de Armazéns Gerais do Estado para venda em época de melhor retorno ao agricultor que teria, nas escolas e circunscrições, espaços dedicados ao aprimoramento técnico e ao apoio ao seu trabalho. Para o governador Benedito Valadares, essa política representava mesmo uma defesa mercantil dos produtos mineiros.¹⁵⁶

Já as circunscrições agropecuárias foram criadas pelo Decreto-Lei nº 85, de 21 de março de 1938, que as sediou originalmente em 26 municípios espalhados por todas as regiões de Minas – chegando a 41 o número de cidades sede na década de 1950.¹⁵⁷ Eram compostas por meio de acordo com os municípios, que deveriam fornecer prédio e mobiliário para os técnicos e auxiliares cedidos pelo Governo do Estado, por meio da SAICT. As sedes próprias, planejadas pela Secretaria, deveriam conter dois escritórios de atendimento (um para o setor agrícola e outro para o pecuário), dois apartamentos para abrigar os técnicos e suas famílias, uma garagem e um galpão, para estocagem de sementes, adubos, inseticidas, produtos veterinários, etc. O setor de pessoal de cada circunscrição deveria se formar por um agrônomo, um veterinário, um escriturário-datilógrafo e dois práticos rurais – sendo um por setor.

Mineiro da Produção, apresentavam dificuldades em firmar parceria entre as instituições para fornecimento de crédito agrícola em Minas, acordo que, não existindo, comprometeria decisivamente a instituição mineira de fomento. (BVaig rolo 4 fotos 258,259,260).

¹⁵⁶ Assim que, em discurso quando da inauguração da Fazenda-Escola de Florestal, Valadares destacaria que “*O Banco Mineiro da Produção vem desempenhando, regularmente, sua finalidade pela realização de empréstimos ao lavrador, na época do plantio, sob garantia de seu produto. Como intermediário do Estado, opera a venda de máquinas agrícolas e reprodutores, a prestação, e vai agora também acudir ao agricultor, depois da colheita, pela concessão de adiantamentos de acordo com o depósito de suas mercadorias na Companhia de Armazéns Gerais, sendo-lhe facilitada, por este modo, a venda em época de melhor remuneração. Além dessa defesa mercantil, não tem descurado o governo do beneficiamento da produção, para que possa alcançar melhores preços no mercado*”. (Valadares, 1939 In: Guimarães, 1990: 225 – grifo nosso).

¹⁵⁷ Belo Horizonte, Ponte Nova, Barbacena, Juiz de Fora, Ubá, Leopoldina, Carangola, Guanhães, Pará de Minas, Divinópolis, São João Del-Rei, Caxambu, Varginha, Itajubá, Poços de Caldas, Guaxupé, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas, Curvelo, Diamantina, Montes Claros, Salinas, Pirapora, Governador Valadares e Teófilo Otoni. O Decreto-Lei nº 1726, de 29 de abril de 1946, ampliou para 29 o número de circunscrições, incluindo Araxá, Pouso Alegre e Formiga. A lei nº 549 de 15 de dezembro de 1949 ampliou o número para 40 cidades, incluindo Ituiutaba, Caratinga, Abaeté, Espinosa, Lavras, Alfenas, Patrocínio, Januária, Passos, Conselheiro Lafaiete e Santa Bárbara. A lei nº 1449, de 26 de março de 1956, criou a 41ª Circunscrição, em Conselheiro Pena. Ver Guimarães, 1990: 199. Um detalhe importante que mostra a força desse braço burocrático da SAICT diz respeito à lei de 1949 que amplia para 40 as circunscrições: ela também cria 100 Centros e 248 postos, contando com técnicos agrícolas ou práticos agrícolas, respectivamente, para replicar a política empregada pela circunscrição e que era, por fim, a própria política da Secretaria.

Consoante com a política inicial do governo Valadares, destinada à diversificação e modernização da produção agrícola, as circunscrições representavam verdadeiros processos civilizatórios no campo. Cabia, assim, aos técnicos não apenas difundir os melhores e mais modernos procedimentos agrícolas – essencialmente estudados e desenvolvidos na Escola de Viçosa – como mesmo granjear os mais aptos filhos de agricultores para encaminhá-los para as Fazendas-Escola então criadas. Complementarmente, a Rádio Inconfidência, também sob os auspícios da Secretaria, amalgamaria toda a informação e o processo, por meio de suas ondas curtas, especialmente através do programa “A hora do Fazendeiro”.¹⁵⁸

Seja, portanto, por meio das ondas sonoras do rádio seja, sobretudo, por meio do braço efetivo do Governo do Estado representado pelas circunscrições, a SAICT *valadarista* iniciou um relevante processo de organização e capilarização de sua atuação técnica e burocrática, em especial se for considerada a dimensão territorial de Minas Gerais e a delicada costura de sua união política em que suas regiões tendiam mais aos centros exteriores de atração (paulista e fluminense, principalmente) que ao pálido centro político mineiro ocupado pela ainda desarticulada Belo Horizonte.

Também deve ser ressaltada, no tocante à SAICT *valadarista*, a reestruturação promovida na pasta ao longo da gestão de Lucas Lopes. Ouropretano de nascimento, filho de ex-aluno e professor da EMOP, mas engenheiro graduado pela Escola de Engenharia de Belo Horizonte, Lopes dedicara-se, dentre outros temas, às pesquisas acerca dos sistemas de organização do trabalho, de sorte que buscou, quando secretário, reestruturar a SAICT contribuindo, também de forma relevante para sua demarcação como espaço privilegiado de ingresso do engenheiro no poder público e, sobretudo, como *locus* voltado ao estudo da economia mineira. O Quadro 6 apresenta a configuração da SAICT sob comando de Lopes.¹⁵⁹ Dele podemos ressaltar a

¹⁵⁸ Curiosamente, ainda no ar pela mesma emissora, sendo o mais antigo programa de rádio do mundo em transmissão contínua ao longo de mais de 75 anos.

¹⁵⁹ O quadro aqui apresentado corresponde à versão definitiva da reforma efetuada por Lopes no organograma da Secretaria. A primeira alteração, produzida por meio do Decreto nº 928 de 16 de julho de 1943 (exatamente três meses após a posse de Lopes no comando da pasta), já trazia as principais reorientações em relação ao modelo de Israel Pinheiro. Destaque-se, já neste momento, a criação do Departamento de Economia que de dividia, pela ordem então apresentada, nos serviços de Cooperativismo, Organização Social do Trabalho, Estudos Econômicos, Junta Comercial, Feira de Amostras e Rádio Inconfidência. Cabe sublinhar que, na leitura de Lopes (1991), produzida já em fins da década de 1980, a grande e original contribuição dessa reforma fora a fundação do Departamento de Fomento Industrial, sendo o restante dos departamentos muito similares ao modelo então adotado no Ministério da Agricultura.

importância que se confere ao Departamento de Economia que possui, dentre suas divisões, um setor específico dedicado aos “Estudos Econômicos”.

A regulamentação do organograma decretado em julho de 1943, publicada pelo decreto nº 983 de 09 de dezembro de 1943, esmiúça cada setor, explana sobre suas necessidades e perspectivas e justifica a relevância do aperfeiçoamento burocrático, alegando que

As contingências naturais da fase de crescimento e progresso da Secretaria de Agricultura impuseram uma organização administrativa apropriada a essa expansão. Depois de vencida a etapa mais difícil de criação, tornou-se possível e conveniente uma **reorganização de serviços que definisse um agrupamento lógico de órgãos de ação especializada e distribuisse, com equilíbrio, através de uma escala hierárquica bem proporcionada**, as funções técnica, comercial, financeira e administrativa (...) (Decreto nº 983, de 9 de dezembro de 1943 In: Guimarães, 1990: 294 – grifo nosso).

Quadro 6 – Organograma da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho a partir da reforma de 1943

DEPARTAMENTO	SERVIÇO/DIVISÃO
1 - Gabinete	
2-Departamento Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Pessoal • Divisão de Contabilidade • Serviço de Material • Serviço de Comunicações • Arquivo • Portaria
3 – Departamento de Economia	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Estudos Econômicos • Divisão de Assistência ao Cooperativismo • Divisão de Organização Social do Trabalho • Rádio Inconfidência • Feira de Amostras • Junta Comercial
4 – Departamento de Produção Vegetal	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Experimentação e Defesa Vegetal • Divisão de Fomento Agrícola • Divisão de Conservação do Solo, Irrigação e Drenagem • Divisão de Indústria Vegetal
5 – Departamento de Produção Animal	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Fomento e

	<p>Experimentação da Produção Animal</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Defesa Sanitária Animal • Divisão de Indústria Animal
6 – Departamento de Ensino Técnico	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Técnica • Fiscalização às Escolas Subvencionadas • Escola Superior de Agricultura de Viçosa • Escola Superior de Veterinária de Belo Horizonte • Fazenda-Escola de Florestal • Granja-Escola João Pinheiro • Escola de Horticultura de Itajubá • Instituto Barão de Camargos • Instituto Carlos Prates
7 – Departamento de Terras, Matas e Colonização	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de Terras Devolutas • Divisão de Fiscalização de Matas • Divisão de Colonização
8 – Departamento de Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Intendência • Usina Central de Leite • Fábrica-Escola Benjamin Guimarães • Fábrica-Escola de Produtos Animais • Usina Inconfidência • Estação Rodoviária • Feira Permanente de Amostras (Parte Comercial) • Entrepósitos “Belo Horizonte” • Seção de Compras e Controle • Seção de Contabilidade
9 – Departamento de Fomento Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto de Tecnologia Industrial • Instituto Químico Biológico • Divisão de Eletricidade a) Chefia b) Serviço de Águas e Energia Hidráulica c) Serviço de Força, Luz e Água de Uberaba d) Serviço de Força, Luz de Montes Claros e) Serviço de Força, Luz da Cidade Industrial • Fábrica-Escola de Laticínio “Candido Tostes” • Divisão de Organização Industrial • Divisão de Estâncias Hidrominerais • Seção de Contabilidade

Assim que, embora os departamentos e serviços criados pelo decreto de julho fossem quase todos mantidos pela regulamentação de dezembro, havia uma reorientação hierárquica dos serviços, no equilíbrio dos departamentos. Isso garantiu que a Divisão de Estudos Econômicos deixasse de figurar dentre as demais divisões e, na regulamentação, fosse apresentada como a primeira Divisão do Departamento de Economia, de forma que Lopes, no texto da regulamentação, explicasse que

O Departamento de Economia que tem também uma função de órgão auxiliar do Gabinete do Secretário se incumbe de **estudar sob o ponto de vista econômico geral os problemas da alçada da Secretaria**, especialmente os relativos às tendências gerais de produção, distribuição e consumo da riqueza agrícola e industrial, cabendo-lhe outrossim, atender à organização de cooperativas e segundar a atuação do Ministério do Trabalho na organização social de Trabalho. (idem: 294-5 – grifo nosso).

Nesse sentido, deve-se destacar que já se construía, naquele momento, a ideia de que à SAICT deveria transcender a atuação direta no entorno da produção. Francisco Noronha, Secretário das Finanças que respondia interinamente pela SAICT em abril de 1943, ao empossar Lopes à frente da pasta exporia com clareza que

Não é preciso encarecer a importância dos serviços cuja gestão V. Exa. assume neste instante. Eles entendem com os problemas vitais da economia mineira, abrangendo-os em toda a sua complexidade. Seu âmbito de ação começa, propriamente, com as primeiras manifestações da atividade produtora, para estender-se, depois, às expressões mais altas do **fenômeno econômico**. (Noronha, 1943 In; Guimarães, 1990: 286).

Lucas Lopes foi, então, assim como Israel Pinheiro, figura determinante na SAICT e, portanto, elemento central na compreensão do órgão tanto como *embrião da tecnocracia mineira* como eixo articulador de um projeto coeso e pensado de desenvolvimento regional. Cumpre registrar, nesse sentido, esforços de sua gestão em organizar minimamente um planejamento industrial para Minas Gerais que tanto informam o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” de 1947 como o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais” de 1950 (como já se abordou aqui, coordenado por Lopes) bem como o “Binômio Energia e Transportes”.

Assim que, na edição de dezembro de 1945 da “Revista Comercial de Minas Gerais” Lopes apresentasse artigo abordando sumariamente um esquema de planejamento industrial para o estado. Dividido por seções, discutia panoramicamente fatores relativos à localização das possíveis indústrias, política tributária, perspectivas de financiamento (essencialmente investigando possibilidades do capital nacional e

sobretudo local para utilização no financiamento da indústria no estado), estrutura de população e mercado, condição da mão-de-obra disponível e carência de ensino politécnico e um rápido balanço energético. Ressalte-se, também, que em caráter introdutório, Lopes já falava em um “*estudo acurado de Geografia Industrial de Minas Gerais, no âmbito geral da Geografia Econômica do Brasil*” para completar que

Precisamos, preliminarmente, julgar o valor de nossas riquezas e classificá-las em função das possibilidades reais de aproveitamento atual. Pouco valerá um simples cadastro de nossas riquezas naturais se não o completarmos com o **estudo da geografia econômica** dessas riquezas e as expressarmos em termos de quantidade, qualidade e possibilidades de mobilização atual (Lopes, 1945 – grifo nosso).

Este excerto é bastante expressivo pois demonstra que as questões de geografia econômica, ou ao menos a utilização de algumas de suas chaves de leitura, que estariam presentes no “Plano Energético” de 1950 não decorrem, necessariamente, de sua passagem pela Universidade de Minas Gerais como professor da Faculdade de Ciências Econômicas entre 1946 e 1948, justamente na cadeira de Geografia Econômica. Antes, é provável que fossem suas inclinações para a área que o tivessem encaminhado para o magistério naquele curto período – conquanto ali tenham se consolidado.

De todo modo, é importante sublinhar que essas preocupações não ficaram restritas à Secretaria e, em especial, ao artigo da Revista Comercial; antes, foram desdobradas em volume publicado pela Imprensa Oficial, em 1946, intitulado “Contribuições para o Planejamento Industrial de Minas Gerais”, que contou com a participação de Lopes (em sete dos vinte itens publicados) e demais engenheiros ou professores da FACE, caso de Dermeval Pimenta, M. Pimentel de Godoy, Domício Murta dentre outros.¹⁶⁰ Neste volume encontrava-se, ainda mais detalhada, a estrutura do futuro “Plano Energético” e do próprio “Binômio Energia e Transportes”. Dividia-se em uma “Introdução ao Planejamento Industrial de Minas Gerais” com considerações sobre geografia econômica, uma “Introdução ao Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, um “Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais”, “Problemas Econômicos dos Transportes Rodoviários”, um “Plano Ferroviário para o Estado de Minas Gerais” e dois anexos dedicados “A Indústria do Açúcar” e à “Indústria de Carnes”. Nesses capítulos, os problemas que mobilizavam os debates ao longo das

¹⁶⁰ Sendo que Dermeval Pimenta fora o secretário de Viações e Obras Públicas do governo de Valadares e Domício Murta, além de professor da FACE e importante consultor tanto do Plano de Eletrificação como do Binômio Energia e Transportes, fora chefe de gabinete da SAICT por um período.

décadas anteriores ressurgem, mas pensados de forma mais sistematizada e à luz de conceitos mais bem formulados, aspirando uma espécie de investigação econômica.

Por fim e especialmente, a SAICT *valadarista* pode ser compreendida como uma ruptura e um marco tanto na inserção definitiva do corpo técnico ao poder público mineiro como, principalmente, na consolidação de uma agenda estatal dedicada ao planejamento do desenvolvimento da economia regional por que todos estes elementos arrolados estavam determinados em consonância com um projeto maior que reunia, de forma bastante clara e verticalizada, tanto a elite política como a econômica, tanto os setores tradicionais como os modernos, tanto os políticos profissionais como a elite técnica, em torno de uma mesma proposta que, lenta mas efetivamente, foi se tornando estruturante para o poder público regional. E este projeto era determinado pela agenda do planejamento e da intervenção, valendo-se de perfil técnico na tomada de decisões e tendo por base a noção de espoliação de Minas pelos estados vizinhos.

Em um primeiro momento, conforme sustenta Dulci (1999), este projeto era o da diversificação agrícola e da modernização produtiva; posteriormente, o foi o da Cidade Industrial de Contagem; entre um e outro, foi o projeto da Grande Siderurgia em Minas (Barbosa, 2005). Contou com a elite técnica de forma vertical, mas também com o empresariado mineiro (Vieira, 1984). Articulou todos esses setores mas, definitivamente, pode-se sugerir que era, sim – e dentro das possibilidades e perspectivas do período, um projeto, organizado, estruturado como tal, definido e orquestrado pelo governo de Valadares e que tinha, na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho o espaço primordial para sua implantação e no engenheiro o profissional de corte ideal para sua execução.

A ideia de que havia uma política minimamente acordada a ser cumprida, para qual eram ouvidos membros de destaque da elite regional, é expressa em inúmeras ocasiões, em discursos oficiais e documentos internos, assinalados como confidenciais. Israel Pinheiro, por exemplo, em seu discurso de posse, afirmaria que “*O meu trabalho, pois, se reduzirá apenas à aplicação de um **programa** já estabelecido*” (Pinheiro, 1933, In: Guimarães, 1990: 131 – grifo nosso) para concluir, no de despedida, que

A orientação de S. Excia. [Governador Benedito Valadares] aqui se processa dentro de um **plano previamente estudado e organizado**, de modo que todas as iniciativas se coordenassem e se conjugassem numa estreita colaboração para uma mesma finalidade. (Pinheiro, 1942 In: Guimarães, 1990: 274 – grifo nosso).

O mesmo ocorre com Lucas Lopes que, em sua posse, pondera que “*Quando o Exmo. Sr. Dr. Benedito Valadares, com visão segura de estadista, reorganizou esta Secretaria, tinha em mente um **amplo programa de ação** (...)*” (Lopes, 1942 In: Guimarães, 1990: 287 – grifo nosso).

Sendo estes discursos para consumo externo, poder-se-ia supor que representavam a construção de uma marca em relação ao trabalho da Secretaria – não muito diferente, portanto, do discurso legitimador sobre a própria fundação do órgão conforme já se procurou abordar neste texto. Deve-se ponderar, contudo, que essa mesma interpretação sobressai de documentos cuja publicidade não era desejada. Este é o caso, por exemplo, de documento interno enviado por Israel Pinheiro à Valadares, em 18 de dezembro de 1934, em que caracteriza a política econômica valadarista como um “*plano que tem por base uma ação intensiva e segura do governo para o desenvolvimento das forças econômicas do Estado, na agricultura, na indústria e no comércio*” (Fundo Benedito Valadares – CPDOC – Bva ig rolo 4 fot.0200). Este também é o caso de carta remetida pelo Ministro da Agricultura de Vargas, Odilon Duarte Braga, a Valadares em 1935.¹⁶¹

Odilon Braga, natural de Juiz de Fora, era bacharel em Direito graduado no Rio de Janeiro. Ao longo especialmente da década de 1920, atuou tanto na política municipal, notadamente em Rio Pomba, como secretariando alguns governos estaduais (caso do de Raul Soares ou de Antonio Carlos) ou mesmo na presidência de Epitácio Pessoa. Eleito deputado federal em 1933, e dedicado ao setor jurídico do Banco do Brasil, dedicou-se ao Ministério da Agricultura a partir de 1934, permanecendo nele até 1937 quando suas divergências com o governo federal por conta do advento estadonovista o levaram a ser o único ministro a não subscrever a Constituição escrita por Francisco Campos (Fonseca, 1989: 249), o que o levou ao rompimento com Vargas, transformando-o em um dos co-autores do Manifesto dos Mineiros de 1943, justamente contrário a Vargas.

No documento remetido à Valadares, registrado como “confidencial”, Braga responde a solicitação do governador mineiro sobre se teria sugestões acerca da

¹⁶¹ Para esta e as demais referências a este documento ver: Fundo Benedito Valadares – CPDOC – Bva ig 1933.11.14 rolo4 fot.215,216,217,218.

formulação de um programa para o desenvolvimento econômico regional.¹⁶² A carta expõe, ao longo de onze páginas, tanto as observações de Braga sobre a movimentação interna ao governo como infere qual o melhor meio para Minas se posicionar em relação ao governo federal bem como deveria constituir um programa de ação para seu desenvolvimento econômico.

Primeiramente, Braga lembra que o governo mineiro deveria manter-se solidário em relação a Vargas pois “*assim estão procedendo S. Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco*”. Na sequência, lembra a importância de Minas indicar “*homens capazes*” (grifo no original) para todo e qualquer posto que fosse possível no governo federal, ocupando todas as secretarias e órgãos e obrigando que esses indicados mantivessem estreita comunicação com o governo de Minas e trabalhassem, no plano federal, a partir dos rigorosos limites impostos pelos interesses mineiros.¹⁶³

Ainda no tocante à avaliação que procede sobre as relações de Minas com o governo federal e com os demais estados federados, Braga sublinha a necessidade de variar a postura de acordo com o interesse econômico mineiro, sempre, valendo-se – nos debates mais polêmicos e delicados – de toda a estrutura paraestatal. De acordo com o então Ministro

Quando haja conflito entre o interesse político e o econômico, cumpre defender o interesse econômico por meio de entidades de classe, estranhas à órbita da ação governamental: associações de agricultores, de industriais, de comerciantes, em cujas diretorias o Governo deve ter sempre pessoas amigas que tomem, com discrição, iniciativas convenientes.

Parece clara, a partir dessa observação, a postura da Sociedade Mineira de Engenheiros quando da campanha pela Grande Siderurgia em Minas, abordada no capítulo 7. Como era assunto delicado dentro do Governo Federal, coube à SME encampar um debate inconveniente de ser levado à tona pelo Governo Estadual, o que não significa que o Governo no geral, e a SAICT em particular, não só tivesse interesse

¹⁶² Não obstante a relação de Braga e Valadares não fosse das melhores, conforme se pode observar a partir de correspondência de Valadares a Vargas, de 30 de dezembro de 1935, criticando duramente subordinado de Braga no Ministério e, em rascunho que teve partes devidamente suprimidas, sublinhando que o Ministro via e não tomava nenhuma atitude. Isso reforça, portanto, a percepção de que conquanto as divergências políticas pudessem ser verticais havia um senso comum que colocava determinadas questões em destaque. (Ver Fundo Benedito Valadares – CPDOC – Bva ig1935 464)

¹⁶³ No que concerne ao Departamento Nacional do Café e ao Instituto do Açúcar, propriamente, especialmente em suas relações com o Tesouro e com o Banco do Brasil, Braga é ainda mais incisivo, alegando que “*Precisamos ter homens pesquisadores em contato direto com a contabilidade desses órgãos*” (Fundo Benedito Valadares – CPDOC – Bva ig 1933.11.14 rolo4 fot.215,216,217,218).

no embate como, no limite, participasse dele por meio da associação da categoria ou mesmo por meio da FIEMG que, conforme aponta Vieira (1984) também apoiou a SME em sua campanha a partir de dado momento. Não é por menos que, dizendo-se favorável ao traçado projetado pela Itabira Iron para a construção de uma nova estrada de ferro, o então Ministro da Agricultura de Vargas concluiu que “*a sua construção fatalmente trará consigo a ‘grande siderurgia’, que fará de Minas a base econômica do país*”.

Encerrada a introdução em que Braga traça avaliações gerais sobre o melhor modo do governo Valadares se relacionar com o de Vargas, o documento desce ao plano econômico mineiro propriamente, estabelecendo um arrazoadado de propostas a serem trabalhadas especialmente pela SAICT. O entabulamento desse projeto de forma comum, se estabelecendo no trânsito de ideias entre os pares interessados se revela, por exemplo, quando Braga lembra já conhecer parte do trabalho em desenvolvimento na Secretaria (“*Nada digo sobre a organização dos serviços (...) por que sei que o Israel e o Raul [Sá]¹⁶⁴ já a tem esboçada, merecendo especiais louvores a criação das circunscrições com veterinários, agrônomos e intendências, já proposta pelo Israel*”).

No que concerne à avaliação de Braga e suas sugestões para o recobrimento econômico mineiro, no referido documento, duas observações se fazem relevantes. A primeira diz respeito à avaliação da economia regional como em situação de atraso relativo e, sobretudo e especialmente, sua condição de espoliada pelas forças vizinhas – o que, mais uma vez, leva-nos a ponderar que se era discurso externamente construído para legitimação de um grupo ou uma política específica, também era parte, sim, da compreensão real que se tinha, então, do fenômeno econômico em Minas. Assim que, em dado momento, Braga pondere que

Vale dizer, do ponto de vista econômico, Minas não conquistou ainda sua autonomia. Os mineiros trabalham para a grandeza de seus vizinhos. Até os Bancos fundados em Minas e alimentados pela economia do povo mineiro desviam para fora do Estado as suas energias.

A partir disso, Braga sugere a realização de estudos concernentes à política fiscal de Minas, o aparelhamento de suas indústrias, o fluxo de sua produção e o perfil do

¹⁶⁴ Raul de Noronha Sá, deputado constituinte em 1934. De acordo com a correspondência de Braga, Sá também teria sido consultado por Valadares, documento que, se foi produzido, infelizmente não se conseguiu localizar para a realização deste trabalho.

crédito existente no estado.¹⁶⁵ É curioso como, também aqui, já aparecem considerações que, anos mais tarde, ressurgirão nos estudos como o “Plano de Recuperação” ou “Plano Energético” e, três décadas depois, no “Diagnóstico da Economia Mineira”. Tratando do aparelhamento industrial em Minas, Odilon Braga concluiria, por exemplo, que *“Minha impressão é que as fábricas mineiras são quase todas antiquadas. O mineiro tem uma noção falha de Economia...”*

Sugere, também, quanto ao reaparelhamento da indústria local que ao Governo de Minas cumpria *“coagir os Bancos que tenham suas matrizes em Minas, a entrarem em acordo com o Governo para atender a necessidade desse reaparelhamento”*. A carta também desce às minudências da produção. Em dado momento, destaca que

A Secretaria de Agricultura deverá encabeçar resolutamente o movimento de renovação da nossa produção de laticínios. (...) Para isso, ao trabalho disperso e desorientado de hoje deverá suceder o trabalho dirigido pelo Governo (...)

Também destaca a importância das criações de suínos, da produção de aves e ovos, das lavouras de café, algodão e fumo, concluindo pela educação profissional rural que deveria, por sugestão do Ministro, ser encabeçada pela Escola de Viçosa. Cumpre ressaltar, nesse sentido, que boa parte desses itens passa a compor o receituário da SAICT, justamente a partir de 1935 quando, por exemplo, se regulamenta o Serviço de Fomento e Defesa da Produção do Algodão (Lei nº 48, de 27 de dezembro de 1935) ou se iniciam as atividades do Serviço de Fomento do Fumo, a partir de julho do mesmo ano, ficando a Escola de Viçosa a responsável, a partir do início de 1936, pela escola veterinária que se implantara na capital, no bairro da Gameleira.

Assim que a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (SAICT), passa a ser o “embrião da tecnocracia mineira”. E isso não apenas por que passa a receber o corpo técnico mineiro de forma definitiva e definidora mas, sobretudo, por que passa a ser o centro de gestação das políticas públicas de desenvolvimento econômico ao menos até o princípio da década de 1950. É a partir desta Secretaria, de sua lógica interna construída tendo por base o pensamento do engenheiro e das influências das elites regionais, que se pode compreender as estratégias de

¹⁶⁵ Antecipando, inclusive, a proposta de transformação do Banco Mineiro do Café em Banco da Produção, voltado ao fomento agrícola como um todo: *“A criação de um Banco especializado de crédito agrícola, alimentado pelas taxas e reversões do D.N.C., ou o desenvolvimento do Banco Mineiro do Café, serão medidas de formidável alcance prático”* (grifo no original).

desenvolvimento econômico que, a partir da década de 1930, se desenham em Minas Gerais.

A primeira delas decorre justamente da tentativa de se dinamizar as lavouras destinadas à indústria (Dulci, 1999: 65). Conforme aqui apresentado, respondia aos interesses próprios tanto da Secretaria como do Governo do Estado, e estava em consonância com projeto maior que até mesmo o Ministro da Agricultura participava. Paralelamente, o projeto siderúrgico que, se não estava diretamente relacionado à Secretaria, o estava tangencialmente considerando-se que a campanha da Sociedade Mineira de Engenheiros não apenas organizava o debate e o publicizava bem como agia na cena pública em espaço e tema que, politicamente, era constrangedor ao governo mineiro atuar.¹⁶⁶

Outros dois fenômenos relevantes ligados à Secretaria dizem respeito aos temas de produção e distribuição de energia elétrica e à construção da Cidade Industrial e representavam, mais que qualquer outro assunto, a realização do espaço do engenheiro e a imposição de sua agenda – industrializante – em detrimento dos demais. Embora esse processo tenha ocorrido de forma intermitente, repleto de idas e vindas, corresponde à estruturação dos interesses mais objetivos da categoria na própria máquina pública que se consolidava. A campanha pela grande siderurgia, empenhada pela SME mas, acreditamos, apoiada velada mas entusiasticamente pela SAICT, revela bem a dimensão da questão na órbita do poder público mineiro. A partir de 1938, essa configura a grande aposta de Minas. Sua derrota no plano federal, que no próximo capítulo destacaremos inclusive para compreendermos com maior exatidão o processo de redefinição da elite técnica no âmbito da arena estatal, impõe também uma profunda reorientação dos próprios projetos regionais levando ao destaque então da questão energética – embora já levemente considerada pelo governo mineiro antes disso – e sobretudo da construção de uma cidade industrial que potencializasse a produção mineira.

¹⁶⁶ Merece destaque uma observação: a SAICT que fora tão diligente na estruturação de seu braço tecnoburocrático pelo estado até 1938, quando se verticaliza o debate siderúrgico, fica em compasso de espera enquanto ele se desenvolve. Ao menos é isso que se pode depreender por meio da observação da emissão das leis e decretos-leis de interesse do órgão no período. Entretanto, consoante com interesses ligados à publicação do Parecer Siderurgia Nacional e Exportação do Minério de Ferro, por exemplo, publicou-se o decreto nº120, de 30 de agosto de 1938, tratando da criação de um “Conselho Florestal do Estado de Minas Gerais”, de evidente relação com a discussão acerca da produção de carvão vegetal e os problemas de desflorestamento que tenderia a ocasionar; a criação de uma Fábrica-Escola em Pará de Minas (município situado próximo à Contagem onde, no futuro próximo, se pensava em constituir uma Cidade Industrial) e, já a partir de 1941, passa a tratar da Cidade Industrial de forma mais vigorosa.

Cidade Industrial e questão energética estavam, nesse sentido, absolutamente interligadas, na medida em que correspondiam ao dilema que, também ao longo das décadas, se colocava em Minas e que, no limite, seria reiterado desde o Plano Energético até o Diagnóstico, em 1969, no tocante à industrialização mineira: é a indústria que deve preceder o fornecimento de energia ou a fartura de energia que precede a instalação da indústria?

Nesse sentido, ambas as questões passam a atrair a atenção tanto do governo de Minas como das associações de classe e categoria. A Revista Mineira de Engenharia oferece, então, ampla cobertura às obras de instalação das hidroelétricas mineiras, chegando mesmo na gestão de Giannetti na SAICT a tratar longamente do problema, assim como publica inúmeras e longas reportagens sobre a construção da cidade industrial, traduzindo sua fundação como um marco na economia regional.

O “Plano de Recuperação” de 1947, nesse sentido, não obstante denote o reingresso da questão agrícola na ordem dos interesses diretos da SAICT, representa também a reafirmação do órgão como espaço de organização, planejamento e gestão do desenvolvimento regional. Assim que, na Mensagem enviada pelo governador Milton Campos ao Legislativo Mineiro, em 1947, ele reafirme a importância do órgão qualificando-o como “*a pasta que supervisiona a política econômica do Estado*” (Campos, 1947: 73) e que Giannetti, ao assumir seu comando, discursasse ressaltando “*os princípios e as diretrizes que hão de presidir à transformação da economia mineira*” que, em sua interpretação, encontrava-se “*estiolada*” (Giannetti, 1947 In: Guimarães, 1990, vol.2: 18-19).

Mas, se o “Plano” de 1947 não logrou êxito absoluto na realização de suas propostas, contudo, a criação da “Taxa de Recuperação Econômica” que lhe foi consequência mostrou-se essencial para o futuro da economia regional. Assim, sendo o “Plano de Eletrificação” mais profícuo no que concerne à sua exequibilidade (já que baseou amplamente a constituição da CEMIG), o “Plano de Recuperação” foi financeiramente mais relevante pois foi justamente a “Taxa” que, até fins dos anos 1960, garantiu recursos justamente para obras como as ligadas à concretização da CEMIG.

Criada pelo Decreto-Lei nº 2152, de 12 de julho de 1947, em conjunto com o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, a “Taxa de Recuperação

Econômica” foi o meio encontrado, pelo governo de Milton Campos, para financiar as obras e programas que o “Plano de Recuperação” pressupunha. Conquanto o amplo apoio do empresariado mineiro ao “Plano”, sobretudo por que segundo Delgado (1997) ele representava a formulação pelo poder público de muitos e específicos interesses do próprio setor, a criação do tributo não logrou tamanho entusiasmo, especialmente desse grupo. Assim que, quando relatada por Milton Campos ao Legislativo, em 1948, tivesse o governador tomado o cuidado de sublinhar que ela “*representa um preço de serviços prestados pela Administração, para atender ao programa de recuperação econômica e fomento da produção*” (Campos, 1948:146). Isso se justifica, de acordo com Dias (1969: 119) devido à longa batalha judicial que seguiu à sua decretação: sendo taxa, deveria, por natureza jurídica, lastrear-se na contraprestação de serviço por parte do Estado. O fato é que, segundo Delgado (1997: 113), a decretação da Taxa foi politicamente delicada, sobretudo por que teria surpreendido os empresários mineiros – os principais afetados pela medida – quebrando assim acordo tácito entre governo estadual e o arranjo classista, ao que se seguiram inúmeras tratativas envolvendo tanto Giannetti como Magalhães Pinto, secretário das finanças, e os representantes classistas.

Originado para perdurar por seis exercícios, “*sobre todas as transações de qualquer natureza, realizadas no Estado, na razão de 0,6% nos exercícios de 1948 a 1951, de 0,4% em 1952 e de 0,2% em 1953*” (Campos, 1948: 146), o tributo foi prorrogado, primeiramente, pela lei 760/1951, no Governo JK e, posteriormente, por meio da lei 1481/1956, quando o Governo Bias Fortes buscando consolidar a dívida do Estado por meio de uma operação de crédito com o Banco do Brasil no valor de quatro bilhões de cruzeiros, a ser pago pelos dez anos seguintes, determinou que

A fim de assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações ora autorizadas, a Taxa de Serviços de Recuperação Econômica continuará a ser arrecadada a partir de 1º de janeiro de 1957, até 31 de dezembro de 1966 (...)

Para Fernando Correia Dias (1969:119), ao longo de todo o período em que vigeu, a Taxa foi “*o mais importante tributo estadual em volume de arrecadação*”. Ainda para este autor,

Foi graças à taxa que se conseguiu financiar o desenvolvimento econômico de Minas [no período] (...) Os recursos daí advindos – devidos, portanto, à poupança interna do Estado –, foram mais dinâmicos e extensos, do que os provenientes de qualquer outra fonte, inclusive financiamentos da União e do Exterior. (ibidem)

O fato, contudo, do “Plano de Eletrificação de Minas Gerais” ter sido produzido pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, por meio de técnicos terceirizados, em contexto político que fazia com que a SAICT e a SVOP fossem loteadas por forças políticas rivais, levou a planejamento distinto que, no limite, aprofundou as possibilidades de enfraquecimento de um dos lados. A vitória de JK, em 1950, como governador, abonou a perspectiva de desenvolvimento definida pelo Plano de Eletrificação, empoderando justamente o grupo a ele ligado que, em boa medida, passou a ser o grupo de poder da CEMIG, quando de sua fundação. Juscelino, filiado ao mesmo PSD que o Secretário de Viação e Obras Públicas, vencera a eleição estadual sobre Gabriel Passos, da UDN, que se impusera ao nome de Giannetti que lutara, avidamente, pela indicação do partido. Pode-se pensar, em caráter de hipótese, que o esvaziamento da Secretaria de Agricultura, nesse sentido, pode ser percebido tanto como um elemento lógico de complexificação das agências de desenvolvimento como fator de enfraquecimento político de órgão naquele momento essencialmente identificado à Giannetti, particularmente, e à UDN como um todo.¹⁶⁷

Deve-se ponderar, no entanto, que este esvaziamento da dianteira decisória da SAICT – que pode ser medido pela importância assumida pela CEMIG originalmente e mesmo pelo enfraquecimento político dos secretários de agricultura – não se refletiu, imediatamente, na perda relativa de importância do órgão na distribuição dos recursos financeiros. Pelo contrário, essa perda orçamentária de importância relativa somente seria sentida na década de 1960 quando outras Secretarias se impuseram como locus do planejamento, a saber: a secretaria do desenvolvimento no Governo Magalhães Pinto e/ou os conselhos de desenvolvimento.¹⁶⁸ Não perdendo importância na distribuição do

¹⁶⁷ Assim que, embora Lucas Lopes e os demais membros da elite tecnoburocrática se dissessem alheios ao embate político, por que técnicos por definição e formação, este seu comentário acerca da campanha eleitoral de Dutra, em Minas, da qual ele participou ativamente, contribui para qualificar esse posicionamento e oferecer uma dimensão mais bem definida da separação entre os grupos: “*Os udenistas realmente não tinham a menor capacidade de interpretar os fenômenos econômicos, e nós os arrasamos. (...) Enquanto os udenistas falavam mal do Valadares, nós já os estávamos desmascarando (...) Íamos desmascarando os embustes da UDN, e eles não tiveram tempo de nos contraditar*” (Lopes, 1991: 90). No que tange à campanha de Dutra, ou dos pessedistas mineiros à Constituinte, pode ter funcionado mas, na campanha para governador não foi bem assim. Desse modo que o argumento de Lopes também reforça a importância da vitória de Milton Campos e da feitura de seu plano de recuperação em cenário político dividido – além de permitir ainda com mais clareza a divisão entre os grupos que produziram o Plano de Recuperação e o Plano de Eletrificação, conforme já abordamos anteriormente.

¹⁶⁸ Ver seguintes Despesas Orçamentárias: 1934 (Decreto nº 11.336, de 18/05/1934); 1935 (Decreto nº 123, de 10/07/1935); 1936 (Lei nº 15, de 13/11/1935); 1937 (Lei nº 162, de 13/11/1936); 1938 (Lei nº 231, de 09/11/1937); 1939 (Decreto- Lei nº 74, de 07/02/1938); 1940 (Decreto- Lei nº 610, de

orçamento do Estado, parece inegável sua reorientação essencialmente para a seara agrícola e sua instrumentalização como elemento de barganha no jogo político. Tanto assim que o bacharel em Direito Tristão da Cunha, ao assumir seu comando sob o Governo JK, destacasse em seu discurso de posse que “*a agricultura é a única fonte de riqueza [do Brasil]*”. De acordo com Guimarães (1990, vol2.: 81), Cunha teria salientado que “*Sendo o Brasil um país essencialmente agrícola, só a classe agrícola não pode progredir. (...) Sobre seus ombros frágeis [da lavoura] pesam os encargos da indústria e do comércio*” (ibidem). Ainda para o autor, “*Vindo para aquela pasta, trazia o pensamento voltado para a lavoura*” (ibidem). E assim também o era, por exemplo, com Bias Fortes, que se dizia um fazendeiro no governo (Dias, 1969).

Já no tocante à SAICT como espaço de articulação política, esvaziada de suas funções de planejamento e gestão de um projeto regional de desenvolvimento, e sendo utilizada como meio de se acomodar os interesses político-eleitorais enquanto se transferia para outras agências a organização efetiva do planejamento, a fala de Álvaro Marcílio, advogado paulista que secretariou a pasta ao longo de todo o governo Bias Fortes, é exemplar. Assim que destaca sua “*emoção mais intensificada por vir integrar o quadro dos auxiliares do nobre Governador, Doutor José Francisco Bias Fortes, como representante do Partido Trabalhista Brasileiro*” para, adiante, concluir que

(...) a preocupação de bem servir ao Partido, como integrante de uma coligação política, inspirada pela orientação firme do eminente governador, caracterizada pela necessidade da concórdia, num momento em que o trabalhismo se volta para o exame das reformas de base reclamadas pelo país (...) (Marcílio, 1956 In: Guimarães, 1990, vol. 2: 176).¹⁶⁹

19/12/1939); 1941 (Decreto- Lei nº 749, de 26/11/1940); 1942 (Decreto- Lei nº 811, de 03/11/1941); 1943 (Decreto- Lei nº 876, de 28/11/1942); 1944 (Decreto- Lei nº 965, de 29/11/1943); 1945 (Decreto- Lei nº 1203, de 20/11/1944); 1946 (Decreto- Lei nº 1417, de 28/11/1945); 1947 (Decreto- Lei nº 1952, de 13/12/1946); 1948 (Lei nº 26, de 05/11/1947); 1949 (Lei nº 198, de 09/09/1948); 1950 (Lei nº 405, de 06/09/1949); 1951 (Lei nº 609, de 01/09/1950); 1952 (Lei nº 772, de 30/11/1951); 1953 (Lei nº 935, de 29/11/1952); 1954 (Lei nº 1010, de 28/11/1953); 1955 (Lei nº 1173, de 09/12/1954); 1956 (Lei nº 1348, de 29/11/1955); 1957 (Lei nº 1512, de 04/12/1956); 1958 (Lei nº 1700, de 03/12/1957); 1959 (Lei nº 1856, de 04/12/1958); 1960 (Lei nº 2017, de 07/12/1959); 1961 (Lei nº 2239, de 07/12/1960); 1962 (Lei nº 2503, de 10/12/1961); 1963 (Lei nº 2658, de 09/12/1962); 1964 (Lei nº 2990, de 07/12/1963); 1965 (Lei nº 3241, de 09/12/1964); 1966 (Lei nº 3703, de 17/12/1965); 1967 (Lei nº 4282, de 01/12/1966); 1968 (Lei nº 4678, de 07/12/1967); 1969 (Lei nº 5067, de 03/12/1968); 1970 (Lei nº 5344, de 24/11/1969).

¹⁶⁹ Parece evidente que o discurso partidário não poderia mesmo aparecer ao longo do governo de Benedito Valadares, pelo óbvio motivo de boa parte dele se dar ao longo do Estado Novo. Mas, isso não explica a ausência desse tipo de referência nos discursos e entrevistas de Giannetti ou de Tristão da Cunha, além dos demais secretários que passaram esporadicamente pela pasta já em ambiente democrático e de funcionamento das agremiações partidárias pós 1945. Infere-se aqui, portanto, que argumento ligando efetivamente o cargo ao PTB, como apresentado por Marcílio, oferece oportunidade de aquilatar o peso político da secretaria na medida em que auxilia no argumento baseado na hipótese de

Outro elemento capital à discussão relaciona-se à crescente importância que assume o economista como profissional de corte ideal na condução do processo de desenvolvimento econômico regional. A emergência dessa categoria profissional, determinante na década de 1960 (em especial após a fundação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1962) já se impunha na década de 1940 quando se iniciava esse tipo de formação, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, conforme se buscou abordar no capítulo anterior, e a especificidade de seu conhecimento já era percebida pelas lideranças políticas mais proeminentes. Assim que ainda na primeira mensagem que remete à Assembléia Legislativa de Minas, em 1947, Milton Campos sublinhasse que o Departamento de Economia da SAICT “*pela falta de técnicos especializados, apresente falhas no tocante à realização de inquéritos econômicos*” (Campos, 1947: 78).

Mais emblemático ainda, nesse sentido, é o discurso de posse de Giannetti à frente da SAICT, em 20 de março de 1947. Após avaliação sobre a situação delicada da economia mineira, assim considerada dado seu aspecto de fornecedora de “*matérias primas e produtos agrícolas, a baixo preço*” e de consumidora de “*manufaturados e artigos vários, nacionais e estrangeiros, do mais alto valor*”, e de sugerir que

Tendo em vista os recursos naturais do Estado de Minas, notadamente os de origem mineral, deve-se preconizar, para o desenvolvimento de sua economia, uma política que vise ao estabelecimento de indústrias básicas, a fim de prepará-lo a uma ampla industrialização.

Giannetti concluía que “*A implantação das indústrias de base exige, por sua vez, um planejamento ou programação*”, para então lembrar dos estudos até então realizados pelos *economistas mineiros* e, sobretudo, para ressaltar os “*princípios já consagrados pelos economistas*”.

Em todos os discursos de posse dos secretários da pasta é a primeira vez que se recorre ao termo “economista” para designar o responsável pelo estudo e pela propugnação das políticas públicas necessárias para a premente industrialização que, no discurso de Giannetti, assume relevância no que tange ao desenvolvimento econômico

que as pastas foram sendo sistematicamente esvaziadas em favor de agências paralelas de administração o que, em Minas, se iniciou com Juscelino – e que se tornou chave importante do êxito de seu governo de acordo com parte da bibliografia – e foi mantido por Bias Fortes que era, inclusive, seu partidário no PSD.

regional. Mais emblemático ainda, na fala do engenheiro Giannetti, é a referência que faz à sua profissão de formação – a qual representou, inclusive, como presidente da SME por dois anos como presidente de seu conselho consultivo ao longo de boa parte de sua vida pública: era preciso ampliar a capacidade de cursos técnicos, cujos cursos deveriam se destinar “*à formação de engenheiros para a indústria*”. Pode-se inferir, sobretudo a partir dos dados trabalhados no capítulo seguinte, que a especialização do engenheiro como técnico ultra-especializado para a indústria, que em Minas ganha a defesa entusiástica de setores do corpo técnico na década de 1940, pode estar relacionada à demarcação sutil, porém eficiente, de espaço de atuação para engenheiros e economistas na esfera do poder público mineiro, ficando os primeiros progressivamente mais voltados às questões práticas da produção enquanto os segundos se dedicavam, gradativamente mais, às políticas públicas de desenvolvimento.

Embora sutil, a inferência à categoria profissional do economista no discurso de Giannetti parece sintomática de uma delicada disputa intra-elite técnica mineira. As agências pós-1950, ao lado das tentativas de consolidação dos conselhos voltados ao desenvolvimento e das secretarias dedicadas ao planejamento, à administração e ao desenvolvimento econômico correspondem à nova etapa no processo de institucionalização da elite técnica no seio do poder público mineiro relacionando-se, por conseguinte, em nossa hipótese, à própria transição da dianteira decisória do processo de definição do desenvolvimento econômico regional: da plena influência do engenheiro para a construção da centralidade do economista.

Capítulo 14 - Da inserção do corpo técnico mineiro às esferas públicas de atuação: Secretarias, Conselhos de Desenvolvimento e *Migs* e a época dos economistas

No tocante à construção do espaço de inserção do corpo técnico às arenas públicas em Minas Gerais, compreender a relevância da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho implica perceber, sobretudo, a conotação simbólica de seu esvaziamento – essencialmente político –, a partir do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira no governo estadual. Antecipando características de modelo que, em sua gestão federal, se consagrou como um modo particular de conciliar os interesses políticos tradicionais com as demandas emergentes das elites técnicas e modernizantes do país (Benevides, 1979 e 1991; Lafer, 2003), Juscelino esvaziou a Secretaria de Agricultura, transferindo para o DER e, muito especialmente, para a CEMIG a dianteira decisória do processo de desenvolvimento regional (Diniz, 1981; Dulci, 1999; Dias, 1969). É importante notar, no entanto, que esse movimento coincide com dois outros de imensa significação. O primeiro deles diz respeito à transformação no perfil da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) que, ao contrário das duas décadas anteriores controladas por empresários ligados ao ramo siderúrgico e minero-metalúrgico, de grande expressão política regional e nacional, passa a ser presidida por empresários mais tradicionais, de empresas menores e relacionadas ao setor tradicional (como o calçadista e o têxtil), grupo com pouca ou nenhuma expressão nacional (Delgado, 1997), e ao lento esvaziamento da Sociedade Mineira de Engenheiros como espaço de atuação política regional.¹⁷⁰ Há, portanto, uma reacomodação dos grupos de pressão no entorno do poder público regional, bem como a emergência de novos setores em formação como, por exemplo, os economistas. O outro fator decisivo diz respeito à agenda democrática pós-1946 que impunha o arranjo político e a coalização como formas determinantes do fazer político – e no qual JK sempre teve grande aptidão.

Também é fator que merece destaque o fato de que tanto o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” como o “Plano de Eletrificação de

¹⁷⁰ Processo que se inicia lentamente na década de 1950, levando à percepção da SME, na década de 1960, como um espaço essencialmente voltado à socialização da categoria, não como órgão político como fora, por exemplo, nas décadas de 1930 e 1940.

Minas Gerais” estavam produzidos e apresentados, assim como a “Taxa de Recuperação Econômica” e a “Taxa de Eletrificação” (da qual trataremos na sequência) estavam aprovadas e sendo creditadas nos cofres públicos de Minas. Em certa medida, estava determinada a vitória de um tipo específico de agenda – baseada no planejamento do desenvolvimento regional e no financiamento por meio do poder público de parte desta agenda – que havia sido pactuado pelos vários estratos da elite regional desde a década de 1930, sendo necessária a consolidação administrativa desse pacto livre das injunções políticas.

Deve-se sublinhar, então, que se no primeiro momento a SAICT e a SVOP foram os espaços de atuação do corpo técnico mineiro, as agências como a CEMIG, o DER, o BDMG e o INDI foram, ao lado das secretarias já voltadas ao desenvolvimento econômico e/ou ao planejamento e dos conselhos de desenvolvimento que se organizaram por meio do poder público regional, nos anos 1960, espaços capitais tanto de atuação desses técnicos como também *locus* estabelecidos para o desenho das disputas características da conformação das respectivas categorias profissionais e de seus modelos de desenvolvimento econômico que, na medida em que se sofisticaram teórica e metodologicamente, tenderam a consolidar áreas próprias de atuação desta ou daquela carreira no âmbito do poder público mineiro.

O primeiro momento definitivo na transição desses espaços muito provavelmente decorre, institucionalmente, da criação do Conselho Estadual de Economia e Administração (CEEAA), fundado pela Lei nº 770, de 24 de novembro de 1951. Nascido já no governo estadual de JK, o órgão é apresentado como “*centro de estudos dos assuntos de interesse da economia e da administração mineira, e como órgão consultivo do Governo do Estado.*” Assim que, logo em seu segundo artigo, definia-se que

Compete ao Conselho Estadual de Economia e Administração opinar sobre as diretrizes da política econômica e financeira do governo e sobre o seu programa administrativo, sugerindo as medidas que julgar aconselháveis, no interesse de sua melhor coordenação e integração no plano de conjunto das atividades públicas (Lei nº 770 1951, de 24/11/1951 - Minas Gerais. Diário do Executivo. Col.1: 01)

Transferia-se, assim, da Secretaria de Agricultura para o recém-criado Conselho boa parte de suas prerrogativas de planejamento e administração e que, até então, eram atribuições da referida pasta. Além disso, intentava-se construir um órgão com ação

direta do governador, tendo em vista que, pela lei, lhe competia a presidência do Conselho que deveria, ao menos originalmente, contar com onze membros representantes de classe, de categoria e demais entidades e/ou grupos que tivessem evidentes relações com os assuntos tratados pelo órgão. Cumpre ressaltar que pela lei de 1951, nenhum dos conselheiros deveria receber remuneração, excetuando o secretário do Conselho, que tanto deveria ser designado pelo Governador como ser “*um economista funcionário do Estado*” (ibidem). Delimitava-se, então, a quem competia pautar tecnicamente o órgão: um economista. E, além disso, a lei estipulava que a este secretário caberia a mediação do Conselho com os órgãos que, a partir de sua criação, estavam agora sob sua responsabilidade e que vinham, naturalmente, da esfera de controle da SAICT, de sorte que o Art. 8º da Lei 770 informava que

O Departamento Estadual de Estatística, o Departamento de Administração Geral e o Instituto de Tecnologia Industrial funcionarão como órgãos subsidiários do Conselho, incumbindo-se dos estudos técnicos que lhes forem solicitados (ibidem).

Dias (1969:128) aponta, no entanto, que o CEEA somente ganhou efetividade em 1959, sob a gestão de Bias Fortes no governo estadual. Mesmo que de forma assistemática e desarticulada, contudo, o Conselho passou a reunir-se com frequência e estabelecer alguns estudos setoriais e encontros pelo interior, mapeando problemas e traçando linhas de atuação. A precariedade do funcionamento do órgão decorria, sobretudo, da carência de mão-de-obra especializada para a realização dos diagnósticos e planejamentos setoriais. Assim, logo em seu primeiro ano de mandato, o governador José de Magalhães Pinto sancionaria a lei nº 2528, de 22 de dezembro de 1961,¹⁷¹ que determinava, em seu Art. 3º, que

Fica o Executivo autorizado, nos termos do art. 64, da Lei nº 2.001, de 17 de novembro de 1959, a contratar, até o limite da verba orçamentária própria, especialistas de nível universitário nos campos da economia e da sociologia, para completarem a equipe técnica de que venha a necessitar o Conselho Estadual de Economia e Administração para desenvolvimento de suas atividades específicas (Lei 2528 1961, de 22/12/1961. Minas Gerais. Diário do Executivo. 23/12/1961. Coll: 01).

¹⁷¹ Cumpre registrar que Magalhães Pinto, na primeira mensagem que remete ao Legislativo, em 1961, afirma logo no início que “*como objetivo precípua do novo governo (se impõe) a revisão geral da estrutura administrativa do Estado. A revisão será feita. E constituirá caminho de racionalização*” (Magalhães Pinto, 1961: 03).

De fato, o CEEA¹⁷² ganhava destaque sob o comando de Magalhães Pinto no governo estadual. Sob a perspectiva de fomentar o debate acerca do desenvolvimento regional, portanto, o Conselho já vinha – a partir dos subsídios coletados pelo órgão em seu funcionamento no final da gestão de Bias Fortes – produzindo estudos que, em maio de 1961, se consagrariam em um “Esquema de Plano de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais”, que pressupunha a criação de um “Conselho de Desenvolvimento Regional” e de “Conselhos de Desenvolvimento dos Vales”, além da fundação de Grupos de Trabalho e Comissões Técnicas em âmbitos setoriais, fomentando subsídios para um “Plano de Ação Governamental” dedicado, essencialmente, à construção metodológica da melhor maneira de realizar uma política de intervenção na economia mineira do período.¹⁷³

¹⁷² Deve-se assinalar que o CEEA foi alterado, ao final do governo de Bias Fortes, passando a se chamar Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CODEMIG. A alteração do nome relacionava-se à ampliação de suas funções, uma vez que passava a acumular aquelas que lhes previa a lei 770/1951 com as atinentes à política estadual de isenção tributária desenhada pelo próprio CEEA em fins de 1960. Assim, a lei 2323/1961, de 07 de janeiro de 1961, detalhava política de isenção caracterizada por prazo de até 10 anos de isenção fiscal integral para indústrias instaladas em Minas Gerais cuja produção não possuísse similar no estado, conquanto esse critério fosse avaliado pela Secretaria de Agricultura. Para organizar, acompanhar e subsidiar o processo, o CODEMIG deveria, além de suas atribuições herdadas do CEEA, “I - organizar e manter atualizado um cadastro das indústrias já existentes no Estado, por empresa, localidade, produto industrializado e matéria prima empregada em indústria regional; II - fazer o levantamento das matérias primas existentes no Estado, suscetíveis de exploração industrial; III - manter contato com estabelecimentos de crédito com o propósito de sugerir a concessão de estímulos creditícios para a implantação de novas indústrias; IV - editar, pelo menos mensalmente boletim e divulgar oportunidades comerciais e industriais, visando abrir mercados e a interessar investidores, nacionais e estrangeiros; V - formar grupos de trabalho para estudar as fontes de riqueza do Estado e sugerir medidas tendentes à sua racional e intensiva exploração; VI - coordenar o mercado de trabalho, com o fim de encaminhar e orientar trabalhadores para as regiões que reclamem mão de obra, mantendo, para isso, cadastro adequado; VII - divulgar amplamente os favores concedidos por esta lei, em mais de um idioma, se feita a divulgação fora do País, acompanhada esta de esclarecimentos sobre as possibilidades econômicas do Estado, de informações sobre as matérias primas existentes e sua localização, dos meios de comunicação e de transportes, sistema tributário federal, estadual e municipal, salário em vigor em cada sub-região, obrigações impostas pela legislação do trabalho e previdência social e mercado para produção; VIII - estudar as peculiaridades de cada região ou sub-região e o tipo de indústria que lhes seria adequado e, em seguida, entender-se com as Administrações Municipais para que, dentro de sua competência tributária e legislativa, concedam iguais ou outros favores às empresas que, nos respectivos municípios, queiram estabelecer-se; IX - estimular a formação de novas indústrias e incrementar a ampliação das já existentes, fornecendo-lhes completos informes” (Lei 2323 1961, de 07/01/1961. Minas Gerais. Diário do Executivo. 08/01/1961. Col.1: 02). Não conseguimos localizar, na documentação, o momento imediatamente posterior em que o CODEMIG volta a ser CEEA, logo no início do Governo Magalhães Pinto. É fato, contudo, que a Lei 2528 1961, de 22/12/1961, já volta a tratar por CEEA o órgão em questão, conquanto o CODEMIG ressurgja, completamente reconfigurado, por meio da Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 1961, também na Gestão de Magalhães Pinto, conforme abordaremos sequencialmente.

¹⁷³ Ver, especialmente: MINAS GERAIS, Conselho Estadual de Economia e Administração. *Subsídios para o debate de um Esquema de Plano de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais*. Exposição-Análise. Série Estudos. Nº11, 1961.

Com quase quinhentas páginas, o estudo apresentado baseava-se primordialmente em dados dos volumes que configuraram uma tentativa de diagnóstico da situação econômica mineira organizado pelo CEEA que, no final da década de 1950, colimou dados da economia e da sociedade de Minas Gerais no entorno dos “Subsídios para o Estudo da Economia do Estado de Minas Gerais”. Digno de nota, nesse sentido, é que o “esquema” é apresentado ao governador Magalhães Pinto pelo então secretário executivo do CEEA, o advogado Washington Peluso Albino de Souza, que fora o fundador e principal responsável, desde 1948, do Departamento de Estudos Econômicos da Associação Comercial de Minas Gerais, sendo também o diretor do periódico da Associação. “Mensagem Econômica”, publicada mensalmente pela ACM, abordava as questões econômicas mineiras sob a ótica do empresariado do estado, cumprindo parte relevante do processo de triangulação estabelecido entre poder público, corpo técnico e entidades empresariais.

De certo modo, os “Subsídios para o Estudo da Economia de Minas Gerais” podem também estar relacionados ao esforço do governo Bias Fortes de sistematizar o planejamento regional, notadamente ao final do seu mandato quando, por meio da Lei nº 5886, de 15 de setembro de 1960, cria, por exemplo, a “Comissão Articuladora de Estudos Regionais”, *“incumbida de processar os entendimentos e articulações indispensáveis à realização de planejamentos regionais do Estado”* (Decreto 5886 1960, de 15/09/1960. Minas Gerais. Diário do Executivo. 16/09/1960. Col.1: 01). Presidida pelo Secretário de Governo do Interior e composta por representantes de órgãos técnicos de assistência aos municípios, competia

à Comissão Articuladora de Estudos Regionais recolher, sistematizar, coordenar, orientar e promover estudos, planos e trabalhos relacionados com os problemas regionais do Estado, de forma à conduzi-los a equacionamento e solução unificada, processando, a verificação prévia das peculiaridades de cada região e suas necessidades específicas, objetivando possibilitar uma perfeita articulação entre órgãos federais, estaduais, municipais e outros quaisquer organismos públicos ou privados que tenham participação nos trabalhos em desenvolvimento nas áreas regionais do Estado (ibidem).

Nesse sentido, deve-se destacar que as questões relativas ao planejamento regional estavam decisivamente assimiladas pelo poder público mineiro, independentemente do lastro político da gestão, cumprindo ao Estado, administrativamente, municiar-se de esferas aptas ao provimento de estudos e projetos. Assim que, em detrimento do esquema apresentado pelo CEEA, ele próprio será

lentamente desarticulado ao longo do governo de Magalhães Pinto, na medida em que se verticalizou sensivelmente a organização institucional dedicada ao planejamento. Essa verticalização pode ser percebida, por exemplo, por meio do Decreto nº 6607, de 30 de junho de 1962, que regulamenta o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – CODEMIG, órgão consultivo criado pela Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 1961, compreendido como “*o centro de estudos dos assuntos de interesse da economia e da administração mineira*” (Lei 2583 1961, de 23/12/1961. Minas Gerais. Diário do Executivo. Col.1: 01).

De um modo geral, o CODEMIG nascia para substituir o CEEA e o decreto que o regulamentava criava a distinção entre ambos os órgãos justamente na minudência e no detalhamento exaustivo de suas atribuições. Assim como o CEEA, ao CODEMIG cabia as funções de organização de estudos e propostas de planejamento da economia regional,¹⁷⁴ também devendo a sua secretaria executiva ser ocupada por economista de carreira do Estado. Mas a regulamentação é muito detalhada também nos encargos dessas secretarias, na importância e no papel a ser desempenhado pelos Grupos de Trabalho, órgãos temporários de caráter consultivo nas áreas essencialmente técnicas, e pelas Comissões Especiais, a funcionarem notadamente de forma efetiva. A presidência da CODEMIG deveria ser exercida pelo governador do Estado, e ao órgão caberia, por meio de sua Secretaria, comandar setores de “Documentação e Estatística”, “Assistência Técnica” e “Programação e Projetos” além das seções “Administrativa” e de “Intercâmbio e Divulgação”. À diferença do antigo CEEA, cada órgão vinculado à Secretaria Executiva do CODEMIG teria autonomia para exigir dos diversos setores do governo – inclusive das empresas de economia mista – dados e estatísticas que lhes subsidiassem os trabalhos, devendo os demais órgãos fora da esfera direta de atuação da secretaria executiva do referido Conselho cumprir, obrigatoriamente, suas solicitações.

Assim, lastreava-se no poder do secretário do Conselho, por sua vez amparado na presidência exercida pelo governador de Estado, a força de órgão que, conquanto

¹⁷⁴ Eram competências do CODEMIG “a) *planejar o desenvolvimento regional, com base no estudo da realidade sócio-econômica de Minas Gerais e de suas relações com o sistema econômico brasileiro, com o objetivo de incentivar a expansão harmônica das atividades produtivas no território do Estado; b) opinar sobre as diretrizes da política econômico-financeira do Governo do Estado, por iniciativa própria ou por solicitação do Executivo Estadual*” (Decreto 6607 1962, de 30/06/1962. Minas Gerais. Diário do Executivo. 01/07/1962. Col.1:01).

fosse essencialmente consultivo, contasse com o poder administrativo para fazer frente às empresas de capital misto e demais esferas de atuação da máquina pública. É possível trabalhar com a hipótese de que as dificuldades de afirmação do CODEMIG, nesse sentido, tenham mesmo sido resultado dos confrontos que, eventualmente, possam ter ocorrido ao longo da implantação do Conselho.

Desse modo que, já em 1963, por meio do decreto nº 6916, de 02 de abril de 1963, o governo de Magalhães Pinto criaria o Grupo Executivo da Indústria, justificando que

ao Governo do Estado compete não somente a criação de estímulos para o desenvolvimento industrial, mas também o exercício de ação direta e objetiva para atrair e orientar investidores nacionais e estrangeiros que queiram se instalar em Minas Gerais; (...) [além da] necessidade de centralizar e coordenar o encaminhamento daquelas propostas e pedidos, bem como de atuação mais direta e eficiente para ampliar o volume de inversões industriais em Minas; [e] o interesse direto do Governo do Estado em responsabilizar-se numa ação eficaz e rápida, para desenvolver o parque industrial (Decreto 6916 1963, de 02/04/1963. Minas Gerais. Diário do Executivo. 03/04/1963. Col.1: 01).

Não obstante dedicado ao parque industrial, contudo, o GEI se propunha a ocupar espaço de planejamento, financiamento e gestão do desenvolvimento econômico regional,¹⁷⁵ em evidente duplicidade com o trabalho do CODEMIG. Um dado de destaque na criação do Grupo se relaciona à sua composição. Diferentemente dos antigos CEEA ou mesmo do CODEMIG, cujos quadros consultivos se formavam a partir da escolha aleatória do governador, indicando-se apenas que deveriam ser representantes de setores de interesse nos temas abordados e de reconhecida competência no assunto atinente aos conselhos, no caso do GEI indicavam-se, com precisão, aqueles que deveriam compô-lo:

Art. 4º - Integram o Grupo Executivo, além de outros membros que forem designados pelo Governador do Estado:

- I - O Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais;
- II - O Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.- CEMIG;

¹⁷⁵ Eram atribuições do GEI “*entrar em entendimentos diretos com investidores nacionais ou estrangeiros que se disponham a instalar, no território do Estado, indústrias básicas e de infra-estrutura, especificadamente nos setores da siderurgia, cimento, vidro, metais não ferrosos e outros considerados vitais para o desenvolvimento do Estado; II) sugerir ao Governo do Estado e aos estabelecimentos de crédito a ele subordinados a concessão de prioridade nas linhas de crédito; III) coordenar ação das diversas Secretarias e Departamentos do Estado visando ao fornecimento de estudos, projetos e pareceres que se façam necessários para os trabalhos de instalação das indústrias referidas no item anterior; IV) agir diretamente, em nome do Governador do Estado, junto a outras entidades públicas e particulares no sentido de que propiciem as facilidades necessárias para a instalação de novas indústrias*” (Ibidem).

- III - O Presidente da Metais de Minas Gerais S.A. - METAMIG;
- IV - O Secretário do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG;
- V - O Diretor do Instituto de Tecnologia Industrial da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (ibidem).

Percebem-se, por meio dessa composição, alguns dados interessantes. O primeiro, a profunda indefinição dessas agências no período, de sorte que nessa composição o ITI, que quando da lei nº770 que criou o CEEA ficava a cargo do mesmo, já havia voltado para a SAICT – não obstante já estivesse no processo de solvência que levaria a sua extinção ainda na década de 1960. Além disso, a presença de órgãos como o BDMG e a CEMIG, além da ainda pouco organizada METAMIG,¹⁷⁶ como esferas de influência no grupo contrabalanceando a representação da CODEMIG que, cerca de dezoito meses antes havia sido criada justamente para ser o órgão definidor do processo ao qual o GEI se dedicaria então. Reafirme-se, portanto, que é possível que o desenho do planejamento estivesse sofrendo constantes alterações, dentre outros fatores, pela pressão exercida por grupos e órgãos no entorno do poder público mineiro então – o que, adiante, se pretende abordar com maior cuidado.

O amadurecimento desses grupos e conselhos levou o Governo Magalhães Pinto a fundar uma secretaria voltada essencialmente ao desenvolvimento econômico mineiro, coordenando todos os processos então espalhados pelos órgãos e tentando retirar qualquer atribuição nesse sentido que ainda sobrasse à SAICT e que, no limite, desobrigasse órgãos como o BDMG (ainda muito incipiente) ou mesmo empresas de capital misto como a CEMIG de centralizar o processo decisório do planejamento econômico mineiro. Assim que as leis nº 3.304 e nº 3.313, de 16 e 18 de dezembro de 1964, respectivamente, que estruturavam a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (que havia sido criada pela Lei nº 2877, de 04 de outubro de 1963, que tratava da reforma administrativa do Estado), são regulamentadas pelo Decreto nº 8265, de 26 de abril de 1965. Nessa regulamentação, o governo salientaria que a finalidade da pasta seria “*colaborar no desenvolvimento econômico de Minas Gerais, através de uma política orgânica e integrada, que opere, especialmente, sobre a infra-estrutura e a estrutura da economia mineira*” (Decreto 8265 1965, de

¹⁷⁶ Não tendo resistido ao governo de Israel Pinheiro, inclusive.

26/04/1965. Minas Gerais. Diário do Executivo. 27/04/1965. Col.1:01), determinando que competiria à Pasta

- I - realizar estudos, levantamentos, análises e diagnósticos econômicos;
- II - formular planos globais, regionais ou setoriais, para o desenvolvimento econômico;
- III - formular projetos econômicos específicos;
- IV - estudar programas de assistência ou ajuda técnica ou financeira, nacional ou estrangeira, ao Estado ou regiões estaduais;
- V - propor diretrizes para uma política de exploração dos recursos minerais, que resguarde o interesse público e concorra para o processo de industrialização de Minas Gerais;
- VI - estimular a industrialização, através da construção e manutenção de cidades ou núcleos industriais;
- VII - adotar ou sugerir medidas em favor da racional comercialização dos produtos industriais;
- VIII - formular e executar a política turística no Estado;
- IX - formular e executar a política cooperativista no Estado;
- X - oferecer ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais subsídios para a composição do orçamento econômico a que se refere o art. 10, II, “a”, da Lei nº 3.313 (ibidem).

Deve-se ponderar, nesse sentido, que o CODEMIG citado nesta lei, na verdade corresponde a outro órgão diferente daquele criado pela Lei nº 2.583, de 23 de dezembro de 1961. De acordo com a lei de 1963 sobre a Reforma Administrativa, que criava a Secretaria de Desenvolvimento, informava-se que “*Fica transformado em Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG)*” (Lei 2877 1963, de 04/10/1963. Minas Gerais. Diário do Executivo. 05/10/1963. Col.2: 02). Logo, o CODEMIG do qual trata o decreto 8265/1965, portanto, aborda órgão novo, originado quando da disposição sobre a Secretaria de Desenvolvimento, mas como esfera suplementar dessa pasta. Assim que, na lei nº 3313, de 16 de dezembro de 1964, apresente-se a estrutura da Secretaria assim dividida:

- I - Gabinete do Secretário;
- II - Assessoria de Coordenação e Controle;
- III - Departamento de Estudos Econômicos;
- IV - Departamento de Planejamento e Programação Econômica;
- V - Departamento de Geologia;
- VI - Departamento de Industrialização;
- VII - Departamento de Comercialização;
- VIII - Departamento de Cooperativismo;
- IX - Departamento de Turismo;
- X - Departamento de Relações com Organismos Econômicos e Financeiros;
- XI - Departamento Administrativo;
- XII - Instituto de Tecnologia; (Lei 3313 1964, de 16/12/1964. Minas Gerais. Diário do Executivo. 18/12/1964. Col.1: 01).

Para se informar, por fim, que se criava “*sob a presidência do titular da Pasta, o Conselho do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais*” (ibidem), cujo vice-presidente deveria ser o presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e sua composição – absolutamente diferente da composição do primeiro CODEMIG e muito mais próxima do então extinto GEI – seria a informada no Art.9, que explicitava que

Serão membros do Conselho, além dos seus Presidente e Vice-Presidente:
I - o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem (DER);
II - o Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE);
III - o Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG);
IV - o Presidente do Instituto Estadual de Florestas;
V - o Presidente de Metais de Minas Gerais S.A. (METAMIG);
VI - o Presidente da Companhia Mineira de Águas e Esgotos (COMAG);
VII - o Reitor da Universidade Rural de Minas Gerais (UREMEG);
VIII - o Diretor da Diretoria de Orçamento, Organização e Métodos.
Parágrafo único - O Poder Executivo, mediante decreto, poderá incluir novos membros no Conselho (ibidem).

A subordinação da CEMIG ao presidente do BDMG, na hierarquia proposta, pode estar relacionada à figura de Paulo Camilo de Oliveira Pena que, na ocasião, presidia o Banco e era considerado muito próximo do governador Magalhães Pinto. Mas também consagra a afirmação da recém-fundada instituição em detrimento de órgão já estabelecido, além mesmo de indicar a precedência do discurso do economista (BDMG) se fortalecendo em relação ao do engenheiro (CEMIG) na definição da agenda decisória do planejamento.

A criação do novo CODEMIG, na órbita da Secretaria de Desenvolvimento, atrelando a política econômica a ser desenvolvida no estado à sua chancela¹⁷⁷ leva, por fim, a percepção do órgão como essencialmente contraditório. De acordo com Dias (1969:129), a Secretaria que se destinava a substituir a CODEMIG, tendo “*complexas funções de execução e de planejamento*”, não conseguiu, contudo, se firmar justamente por conta da Reforma Administrativa do governo estadual que, no limite, dificultou muito sua completa estruturação. Tendo sido fundada justamente pela lei que

¹⁷⁷ Eram atribuições do Conselho, na órbita da Secretaria: “I - Adotar ou propor medidas com o objetivo de dar sentido orgânico e integrado à política econômica no Estado, especialmente no tocante à infraestrutura e às estruturas da economia mineira; II - Sugerir ao Governador: a) a composição orgânica do orçamento econômico, a integrar-se no orçamento geral do Estado; b) o estabelecimento de prioridade de obras, investimentos e financiamentos; c) a determinação, a órgãos ou setores da administração estadual, da observância da orientação que lhe parecer condizente com a política econômica global, regional ou setorial. III - Pronunciar-se sobre os planos ou programas elaborados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, antes de serem submetidos à decisão do Governador; IV - Acompanhar a execução da Política Econômica” (ibidem).

determinava a Reforma, sendo parte integrante de processo de institucionalização do planejamento regional na órbita do poder público mineiro, cuja outra face era justamente a constituição de um Conselho Estadual de Planejamento (dedicado à “*elaboração e aprovação dos planos globais de governo*”), com presidência do governador e presença de todos os secretários de estado, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico não resistiu à transição de governos.

Assim que a Lei nº 4133, de 20 de abril de 1966, já assinada pelo governador Israel Pinheiro a extinguiu, criando um novo órgão. Fundava-se, então, o “*Conselho Estadual do Desenvolvimento, com a finalidade de fixar as diretrizes de ação do Governo e institucionalizar, progressivamente, o sistema de planejamento como técnica de administrar e governar, visando ao desenvolvimento econômico e bem-estar social*” (Lei 4133 1966, de 20/04/1966. Minas Gerais. Diário do Executivo. 21/04/1966. Col.2: 01), presidido pelo governador do estado e composto por cinco membros ligados a setores e a temas de interesse do planejamento, e tendo por competência

I - planejar, coordenar, orientar e controlar a ação governamental, no âmbito da administração centralizada e da descentralizada;

II - rever e reformular os planos parciais e setoriais da administração, incorporando-os ao planejamento global;

III - fixar prioridade de investimentos, com fundamento na hierarquização dos problemas econômicos e sociais;

IV - expedir normas e instruções destinadas a estimular os empreendimentos privados, entrosando-os nos planos do Governo;

V - orientar e supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e sua posterior execução, inclusive quanto à administração descentralizada;

VI - promover e orientar convênios e acordos com entidades nacionais ou não, visando à prestação de assistência ou ajuda técnica ou financeira ao Estado;

VII - articular-se com órgãos da União e de outros Estados para fins de coordenação e harmonização de objetivos, empreendimentos e interesses comuns (Ibidem).

A noção de que era órgão dedicado essencialmente ao planejamento se apresentava tanto por meio da sua própria criação, quando da formulação de um Gabinete de Planejamento e Controle como um de seus principais órgãos, como estava na própria anexação de temas, áreas e funcionários da antiga pasta de Desenvolvimento Econômico, sendo mais estruturado que qualquer conselho anterior a sua fundação. Além disso, sua atuação cercava-se do discurso do planejamento econômico regional de forma incisiva. Em matéria do jornal Estado de Minas, de 31 de janeiro de 1968 (p.13), apresentava-se o Conselho Estadual do Desenvolvimento “*como um verdadeiro cérebro*

da administração”, dedicado ao planejamento de “*tudo o que se refere a desenvolvimento*”.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento, contudo, e na órbita de uma reforma administrativa levada a efeito por Israel Pinheiro em meados de 1968, também sofrerá alterações, que acabaram por fortalecê-lo. De acordo com reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, em 27 de setembro de 1968 (p.27), o órgão passaria por reestruturação para assumir as “*condições necessárias e suficientes para cumprir o objetivo que determinou sua criação, que é o de compatibilizar a ação dos órgãos do Governo dentro das disponibilidades financeiras do Estado (...)*”. Ele também seria determinante, conforme abordaremos adiante, na articulação com o BDMG para a consolidação do modelo de planejamento do Governo Israel Pinheiro, sobretudo a partir do contrato de consultoria assinado pelo órgão, pelo Banco e pelo Governador com o Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica (ILPES) da CEPAL em dezembro de 1968.

Considerando-se essa delicada e recalcitrante costura dos órgãos específicos dedicados ao planejamento da economia mineira na década de 1960 – notadamente em oposição à centralização e lógica que a SAICT empenhou nas décadas de 1930 e 1940 –, pode-se supor a inexistência de mecanismos e métodos organizados de políticas públicas de desenvolvimento econômico no governo de Minas no período em tela. Na verdade, nossa hipótese aqui é outra: esses mecanismos que visavam institucionalizar, sob o controle do governador, as políticas de desenvolvimento não se efetivavam de forma definitiva justamente por que havia, fora da administração direta, uma consolidada estrutura de forças dedicadas ao planejamento econômico regional que, tentando-se livres das injunções políticas, minavam secretarias e conselhos em prol de suas próprias máquinas. Notadamente CEMIG e BDMG, nesse sentido, sempre presentes sobretudo nos conselhos, bem como as associações de classe, possuíam suas próprias divisões e departamentos de estudos econômicos, publicavam estudos e revistas periódicas, suplementavam o poder público de técnicos e, quando necessário, apresentavam suas próprias políticas de desenvolvimento econômico.

No caso da FIEMG e da ACM isso é muito nítido. Ambas as associações mantinham, ativos, Departamentos de Estudos Econômicos. No caso da FIEMG, ele foi fundado em 1949 e, por longo período, foi comandado pelo advogado Jayme de

Andrade Peconick que confiou a alguns engenheiros recém-formados pela Escola de Engenharia da UFMG¹⁷⁸ a parte dos cálculos de econometria dos estudos e que, a partir de meados da década de 1960, assumiu uma diretoria do BDMG. Também coube a este departamento o envio de alguns desses engenheiros para a CEPAL, para especializarem-se em desenvolvimento regional. Em 1956, por meio da Faculdade de Ciências Econômicas haviam se especializado pela CEPAL os professores Obregon de Carvalho (que viria a se tornar o primeiro presidente do BDMG) e Juarez Távora Veado e, em 1957, o engenheiro Silviano Cançado de Azevedo, justamente como representante técnico da FIEMG – não obstante também já ocupasse cargo no ITI. À FIEMG, e sobretudo ao seu Departamento de Estudos Econômicos, cabia a publicação da revista “Vida Industrial”, desde o princípio da década de 1950 (conquanto com fases de não circulação). Peconick é referência importante na publicação, sendo seu editor-chefe em conjunto com Cid Rebelo Horta até o final de 1956. Também contará com importante Departamento de Estudos Econômicos a Associação Comercial de Minas Gerais, publicando inclusive periódico intitulado “Mensagem Econômica”, a partir de 1952; órgão coordenado por Washington Albino, conforme citamos anteriormente.

Esses periódicos são importantes por que refletem, ao cabo, as ponderações específicas das associações que representam mas por que, no limite, formulam questões importantes do debate. Neles podemos encontrar preocupações as mais variadas, mas que geralmente correspondem a problemas colocados pelo poder público de forma geral.¹⁷⁹ Pode-se sugerir, nesse sentido, que mais são pautadas pelo debate entabulado pelo governo que, necessariamente, pautam tal debate – conquanto dele sejam ativos participantes e, por vezes, atores proeminentes quando, a partir dessas associações, e em ação conjunta com a Sociedade Mineira de Engenheiros, organizam a pressão política em favor da fundação da Usiminas.

Mas foram as agências da administração indireta, sobretudo CEMIG e posteriormente o BDMG, os espaços determinantes da formulação da agenda pública de

¹⁷⁸ Eliseu Resende (posteriormente ministro das Minas e Energia e senador da república, dentre outros cargos), José Vianna de Assis e Silviano Cançado (posteriormente presidente do BDMG e do INDI).

¹⁷⁹ Ver, por exemplo, publicação de artigos produzidos pelos departamentos de Economia da entidade reafirmando situação de atraso relativo da economia mineira, como “*Uma economia sitiada*” publicado na edição de abril de 1955 na Revista Vida Industrial ou o auxílio das entidades de classe na divulgação da Cidade Industrial de Contagem como polo de desenvolvimento, como em “*A cidade industrial*” publicado na edição de outubro a dezembro de 1952 da Revista Mensagem Econômica, à página 19.

desenvolvimento econômico em Minas Gerais a partir da década de 1950. Elas compuseram os meios, organizaram os quadros e formularam as propostas, ocupando uma centralidade determinante no processo em tela.

A primeira agência, nesse sentido, foi a CEMIG, nascida logo no princípio do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira como empresa de capital misto, na qual o Estado torna-se acionista majoritário, não obstante a lei que determinava a possibilidade de constituição de empresas desse modelo, em Minas, datasse de 1949, sob governo de Milton Campos. Afora o fato de que esta lei dispunha de uma regulamentação que não previa com clareza a possibilidade de uma central hidroelétrica (ao menos não aos moldes desenvolvidos pela CEMIG a partir de 1952) – estipulando em seu texto as várias usinas principais do estado – ela é bastante clara sobre os objetivos de uma política pública de eletrificação de Minas Gerais, além de também ser muito específica no que toca ao modelo de seu financiamento e à participação do patrimônio público pré-existente na empresa de capital misto a ser criada. Assim, a lei 510 de 30 de novembro de 1949, determinava com objetividade que

Art. 1º - Fica o Governo autorizado a organizar, no Estado, sociedades de economia mista e delas participar, para construção e exploração de centrais e usinas hidro-elétricas.

Art. 2º - Para constituição das sociedades a que se refere o artigo anterior, incorporar-se-ão a seu patrimônio, no todo ou em parte, os bens integrantes de instalações destinadas a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, de propriedade do Estado (Lei 510 1949, de 30/11/1949. Minas Gerais. Diário do Executivo. 01/12/1949. Col.1: 01).

Além disso, enceta determinantemente no sentido dos estudos técnicos capazes de prover, o Estado, de amplo conhecimento do potencial hidroelétrico regional, salientando, por conseguinte, a necessidade de se proceder “*ao estudo das condições técnicas e econômicas das diversas regiões do território mineiro, para os fins de aproveitamento do potencial hidráulico nele existente, mediante planejamento racional*” (ibidem). Deve-se sublinhar, também, que foi esta a lei que regulamentou o Fundo de Eletrificação de Minas Gerais que, criado pela Constituição estadual de 1946, e sendo formado por meio de títulos da dívida pública denominados “Apólices do Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais”, seria determinante para a integralização do capital da CEMIG em primeiro momento, ao lado especialmente da Taxa de Recuperação Econômica.

Essa lei permitiu, portanto, tanto a criação das empresas de capital misto relacionadas à produção e à distribuição de energia hidroelétrica como o início do processo de constituição de inúmeras outras empresas de capital misto no entorno do poder público mineiro ao longo da década de 1950 e, em menor escala, da de 1960.¹⁸⁰ De acordo com Dias (1969: 120), “*a tradicional falta de funcionalidade dos órgãos da administração centralizada [em Minas] inspirou a necessidade de serem criadas entidades mais flexíveis, isentas dos vícios de uma administração clientelista e paternalista*”.

Cabe ponderar, contudo, que excetuando o sucesso da CEMIG, a maioria dessas empresas mineiras de capital misto teve seus esforços baldados pelos mais diversos motivos, além do fato de terem sido vitimadas pelas críticas contra um suposto quadro de nepotismo e partidarização, afetando indiscriminadamente várias delas, de sorte que “O Diário”, jornal perfilado com a oposição ao governo de Israel Pinheiro, declarasse em editorial de 12 de maio de 1968, que

(...) as falhas [nas empresas mineiras de capital misto] não são apenas de estrutura condicionadora da sua ineficaz operacionalidade. Decorrem, em muitos exemplos, do despreparo de seus quadros dirigentes. Várias dessas empresas tiveram nomeados para o seu comando elementos sem habilitação técnica ou profissional e que conseguiram os cargos por serem da intimidade do governador, seus parentes ou candidatos derrotados.

Usou-se o condenável processo de compensar uma derrota eleitoral com uma posição rendosa em empresa mista (...). Além desses elementos políticos o Governador insiste em colocar parentes de vários graus nessas empresas. (O Diário. *Mudança inútil*. Editorial. 12/05/1968: 05).

O mesmo editorial ainda apontaria problema considerável no tocante à sobreposição de tarefas dentre as empresas – em texto que poupa a CEMIG – mostrando que competências e abrangências que deveriam compor as preocupações de uma dada empresa estavam sob a alçada de outra, de sorte que, por exemplo,

A METAMIG, que é empresa para exercer atividades minerárias, não tem jazidas ou minas, enquanto a CAMIG, que deve cuidar da comercialização de produtos agrícolas, autoriza exploração e exportação de material estratégico. Isto dá bem a medida da falta de ordem nos altos escalões governamentais de Minas. (ibidem).

Pode se supor que, por ser periódico relacionado à oposição, “O Diário” exagerasse no tom. O *Diagnóstico da Economia Mineira*, entretanto, acusaria problemas muito semelhantes nas mesmas empresas. Sob o título “*O mito das MIGs*”, o

¹⁸⁰ Casos, por exemplo, da CAMIG, CASEMG, FRIMISA, COMAG e METAMIG.

documento apontava que, criadas com o intuito de agilizar o processo de modernização regional, elas teriam acabado não cumprindo seu papel pois teriam se vinculado principalmente ao setor agropecuário, duplicando áreas de atuação estatal, fazendo coexistir setores modernos e tradicionais e, na medida em que o poder teria se concentrado ao lado do setor tradicional, este teria cerceado a atuação das novas entidades bem como teria tendido a adaptá-las à política assistencialista e de clientela vigentes em Minas (DEM, 1969, vol. 1: 39-40). Diniz (2002: 90), apontará nesse mesmo sentido salientando que “*O período [de auge do modelo das empresas de capital misto em Minas] passou então a ser conhecido como ‘era das migs’ – instrumentos de politicagem e cabide de empregos*”.

Fernando Correia Dias (1969: 121) também ponderará que, dentre os problemas todos das empresas de capital misto de Minas, uma suposta falsa crença na articulação de capitais públicos e privados seria, enfim, o grande entrave à sua plena execução uma vez que

Na verdade, são muitos poucos os casos em que houve contribuição substancial de particulares como acionistas [das empresas de capital misto mineiras]. Na maior parte, prevaleceu o paternalismo estatal, consciente ou inconscientemente desejado, em contraste com a difusão da ideologia da livre empresa em Minas.

No limite, o aparelhamento que as *Migs* pressupunham combater parecia vitimá-las decisivamente, o que nos leva a ponderar que o perfil tecnoburocrático da CEMIG, que a permitiu ser caso exitoso dentre os demais, deve ser destacado como elemento pertinente de explicação no processo em destaque uma vez que, segundo ressaltou o *Diagnóstico* sobre a empresa,

Além do aspecto financeiro, são de ressaltar a mentalidade de que se dotou – empresarial e não assistencialista; e na fase inicial de maciços investimentos em geração e transmissão, a ausência de pressões consideráveis por parte dos representantes tradicionais do poder rural. A estes, a CEMIG se afigurava instrumento inepto de assistencialismo (DEM, 1969, vol. 1: 39-40).

Assim que, de acordo com Lucas Lopes, o alto comando tecnoburocrático da empresa energética assumiu postura relativamente diferenciada, notadamente em relação a todo o demais corpo técnico que atuava em Minas no período, essencialmente caracterizada pela pretensa sofisticação nos modelos adotados de planejamento e gestão que teriam por fim colaborado com o êxito da empresa, pois, segundo Lopes,

A engenharia mineira, no meu tempo de estudante e de formação, era toda baseada em literatura francesa. Nós estudávamos em francês, e todos os

nossos livros de matemática eram em francês. Só durante a Guerra realmente desapareceram os livros franceses: então, todo mundo foi obrigado a mudar para os ingleses. [...] Eram livros em francês, italiano, tradução do alemão, mas toda a nossa cultura era francesa, muito européia. Durante a Guerra ela se tornou muito mais americana, porque o acesso que se tinha era, praticamente, aos livros americanos. **E essa técnica de projeto, de elaboração de planos, de formulação de programas, foi culturalmente uma influência americana enorme.** (Lopes, 1993: 43 – grifo nosso)

É muito possível que essa base francesa da formação da engenharia, em Minas, no período, tivesse evidente relação com a influência da Escola de Minas de Ouro Preto, uma vez que os fundadores das principais instituições mineiras de formação em engenharia no período terem contado, conforme abordamos anteriormente, com professores formados por Ouro Preto. A reorientação apresentada por Lopes, nesse sentido, integra-se à percepção do afastamento institucional da EMOP do centro de decisões do planejamento econômico em Minas no período em tela, tema inclusive mais bem discutido no capítulo seguinte. Nesse sentido, Lucas Lopes também sugerirá, inclusive, que o engenheiro brasileiro era absolutamente hábil em projetar e calcular a resistência dos materiais, elaborando projetos perfeitos, mas sem a preocupação “*em saber como é que vinha o dinheiro para aquilo, qual era o ritmo do trabalho, o ritmo do abastecimento; eram coisas muito mais da arte da engenharia do que da prática de negócios de construir*” (ibidem, p.29).

Assim que a emergência da CEMIG, por meio de grupo hábil e tecnicamente testado nas empresas privadas sobretudo norte-americanas e capitaneado por Lucas Lopes, politicamente vinculado ao PSD mineiro, implica perceber a empresa como a representante de um projeto pessedista de desenvolvimento energético, em oposição ao projeto udenista, próximo a Giannetti, que nascera não dos estudos e técnicas elaboradas anteriormente, mas da necessidade prática.

O plano de Américo Giannetti para a eletrificação de Minas, parte integrante do “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” e pautado pela construção de grandes usinas não obstante desprovidas de um sistema de integração para distribuição da energia produzida (que definia o modelo CEMIG), e que tinha na Usina de Salto Grande seu grande empreendimento, nascia dos engenheiros relacionados às empresas de Giannetti. Quando secretário da SAICT, ele teria doado os estudos do corpo técnico de suas companhias para a construção de Salto Grande, valendo-se das experiências anteriores com a fundação das Usinas “Caboclo” e “Funil” que haviam

sido implantadas para atender os negócios do empresário. Era um modelo, portanto, essencialmente pautado pela siderurgia e, sobretudo, pela produção de alumínio, cujos estudos as empresas de Giannetti já se dedicavam desde a década de 1930 (Guimarães, 1990, vol.2: 10). Parece certo afirmar que, dada a vultuosidade das usinas construídas e da proposta por Giannetti, sobretudo se comparadas com a parcimoniosa capacidade das usinas construídas pelas empresas mineiras espalhadas pelo interior do estado (e talvez somente comparadas à Usina de Gafanhoto criada para atender a Cidade Industrial de Contagem), o plano de eletrificação de Giannetti era grandioso. Mas, sobretudo por conta da ênfase na distribuição da energia e no sofisticado modelo de sub-estações elevadoras e abaixadoras de tensão, o plano de Lucas Lopes parecia mais que grandioso: era também audacioso.

A CEMIG surge, nesse sentido, como agência de integração da produção energética mineira que havia sido projetada pelo Plano de Eletrificação. Para construção das usinas de Tronqueiras, Itutinga e Piau, ao lado da continuação da obra de Salto Grande, então, formulou-se modelo de companhias regionais atrelado ao esquema, desenvolvido pelo Plano de Eletrificação, de regionalização do sistema energético (Diniz, 2002: 88). Essas quatro companhias regionais seriam aquelas que se articulariam no entorno das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que, além dos recursos do Fundo de Eletrificação e da Taxa de Recuperação, contaria com empréstimos do BIRD e do BNDE na década de 1950, “*saltando a capacidade instalada de 13 para 114 mil quilowatts entre 1952 e 1956*” (ibidem). A gestão federal de JK foi o segundo momento de grande expansão para a empresa que, a partir de convênio com a Comissão Vale do São Francisco, começou a construção da Usina de Três Marias e, associando-se para a construção de Furnas, da qual adquiriu o direito de compra de 50% da energia a ser produzida, chegou à década de 1960,

(...) numa expansão de oferta de energia elétrica muito além da capacidade de absorção do mercado mineiro, conduzindo a CEMIG para a posição que deveria incentivar a industrialização do Estado como forma de assegurar o seu crescimento futuro (Diniz, 2002: 89)

Projetada para ser uma grande empresa, a CEMIG consumiu grande parcela dos investimentos públicos provenientes de recursos da “Taxa de Recuperação Econômica” e entabulava-se, portanto, como parte determinante da política de industrialização de Minas Gerais, na medida em que se propunha a responder ao impasse que, desde meados da década de 1940, se colocava regionalmente: é o amplo fornecimento de

energia elétrica que precede a industrialização ou é a demanda da indústria que obriga a mobilização do poder público e do capital privado no sentido de atendê-la? No limite, essa pergunta encerrava preocupação que, adiante, estaria na base das preocupações do Plano de Metas do governo federal de Juscelino Kubitschek relativa à formulação dos pontos de estrangulamento e dos pontos de germinação futura, não apenas no âmbito energético, por certo.

Portanto, o que se colocava para a empresa na medida em que se constituía era, evidentemente, a necessidade de criar mercado para sua produção de energia, de sorte que seu envolvimento com o planejamento industrial de Minas a partir de sua criação está muito relacionado à sua perspectiva de crescimento. É certo que, nesse sentido, e dentre as demais *Migs*, a CEMIG representou caso exitoso, tanto que

Baseada numa política de expansão tanto da geração de eletricidade quanto das linhas de transmissão de energia, e essencialmente amparada por uma perspectiva de desenvolvimento da economia regional, a CEMIG assumiu a responsabilidade de verticalização do setor, tornando-se, já em 1966, a principal geradora de energia do estado e o segundo maior produtor de eletricidade do País, no período (Godoy, Barbosa & Barbosa, 2010: 371).

O sucesso no tocante à produção de energia, essencialmente alcançado por meio do investimento público, não conseguiu resolver a questão da industrialização e do desenvolvimento, contudo. Para o *Diagnóstico da Economia Mineira*, enquanto se acelerou a industrialização brasileira na década de 1950 os projetos da empresa ainda estavam em fase de implantação e, quando maduros, na década de 1960, a economia entrou em declínio restando à empresa, somente, a venda de seu excedente de energia para as regiões já desenvolvidas (DEM, 1969, vol. 1: 164).

A outra agência determinante no processo em tela é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), surgido em 1962 no governo de José de Magalhães Pinto.

As preocupações no entorno da consolidação de uma agência dedicada ao fomento do desenvolvimento regional estavam colocadas, conforme apresentamos no subcapítulo anterior, ao menos desde a fundação, em 1933, do Banco Mineiro da Produção que foi, de forma muito relevante, órgão capaz de auxiliar a política econômica emanada da SAICT ao longo das décadas de 1930 e 1940. Ao longo da década de 1950, contudo, essa preocupação se intensifica sobremaneira especialmente nas associações de classe, por meio de seus departamentos econômicos. A própria

FIEMG, nesse sentido, possuía projeto de banco de fomento. Assim que, em 1961, após quatro anos sem publicação, a Revista Vida Industrial retorne trazendo, dentre suas matérias, texto do engenheiro J. Vianna de Assis intitulado “*Banco do Desenvolvimento: Justificativa e Repercussão na Economia Mineira*”, argumentando a necessidade de o governo mineiro criar um banco que concedesse crédito a médio e longo prazos. A preocupação com o crédito e seu amplo fornecimento, notadamente para a indústria e o comércio também pode ser verificada em artigo de Jayme Peconick que, na mesma edição, exigia a descentralização do Banco do Brasil como mecanismo importante na condução do crédito à indústria.

É fato, contudo, que as preocupações no entorno do fornecimento de crédito também estavam colocadas no centro dos interesses do poder público mineiro no período em tela, de sorte que uma das primeiras medidas adotadas pelo governo de Magalhães Pinto foi a constituição de uma “Comissão Executiva de empréstimos para o desenvolvimento” (CEDEMG),

Presidida pelo Secretário das Finanças, e incumbida de supervisionar, coordenar e promover os estudos e projetos e empréstimos interno e externo, destinados ao desenvolvimento econômico do Estado (...) (Decreto 6378 1961, de 03/11/1961. Minas Gerais. Diário do Executivo. 04/11/1961. Col.1: 02).

Incumbida, portanto, de constituir uma logística de financiamento para a industrialização mineira,¹⁸¹ especialmente relacionada à emergência do convênio estabelecido pelo Governo de Minas no âmbito do programa “Aliança para o Progresso”,¹⁸² a formulação da CEDEMG demonstra a preocupação com o

¹⁸¹ Eram incumbências da CEDEMG: “a) Estudar, encaminhar e acompanhar planos e projetos de financiamento destinados ao desenvolvimento econômico do Estado, inclusive os de empresas particulares, quando por estas solicitados, desde que se enquadrem nos objetivos e diretrizes da CEDEMG; b) elaborar diretamente, ou mediante convênio, acordo ou contrato, na forma prescrita em lei, os projetos e planos de financiamento a serem apresentados às agências financiadoras; c) articular para os fins previstos neste artigo, com os órgãos estaduais e companhias de economia mista, com as entidades das classes produtoras, bem assim com os órgãos e autoridades federais diretamente relacionados com os seus objetivos e as suas diretrizes; d) propor ao Governador do Estado as providências necessárias à concretização dos financiamentos que incumbe à CEDEMG promover; e) preparar o devido expediente toda vez em que a concessão de empréstimos depender de autorização legislativa” (ibidem).

¹⁸² “Aliança para o Progresso” foi um programa norte-americano, implantado pelo governo Kennedy, voltado para o apoio ao desenvolvimento capitalista na América Latina, que se firmava por meio de acordos de financiamento, apoio técnico e tecnológico e educacional e que teve na United States Agency for International Development – USAID seu braço burocrático (ver Ribeiro, 2006). Sobre os acordos da “Aliança” e o governo de Minas, especialmente no tocante ao convênio estabelecido com a Universidade Estadual Rural de Minas Gerais (principal e efetiva parcela do acordo), ver RIBEIRO, Maria das Graças Martins. *A USAID e o ensino agrônomo brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 453-463, set.- dez. 2009.

financiamento dos projetos, sobretudo ao sublinhar a importância das empresas de capital misto de realizarem aportes financeiros nos projetos cancelados pela Comissão quando, sobretudo, tivessem o interesse direto das empresas. Também no tocante ao poder público, cumpre salientar que na mensagem enviada por Magalhães Pinto para a Assembléia, em 1961, deixasse claro o problema do crédito para o desenvolvimento econômico e em 1962, ao descrever os trabalhos do CODEMIG, já se sublinhasse que

Dentre os assuntos apreciados pelo plenário do Conselho, destacam-se a proposta para reorganização dos serviços estatísticos do Estado, a criação do Instituto Mineiro do Arroz e do **Banco do Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais**, programa habitacional do Governo, a construção do Centro de Abastecimento de Belo Horizonte e o problema do suprimento de energia elétrica a Juiz de Fora (Magalhães Pinto, Mensagem, 1962: 74 – grifo nosso).

De acordo com Dias (1969: 130), contudo, a fundação do BDMG não obstante cumprisse parte dos interesses tanto do poder público como das próprias associações empresariais, emerge em período de hiato dessas discussões, notadamente por meio da bancada oposicionista na Assembléia Legislativa a partir de um deputado representante do interesse dos setores agropecuários do Estado que consegue aprovar, no Legislativo, projeto de criação de um Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais, em formato de empresa mista, fundindo as carteiras dos bancos oficiais (Hipotecário e Agrícola, Crédito Real e Mineiro da Produção). Após avaliação do governo estadual, a lei voltava absolutamente mudada para a Assembléia, com inúmeros vetos do governador. Dos dezesseis artigos, sete foram totalmente vetados e todos os demais foram parcialmente vetados. Assim, por exemplo, que texto que criava um banco de fomento agrícola se transformava em agência de fomento indistinto, pois

Fica o Governo do Estado autorizado a promover a constituição (Vetado) de Banco de Desenvolvimento (Vetado), (B - (Vetado) D (Vetado) (Vetado)), com sede em Belo Horizonte, e duração por tempo indeterminado, destinada a dar (Vetado) assistência financeira, praticando todos os atos pertinentes a esta finalidade e oferecendo, inclusive, crédito (Vetado), com as respectivas medidas de segurança, aos que desejarem adquirir terras para as atividades rurais (Lei 2607 1962, de 05/01/1962. Minas Gerais. Diário do Executivo. 09/01/1962. Col.1: 02).

Os vetos, assim, transformaram uma lei em outra, completamente diferente, e da criação de uma agência de capital misto a transformou em uma autarquia voltada essencialmente ao fomento, cujo modelo do Banco Nacional de Desenvolvimento

Cumpra salientar que, a partir de 1968, o BDMG também estabeleceu tratativas com o USAID, notadamente preocupado com a fundação do INDI. Ver “*BDMG torna-se agente da USAID*”. Estado de Minas, 13/03/1968: 07).

Econômico (BNDE) foi relevante. Assim que, em sua regulamentação original de abril de 1962 – posteriormente levemente alterada ainda em outubro do mesmo ano e em setembro de 1963 – fosse informado que o BDMG “*é entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica própria com autonomia administrativa, no exercício de suas atividades*” tendo “*a finalidade especial de proporcionar financiamentos, a médio e longo prazo, que promovam o desenvolvimento econômico do Estado*” (Decreto 6555 1962, de 13/04/1962. Minas Gerais. Diário do Executivo. 14/04/1962. Col.2: 01).

O primeiro presidente do BDMG, que acumulava as funções de presidente do Conselho de Administração,¹⁸³ foi o professor Obregon de Carvalho que havia sido dos primeiros mineiros a participar de curso de formação na CEPAL, conforme já adiantamos anteriormente. Mas o primeiro presidente de destaque, seja pelo tempo de gestão seja pela importância na consolidação do Banco, foi Paulo Camilo de Oliveira Pena. Com estreitas relações com o governador Magalhães Pinto, Pena foi determinante no tocante à definição do problema original do BDMG: a integralização de seu capital.

É frequente a referência ao problema do capital do Banco e de sua necessária e urgente integralização ao longo das atas destinadas ao registro das reuniões do Conselho de Administração do BDMG, tanto com Paulo Camilo Pena como posteriormente. Assim, em 26 de março de 1963, a 28ª Ata aborda o problema de forma incisiva, o mesmo ocorrendo na reunião seguinte, de 02/04/1963. Na 40ª Ata, de 26/06/1963, novamente ressurge com ênfase o tema, quando se discute possibilidade de empréstimo

¹⁸³ Eram funções do Conselho de Administração do BDMG: “a) elaborar e modificar o Regimento interno do Banco, que deverá ser aprovado pelo Governador do Estado; b) traçar a orientação geral das atividades do Banco, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo; c) tomar conhecimento das operações do Banco; d) aprovar os orçamentos de investimentos e de custeio do Banco; e) fixar, e rever periodicamente, as taxas de juros aplicáveis em suas operações; f) criar e extinguir cargos ou funções fixando os respectivos vencimentos e vantagens; g) examinar e julgar os balancetes e balanços financeiros do Banco; h) dar parecer sobre a prestação anual de contas do Banco a ser apresentada pela Diretoria no Tribunal de Contas; i) emitir pronunciamento sobre os assuntos de interesse do Banco, atendendo à solicitação da Diretoria; j) apreciar e julgar os vetos do Presidente do Banco; l) autorizar, mediante concorrência pública a alienação de bens desnecessários ao uso do Banco ou cuja propriedade tiver adquirido em virtude de liquidação de operações; m) conceder férias e licenças aos Diretores e aos membros do Conselho de Administração” (Ibidem). Compunham o primeiro Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, os seguintes representantes (afora o presidente, Obregon de Carvalho, que não possuía mandato fixo): Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza (vice-presidente); Prof. Raimundo Cândido (Conselheiro); Prof. Fernando Megre Veloso (Conselheiro) e, Prof. Gerson de Brito Melo Boson (Conselheiro) (Ata da Primeira Reunião do Conselho de Administração).

do BNDE para financiamento do BDMG na ordem de 500 milhões de cruzeiros. Paralelamente, e nessa mesma Ata, cobrava-se o governo do estado pelo não cumprimento da perspectiva de integralização do capital do órgão. Na Ata nº66, de 18/12/1963, registra-se novamente o problema, de sorte que Pena apresenta carta que o Conselho remeteria ao Governador, na qual sublinhava que

Embora tenhamos agido com muita cautela, assumindo compromissos ajustados às nossas atuais possibilidades de atendimento, não contávamos com tão grande retardamento no processo de integralização do nosso capital. (...) Chegamos, todavia, a uma situação verdadeiramente aflitiva, facilmente evidenciada pelos recursos irrisórios que nos foram oferecidos até agora, insuficientes para continuar a sustentar o programa que, com a aprovação e permanente estímulo de Vossa Excelência [Governador Magalhães Pinto], estamos procurando viabilizar (Livro de Atas do Conselho de Administração do BDMG, vol. 1, pág. 83).

É fato, contudo, que tal questão se arrastará como problema central de operacionalidade do órgão ao longo de seus primeiros anos de atividade. Deve-se registrar, também, que a mudança de governo, em 1966, colocou o Banco em compasso de espera, não obstante tenha se mantido em funcionamento e tenha, na gestão de Israel Pinheiro e no comando de Hindemburgo Pereira Diniz, resolvido seu problema de capital e, sobretudo, se consolidado definitivamente no plano das instituições centrais no planejamento econômico mineiro.

Órgão determinante para se alcançar tamanha projeção do BDMG, muito provavelmente, ao lado da própria função fomentadora do Banco, foi a fundação do Departamento de Estudos e Planejamento como setor próprio, ao lado da realização das “Jornadas do Desenvolvimento”. As “Jornadas” representavam simpósios econômicos organizados pelo BDMG que percorriam as várias regiões de Minas tanto debatendo os problemas econômicos principais do estado e da região bem como ensinando técnicas de formulação de projetos e logística de submissão de pedidos de fomento ao BDMG. É importante ressaltar que delas participavam os principais quadros do Banco e do poder público mineiro, além de políticos da região atendida pela Jornada,¹⁸⁴ bem como a logística de solicitação de financiamento fosse também divulgada amplamente,

¹⁸⁴ Em reportagem de “O Diário”, de 03/04/1968 (p.03), intitulada “*BDMG sai para Jornada*”, informava-se sobre evento em Governador Valadares, salientando-se que “*Participarão do encontro o presidente do BDMG, sr. Hindemburgo Pereira Diniz, o presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Sr. Antonio Dias Leite, secretários de Estado, deputados e dirigentes das Classes Produtoras locais além dos diretores do BDMG, srs. Silviano Azevedo, Fernando Reis e J. A. Peconick*”.

sobretudo por meio das revistas voltadas às classes produtoras.¹⁸⁵ Além disso, os inúmeros convênios assinados com o BNDE,¹⁸⁶ com o CODEMIG,¹⁸⁷ com a CEPAL¹⁸⁸ ou mesmo com o Banco do Nordeste,¹⁸⁹ seja para treinamento de pessoal e capacitação para formulação de financiamento e preparação de projetos, seja mesmo para integralização do capital do Banco, demonstram a vitalidade e dinâmica do órgão recém criado.

Mas parece mesmo que o grande eixo do processo de expansão e consolidação do BDMG como agência central no processo decisório do planejamento em Minas da década de 1960 foi o Departamento de Estudos e Planejamento (DEP). Criado em dezembro de 1963, em substituição ao Departamento de Operação Internacionais, o DEP corresponderia à emergência do economista à frente da política de planejamento que o Banco pretendia encabeçar em Minas, conquanto tenha surgido de forma discreta, segundo relatou o secretário da Presidência do BDMG, quando da exposição dos motivos da reordenação dos quadros burocráticos do Banco sugerindo a necessidade de existência, na instituição,

(...) de órgão, em sua estrutura organizacional, aparelhado, exclusivamente, para realizar estudos setoriais e globais de interesse do estabelecimento e, principalmente, projetos de investimento. As tarefas

¹⁸⁵ Ver, por exemplo, artigo “*Como obter financiamento do BDMG*”, na edição de maio de 1967 da Revista Vida Industrial, tratando das etapas do processo de solicitação do fomento ou, na edição de outubro de 1968, o artigo “*Como obter recursos no BDMG*”, que explora como são subdivididos os fundos que o BDMG operava. Deve-se sublinhar que assinava, então, como Diretor-responsável da Revista ligada à FIEMG o membro do Conselho de Administração do BDMG, Nansem Araújo.

¹⁸⁶ Na Ata de 26/03/1963 – primeira reunião presidida por Paulo Camilo de Oliveira Pena trata-se de acordo com o BNDE, chamado pra prestar assistência técnica e treinamento aos funcionários do BDMG. Na Ata nº 40, de 26/06/1963 o problema da integralização do capital do banco se acentua, discutindo-se, então, empréstimo de 500 milhões de cruzeiros a ser tomado do BNDE.

¹⁸⁷ À página 32 do Livro de Ata das reuniões do Conselho de Administração do BDMG, na Ata nº 15, aborda-se convênio do Banco com a CODEMIG tratando sobre valores pagos pelo BDMG à agência pela prestação de serviços de planejamento e serviços técnicos.

¹⁸⁸ “(...) comunicou mais o Professor Paulo Camilo de Oliveira Pena, no Conselho, o seguinte: a) recebimento de Carta da CEPAL confirmando a possibilidade de realização de um curso especial em colaboração com o BDMG, em 1964, com duração entre treze e quinze semanas e vagas para cinquenta alunos; b) realização de entendimentos com a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí tendo em vista a aplicação imediata de oitocentos milhões de cruzeiros em pesquisas na região de Furnas e a preparação de projetos industriais pelo BDMG para aplicação naquela área do Estado” (Ata 47, de 14/08/1963). Na sequência, apresentavam-se detalhes do curso, intitulado “Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico”. Também é relevante notar que o acordo sobre Furnas, levará à consolidação de mecanismo de apoio mútuo entre Banco e Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí, muito importante para o *Diagnóstico*.

¹⁸⁹ Ata nº 29, de 02/04/1963 aborda medidas de operacionalização do banco em convênio com o Banco do Nordeste.

administrativas, normais de análise e estudos de propostas de financiamento a cargo dos Departamentos Técnicos existentes (Projetos, Financeiro e Jurídico) não lhes permitem elaborar diversos estudos técnicos e econômicos que devem constituir, também, tarefa sistemática do banco, para melhor orientar as suas aplicações. O conhecimento do comportamento de diversos setores da economia agrícola e industrial do Estado constitui instrumento necessário ao bom rendimento econômico e social da política de operações deste estabelecimento. (Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração do BDMG. Ata nº65, de 11/12/1963)

Assim que o Decreto 7407 1964, de 17 de fevereiro de 1964, passe a incluir o DEP no Regimento Interno do BDMG, por meio do Conselho de Administração que, por força do Decreto nº 6.555, de 13 de abril de 1962, possuía poder de reformular a estrutura interna do Banco. Nesse sentido, ficaram como competências do DEP

- a) elaborar estudos globais e setoriais de interesse da política de operação do Banco;
- b) elaborar projetos específicos que o Banco tenha interesse em incorporar diretamente ou oferecer à iniciativa privada e estatal;
- c) oferecer assistência técnica a mutuários e prováveis mutuários do Banco de molde a facilitar a apresentação de propostas de financiamento e a eficácia das aplicações;
- d) organizar e manter cadastro e estatísticas atualizadas sobre as atividades econômicas do Estado;
- e) elaborar estudos anuais sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado interpretando a contribuição do Banco no comportamento do processo de expansão da economia mineira;
- f) programar e promover cursos de treinamento de funcionários técnicos do Banco e de pequenos e médios empresários, sobretudo dos que sejam mutuários do estabelecimento;
- g) opinar, quando consultado, sobre problemas do desenvolvimento econômico e social do Estado;
- h) exercer outras funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

O DEP estruturou-se rapidamente, tendo a frente o economista Fernando Roquete Reis. Ex-aluno e então professor da FACE, altamente reputado dentre os pares, Fernando Reis coordenou processo de organização do Departamento, trazendo na maioria das vezes economistas para trabalharem em seu entorno. Assim, emergiria no DEP o projeto da realização do *Diagnóstico da Economia Mineira*, não obstante fosse tipo de estudo e preocupação muito mais audaciosos que aquelas perspectivas originalmente apontadas como atribuições do Departamento. O DEP tornou-se, desse modo, em órgão determinante para o BDMG no que concerne à constituição de sua estratégia de participação nos rumos do planejamento do desenvolvimento econômico regional conquanto isso pudesse se refletir em alguma contradição de atuação, notadamente com outros órgãos dedicados às mesmas tarefas no estado. Essa preocupação, aliás, fora apresentada desde o princípio. Na reunião mesma do Conselho

de Administração em que o presidente do Banco, Paulo Camilo de Oliveira Pena, defende sua criação, o Conselheiro Fernando Velloso evidenciava preocupação, especificamente, com as contradições e duplicidades de atuação com o campo de interesse do CODEMIG. A essa preocupação, Pena lembrou o caráter interno e menos vertical do Departamento, voltado aos interesses do Banco mais que do poder público como um todo.

Entretanto, ainda no governo de Magalhães Pinto, quando se aventou a possibilidade de se organizar uma empresa de capital misto dedicada estritamente ao financiamento de capital de giro para a indústria, que se chamaria COFIMIG, ligando financiamento de bens de capital (BDMG), de operações (COFIMIG) e planejamento (CODEMIG) a uma rede articulada de planejamento econômico, pareceu flagrante algum grau de cruzamento de interesses e áreas de atuação. De acordo com Dias (1969: 129-130), por conseguinte,

(...) não foi fácil traçar os limites de competência legal entre o órgão de planejamento e o Banco. O problema não será, por certo, de Minas, mas chegou a assumir aqui feição conflitiva. Ambos os órgãos podem e devem realizar estudos, embora o Banco tenha função mais de caráter financeiro. (...) [O BDMG] os efetuou, em Minas, em caráter supletivo. Ou por que a Secretaria de Desenvolvimento se tenha omitido, em certa época, na análise de alguns problemas. Ou porque a equipe do BDMG sentiu que teria de colocar problemas específicos de sua atribuição numa perspectiva mais larga (...).

Resta evidente, contudo, que os economistas no entorno do DEP/BDMG progressivamente ganharam espaço no debate em torno do planejamento do desenvolvimento econômico mineiro, transitando com alguma tranquilidade entre os governos opositores de Magalhães Pinto e Israel Pinheiro, conquanto a mudança na presidência do órgão e seu período de cerca de um ano de hibernação quando da posse de Israel Pinheiro. Paulatinamente, mas de forma muito loquaz, esses economistas assumiram parcela do debate, notadamente por meio da publicação de artigos técnicos nas revistas de economia, nas revistas dos empresários, nos jornais e participando das “Jornadas do Desenvolvimento”, além de encetarem o debate público dando ampla visibilidade para o BDMG.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Permite aquilatar essa visibilidade, as manchetes de algumas reportagens de jornais do período, tratando dos quadros do BDMG. Por exemplo, ver “*Hindemburgo dá dólares à pecuária*” (O Diário 15/05/1968 p. 07) tratando de mecanismo de financiamento do BDMG à pecuária e o papel do então presidente do Banco, Hindemburgo Pereira Diniz, ou “*Ciclo de Economia começa com Êlcio*” (Estado de Minas. 13/11/1968 p. 14), abordando a presença do economista chefe do Departamento de Estatística do

BDMG e CEMIG, portanto, representavam no período em tela os dois mais articulados e consolidados órgãos dedicados ao planejamento econômico em Minas, não obstante representassem agências da administração indireta. Também nesse sentido, a questão do planejamento econômico estava colocada em termos definitivos na sociedade brasileira e, inclusive e evidentemente na mineira. No limite, primordialmente em região considerada como “*um novo Nordeste*” (posto que encruzilhada entre a atração dos polos dinâmicos vizinhos e a centralidade da preocupação do poder público federal com o desenvolvimento dos estados do Nordeste), a principal crítica que se poderia fazer ao poder público mineiro era, então, justamente não possuir política de planejamento.

Assim que a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), reunindo as duas principais agências da administração indireta do governo mineiro no que tange ao planejamento do desenvolvimento econômico regional, cumpria parte de uma agenda do poder público que, no limite, respondia a uma pressão que vinha tanto do empresariado como da própria oposição política.

No caso do empresariado, argumentava-se que o Governo de Minas estava estagnado, incapaz de traçar uma política pública de desenvolvimento industrial, de sorte editorial de “O Diário” salientasse que em evento da Associação Comercial se tivesse chegado à conclusão que “*um dos fatos mais graves [em Minas, é] a falta de racionalidade e ausência de motivação econômica na ação do Governo estadual e dos homens públicos mineiros (...)*” (O Diário, *Diagnóstico certo*, Editorial. 09/04/1968: 04).

Politicamente, ao Governo de Minas, na gestão de Israel Pinheiro, cabia responder a argumentos que, não obstante poupassem as agências da administração indireta, eram definitivas quanto à esfera da administração direta. De forma que se afirmava, por exemplo, que

A [correta] atuação do Banco de Desenvolvimento, entretanto, não é sequência natural de um programa integralizado do Governo, que se movimenta de forma estanque. Cada setor funciona isoladamente, ou como é

BDMG, também realizador do *Diagnóstico* e pertencente ao DEP, Élcio Costa Couto, além do próprio Hindemburgo e de Álvaro Santiago, também economista do DEP, dentre os palestrantes.

mais comum, não age, ficando perdido na falta de orientação. Não há um programa de metas ou um sistema sincronizado para adequar as disponibilidades financeiras às reais necessidades do Estado, considerado como um todo. (O Diário, *Ação Global*. Editorial. 06/04/1968: 04).

A tônica dos editoriais de “O Diário” refletia, contudo, a lógica da oposição ao governo de Israel Pinheiro, que tinha em Magalhães Pinto (a quem Pinheiro havia sucedido no governo) sua maior articulação. Assim que Magalhães, já ex-governador de Minas e então Ministro, quando da visita do General Costa e Silva a Minas, em momento em que o governo mineiro buscava se reaproximar do Regime Militar, tivesse afirmado que “*O Brasil não renuncia o direito ao progresso e que Minas Gerais é um dos estados que mais sofrem no país*” para concluir, ainda tratando dos possíveis problemas no desenvolvimento mineiro, que

Quando passei o governo ao Sr. Israel Pinheiro, desejei que ele governasse Minas melhor do que eu, por que o povo mineiro o merece, e os meus votos eram sinceros. Não vejo com prazer a situação de desânimo, de angústia em que se acha o povo mineiro, diante do atual governo estadual. (O Diário. *Magalhães convoca Minas para a batalha do desenvolvimento*. Reportagem. 30/03/1968: 03)

Respondendo a esse tipo de pressão, além evidentemente da própria estratégia de governo, que a gestão de Israel Pinheiro assina, em dezembro de 1968, acordo com o Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social, que fora articulado pelo BDMG, o Conselho Estadual de Desenvolvimento e a CEPAL, de sorte que o próprio Raul Prebisch desembarcou em Minas, em 17 de dezembro de 1968, para a assinatura de contrato que previa o trabalho de 90 técnicos da Comissão dedicados a auxiliar a constituição de um mecanismo de planejamento global da economia mineira. O acordo abrangia, segundo a minuta do contrato divulgada em reportagem do Estado de Minas, o planejamento geral da economia mineira enfatizando os seguintes setores: planejamento geral, setor público, sistema de informações estatísticas para o planejamento, recursos humanos, recursos naturais, transportes, energia, agropecuário, indústria e mineração. Segundo o referido jornal, tratava-se “*da primeira experiência de planejamento regional que a CEPAL faz em toda a América Latina, daí a importância da vinda de seu diretor principal, Raul Prebisch*” (Estado de Minas, *Estado faz convênio para planejamento*. 07/12/1968: 06).¹⁹¹

¹⁹¹ Este excerto faz parte de reportagem que, muito provavelmente, foi um *release* apresentado por um dos órgãos envolvidos no acordo pois foi publicado integral e identicamente, sob o título “Estado agora vai ter o planejamento”, na edição de 08 de dezembro de 1968 em O Diário, à página 07.

As relações com o ILPES, contudo, sobretudo por intermédio do BDMG estavam estabelecidas já desde antes da assinatura desse contrato. Assim, desde o princípio de 1968 uma equipe do Instituto dedicava-se a assessorar o gabinete de Planejamento do Governo de Minas, ligado ao Conselho Estadual de Desenvolvimento, na confecção de estudos fazendários que, no limite, apresentassem alternativa à solução do problema orçamentário do Estado. Assim, o Conselho Estadual de Desenvolvimento podia, a partir dali, contribuir para o Governo com

(...) a adoção do Orçamento-Programa; a esquematização de um Orçamento Plurianual de Investimentos e a dinamização do Departamento de Industrialização. (...) [Assim,] A adoção do Orçamento-Programa, cujo esquema foi montado pela equipe do gabinete de Planejamento e Controle com a assessoria de técnicos do Instituto Latino-Americano de Pesquisas Econômicas e Sociais – ILPES –, põe um paradeiro na antiga fantasia de cifras e inaugura uma fase em que a receita estadual se capacita para repercutir mais ativamente na rentabilidade social e econômica do poder público. (Estado de Minas, *Planejamento em Minas*. 05/09/1968: 04)¹⁹²

O convênio entre ILPES, BDMG e Conselho de Desenvolvimento, por fim, pressupunha um planejamento global para a economia mineira, e poderia contar com uma agência que articulava os dois principais órgãos até então estruturados regionalmente para implementar um projeto de industrialização. No limite, o *Diagnóstico da Economia Mineira* representava bem o encerramento da era dos planos desarticulados e o início de um período de planejamento global, notadamente por ser a parte inicial de projeto que não poderia prescindir de nenhum de seus órgãos mais importantes. Mas que, no limite, contaria com a marca do economista como a fornecedora da visada técnica sobre os problemas de Minas, em detrimento de quaisquer outras, uma vez que, de acordo com os técnicos do ILPES que teriam avaliado o *Diagnóstico*, ele seria, enfim,

(...) a grande fonte de consultas para a definição do programa de planejamento e desenvolvimento econômico. (...) ele contém a mais importante massa de subsídios sobre a economia de Minas já condensada em todos os tempos. Por causa dele é que pode ser ajustado o convênio para um planejamento econômico global para Minas Gerais (Estado de Minas. *Realidade de Minas em 1.407 páginas*. 28/12/1968: 07).¹⁹³

¹⁹² Ver também “*Comissão técnica começa plano para modernizar o sistema fiscal de Minas*”, reportagem publicada em 08/08/1968 pelo Jornal do Brasil (p.12), tratando do convênio firmado entre BDMG e Secretaria da Fazenda para implantação de programa elaborado pelo ILPES.

¹⁹³ Cumpre ressaltar que essa opinião dos técnicos do ILPES fora repassada ao jornal por Silviano Cançado de Azevedo, então diretor do Departamento de Análise de Projetos do BDMG no período.

Capítulo 15 – Das disputas pela dianteira do processo decisório do desenvolvimento da economia regional

Dado relevante, se não determinante, do processo que aqui se pretende reconstruir relaciona-se ao estabelecimento de uma disputa no seio da elite técnica de Minas Gerais no período em tela que, no limite, tendeu a demarcar a própria lógica das políticas públicas que, direta ou indiretamente, sofriam influência do corpo técnico. Em outras palavras, compreender a elite tecnoburocrática mineira no período em tela implica percebê-la inclusive, e sobretudo, a partir de suas contradições que, na hipótese em que trabalhamos, decorrem tanto de suas formações distintas (tanto institucionalmente como nas carreiras específicas) como da forma que compreendem o processo de desenvolvimento econômico regional que se ampara, por sua vez, nas relações que esse grupo assume na economia e na política nacionais bem como no trânsito com o mundo empresarial (também tanto regional como nacionalmente).

Que houve uma mudança no núcleo duro de formulação do projeto de desenvolvimento econômico mineiro, baseado em conjunto de políticas públicas a ele atinentes, e inclusive que esse processo pode ser compreendido como um projeto, parece que há pouca dúvida na bibliografia específica (Dulci, 1999; Diniz, 1981; Andrade, 1980; Cintra & Andrade, 1978; Vieira, 1984; Delgado, 1997). Todos os trabalhos relacionados à questão sublinham que, em determinado momento, houve uma *“transição na dianteira decisória”* (a expressão é de Dulci, 1999) do processo, possibilitando a emergência, a princípio, do grupo de engenheiros formados em Belo Horizonte e, mesmo que isso seja colocado sempre tangencialmente, posteriormente do grupo dos economistas provenientes da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais. O que raramente se produz, contudo – e que este trabalho busca alcançar – é a reconstrução desse processo e, sobretudo, o peso dele no quadro mais ampliado das definições das políticas públicas voltadas à economia mineira. Trabalhar-se-á neste capítulo, portanto, com a hipótese de que as transformações no processo de desenvolvimento regional decorrem não apenas das necessidades nascidas do plano essencialmente material, dos seus constantes insucessos e suas crises continuadas e, em determinados períodos verticalizadas. Antes, decorrem também, e em alguns momentos muito especialmente, da própria

interpretação que determinado grupo possui do quadro e das perspectivas de atuação que esse mesmo grupo defende.

Não se trata, entretanto, de negar o óbvio: houve um processo de constante reacomodação das forças econômicas mineiras no período em tela; ocorrendo também um processo de lenta industrialização, notadamente especializada que, quando concretizada, representou emergência de setor altamente concentrado e pouco dinamizador da economia mineira pairando também, por fim, tanto o problema da imigração dos mineiros para outras regiões do país (sobretudo São Paulo) como, no limite, o do caixa do Estado, sempre fragilizado. Todo o processo, por levar a economia mineira de um estágio primário para uma industrialização altamente concentrada, pode ser resumido com clareza naquilo que Delgado bem classificou como “*a estratégia de um revés*”. Trabalhou-se insistentemente para a industrialização, compreendida como o eixo de solução dos problemas mineiros e, quando ela se efetivou, graças às suas peculiaridades, não resolveu o problema econômico primordial que era, ao cabo, desenvolver e homogeneizar economicamente o estado de Minas Gerais, mais que simplesmente fazer crescer a reprodução do capital na região.

Não negando o óbvio, por outro lado, cumpre entender que a dinâmica estabelecida internamente assumiu contornos políticos específicos e, sobretudo, que esses contornos contaram com atores muito proeminentes, motivo pelo qual cabe bem compreender a pertinência das disputas estabelecidas pelo grupo técnico, considerada especialmente a relevância desse estrato na orientação geral da política econômica mineira no período aqui abordado.

Conforme este trabalho tem buscado reconstruir, em Minas Gerais o corpo técnico assumiu importância elevada no tocante notadamente ao projeto de desenvolvimento econômico regional, especialmente a partir da década de 1930 – não obstante desde o final do século XIX já existisse a demanda ampliada por inserção no estado da parte de um corpo técnico amplamente dedicado à construção dessa inserção. O núcleo dessa formação, conforme já se buscou apontar, foi a Escola de Minas de Ouro Preto que, primordialmente por meio do legado de Henri Gorceix, buscava formatar o engenheiro mineiro como um profissional de corte específico: nacionalista, empreendedor, defensor da siderurgia e defensor da premência do poder público seja como articulador seja como fomentador de uma política de desenvolvimento. O

engenheiro *emopiano*, na maioria das vezes, representava essa agenda conquanto existissem quadros que dela discordassem, se não do todo, de algumas de suas partes.

O que nos parece relevante, nesse sentido, é que a emergência definitiva do corpo técnico aos espaços de decisão do desenvolvimento econômico mineiro, a partir do governo de Valadares, se é feita por meio da verticalização administrativa e do empoderamento substantivo de uma pasta como a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, também é produzida pelo estrato da categoria que, então, era dominante: o grupo *emopiano*. E, mais especialmente, o grupo *emopiano* determinantemente ligado à agenda da Escola de Minas. Assim que o projeto siderúrgico da Sociedade Mineira de Engenheiros, defendido por meio do Parecer publicado pela Revista Mineira de Engenharia em 1938 (capítulo XXX), está amplamente relacionado à postura que os integrantes de escol da instituição haviam defendido, por exemplo, ao longo da década de 1910 (capítulo XXX) e que, no limite, se relacionava aquilo que Gorceix defendera desde a fundação da escola (capítulo XXX). O projeto siderúrgico mineiro dos anos 1930 é o projeto de desenvolvimento da economia regional produzido pela Escola de Minas. O fato de ser amplamente defendido pelos empresários mineiros, como aponta Vieira (1984), apenas dimensiona com clareza a importância que a Escola assumiu na definição da agenda pública estadual no período, não o contrário, além de permitir qualificar parte desse empresariado como formado por engenheiros dedicados à produção minero-siderúrgica. E essa relevância condicionava o projeto como estatista e nacionalista, essencialmente. Assim que se podia afirmar, a partir dessa chave, que

(...) O problema da siderurgia e da exportação de minério de ferro em alta escala, só deverá ser resolvido por capital nacional. Retenhamos o que é nosso. Dentro de nossa pátria é que deve cair a chuva doirada – produto da troca de minério de ferro por metal sonante, chuva que fertilizará nossas finanças, que elevará nosso crédito, nosso câmbio, nosso conceito, que armará nosso exército, que fará ressurgir nossa armada. Somente uma empresa nacional deverá solucionar o problema siderúrgico brasileiro.

O Estado Novo, com poderes ilimitados, terá o apoio da massa total dos brasileiros para resolver a questão de modo profundamente nacional. (Janot Pacheco. *Conferência realizada na ACM*. RME. Nº4, agosto de 1938: 35 – grifo nosso *Apud* Barbosa, 2005).

É nesse sentido, portanto, que se deve compreender o corpo técnico que emerge com projeção na década de 1930 como *emopiano* mas, sobretudo, como aquele grupo ligado ao que já definimos por *Geração Gorceix*: siderurgistas, nacionalistas e estatistas. Não são exclusivos, conforme se abordará adiante. Mas, naquele momento,

controlam a Sociedade Mineira de Engenheiros, a Revista Mineira de Engenharia, são próximos a Israel Pinheiro e são os formuladores de um projeto comum de implantação da grande siderurgia em Minas que, ao cabo, apresentava-se como o único meio possível para o real desenvolvimento econômico do estado, de sorte que em editorial quando da quebra do contrato do Governo Federal com a Itabira Iron, a Revista Mineira de Engenharia salientasse que

Essa declaração de irrevogável caducidade [do contrato da Itabira Iron] é certamente uma grande vitória da Sociedade Mineira de Engenheiros. É assaz conhecido o parecer que o Conselho Técnico de nossa entidade elaborou a respeito e que, por intermédio do sr. Ministro da Viação, General Mendonça de Lima, foi entregue ao Sr. Presidente da República. O apelo que este fez aos técnicos a fim de que contribuíssem com seu contingente para a elucidação do importante assunto encontrou eco na sociedade que congrega os engenheiros mineiros. (...)

Até hoje nenhuma contestação sofreu este parecer. (...)

Não vamos voltar sobre este estudo que já se fez [o estudo feito pelo parecer da Sociedade Mineira de Engenheiros]. Queremos apenas lembrar que as soluções economicamente possíveis para a nossa siderurgia ali estão indicadas. É o passado, como o presente e o futuro, mostram, e continuarão a mostrar que o nosso desenvolvimento nessa matéria há de ser baseado no forno alto a carvão de madeira, em terras de Minas Gerais, em especial na bacia do Rio Doce, com o auxílio da eletrosiderurgia para certos produtos especiais. (*Editorial*. Revista Mineira de Engenharia. Ano 2. Nº13. 1939: 06 *Apud* Barbosa, 2005).

Reiterava-se, então, que a aposta do grupo em questão era a única possível. Isso não significa que outros grupos não existissem, que outros projetos não estivessem em formulação, que outras opções não fossem tentadas.¹⁹⁴ Antes, implica perceber que o grupo dominava espaço primordial de organização da categoria, obliterando o caminho dos demais existentes e tentando impedir que suas estratégias ganhassem relevo. Era relativamente óbvio que, tendo o governo federal uma comissão para discutir a questão siderúrgica nacional sob o comando de Edmundo de Macedo Soares e Silva, a ele fosse prescindível o que argumentava o corpo técnico mineiro e, nesse sentido, não parecia realmente lógico supor que o contrato com a Itabira Iron tivesse sido rompido pelo que tratava o Parecer da SME. O rompimento com a Itabira Iron não era “*uma grande vitória da SME*” como apontava a revista. É preciso, nesse sentido, tomar o documento

¹⁹⁴ Cabe observar a atuação de Pedro Rache, ex-aluno de Ouro Preto que assina parecer favorável a Percival Farquhar e à Itabira Iron em 1938, ou mesmo um dos membros fundadores da SME, professor da EMOP e ligado ao setor industrial, Emídio Ferreira da Silva que, já em 1936, afirmava que “*Sou partidário da livre exportação do minério; ainda não pude me convencer, dada a nossa reserva em minérios de ferro, que a saída desta riqueza deixe um vácuo em nosso Paiz, e venha um dia, produzir escassez de matéria-prima. (...) O carvão de madeira não parece prestar-se a uma indústria de vulto razoável(...)*” (REM, n1, ano1, 1936, p. 31).

pelo que ele é: uma tentativa de demarcar território e firmar uma projeção nacional que, muito possivelmente tanto a SME como o próprio governo de Minas não possuía no debate nacional sobre a grande siderurgia.

A decorrência desse processo implica uma ruptura acentuada no grupo, permitindo que o estrato não plenamente siderurgista e nacionalista, seja na própria Escola de Minas, seja na SME ou dentro a categoria profissional do engenheiro pudesse, enfim, emergir com força e articulação no debate pelo desenvolvimento econômico regional. Não parece ser coincidência, conquanto esse certamente não seja o único e definitivo fator explicativo, que a construção da Cidade Industrial de Contagem – marco determinante da segunda parte da gestão de Valadares em Minas – surja politicamente a partir apenas de 1941 quando tanto a agenda ruralizante da primeira parte da gestão já havia se mostrado infrutífera como a própria aposta siderúrgica já demonstrava pouco fôlego para influir nos rumos do processo nacionalmente – especialmente após a fundação, nesse ano, da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico que, sob a presidência de Edmundo de Macedo Soares e Silva, não garantiu um único acento para engenheiro egresso de Ouro Preto.

A construção da Cidade Industrial, nesse sentido, profundamente delimitada pela questão da geração e da distribuição de energia elétrica em Minas, parece realmente assinalar a determinante ruptura entre o grupo siderurgista e nacionalista e aquele que passa a debater as questões de produção e distribuição de energia hidroelétrica e que, no limite, percebe com bons olhos o capital privado inclusive estrangeiro. Assim que, ao cabo, a Cidade Industrial seja pensada como espaço projetado livre dos obstáculos infraestruturais para a implantação justamente das indústrias privadas que deveriam ser atraídas por uma política que agregasse vantagens tributárias e de instalação – e que a questão da infra-estrutura, notadamente no setor de transportes e energia, tenha canalizado os principais esforços tanto na formulação da Cidade Industrial como no debate no entorno do poder público como, por exemplo, no documento Contribuição para o Planejamento Industrial de Minas Gerais tratado no capítulo anterior. Mas é na costura da categoria profissional do engenheiro, especificamente em sua Sociedade e em sua Revista, e nos detalhes decorrentes da atuação do poder público, que mais bem se percebe o relevo da disputa intra-elite técnica.

A primeira marca dessa fissura decorre de polêmica em torno da solicitação, por parte de alguns professores da Escola de Minas, de transferência da instituição para Belo Horizonte, alegando motivos relacionados à possível contradição de se estabelecer uma escola dedicada à indústria em local progressivamente mais voltado ao passado e ao turismo. Ao longo da primeira metade da década de 1940, essa campanha pela transferência da escola se acentuou, forjando dois grupos muito nítidos que passaram a disputar tanto o controle da escola como o próprio espaço da categoria. *Mudancistas* e *não-mudancistas* publicam jornais, organizam associações e trabalham nos bastidores seja do governo estadual seja do governo federal dedicados à concretização de seus projetos.¹⁹⁵ Disso decorre, então, a construção do “Parque Metalúrgico da Escola de Minas”, posteriormente a fundação da “Escola Técnica de Ouro Preto”, a organização da “Sociedade Amigos de Ouro Preto” e da “Casa do Estudante de Ouro Preto” (associações que, no final da década de 1950, serão importantes na criação da “Fundação Gorceix”), além da promessa feita por Vargas de transformar a Escola de Minas (então Escola Nacional de Minas e Metalurgia, vinculada à Universidade do Brasil) em uma autônoma Universidade Técnica de Ouro Preto o que, conforme sugere Carvalho (2002), não chega a acontecer por conta da queda de Vargas em 1945.

Mas, também é decorrência desse processo a união de engenheiros e empresários do ramo minero-siderúrgico de Minas, capitaneados sobretudo por Américo Giannetti que, a partir de 1942, na impossibilidade de transferir a Escola de Minas para Belo Horizonte, decidem angariar fundos para a criação de uma Escola de Mineração e Metalurgia de Belo Horizonte¹⁹⁶, dedicada à formação de engenheiro de Minas e,

¹⁹⁵ Para essa discussão, ver Barbosa (2005).

¹⁹⁶ Assinam como membros da Comissão Organizadora da Escola de Mineração e Metalurgia (aqui apresentados conforme traz o texto da reportagem em questão): ERIC DAVIES, engenheiro de minas e civil, diretor da St. John d’el Rey Mining Co. Ltd (Morro Velho); CRISTIANO F.T. GUIMARÃES, industrial, engenheiro de minas e civil, presidente da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais; LOUIS ENSCH, engenheiro metalurgista, diretor da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira; AMÉRICO RENE GIANNETTI, engenheiro de minas e civil, diretor da Companhia Metalúrgica Sto. Antonio e da Eletro-Química Brasileira, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; ANTONIO MOURÃO GUIMARÃES, industrial, diretor da Companhia Minas de Passagem, vice presidente do Banco de Minas Gerais; EMÍLIO ALVES TEIXEIRA, engenheiro de minas, engenheiro no Departamento Nacional de Produção Mineral; ARMANDO SANTOS DE OLIVEIRA, engenheiro de minas e civil, engenheiro da St. John d’el Rey Mining Co. Ltd e professor da Universidade do Brasil.

sobretudo, à especialização de engenheiros civis em minas e metalurgia. Além disso, defendia-se que a escola a ser criada deveria se preocupar em especializar o engenheiro para o trabalho industrial, mote que professores da Escola de Engenharia de Belo Horizonte vinham defendendo desde o final da década anterior, além de voltar a sua formação essencialmente para a extração mineral. Assim, sugeria-se a fundação da nova instituição alegando-se que

Este empreendimento não será de difícil concretização, se **as empresas interessadas na indústria extrativa mineral se congregarem** e se esforçarem para reunir os elementos necessários. [grifo nosso].

O final de todos esses esforços será um monumento que a indústria mineira e metalúrgica deixará ao Brasil, perpetuando o seu interesse pelo maior aproveitamento das reservas do sub-solo e, mais ainda, como uma eloquente demonstração de seu patriotismo [grifo nosso] (RME. *Ampliando o quadro nacional de engenheiros de minas e técnicos metalúrgicos*. Reportagem. Ano V, n35-36, 1942, p. 12 *Apud* Barbosa, 2005).

A defesa da proposta era, portanto, em tudo diferente daquilo que em 1938 se apresentava como o grande projeto mineiro para a siderurgia e, na medida em que apoiada por aqueles engenheiros dedicados à indústria siderúrgica privada, representava bem o interesse do setor de que se estabelecesse uma política extrativa e que, no limite, o estado não competisse com as atividades de beneficiamento do minério legando-se, ao setor privado, tal tarefa.

Permite dimensionar o nível de tensão entre os grupos que se formaram, originalmente no entorno da proposta de transferência da Escola para Belo Horizonte mas, por consequência, em torno mesmo das propostas vinculadas à siderurgia e ao desenvolvimento regional em Minas no período em destaque, o memorial remetido em 1944 por alguns professores da Escola de Minas ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, que foi integralmente publicado pela Revista da Escola de Minas.

As indústrias mineiras e metalúrgicas nacionais necessitam é de profissionais *tecnicamente habilitados* e não de profissionais *legalmente habilitados* [itálico do original], como ingenuamente acreditam, ou maliciosamente querem fazer crer, os interessados em se beneficiarem com o pretenso curso de emergência. Indubitavelmente, haverá muitos industriais ansiosos por obter um profissional “legalmente habilitado”, para assinar e encapar suas “indústrias”. Mas é evidente que não é esse o **interesse nacional** [itálico do original e grifo nosso]. A um toxicômano importa apenas quem “legalmente” lhe possa propiciar os elementos de satisfação do vício e não o “médico”. Para ele o diploma é, no caso, uma mera formalidade legal, não lhe sendo necessária a capacidade técnica que implica. Na indústria há muita coisa semelhante. (p.47).

Embora a Escola de Minas tenha se mantido em Ouro Preto, perdeu progressivamente espaço dentre a categoria profissional do engenheiro em Minas, ao menos ao longo desse entrevero. Esteve, é certo, envolvida na construção da Companhia Vale do Rio Doce, cujo primeiro presidente foi o então Secretário de Agricultura, Israel Pinheiro. Mas distanciou-se, grau a grau, dos órgãos de representação da categoria e do centro mesmo de decisão das políticas públicas de desenvolvimento. Um exemplo disso está na campanha pela criação de escola concorrente, levada a termo pelo ex-aluno Américo Giannetti, com a colaboração de vários professores e outros ex-alunos de Ouro Preto. Também é sintomática, a partir de determinado momento, a ausência da Escola de Minas das páginas da Revista Mineira de Engenharia, da qual não se comentava mais sobre seus aniversários (originalmente motivo de grande cobertura na Revista) e sobre a qual pouco ou quase nada se falava (mesmo na sessão de obituários, passa-se a não citar o local de formação de determinado engenheiro quando de seu falecimento, se ex-aluno de Ouro Preto). Estava, então, reorientada definitivamente a Sociedade Mineira de Engenheiros, de sorte que, em 1948, informava-se pela Revista que

A Sociedade Mineira de Engenheiros participou de todas as festividades comemorativas do 37º aniversário de fundação da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, transcorrido em maio último.

O acontecimento revestiu-se de especial significação para a S.M.E. pelo fato de a **maioria de seu quadro social ser integrada por engenheiros diplomados por aquele estabelecimento de ensino**. [grifo nosso]. (RME, ano 10, n54, 1948, p.40).

Projeto e grupo determinante estavam, assim, reorientados. Desse modo que Lucas Lopes afirmava, na cerimônia de inauguração do Instituto de Tecnologia Industrial, em 02 de julho de 1944, que o plano econômico mineiro destinava-se a

(...) criar uma estrutura econômica que não se apóie apenas na exploração rudimentar e destrutiva de nosso solo, mas que transforme riquezas naturais em produtos acabados, de alto valor, além de manter e ampliar a capacidade produtiva do meio em que vivemos – para isto precisamos de cérebros e máquinas. (Lopes, 1944 In: Guimarães, 1990, vol.1: 330).

Para concluir que tal projeto, ao qual se lastreava o Instituto que se inaugurava, representava “*um plano muito maior, enquadrado no plano grandioso da **Universidade de Minas Gerais**, que o Governador Valadares está transformando de quimera em realidade*” (Ibidem – grifo nosso).

Longe do projeto nacionalista, estatista e siderurgista dos *emopianos* da Geração Gorceix, emergia outro baseado na industrialização de bens de consumo, projeto que

contava, em oposição ao modelo anterior, e de acordo com Lucas Lopes, com a “*cooperação entusiasta dos professores de nossa Escola de Engenharia e sabemos que nos imporemos neste setor a confiança dos industriais mineiros*” (ibidem). Nenhuma referência se fazia à Escola de Minas, não obstante das nove seções originalmente instaladas no Instituto (Química, Físico-química, Metalurgia Física, Petrografia, Solos, Ensaios Mecânicos, Combustíveis, Pedologia de Minas e Concentração de Minérios), seis tivessem relação direta com o campo de atuação da instituição de Ouro Preto. Também relativo ao ITI, outro dado relevante do que aqui se procura abordar diz respeito ao Decreto-Lei nº 1516, de 12 de dezembro de 1945, quando da gestão do Secretário Antônio Mourão Guimarães à frente da SAICT (mas período em que Lucas Lopes comandava a Secretaria de Viação e Obras Públicas). Voltado à reestruturação do Instituto, o Decreto-Lei instituiu um Conselho Consultivo, com mandato de 4 anos para cada um de seus seis representantes das seguintes entidades: Escola de Engenharia da UFMG, Secretaria de Agricultura, Federação das Indústrias de Minas Gerais, Secretaria da Viação e Obras Públicas, Sociedade Mineira dos Engenheiros e Sociedade de Agricultura (Guimarães, 1990, vol.1: 391).¹⁹⁷ Outra vez, nenhuma menção foi feita à EMOP, que também já estava afastada do centro da Sociedade Mineira de Engenheiros.

A emergência dos engenheiros da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente a partir da consolidação da agenda dedicada às questões da industrialização primordialmente atrelada à discussão da produção e da distribuição da energia hidroelétrica, conforme se procurou abordar no capítulo anterior, ocorre por meio da ocupação das *Migs*. Sobretudo, por meio da construção de uma empresa de capital misto em especial, a CEMIG, sendo processo determinantemente influenciado, por outro lado, pelo trânsito com técnicos norte-americanos, engenheiros formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e pelo próprio núcleo duro da companhia que, salvo poucas exceções, atuava conjuntamente desde os trabalhos da Comissão para o Vale do Rio São Francisco e do Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Mauro Thibau, membro

¹⁹⁷ Alteravam-se também os setores técnicos especializados: Química Tecnológica; Geologia de Minas; Metalurgia; Materiais de Construção; Física Tecnológica; Combustíveis e Motores Térmicos; Estabilidade das Construções e; Indústrias Têxteis (Guimarães, 1990, vol.1: 391-2). Merece destaque a logística de substituição desses representantes: eles deveriam ser substituídos alternadamente. Assim, a cada dois anos metade do Conselho se renovava – sendo a primeira renovação determinado por sorteio. Isso permite dimensionar a preocupação com a constituição de equilíbrio no Conselho que deveria coordenar a industrialização mineira, e realça ainda mais o caráter da ausência de um representante da EMOP.

do grupo, quando ouvido pelo projeto de Memória da CEMIG, sublinhando a importância da Escola Politécnica, afirmaria que *“quando nos reunimos na Cemig, havia um denominador comum, que era o código moral, o conceito, vamos dizer, da vida, da profissão, dos deveres, de como as coisas deviam ser”* (p.20). Para concluir tratando do papel de Lucas Lopes no processo, que

Quem dava a tônica da mentalidade, da formação de conceitos, da formação de ideal de estrutura, éramos nós, com evidente coordenação do Lucas Lopes. Ele tinha tanto conhecimento da coisa pública, quanto da coisa privada (...) (p.21)

Tratando sobre a construção do equilíbrio do grupo, notadamente no tocante ao papel do poder público no processo de produção de energia hidroelétrica que se propunha estabelecer em Minas, Thibau também ressaltaria que

A acomodação de interesses foi eminentemente pragmática, por que na equipe que estava reunida existiam pensamentos doutrinários diferentes. Tanto o [John] Cotrim quanto eu éramos e ainda somos de tendências privatistas e de encarar a intervenção do Estado como suplementar. O Lucas Lopes era mais equilibrado na colocação, no sentido de que as conveniências sócio-políticas poderiam recomendar a iniciativa estatal. O Domício Figueiredo Murta, que foi um dos mentores também do plano, era um pouco mais estatizante. Ele enfatizava a função pioneira, promocional, do Estado. Mas, no fim, nós todos nos entendíamos. (p.35).

Já Mário Penna Bhering, também integrante do referido grupo fundador da CEMIG, salienta a importância das experiências individuais desses técnicos em órgãos privados norte-americanos de produção e de distribuição de energia elétrica, congregados por Lucas Lopes no entorno da empresa, representando um tipo específico de formação técnica que produziria diferenciação dentre a elite tecnoburocrática regional, marcando definitivamente a virada de um grupo para outro, que se pretendia mais sofisticado na medida em que mais aproximado dos novos interesses econômicos que se apresentavam determinantes, primordialmente no campo da energia elétrica. Além disso, a grande importância da atuação concomitante de Lucas Lopes na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos teria, em sua visão, sido elemento formativo essencial para o grupo. Para Bhering,

Naquela época, esse grupo trouxe para Belo Horizonte um fluxo de conhecimentos e de ideias que, de uma maneira geral, estava acima da média daqui no que concerne à execução de um programa de eletrificação de âmbito estadual. Não de toda a média, é claro. Existia aqui gente extremamente competente. Mas, uma das coisas, talvez, das mais importantes que as companhias estrangeiras instituíram foi a disciplina financeira e a técnica orçamentária. E isso não se praticava bem nas entidades

governamentais. A tradição do governo, era a tradição de secretaria. É aquela contabilidade clássica de secretaria de governo.(p.13)

Assim que lenta, mas efetivamente, o controle do processo dedicado ao planejamento da economia mineira vai adquirindo novos contornos e novos agentes, na medida em que ganha em complexidade em especial no que toca à formatação de seus projetos e seu financiamento. No caso da CEMIG, pontualmente, essa estratégia de intervenção decorre da própria necessidade da companhia de encontrar consumidor de sua energia. Industrializar era, no limite, criar demanda para energia elétrica, de sorte que o crescimento da companhia energética era dependente da industrialização; reforçava-se, então, a questão que se impunha desde a década de 1940 (é a plena oferta de energia que precede a indústria, ou a demanda industrial que impõe produção energética?) e participar do projeto de desenvolvimento regional tornava-se, ao cabo, tarefa elementar no processo de consolidação da empresa. Ressalte-se que isso não diminui a importância dos demais grupos no entorno do processo (especialmente elite empresarial e elite tradicional), mas permite perceber que mesmo esses grupos se constituíam de forma heterogênea o que, no limite, tendia a influenciar o jogo político dedicado às questões atinentes ao desenvolvimento regional.

Assim, se a CEMIG transforma-se nesse *locus* definidor das políticas de industrialização de Minas Gerais no que tange à nova formatação do poder público a respeito do tema em questão, é preciso perceber a importância dos departamentos de estudos econômicos que, a partir de 1948 na Associação Comercial de Minas e 1949 na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, atuavam decisivamente nas campanhas de industrialização levadas a cabo em Minas. Esses departamentos apoiam e projetam instrumentos de fomento e campanhas, como aquelas que levam ao BDMG e à Usiminas, bem como são espaços abertos à construção do campo específico de atuação do economista, notadamente pelas mãos de Jayme Peconikc na FIEMG e Washington Albino na ACM. Ao lado da normatização dos conselhos de desenvolvimento de Minas, os departamentos de Economia, exigindo sempre a presença do economista como técnico competente no levantamento dos problemas e no estudo de suas soluções, é sinal relevante dos mecanismos utilizados pela categoria no intuito de firmar-se profissionalmente bem como permite perceber a aceitação, de parte do empresário ou do poder público, de tal categoria como a portadora de um conhecimento exclusivo e essencial.

Assim que, se por um lado há a reorientação no campo do engenheiro, permitindo a emergência de nova cepa na categoria profissional que, ao cabo, permitiu mesmo a emergência de novo tipo de política de desenvolvimento econômico regional, há no conjunto da elite técnica mineira o princípio de uma relação que beirou, ao menos nas décadas de 1950 e 1960, o tom conflitivo. Cintra e Andrade (1978) salientam que o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção” corresponderia ao planejamento do engenheiro, enquanto o Diagnóstico da Economia Mineira encerraria o planejamento do economista. Inferimos que, nesse sentido, a CEMIG acaba sendo o órgão do engenheiro, enquanto o BDMG torna-se, gradativamente, o órgão técnico de planejamento cujo cerne de atuação é determinado pelo economista.

A carreira do economista, em Minas Gerais, decorre da fundação da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da UFMG, conforme já se abordou em capítulo anterior. Os primeiros graduados não possuíam entidade ligada à categoria para se filiarem, de sorte que passavam a participar do Sindicato dos Economistas, fundado em 1941 e baseado no Rio de Janeiro. A regulamentação da categoria profissional do economista, inclusive contando com a criação dos Conselhos Federal e Estadual, data de 1951, no governo de Getúlio Vargas. Por meio da Lei nº1.411, de 13 de agosto de 1951, regulamentava-se definitivamente a profissão, estabelecendo em seu artigo 1º que a designação profissional de Economista caberia, exclusivamente, aos bacharéis em Ciências Econômicas no Brasil, estabelecendo-se, no artigo 3º que “*o provimento dos cargos técnicos de economia e finanças na administração pública, nas empresas com participação do Estado ou sob sua intervenção ficava condicionado à apresentação de diploma de Bacharel em Ciências Econômicas*” (Diniz, 2001: 63).

A organização profissional, por meio de controle e fiscalização, ficavam sob responsabilidade dos conselhos Federal e Estaduais de economia, órgãos aos quais competia registrar os bacharéis para, uma vez credenciados, poderem exercer a atividade profissional. Não havendo, a princípio, delegacia do Conselho em Minas, cabia aos bacharéis em Ciências Econômicas de Minas recorrerem à delegacia do Conselho também no Rio de Janeiro, para conseguirem credenciamento profissional.

A primeira tentativa associativa dos economistas de Minas data de 1959, quando se cria embrionariamente a Sociedade dos Economistas de Minas Gerais originalmente

numa república estudantil de alunos da FACE e, a partir de sua oficialização em 1961, com sede em edifício no centro de Belo Horizonte e apoio declarado de vários professores e ex-alunos da Faculdade de Economia. Dentre os fundadores, destacam-se economistas de relevo, vários dos quais determinantes em experiências como o BDMG e, muito propriamente o Diagnóstico da Economia Mineira, podendo-se destacar Admaro Terra Caldeira, Fernando Roquete Reis, Álvaro Santiago, Domingos Mendanha, Afrânio Squetino, Carlos Alberto Macedo Rocha, Wando Pereira Borges, Milton Baeta, Flávio Raul de Araújo, Mário Guimarães N. Pinto e Célio Belisário (Memorial Casa do Economista de Minas Gerais: 12-13).

A proposta da Sociedade era a de criar espaço de debate das questões atinentes tanto à profissionalização da categoria como aos problemas econômicos essencialmente. Seu trânsito com a FACE era forte e articulado por professores inclusive – tanto que dos 10 membros da primeira diretoria, 4 eram professores da Faculdade –, seus debates e conferências eram produzidos em acordo com a Faculdade e, mais importante, havia processo de tradução e disponibilização de livros de economia, fundando biblioteca de referência em sua sede. A Sociedade também foi órgão importante no tocante à instalação de uma delegacia do Conselho Federal de Economia em Minas Gerais, o que foi alcançado em 1965 após tratativas entabuladas, sobretudo, pela Sociedade (Idem: 15).

Paralelamente ao trabalho de instalação da Delegacia, e muito significativamente para a categoria, inicia-se em 1965 a campanha pela fundação de um órgão sindical dos economistas mineiros. Assim, constitui-se originalmente a “*Associação dos Economistas de Minas Gerais, embrião do que, em 1967 passou a se chamar Sindicato dos Economistas de Minas Gerais (SINDECON)*” e que tinha por base a Sociedade dos Economistas de Minas Gerais. Segundo o economista Edson Ferreira de Medeiros, primeiro presidente da Associação, em entrevista ao projeto de Memória da Casa do Economista de Minas Gerais, a instituição sindical passara a ser exigência da categoria por dois motivos distintos e complementares: em primeiro lugar os entraves criados pela representação do sindicato carioca, ao qual se filiavam os economistas mineiros, que nem sempre consideravam essa peculiaridade quando do momento de indicar membros para o Conselho Federal de Economia, subavaliando politicamente a categoria em

Minas e criando dificuldades de inserção do grupo mineiro. O segundo motivo, amplamente relacionado ao interesse dessa tese, trata da

(...) discriminação sentida pelos economistas mineiros que trabalhavam basicamente na CEMIG, empresa que naqueles anos congregava o maior número de profissionais da área em Minas Gerais. Os economistas da CEMIG sentiam, em relação aos engenheiros principalmente, uma grande diferença de tratamento, fosse nas questões salariais, ou mesmo nas possibilidades de crescimento profissional na empresa (Casa do Economista, p. 17).

Mas, será o mesmo Edson de Medeiros que, enquanto representante da categoria profissional do economista em Minas, melhor vocalizará a campanha da categoria contra os engenheiros que, especialmente nas empresas de capital misto e nas agências estatais, voltavam-se às atividades que, em tese, deveriam competir exclusivamente ao economista.¹⁹⁸ Assim, em entrevista ao jornal “Estado de Minas” de 25 de julho de 1968, Medeiros discorreria longamente sobre o que ele considerava ser “*charlatanismo*” de determinados profissionais. Lembrava, nesta entrevista, que a profissão do economista havia sido regulamentada em 1951 e sublinhava que “*a colocação de outros profissionais em funções específicas de economistas expõe a empresa e o falso economista às penalidades impostas pelo artigo 47 da Lei de Contravenções Penais*”, sugerindo também ao empresário que contratasse exclusivamente serviço de economistas registrados no Conselho Regional de Economistas Profissionais. E, enfim, para que não pairasse nenhuma dúvida sobre o que seriam essas atribuições do economista, uma vez que ele afirmava a existência de empresários que desconheciam as características da profissão, Medeiros as elencava:

(...) estudos de mercado e preços, projetos globais e setoriais, programação econômica (micro e macro econômica), organização de empresa, racionalização do trabalho, planejamento econômico, financeiro e administrativo, planos de investimentos e financiamentos, pareceres sobre a matéria econômica, financeira e administrativa, econometria, perícias, avaliações e arbitramento, análise da conjuntura econômica abrangendo: estudo da política econômica, financeira, orçamentária, comercial, cambial, de crédito, de transporte e armazenamento, de produção e custos, de consumo, do trabalho e fiscal, estudo sobre o desenvolvimento econômico, custo de vida e salários, bem como sobre as instituições e a intervenção do Estado na política do trabalho (Estado de Minas, 25/07/1968: 7).

¹⁹⁸ Elemento inclusive natural pois, conforme Diniz (2001: 60), “*Na história da maioria das profissões, preocupações com o mercado de trabalho ou regulamentação profissional surgem com intensidade apenas quando há uma massa de profissionais para a qual os diplomas não constituem garantia nem de emprego nem de prestígio, e que procura romper o monopólio da elite com relação ao acesso aos melhores empregos e aos privilégios*”.

O então presidente da Sociedade dos Economistas de Minas Gerais reagia, então ainda de forma suave, às tratativas que levariam à formação de uma especialização em Engenharia Econômica, curso noturno de pós-graduação para capacitar engenheiros em economia e finanças. A intensidade da disputa que se entabulava pode ser percebida pela fundação, em 13 de dezembro de 1968, da Associação Mineira dos Profissionais em Engenharia Econômica,¹⁹⁹ “*para congregar os engenheiros que trabalham em atividades que exigem conhecimento básico de economia*” (Estado de Minas, 13 de dezembro de 1968: 6). A disputa pode ser aquilatada, nesse sentido, pela informação veiculada pela imprensa que assegurava que

Os objetivos básicos desta [primeira] diretoria são a abertura de um diálogo com os dirigentes de entidades de economistas, de modo a evitar mal-entendidos com respeito à função do engenheiro-econômico, definição do campo de atuação desta nova especialidade e seu registro no CREA (...)

Dentre os membros da diretoria, havia exclusivamente um *emopiano* (Valternomem Coelho dos Santos), recém-formado em 1965. No conselho consultivo, presidido pelo renomado engenheiro J. Vianna de Assis, podem-se destacar nomes como Jouve Camisassa e Silviano Cançado.

Nesse sentido, também parece elemento significativo a própria organização interna do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Originalmente possuindo um Departamento de Análise de Projetos (DAP),²⁰⁰ coordenado pelo engenheiro oriundo do Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG e então membro da Associação dos Engenheiros Economistas, Silviano Cançado de Azevedo, o Banco passa a contar, a partir de 1963 com o Departamento de Estudos e Planejamento (DEP).

Conforme já salientamos anteriormente, foi ao DEP que coube a elaboração do *Diagnóstico da Economia Mineira*, bem como foi ele o departamento que congregou os economistas no Banco (apenas um integrante era engenheiro) em oposição ao DAP, órgão essencialmente vinculados aos engenheiros que colaborou com o *Diagnóstico*,

¹⁹⁹ Cujo evento inaugural ocorreu na Escola Politécnica da Universidade Católica de Minas Gerais, mesma Universidade que, curiosamente, formou a parcela mais significativa dos engenheiros que, uma década mais tarde, desalojaria justamente os economistas oriundos da FACE do comando da Sociedade dos Economistas de Minas Gerais, em movimento que refletia, na categoria, os posicionamentos políticos do mundo público no âmbito do processo de Abertura do final do Regime Militar.

²⁰⁰ Dedicado aos “estudos e pesquisas sobre a técnica de elaboração de projetos, objetivando a feitura e a revisão periódica de um roteiro para a elaboração de projetos destinado a assistir ao postulantes de créditos em seus pedidos” (Penna, Relatório BDMG, 1965: 15)

mas sob a orientação especialmente de Fernando Reis, economista e coordenador do documento e do DEP.²⁰¹

Mas, a disputa intra-elite técnica ganha contornos definitivos, realmente, a partir da repercussão da criação da especialização em Engenharia Econômica cuja crítica, novamente sustentada pelo então presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais e membro do Conselho Regional de Economistas Profissionais, Edson de Medeiros, destacará que “*o exercício da profissão do Economista está sendo exercido por leigos, da mesma maneira como fazem os curandeiros na Medicina*” (Estado de Minas, 24 de dezembro de 1968: 06). Destacando, também, que “*certos profissionais pertencentes à valiosa classe dos engenheiros vêm se transformando em usurpadores de nossa profissão*” (ibidem), Medeiros classifica como “*acintosa*” a criação do curso de Engenharia Econômica, fruto de engenheiros “*insatisfeitos com a sua carreira*”, para quem deveria ser aplicada a Lei de Contravenções Penais por exercício ilegal da profissão, atividade essa essencialmente desenvolvida nas empresas de capital misto “*uma vez que nas pequenas empresas e, principalmente, nas empresas privadas, onde o lucro é o objetivo principal, os empresários procuram colocar o **homem certo no lugar certo***” (Ibidem – grifo nosso). Por fim, concluía também que

(...) esses engenheiros deveriam buscar na sua própria profissão a especialização, ou seja, o aperfeiçoamento de seus conhecimentos. Esses profissionais deixam de ser engenheiros e não conseguem ser economistas. O País perde um técnico e não ganha outro. (...) o governo gasta verba fabulosa com escolas superiores para formar profissionais que não irão exercer sua profissão, e este fato merece um inquérito entre os portadores de diploma de curso superior (...) (ibidem).

Nossa hipótese, nesse sentido, é que a disputa intra-elite técnica que, na década de 1940 determinou-se no seio da categoria profissional do engenheiro e que encetou reordenação das políticas públicas especialmente vinculadas à industrialização em Minas, também foi mecanismo importante do processo de definição da agenda pública voltada ao desenvolvimento econômico regional, na década de 1960, tendo como

²⁰¹ Há relatos que sustentam que o DEP, ao ser criado, feriu suscetibilidades sobretudo no DAP e em seus principais quadros que percebiam o Departamento dos Economistas como “inútil, conflitante e dispendioso”, essencialmente em relação ao departamento já estabelecido.

principais contendores, então, os engenheiros ligados principalmente à CEMIG²⁰² e os economistas, notadamente no BDMG.

Mas deve-se sublinhar, concomitantemente, que essas diferenças e disputas estabelecidas no conflito entre as categorias profissionais tendiam a ser amenizadas no eixo intelectual sobretudo a partir da influência formativa da CEPAL em ambos os grupos, embora essa influência tenha sido minorada no caso da CEMIG, mas ampliada no grupo que se pretendia de engenheiros economistas, bem como no próprio grupo dos economistas ligados ao BDMG. Assim que, diferentemente da década de 1940, em que as disputas intra-elite técnica levaram à inflexão profunda no projeto de desenvolvimento regional, na década de 1960, afora alguns aspectos pontuais do processo, houve a construção, lenta, delicada e recalcitrante de um projeto comum que possuía, na industrialização de Minas Gerais²⁰³ e na sofisticação da gestão financeira do poder público, seu objetivo final.

A disputa intra-elite tecnoburocrática mineira, nesses período e sentido, parece muito mais um conflito característico dos processos de consolidação de uma categoria profissional, para a qual a demarcação de território, conhecimentos, práticas, metodologias e hábitos muito específicos são partes determinantes (Coelho, 1999; Diniz, 2001), do que necessariamente um reordenamento do plano econômico e das estratégias de desenvolvimento, inclusive pelo grau de atrelamento dos interesses especificamente mineiros no desenho geral da economia brasileira. Não obstante a CEMIG correspondesse a um núcleo essencialmente do engenheiro e o BDMG, sobretudo no estrato ligado ao Diagnóstico, representasse uma agenda do economista, a industrialização alcançada por meio de um mecanismo de planejamento global, meticulosamente construído e afiançado por consultoria externa, era mote de unificação

²⁰² É importante frisar que os *emopianos* ainda existiam, mas estavam nas companhias. Eles eram relevantes, mas já não mais como formuladores do projeto de desenvolvimento. Estavam ausentes da dianteira decisória.

²⁰³ É significativo notar, no que concerne à centralidade que a industrialização assumira no discurso regional, editorial de “O Diário”, jornal mais próximo ao grupo de Magalhães Pinto, criticando longamente a política de implantação das cidades industriais em Minas na gestão de Israel Pinheiro. Após expor o atraso nos trabalhos, conclui o “Diário”, laconicamente que “*O Governo não dá os instrumentos básicos de infra-estrutura para a implantação dos núcleos de industrialização. (...) Em tudo é o mesmo desinteresse em vitalizar o desenvolvimento industrial de Minas.*” (O Diário, *Desestímulo*. Editorial. 28 de março de 1968, p. 4).

das categorias profissionais distintas – mesmo que, no limite, houvesse o sentido de superioridade de um grupo sobre o outro.

Assim que começa a se constituir, em Minas, uma rede mais articulada de planejamento econômico dedicada à superação da situação de estagnação da economia mineira e que se propunha a transcender essas agências da administração indireta que, não obstante não fossem institucionalmente responsáveis pelo planejamento da economia mineira, acabaram por assumir tal função – notadamente no vazio deixado pelas claudicantes tentativas de institucionalização do planejamento econômico regional no seio da administração direta.²⁰⁴ Nesse sentido, o primeiro órgão estrategicamente voltado para a sofisticação dos estudos ligados ao desenvolvimento será o Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Economia Regional, que criará o Mestrado em Desenvolvimento Regional.²⁰⁵

Mas o principal órgão nesse sentido será o “Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial” (INDI), criado em 1968 por meio de um acordo entre CEMIG e BDMG, que dividiam a presidência e o conselho consultivo. Em 02 de junho de 1968, editorial do Estado de Minas ponderaria, nesse sentido, que

Compreende-se que se unam as duas mais importantes empresas paraestatais [CEMIG e BDMG] com a finalidade de manter uma instituição desse gênero. Ambas estão desempenhando um papel de grande significação no sentido de apressar a expansão econômica de Minas. (...)

Minas precisa tomar urgentemente ciência de si mesma. Um inventário geral de seus recursos naturais, das possibilidades do mercado e das falhas de seu parque industrial, deve ser promovido com rapidez, para que o desenvolvimento econômico se processe com equilíbrio e harmonia. Esta será a missão do novo órgão criado pela CEMIG e BDMG. Deve-se esperar que seja devidamente aparelhado sem perda de tempo e não lhe falem os elementos humanos e materiais indispensáveis à consecução dos seus objetivos.

A formação do INDI, nesse sentido, corresponde a etapa importante no processo em tela, notadamente por permitir a consolidação de espaço de articulação dos interesses tanto de engenheiros como de economistas em Minas Gerais no período. Aos engenheiros da CEMIG, cumpria transferir para o Instituto suas preocupações com a

²⁰⁴ Assim que, em editorial de 05 de setembro de 1968, o jornal Estado de Minas sublinhasse que “*Nenhum dos órgãos da administração centralizada do governo de Minas terá sofrido críticas tão contundentes quanto o Conselho Estadual de Desenvolvimento, que surgiu depois de extinta a Secretaria do Desenvolvimento, com a responsabilidade de formular a política desenvolvimentista do Estado*” (p.4).

²⁰⁵ Sobre a importância da fundação do Centro de Desenvolvimento e Planejamento da Economia Regional – CEDEPLAR, originalmente Instituto – IDEPLAR, para processo em tela ver, Paula (2006).

industrialização e sua demanda por energia elétrica. Aos economistas, cumpria articular o planejamento econômico de forma progressivamente mais sofisticada, seja por meio da influência teórica da CEPAL (especialmente a partir do convênio estabelecido entre ILPES e Governo de Minas) ou sobretudo por meio da influência gradativamente maior dos estudos de economia regional sendo que “o maior contato dos especialistas mineiros tem sido com autores franceses, notadamente François Perroux e Boudeville, sendo que este último já participou de pesquisa em Minas e conhece bastante a economia regional”(Dias, 1969: 132).

Nesse sentido, o próprio Fernando Roquete Reis voltava-se para esses estudos, tendo mesmo publicado artigos resenhando essas teorias no meio acadêmico. Foi essa a influência, de acordo com Dias (1969), para o projeto de construção das cidades industriais espalhadas pelo interior do estado, programa para o qual o conceito de polos econômicos foi determinante, e que se ligava ao Governo de Minas por meio de seu Conselho de Desenvolvimento e, especialmente, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG, nesse sentido e no período específico, ganha relevo e destaque para além de sua função de fomento – o que o próprio *Diagnóstico da Economia Mineira* revela; antes, ele torna-se essencial no próprio processo de qualificação do debate atinente às questões de desenvolvimento regional. Para Dias (1969: 132-133),

Essa identificação e o problema da abrangência das regiões polarizadas em Minas vem sendo alvos das reflexões dos especialistas, notadamente os do BDMG, que já tem obtido resultados bastante positivos em seus estudos. Também outros especialistas, tais como sociólogos e geógrafos, se tem associado a esses estudos, com a preocupação de melhor compreender a relação entre urbanização e industrialização e também de formular novas ideias sobre a hierarquia da rede urbana mineira.

Dias, que tanto é analista do processo como dele participa ativamente, pois se liga ao BDMG por meio do DEP e atua na feitura do *Diagnóstico* não cita, dentre os profissionais dedicados às novas abordagens do planejamento em questão, a categoria profissional do engenheiro. Na medida em que se sofisticava e complexificava o debate acerca do desenvolvimento econômico regional (e de seu planejamento, sobretudo) o cerne da questão vai migrando do plano essencialmente operacional (o que e como

fazer, notadamente definidores da engenharia)²⁰⁶ para o intelectual (o que e como saber, aparentemente de natureza mais próxima ao economista).

Nesse sentido, a formulação das três versões do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, a partir de 1971, já comportarão nova disputa, desta vez entre os próprios economistas, sobre o modelo mais adequado a ser seguido (Muinhos, 1991), tema que escapa, contudo, ao objetivo deste trabalho.

²⁰⁶ Abordando o Plano de Eletrificação, que Andrade (1980) considerava por planejamento feito por engenheiro, Lucas Lopes (1991: 116) afirmaria que “*Tratava-se muito mais de um planejamento geográfico do que de um planejamento econômico ou político, determinando quem faz ou quem não faz. Era um planejamento de quantidade, do que fazer (...)*”.

Considerações finais

Este trabalho se dedicou à observação de fenômeno relacionado à reconstrução das estratégias de inserção no poder público e à demarcação do campo de atuação dos grupos que compuseram o que se considerou por elite tecnoburocrática mineira: as categorias profissionais do engenheiro e do economista. Partindo disso, buscou perceber como se procedeu institucionalmente tanto a formação acadêmica desse grupo quanto como se estruturou o espaço delimitado para o trabalho técnico na esfera do poder público mineiro, também dedicando especial atenção às disputas no âmbito da própria formação desse estrato da elite regional. Paralelamente, buscou observar como esse processo esteve articulado com o discurso do conjunto da elite mineira no período, sempre reafirmado por uma sensação de atraso relativo que, na medida em que se desenvolvia a industrialização brasileira, ganhava peso político e substância técnica gradativamente mais crítica.

Para avaliar esse processo, foi determinante perceber i) a influência original da Escola de Minas de Ouro Preto na formação desse corpo técnico, sendo instituição que, além de um espaço de formação de engenheiros, foi um lugar privilegiado de debate do desenvolvimento regional desde sua origem; ii) a importância dos documentos dedicados ao planejamento regional como formas de superação do atraso relativo da economia regional, que embalava boa parte dos discursos da elite mineira e para o qual estes documentos funcionavam tanto como proposta de superação como, ao mesmo tempo, reforço primordial (porque tecnicamente lastreado) de toda a avaliação negativa e; iii) o enredo intra-elite técnica, seus interesses conflitantes no entorno da própria consolidação das carreiras profissionais bem como a demarcação efetiva do espaço de atuação no poder público.

Que as estratégias de inserção na máquina estatal foram bem sucedidas, a ampliação dos quadros e agências técnicas relacionadas ao governo mineiro parecem comprovar, não obstante tenha sido fenômeno perceptível nacionalmente e relacionado, sobretudo em suas fases de maior expansão, sempre aos períodos autoritários – conquanto, particularmente no caso de Minas, as principais agências observadas foram criadas no hiato democrático que vai do fim do Estado Novo ao início do Regime de 1964 - embora a principal secretaria do poder público mineiro tenha se consolidado, justamente, na ditadura *estadonovista*.

Assim que, se ao corpo técnico era difícil empregar-se profissionalmente na virada do século XIX para o XX, e se continuava difícil empregar-se no início da década de 1930 – conforme, por exemplo, sugere Lucas Lopes (1991) – no período seguinte constituiu-se um conjunto de agências, grandes empresas de capital misto, e a própria estruturação da máquina pública que recebeu este corpo técnico na medida em que foi por ele gestada. Pode-se inferir, nesse sentido, que sendo uma agenda determinada pelos interesses econômicos regionais, também atendeu a uma demanda de consolidação de carreiras técnicas que dependiam dessa ampliação de espaço para a própria sobrevivência profissional.

Paralelamente, contudo, a grande contribuição do período e do referido excerto da elite regional foi a capacidade de influenciar no debate econômico, propugnando tecnicamente a recuperação econômica, seja para influenciar um governo federal que poderia estar mais suscetível às demandas do atraso mineiro tão profundamente descrito pelos documentos produzidos pelo grupo (de sorte que Minas, por exemplo, após o *Diagnóstico da Economia Mineira* foi dos estados da federação aquele que mais recebeu investimentos do governo federal [Diniz, 1981]) seja para convencimento interno da necessidade de manterem-se os interesses possivelmente divergentes das elites mineiras, ao longo do tempo, essencialmente amalgamados pelo suposto subdesenvolvimento regional e pela necessidade de suplantá-lo. Além disso, ao propor essa agenda, construindo-a grau a grau no seio do poder público, prover de argumentos tecnicamente avalizados a elite regional acerca da importância do planejamento econômico, da intervenção do poder público na arena econômica por meio de fomento ou atuação direta, notadamente onde a empresa privada não quisesse ou não tivesse fôlego para fazê-lo.

A precoce defesa de um conjunto sistematizado de variáveis no entorno de uma política pública minimamente articulada de planejamento econômico regional, desde o princípio do século XX, baseada se não integralmente na industrialização, mas na construção de uma ordem capitalista informada pela modernização da agricultura, sua diversificação e organização produtiva em moldes minimamente empresariais, ao lado da defesa ampla de uma indústria siderúrgica forte e estatal, originalmente, tudo isso temperado por tom nacionalista ou de defesa regional contra uma suposta espoliação

externa sempre reforçada, além mesmo da defesa de um nível vertical de intervenção, parecem dar a tônica de todo o período aqui avaliado.

No limite, infere-se que o peso do corpo técnico em questão foi verticalmente ampliado no contexto mineiro, notadamente no que tange ao planejamento da economia regional conquanto tenha sido processo diretamente atrelado aos próprios rumos tomados pela consolidação profissional tanto do engenheiro quanto do economista em cenário em que o poder público assumiu importância decisiva e estruturante, embora não exclusiva. Ao cabo, o surto mineiro de crescimento industrial da década de 1970 (avaliado pela literatura como o *boom* da economia mineira), diretamente relacionado aos pesados investimentos federais realizados na década bem como à estrutura concebida ao longo dos anos anteriores pela máquina e pela tecnoburocracia mineira, viria coroar momento em que governo e corpo técnico se encontraram em quadro de grande afinidade, no Regime pós-1964.

Fontes documentais

SIDERURGIA NACIONAL E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO – Parecer da Sociedade Mineira dos Engenheiros. *Revista Mineira de Engenharia*, 1938.

PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E FOMENTO DA PRODUÇÃO – Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, 1947.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DE MINAS GERAIS – Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1950

DIAGNÓSTICO DA ECONOMIA MINEIRA – Governo do Estado de Minas Gerais. Departamento de Estudos e Planejamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, 1969.

LIVRO DE ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BDMG. v. 1.

VASCONCELLOS, João Florentino de Meira. **Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais**, 1881.

GORCEIX, Claude H. Carta ao Presidente da Província. In: **Fala do Presidente da Província de Minas Gerais**, 1880.

GORCEIX, Claude H. **Relatório**. In: Fala do Presidente da Província de Minas Gerais, 1884.

CHAVES, Antonio Gonçalves. **Fala do Presidente da Província de Minas Gerais**, 1884.

COSTA SENA, **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1902.

SALES, Francisco. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1903.

SALES, Francisco. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1904.

PINHEIRO, João. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1907.

BERNARDES, Arthur. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1919.

BERNARDES, Arthur. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1920.

BERNARDES, Arthur. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1921.

BERNARDES, Arthur. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1922.

SOARES, Raul. **Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais**, 1923.

VALADARES, Benedito. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1935.

VALADARES, Benedito. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1936.

CAMPOS, Milton Soares. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1947.

CAMPOS, Milton Soares. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1948.

CAMPOS, Milton Soares. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1949.

CAMPOS, Milton Soares. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1950.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1951.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1952.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1953.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1961.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1962.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1963.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1964.

PINTO, José de Magalhães. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1965.

PINHEIRO, Israel. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1967.

PINHEIRO, Israel. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1968.

PINHEIRO, Israel. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1969.

PINHEIRO, Israel. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa**, 1970.

CONJUNTO DAS LEIS MINEIRAS – acervo pós 1946 compilado a partir de consultas ao Diário Oficial Minas Gerais e do sítio disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html?aba=js_tabLegislacaoMineira
Acesso em: 30 mai. 2008

ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO - décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960 (edições avulsas).

FUNDO BENEDITO VALADARES – CPDOC/FGV.

Periódicos

REM – REVISTA ESCOLA DE MINAS. Ouro Preto, anos I a XX.

REVISTA MINEIRA DE ENGENHARIA. Belo Horizonte, anos I a XVIII.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Belo Horizonte. Edições entre Outubro de 1950 (Ano I) e Dezembro de 1971 (Ano XXI).

REVISTA MENSAGEM ECONÔMICA. Belo Horizonte. Ano I (1952) a ano XIX (1970).

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte – janeiro de 1968 a janeiro de 1969.

JORNAL O DIÁRIO – janeiro de 1968 a janeiro de 1969.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS – janeiro de 1968 a janeiro de 1969.

JORNAL DO BRASIL – janeiro de 1968 a janeiro de 1969.

MINAS GERAIS – Diário Oficial – edições avulsas ao longo do período da pesquisa.

Bibliografia

A ESCOLA DE MINAS 1876-1966. Ouro Preto: Escola Federal de Ouro Preto, 1966.

A ESCOLA DE MINAS DE OURO PRETO. 1876-1966. Ouro Preto, Imprensa da Escola de Minas de Ouro Preto, 1966.

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alteração nas unidades produtivas mineiras**. Mariana – 1750-1850. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 1994.

ALVES, José Jerônimo de Alencar. Projetos dominantes de siderurgia e mineração, símbolos e pilares de modernização e progresso, Brasil (1889-1945). IN: VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

ANASTASIA, Carla M. J. (2003). **Artífices e difusores de uma Nação material**: a Coleção Brasileira e as bases da institucionalização burocrática no pós-1930. Mimeografado.

ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. **Technocracy and Development** - The Case of Minas Gerais. Tese de doutoramento – University of Michigan, 1980.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AZEVEDO, Djalma Alves de. **A imprensa do Brasil nasceu em Minas Gerais.** Preservando a Memória Histórica. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2000.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **A EMOP, seus ex-alunos e suas moradias estudantis:** elementos de uma tradição inventada. Monografia de bacharelado – DEHIS/UFOP, 2003.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Os técnicos em ação:** os engenheiros de Minas Gerais e as alternativas de desenvolvimento regional (1935-1945). Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

BARBOSA, Daniel Henrique Diniz, BARBOSA, Lidiany Silva. Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas. In: **Caderno CRH.** Salvador: UFBA. v. 23, n. 58, jan./abr. 2010.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Ideas políticas de João Pinheiro.** Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Brasília: Senado Federal/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis. João Pinheiro e sua liderança em Minas. In: **Análise & Conjuntura**, v.5 n. 2, mai./ago. 1990. p. 49-64.

BARBOSA, Lidiany Silva. **Roupa Nova para a Velha Senhora Agrária:** os engenheiros-agrônomos e a modernização no campo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Extensão-Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2004.

BARBOSA, Maria Lígia de O. **Reconstruindo as Minas e planejando as Gerais;** os engenheiros e a constituição dos grupos sociais. Tese de doutoramento – Unicamp, 1993.

BEHRING, Mário P. **Memória da CEMIG:** depoimento de História Oral. Belo Horizonte: CEMIG, 1994.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania.** São Paulo: Edusp, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro.** O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BOMENY, Helena M. B. **Guardiões da Razão.** Rio de Janeiro: Revan, 1994.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo, Difel, 1977.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:** 1930-1970. São Paulo/Campinas: Global/Unicamp, 1985.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937).** São Paulo: Difel, 1974.

CARONE, Edgard. **A República Velha II** - (evolução política) (1889-1930). 3 ed. São Paulo: Difel. 1983.

CARVALHO, J. Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**. O peso da glória. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CARVALHO, J.M. de. **A construção da Ordem**: A Elite política Imperial. Brasileiros. v.4. Brasília: UnB, 1981. (Coleção Temas).

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: as vozes de Minas. IN: GOMES, Ângela de C. (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CARVALHO, M. A. Rezende de. **O quinto século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a Economia Brasileira**. v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

CHAVES, Claudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

CINTRA, Antônio Otávio, ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. Planejamento: Reflexões sobre uma experiência estadual. In: CINTRA, Antônio Otávio, HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

COELHO, Edmundo Campos. **As Profissões Imperiais**. Medicina, Engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930. São Paulo: Record. 1999.

Conselho Técnico da Sociedade Mineira de Engenheiros. Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro. **Parecer**. ano 1. n. 7. 1938.

CONTINENTINO, Lincoln. O ensino da engenharia, a profissão e os problemas do engenheiro no Brasil. In: **RME** . ano 2, n. 16-17, jan. 1940.

CORSI, Francisco L. Política Econômica e nacionalismo no Estado Novo. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7 ed. São Paulo: EDUNESP, 1999.

COSTA, Guilherme Meirelles da. **A formação política de João Pinheiro da Silva**. Dissertação de Mestrado – UFMG, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. O Brasil Republicano)

- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.
- DELGADO, Ignácio Godinho. **A estratégia de um revés**. Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.
- DIAS, Fernando Correia. Estado e desenvolvimento em Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizont. Imprensa da UFMG, n. 25/26, jul. 1968/jan. 1969. p. 111-136.
- DIAS, Fernando Correia. **Universidade Federal de Minas Gerais**. Projeto intelectual e político. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- DINIZ, C. Campolina. A industrialização mineira após 1930. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.
- DINIZ, C. Campolina. *Economia e Planejamento em Minas Gerais*. Notas para discussão. In: **20 anos do Seminário de Economia Mineira**. v.3. Cedeplar/BDMG, 2002.
- DINIZ, C. Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.
- DINIZ, Eli. **Empresário**. Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945. v. 27. São Paulo: Paz e Terra, 1978. (Coleção Estudos Brasileiros).
- DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses**. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DULCI, Otávio S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: Ciências Sociais hoje. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1984, p. 7-32.
- DULCI, Otávio Soares. João Pinheiro e as origens do desenvolvimentismo mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- DULCI, Otávio Soares. Milton Campos, a política como moderação. In: GUSTIN, Fádua Maria de Souza, MURARI, Luciana. **Memória política de Minas Gerais**. Milton Soares Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

DUTRA, Eliana de F. (org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.

DUTRA, Eliana de F. República e Trabalho no Registro da Burguesia. In: 100 anos de República. **Revista do Departamento de História**, nº 10. Cadernos DCP, nº 8 (número conjunto). Belo Horizonte: Departamento de História /Departamento de Ciência Política/Fafich/UFMG, 1990.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A política da gleba as classes conservadoras mineiras: discurso e pratica na Primeira Republica**. Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, 1992.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense. 1970.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. O Brasil Republicano).

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. v. 2. RJ: Civilização Brasileira, 2003. (Col. O Brasil Republicano).

FERREIRA, Luis Otavio. **Os Politécnicos** - ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922). Dissertação de Mestrado – IFCS/UFRJ, 1989. Mimeografada.

FERREIRA, Marieta de M., AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FIGUEIROA, S. E. de M. **As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FISICHEL, Domenico. “Tecnocracia”. Em: Bobbio, Norberto, Matteucci, Nicola, Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4 ed. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB, 1992. 1233-7.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Revista Pesquisa e Debate**. v.15 n 2. São Paulo: 2004. p. 225-256.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. **Ensaios FEE**. 14 (2). Porto Alegre, 1993. p. 410-421.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra da. **BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento**. Porto Alegre: Imprensa, 1988.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREITAS, M. V. de. **Charles Frederick Hartt**, um naturalista no Império de Pedro II. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GALVÃO, Olímpio J. de A. Concentração industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1980. In: **Revista Análise Econômica**. ano 9. n. 15. mar. 1991. p.143-181.

GODOY, Marcelo Magalhães, BARBOSA, Daniel Henrique Diniz, BARBOSA, Lidiany Silva. Da arte de conhecer as doenças: o Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais. In: **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**. Belo Horizonte. UFMG/FACE, v. 20. n. 2. mai./ago. 2010.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV / Universidade São Francisco, 2000.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV / Universidade São Francisco, 2000.

GOMES, Ângela M. de Castro. (Org.) **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GORCEIX, Claude Henri. Estudo Geológico das Jazidas de Topázios da Província de Minas Gerais. **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto. 45 (3). jul./set. 1992. p. 285-296.

GORCEIX, Claude Henri. Passado da Mineração de Ouro na Província de Minas Gerais. In: **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto. 45 (3). jul./set. 1992. p. 252-256.

GORCEIX, Claude Henri. Presente e Futuro da Mineração de Ouro na Província de Minas Gerais. In: **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto. 45 (3). jul./set. 1992. p. 257-263.

GORCEIX, Claude Henri. *Riquezas Minerais da Província de Minas Gerais*. In: **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto. 45 (3). jul./set. 1992. p. 264-270.

GUIMARÃES, Anchieta. Secretários da Agricultura de 1933 a 1988. **Esboço Histórico-Administrativo**. v. 1 e 2. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1990.

GUSTIN, Fádua Maria de Souza, MURARI, Luciana. **Memória política de Minas Gerais**. Milton Soares Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

HERSCHMANN, Micael M.; Pereira, Carlos M. **A invenção do Brasil moderno** – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos Extremos**. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: **Revista Análise & Conjuntura**. Belo Horizonte. mai./ago. 1986. p. 111-142.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Paz e Terra: 1979.

Janot Pacheco. Conferência realizada na ACM. In: **RME**. Nº4, agosto de 1938.

KAWAMURA, Lili Katsuco. **Engenheiro: trabalho e ideologia**. São Paulo: Ática, 1979.

KROPF, Simone P. Saber para prever a fim de prover. In: HERSCHMANN, Micael M. e Pereira, Carlos M. **A invenção do Brasil moderno** – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil. Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LE VEN, Michel M. **Classes sociais e poder político da formação do espaço urbano em Belo Horizonte (1893-1914)**. Tese de mestrado – UFMG, 1977.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas**. Ensaio de sociologia regional brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

LIMA, M. Rosa de. **D. Pedro II e Gorceix**. A fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977.

LIMA, Mário de. **Ouro Preto e a Escola de Minas**. Tradições da cidade e do Instituto. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1921.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

LOPES, Lucas. **Memórias da CEMIG**: depoimento de História Oral. Belo Horizonte: CEMIG, 1993.

LOPES, Lucas. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/ FGV-CPDOC, 1991.

LOPES, M. Margareth. **O Brasil redescobre a pesquisa científica** – os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1995.

LOUREIRO, Maria Rita . Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992a

LOUREIRO, Maria Rita . Economistas e Participação Política no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992b

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997. 210 p.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso). São Paulo/Brasil, v. 14, n. 41, 1999. p. 69-89.

LOUREIRO, Maria Rita ; ABRUCIO, Fernando Luiz . Política e reformas fiscais no Brasil recente. In: **Revista de Economia Política** (Impresso), São Paulo, v. 24, p. 50-72, 2004.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil (1808-1930)**. 2ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

MACHADO, Vinícius Azevedo. **Produtor, político e bacharel**: João Pinheiro da Silva e a educação do trabalhador do campo. Dissertação de Mestrado – CEFET-MG, 2010.

MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1974.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARTINS FILHO, Amílcar. **O segredo de Minas**. A origem do estilo mineiro de fazer política (1889-1930). Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

MAXWELL, Kenneth Robert. **A devassa da devassa**: a inconfidência mineira: Brasil-Portugal 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

MAZONI, Alberto. A era da previdência e do engenheiro. In: **Revista da Escola de Minas**. ano 1. n. 1. 1936.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho. Uma capital para a República. IN: DUTRA, Eliana de F. (org.). **BH: Horizontes Históricos**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.

MENEZES, Messias Gilmar de. **Claude Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império.** Tese de Doutorado – Unicamp, 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MINAS GERAIS, Conselho Estadual de Economia e Administração. Subsídios para o debate de um Esquema de Plano de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Exposição-Análise. n. 11, 1961. (Série Estudos).

MOORE Jr, Barrington. **Origens sociais da Ditadura e da Democracia.** Lisboa: Edições Cosmos, 1976.

MOTTA, Marly Silva da. Economistas: intelectuais, burocratas e “mágicos”. In: GOMES, Ângela M. de Castro. (Org.) **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

MUNAKATA, Kazumi. Compromisso do Estado. In: Hay Gobierno?. Revista **Brasileira de História.** ANPUH. São Paulo: Marco Zero, 1984.

NEVES, Lourenço Baeta. **Escola de Engenharia;** informações sobre sua fundação e desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG, 1930.

NOBLE, David. F. **El diseño de Estados Unidos.** La ciencia, la tecnologia y la aparicion del capitalismo monopolistico. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1987.

ORESTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, Antonio C. Democracia com desenvolvimento. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília N. (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Col. O Brasil Republicano).

PAULA, J. A. O ensino e a pesquisa em economia na Universidade Federal de Minas Gerais. In: **Análise (PUCRS).** v. 17, p. 329-344, 2006.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PELAEZ, Carlos Manuel. Itabira Iron e a exportação do Minério de Ferro do Brasil. In: **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro. 24 (4). out./dez. 1970. p 139-174.

PINHO NETO, D. Madureira de. O interregno Café Filho: 1954-1955. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1992.

ROQUE, Rita de Cássia Menezes. **Os Bandeirantes dos tempos modernos**. A Escola de Minas de Ouro Preto e o bloco no poder em Minas (1889-1945). Dissertação de Mestrado em História. Centro de Estudos Gerais. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

RUESCHEMEYER, Dietrich, EVANS, Peter B. The State and Economic Transformation: Toward an analysis of the Conditions Underlying Effective Intervention. In: RUESCHEMEYER, Dietrich; EVANS, Peter B.; SKOCPOL, Theda (orgs.). **Bringing the State Back in**. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 44-77.

SÁ, M. & DOMINGUES, H. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil do século XIX. In: **Revista da SBPC**. n. 15, 1996.

SAES, Flávio A.M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. In: **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 3, n. 7, set./dez., 1989, p. 20-39.

SANTOS, Lúcio dos. Augusto Comte e a classificação das ciências. In: **Anais da Escola de Minas de Ouro Preto**. n. 06. 1903.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. As discussões sobre os marcos regulatórios da mineração e as propostas para o desenvolvimento da indústria do manganês e do ferro em Minas Gerais: 1889 a 1912. In: **Anais do XIII Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2008.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. **O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócio e publicações**. Dissertação de Mestrado – Unicamp, 2009.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita; COSTA, Adilson Rodrigues da. *A Escola de Minas de Ouro Preto, a “Sociedade de Geographia Econômica de Minas Geraes” e as Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX*. In: **Revista da Escola de Minas**. Ouro Preto. 58 (3). jul./set. 2005. p. 279-285.

SCHWARTZMAN, Simon. Et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/FGV, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**. A formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Min. da Ciência e Tecnologia, 2001.

SENNA, Caio Nelson de. **João Pinheiro da Silva – sua vida – sua obra – seu exemplo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1941.

SILVA, Christiano Barbosa. Claude Henri Gorceix, o Homem, o Mestre, a Obra. In: **REM**. n.3. v.45, 1992.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia. Editorial, 1977.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. In: FERREIRA, Marieta de M., AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

VIANA, Fernando M. Utilização do carvão vegetal na Indústria Siderúrgica. In: **Revista Mineira de Engenheiros**. ano I. n. 5 e 6. set./out., 1938.

VIANNA, S. Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VIEIRA, Evantina Pereira. **Minas Gerais: a dominação burguesa - conflitos políticos e formas de organização (1927-1940)**. Tese de doutoramento – Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo, 1984.

VISCARDI, Cláudia M. R. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. 370 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de Sociologia Compreensiva**. v. 2. Brasília: UNB, 1999.

WEBER, Max. 2000. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 14 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Pioneira das Ciências Sociais.

WILLIAMS, Daryle. **Gustavo Capanema, ministro da Cultura**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV/Universidade São Francisco, 2000.

WIRTH, John D. **A política de desenvolvimento na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.